



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E
ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA



CARLOS ALEXANDRE DE BORTOLO

A DINÂMICA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER EM
CIDADES DA AGLOMERAÇÃO URBANA DE LONDRINA -
PR

MARINGÁ - PR

2015



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E
ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA



CARLOS ALEXANDRE DE BORTOLO

**A DINÂMICA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER EM CIDADES DA
AGLOMERAÇÃO URBANA DE LONDRINA - PR**

Tese de Doutorado elaborada junto ao Programa de Pós - Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá – UEM como requisito parcial para à obtenção do Título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof Dr (a) TÂNIA MARIA FRESCA

MARINGÁ - PR

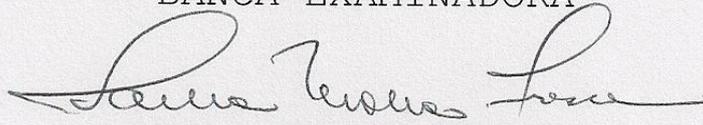
2015

A DINÂMICA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER EM CIDADES DA
AGLOMERAÇÃO URBANA DE LONDRINA - PR

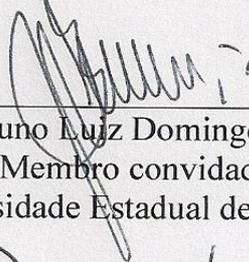
Tese de Doutorado apresentada a Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental, linha de pesquisa Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais.

Aprovada em 31 de março de 2015.

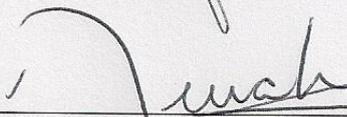
BANCA EXAMINADORA



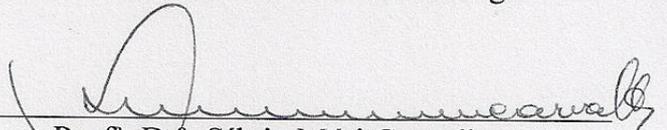
Prof.^a. Dr.^a. Tânia Maria Fresca
Orientador - UEM
Universidade Estadual de Maringá



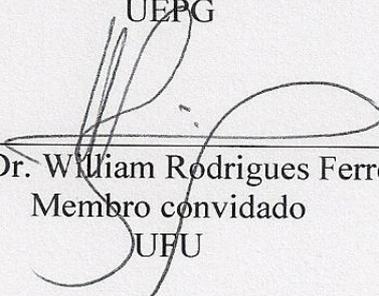
Prof. Dr. Bruno Luiz Domingos De Angelis
Membro convidado
Universidade Estadual de Maringá



Prof. Dr. Renato Leão Rego
Membro convidado
Universidade Estadual de Maringá



Prof.^a. Dr.^a. Sílvia Méri Carvalho
Membro convidado
UEPG



Prof. Dr. William Rodrigues Ferreira
Membro convidado
UFU

Dedicatória

A Deus pelo dom da vida e principalmente pela oportunidade de concretizar mais um sonho. Meus pais Pedro e Cândida que com toda a simplicidade e humildade formaram seus filhos e se realizam com suas conquistas. A meus irmãos que mesmo distantes sempre torceram, vibraram e me incentivaram na minha caminhada acadêmica. A minha querida e eterna namorada, hoje esposa, Tathy que caminha e trilha comigo desde a Graduação em Geografia e agora comemora comigo o fim de um sonho mais que querido, ou seria o começo?!

Agradecimentos

Agradecer parece ser algo fácil, mas diante de toda uma longa trajetória como esta, tal ação se torna difícil na apresentação de todos os nomes das pessoas que de maneira direta ou indireta fizeram-se presentes na minha caminhada para a realização desta tese.

Com isso, percebi que não importa a ordem que irão aparecer os nomes, pois todos cumpriram seus papéis e foram importantes, uns mais outros menos, em todos os momentos.

Gostaria de primeiramente agradecer a professora e amiga *Tânia Maria Fresca* ou somente "*Tânia*" por tudo! Pelo apoio, pela amizade, dedicação, pela confiança em acreditar em meu potencial para o desenvolvimento e principalmente a continuação do trabalho na caminhada da dissertação de mestrado e agora com a tese de doutorado. Obrigado pelas conversas, pelas dicas, pelas broncas, tenha certeza que nossa caminhada foi muito produtiva. Levarei tudo de bom que aprendi contigo, as construções geográficas e as coisas da vida.

A meus pais *Pedro* e *Cândida*, que jamais mediram esforços para que eu tivesse tudo, para que eu pudesse ser um bom filho, um bom aluno e hoje um bom professor, sendo eles, meu maior alicerce; tudo o que tenho de melhor e o que sou devo a eles.

Aos meus irmãos, *Glaucia* e *Cassiano* que mesmo distantes sempre me proporcionam momentos inesquecíveis; e ao meu cunhado *Marcel* e meu afilhado **Victor** que trazem alegrias para minha vida.

A minha esposa *Tathy* que esteve comigo desde a graduação em Presidente Prudente-SP e toda a caminhada na realização do mestrado na Universidade Estadual de Londrina e agora na concretização da tese de doutorado. Sua ajuda foi muito além do amor que não se pode medir e tampouco explicar, mas sim, em todos os momentos mais difíceis da minha trajetória enquanto graduando, mestrando e na realização do doutoramento. Inúmeras foram as suas ajudas, enfim, se hoje concluo mais esta etapa tão sonhada, devo muito a ela, pois foram dias e mais dias compreendendo ausências, afazeres acadêmicos, pesquisas com a certeza e principalmente a paz de que quando o fardo mais pesava tinha o colo e suas palavras para me acalmar. Hoje só posso dizer Obrigado por estar comigo sempre.

Agradeço aos professores da FCT-UNESP de Presidente Prudente-SP que me deram a base do caminhar geográfico na minha vida como pesquisador.

Aos órgãos públicos e privados que me forneceram dados importantes para a realização do estudo, sejam Bibliotecas, Museus, Prefeitura, as Construtoras, Imobiliárias, etc.

Aos professores *Renato Leão Rego* e *Bruno Luiz Domingos De Angelis* pelas preciosas contribuições no exame de qualificação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá – PGE – UEM - PR.

A Miriam secretária do PGE – UEM – PR que não mede esforços para ajudar os estudantes de Pós – Graduação em Geografia.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes pela concessão da Bolsa durante a maior parte do desenvolvimento da tese.

Pelos amigos que ganhei nesta caminhada e que estarão nas outras caminhadas da vida “Paulo Fernando Jurado da Silva, Ana Claudia Silva Almeida, José Roberto Machado e Damião Xavier”.

Por fim, “*a todos*” que por inúmeros motivos não tiveram seus nomes citados aqui, mais que também tem seu grau de importância para a realização desse trabalho e da minha vida.

Muito obrigado a todos vocês!

"Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já tem a forma do nosso corpo e esquecer os caminhos que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia; e se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos"

(Fernando Teixeira de Andrade)

RESUMO

Esta tese busca analisar as diferentes formas de uso e apropriação dos distintos espaços públicos presentes nas cidades da aglomeração urbana de Londrina - PR na experiência contemporânea através das mais variadas relações socioespaciais vivenciadas no cotidiano de cada cidade. Com o desenvolvimento da tese, os objetivos orientaram-se pela análise da produção dos espaços públicos nas suas singularidades e no seu conjunto das cidades que compõem esta aglomeração urbana, composta por Londrina, Jataizinho, Iporã, Cambé e Rolândia. Cidades estas, de diferentes tamanhos, características que acabam por produzir espaços com similaridades e diferenças. A hipótese do trabalho está em que os espaços públicos são produzidos e apropriados em distintos momentos, por diferentes pessoas nas mais variadas formas de seu uso e apropriação, sendo este transformado por e a partir das relações sociais de produção em cidades de tamanhos diferentes. Os espaços públicos aqui estudados representam espaços de sociabilidade propícios a inúmeras funcionalidades. Estes ao longo do tempo assumiram inúmeros significados, distintas funções, passaram a representar outras referências para as cidades no decorrer do processo de produção e das transformações sociais. Tais processos puderam ser evidenciados e encontram-se atrelados às diversas ações e transformações econômicas, políticas, sociais e culturais da sociedade no Brasil. Com isso, o argumento central da tese, portanto, é que defende-se que os espaços públicos continuam a ser elementos fundamentais à constituição urbana e à vida nas cidades. Discutindo a vitalidade dos espaços públicos ainda hoje com seus diferentes usos e apropriações, pois tais espaços são vitais nos dias atuais e na aglomeração urbana de Londrina.

PALAVRAS-CHAVE: Produção, Espaço Público, Usos, Apropriação, Aglomeração Urbana, Londrina – PR

ABSTRACT

This thesis seeks to analyze the different forms of use and appropriation different public spaces present in the cities of the urban agglomeration of Londrina - PR in contemporary experience through the most varied Socio-spatial relations experienced in daily life of each city. Our objectives were guided by an analysis of the production of public spaces in their singularities and the whole of the cities that make up this urban agglomeration, composed of Londrina, Jataizinho, Ibiporã, Cambé and Rolândia. These cities of different sizes, characteristics that ultimately produce areas with similarities and differences. The working hypothesis is that public spaces are produced and suitable in different times, by different people in different ways to its use and ownership, this being transformed by and from the social relations of production in cities of different sizes. The public spaces here studied represent sociability spaces conducive to numerous features. These over time have taken numerous meanings, different functions, representing other references to the cities in the process of production and the social transformations. Such processes could be seen and are linked the various actions and economic, political, social and cultural aspects of society in Brazil. Thus, our central argument of the thesis, then, is that we argue that public spaces remain key elements to urban constitution and life in cities. Discussing the vitality of public spaces today with its different uses and appropriations, as these areas are vital today and the urban agglomeration of Londrina.

Keywords: Production, Public Space, Uses, Appropriation, Urban Agglomeration, Londrina - PR

RESUMEN

Esta tesis tiene como objetivo analizar las diferentes formas de uso y la apropiación de los espacios públicos distintivos presentes en las ciudades de la aglomeración urbana de Londrina-PR en experiencia contemporánea a través de las más variadas relaciones socioespaciales experimentado en la vida diaria de cada ciudad. Guiado por el análisis de la producción de espacios públicos en su singularidad y su sistema de ciudades que componen esta aglomeración urbana, consistiendo en Londrina, Cambé, Ibiporã Jataizinho, Rolândia Estas ciudades, de diferentes tamaños, características que en última instancia producirá espacios con semejanzas y diferencias. La hipótesis es que los espacios públicos son producidos y convenientes en distintas épocas, por diferentes personas de diferentes maneras para su uso y propiedad, está siendo transformado por y a partir de las relaciones sociales de producción en las ciudades de diferentes tamaños. Los espacios públicos aquí estudiados representan espacios de sociabilidad conducentes a numerosas características. Éstos con el tiempo han tomado numerosos significados, diferentes funciones, representando a otras referencias a las ciudades en el proceso de producción y las transformaciones sociales. Tales procesos pueden destacarse y vinculadas a las diversas acciones y transformaciones económicas, políticas, sociales y culturales de los derechos de la empresa en Brasil. Con eso, el argumento central de la tesis es, por tanto, defendemos los espacios públicos siguen siendo elementos fundamentales de la constitución urbana y la vida en las ciudades. Discutiendo la vitalidad de los espacios públicos hasta hoy con sus diferentes usos y apropiaciones, pues tales espacios son vitales en la actualidad y en la aglomeración urbana de Londrina.

PALABRAS CLAVE: Producción, Espacio Público, Usos, Apropiación, la aglomeración urbana, Londrina - PR

LISTA DE SIGLAS

COHAPAR- Companhia de Habitação do Paraná

FAU-USP - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

METRONOR - Metrópole Linear Norte do Paraná

CTNP - Companhia de Terras Norte do Paraná

PMC - Prefeitura Municipal de Cambé

RPCTV – Rede Paranaense de Comunicação

IPPUL - Instituto de Políticas e Planejamento Urbano de Londrina

SBAU – Sociedade Brasileira de Arborização e Urbanismo

CURA – Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada

LDO – Leis de Diretrizes Orçamentárias

LOA – Lei Orçamentária Anual

SMMA – Secretaria Municipal do Meio Ambiente

FUL – Fundo de Urbanização de Londrina

CMTU – Companhia Municipal de Transporte e Urbanização

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Projeto inicial da cidade de Londrina em 1932	48
Figura 2: (A) Coreto defronte a igreja; (B) Espaços de caminhada e passagem; (C) Espaços cobertos com mesa para jovens e descanso; (D) Bancos e jardins na Praça Frei Timóteo de Castelnuevo – Jataizinho – PR	70
Figura 3: (A) Pista de caminhada e jardins; (B) Mesas para jogos e descanso; (C) Academia ao ar livre; (D) Quadra de volei; (E) Bancos na Praça José Gerônimo Fernandes – Praça Zezé Quirino no Conjunto Habitacional Antônio José Vieira em Jataizinho - PR	71
Figura 4: (A) Bancos e jardins; (B) Academia ao ar livre; (C) Comércio ambulante; (D) Exposição e feiras culturais na Praça Pio XII no centro da cidade de Ibiporã – PR	73
Figura 5: (A) Pista de Skate; (B) Quadra de tenis; (C) Pista de Caminhada; (D) Jardins e Bancos no Centro Poliesportivo Carecão em Ibiporã – PR	75
Figura 6: (A) Calçada e igreja católica na Praça Santo Antônio; (B) Centro de Eventos e Cultura em Cambé - PR	77
Figura 7: (A) Fonte e escadarias do parque; (B) Pista de caminhada; (C) Aparelhos para exercícios; (D) Concha e teatro ao ar livre no Parque Zezão em Cambé – PR	80
Figura 8: Praça São José no centro da cidade de Rolândia – PR	82
Figura 9: Praça Marechal Castelo Branco em Rolândia – PR	83
Figura 10: (A) Pista de caminhada e iluminação; (B) Quiosques no entorno do Lago San Fernando no Conjunto habitacional San Fernando em Rolândia – PR	85
Figura 11: Praça Floriano Peixoto na cidade de Londrina – PR, 2013	87
Figura 12: (A) Lago San Fernando e seu entorno (B) Academia ao ar livre; (C) Vista do Lago da Zona Norte em Londrina - PR	89
Figura 13: O Lago Igapó em Londrina – PR	91
Figura 14: (A) Pista de caminhada, (B) Academia ao ar livre na Praça Zezé Quirino em Jataizinho – PR	96
Figura 15: (A) Lanchonete e o comércio na praça; (B) Quiosque com mesas e bancos na Praça Frei Timóteo Castelnuevo e seus usuários	98
Figura 16: (A) Academia ao ar livre e pista de caminhada; (B) Quadras e pistas de caminhada no espaço público do Centro Poliesportivo do Carecão e seus usuários em Ibiporã – PR	101
Figura 17: (A) Bancos, vegetação e áreas de caminhada; (B) Comércio ambulante na Praça Pio XII e seus usuários na cidade de Ibiporã - PR	104
Figura 18: (A) Pista de caminhada; (B) Equipamentos de Parque infantil no Parque Zezão e seus usuários	108

Figura 19: (A) Bancos e calçada com os seus usuários; (B) Estacionamento na Praça Santo Antônio	110
Figura 20: (A) Campeonato de pesca realizado pela Prefeitura Municipal de Rolândia - PR; (B) no Lago San Fernando e quiosques	114
Figura 21: (A) Academias ao ar livre; (B) Fonte luminosa na Praça Marechal Castelo Branco e seus usuários na cidade de Rolândia – PR	116
Figura 22: (A) Praça Central São José em Rolândia; (B) Coreto e bancos na Praça São José	118
Figura 23: (A) Trabalhadores e comércio ambulante; (B) Usuários caminhando; (C) Bancos e local de reunião de pessoas na Praça Floriano Peixoto em Londrina – PR	122
Figura 24: (A) Bancos, seus usuários e parque infantil ao fundo; (B) Academia ao ar livre no Lago da Zona Norte em Londrina – PR	124
Figura 25: (A) Ciclovias e áreas de caminhada; (B) Trilhas para caminhada no entorno do lago; (C) Academia ao ar livre; (D) Espaço livre para eventos no lago; (E) Quadras poliesportivas; (F) Lago Igapó e seus usuários na cidade de Londrina – PR	127
Figura 26: Ocupações do entorno da Praça Floriano Peixoto – Londrina – PR	145
Figura 27: Ocupações do entorno da Praça Frei Timóteo de Castelnuevo – Jataizinho – PR	146
Figura 28: Ocupações do entorno da Praça Pio XII, Ibiporã – PR	147
Figura 29: Ocupações do entorno da Praça Santo Antônio, Cambé – PR	148
Figura 30: Ocupações do entorno da Praça Marechal Castelo Branco – Rolândia – PR	148
Figura 31: (A) Fórum municipal e algumas casas; (B) Colégio São José no entorno da Praça São José – Rolândia – PR	149
Figura 32: Entorno pouco valorizado da Praça Zezé Quirino em Jataizinho	152
Figura 33: Entorno pouco valorizado do Carecão em Ibiporã	153
Figura 34: Entorno pouco valorizado do Lago San Fernando em Rolândia	154
Figura 35: Entorno pouco valorizado do Lago da Zona Norte em Londrina	155
Figura 36: Entorno Valorizado do Parque Zezão em Cambé	158
Figura 37: Construções e residências de médio e baixo poder aquisitivo no entorno do Parque Zezão em Cambé	159
Figura 38: Entorno valorizado do Lago Igapó em Londrina	161
Figura 39: Loteamentos comercializados próximos ao Lago San Fernando em Rolândia – PR	169
Figura 40: Edições do RPCTV nas Praças em Londrina – PR	199

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Região Metropolitana de Londrina – PR 2014	44
Mapa 2: Aglomeração Urbana da Região Metropolitana de Londrina – PR	45
Mapa 3: Espaços públicos na cidade de Jataizinho – PR, 2013	68
Mapa 4: Espaços públicos na cidade de Ibiporã – PR, 2013	74
Mapa 5: Espaços públicos na cidade de Cambé – PR, 2013	78
Mapa 6: Espaços públicos na cidade de Rolândia – PR, 2013	81
Mapa 7: Os espaços públicos na cidade de Londrina – PR, 2013	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Três Dimensões Constitutivas do Espaço Público	12
Quadro 2: Evolução das Dimensões do Espaço Público – Séculos XIV a XX	13
Quadro 3: Funções desempenhadas pelos espaços públicos de lazer em diferentes períodos brasileiros	35
Quadro 4: Localização dos espaços públicos de Cambé – PR	76
Quadro 5: Questionário aplicado nos espaços públicos das cidades da aglomeração urbana de Londrina –PR	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População Total e Urbana das cidades estudadas da Aglomeração urbana de Londrina – PR	52
Tabela 2: Variáveis dos usuários dos espaços públicos da cidade de Jataizinho – PR	94
Tabela 3: Variáveis dos usuários dos espaços públicos da cidade de Ibiporã – PR	98
Tabela 4: Variáveis dos usuários dos espaços públicos da cidade de Cambé – PR	105
Tabela 5: Variáveis dos usuários dos espaços públicos da cidade de Rolândia – PR	111
Tabela 6: Variáveis dos usuários dos espaços públicos da cidade de Londrina – PR	119
Tabela 7: Preço do m ² dos bairros no entorno do espaço público do Carecão – Ibiporã – PR, 2013	164
Tabela 8: Preço do m ² dos bairros no entorno do espaço público do Parque Zezão – Cambé – PR	168
Tabela 9: Preço do m ² dos bairros no entorno do espaço público do Lago San Fernando – Rolândia – PR	170
Tabela 10: Preço do m ² dos bairros no entorno do espaço público do Lago da Zona Norte – Londrina – PR	172
Tabela 11: Preço do m ² dos bairros no entorno do espaço público do Lago Igapó – Londrina – PR	173

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 1

Capítulo 1

1- ESPAÇO PÚBLICO NA CIDADE CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA	9
1.1 Diversidade conceitual dos espaços públicos: o convívio, o intercâmbio e suas subjetividades.	9
1.2 Formas e funções dos espaços públicos: Praças, lagos, parque e centro poliesportivo	20
1.3 As cidades da aglomeração urbana de Londrina - PR como área de pesquisa	37

Capítulo 2

2 OS USOS DOS ESPAÇOS PÚBLICOS: PRAÇAS, PARQUES, LAGOS E CENTRO POLIESPORTIVO	54
2.1 Transformações e diferentes formas de uso do espaço público atual: distintos processos de produção do espaço público	55
2.2 Espaços públicos da aglomeração urbana de Londrina: delimitações e justificativa	66
2.3 – Usos e usuários dos espaços públicos das cidades de Jataizinho, Ibiporã, Cambé, Rolândia e Londrina – PR	91

Capítulo 3

3 APROPRIAÇÃO DO ENTORNO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS	132
3.1 Espaços públicos como atrativos para investimentos imobiliários	133
3.2 Apropriação do entorno dos espaços públicos nas cidades da aglomeração urbana de Londrina	142
3.2.1 <i>As praças centrais das igrejas e seus entornos</i>	143
3.2.2 <i>Os entornos pouco valorizados dos espaços públicos</i>	150

3.2.3 Os entornos valorizados dos espaços públicos	156
3.3 Discutindo os diferentes processos de apropriação e valorização dos entornos dos espaços públicos	162

Capítulo 4

4. O PODER PÚBLICO MUNICIPAL: A PRODUÇÃO E MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS	176
---	-----

4.1 Os espaços públicos e o poder público municipal: elementos para compreensão, sua constituição e criação	176
---	-----

4.2 Políticas de manutenção e requalificação dos espaços públicos	185
---	-----

4.3 O poder público local nos espaços públicos das cidades da aglomeração urbana de Londrina: as possíveis intermediações entre o público e o privado	193
---	-----

Considerações Finais	200
-----------------------------	-----

REFERÊNCIAS	208
--------------------	-----

INTRODUÇÃO

A temática que se desenvolveu na tese, refere-se às diferentes formas de usos e apropriações estabelecidas nos espaços públicos de lazer nas cidades da aglomeração urbana de Londrina - PR. Os espaços públicos encontram-se em constantes processos de transformações, vinculados a inúmeras questões econômicas, políticas, sociais e culturais. Os questionamentos são inúmeros e variados, pois tais relações são complexas e faz-se necessário a investigá-las e como vem sendo produzido e consumido os espaços públicos de lazer na atualidade.

Com isso, foram levantadas algumas questões: como vem sendo utilizados os espaços públicos na atualidade? Quais são as distintas formas de uso? Quem utiliza? Como utiliza? Há diferenças entre espaços públicos de grandes cidades e pequenas cidades? Porque ocorrem estas diferenças do ponto de vista do uso e da apropriação? Que relações os usuários estabelecem em espaços públicos em cidades de diferentes tamanhos? E mais, como o poder público atua no processo de criação, manutenção e revitalização dos mesmos?

Deve-se compreender que no momento atual, há imposições de padrões de comportamento em direção ao enclausuramento através dos shopping-centers, condomínios, outras formas de lazer e entretenimento, concorrendo diretamente com os espaços públicos.

Assim, como ficam os espaços públicos de lazer? Praças, parques, centros poliesportivos, lagos continuam a serem utilizados? Importante ainda é referir que, ao mesmo tempo em que há relação em direção ao enclausuramento, há outras relações, muitas vezes impostas, que direcionam ao convívio com elementos da natureza como vegetação, rios, lagos, etc; seja para apreciação ou práticas esportivas em direção ao cuidado com a saúde e o corpo. São relações que até certo ponto se contrapõem, mas são faces de um processo contraditório.

No domínio da geografia, este trabalho traz outra perspectiva ao incluir discussões sobre espaços públicos de lazer em cidades de diferentes tamanhos. Esta é sem dúvida, uma das principais lacunas encontradas na bibliografia sobre o tema, tanto de cunho empírico quanto teórico-conceitual. Verificam-se muitos estudos sobre espaços públicos em grandes centros urbanos, particularmente para metrópoles, sua produção, manutenção e requalificação, mas faltam análises sobre a temática para cidades de outros escalões.

Tal fato permite-se apreender como processos gerais em relação à produção, uso e apropriação são singularizados em cidades de diferentes tamanhos e complexidades em relação à produção da cidade. O interesse em estudar este tema deriva-se também da preocupação inicial de contribuir com a discussão geográfica sobre os espaços públicos, já que parcela importante da bibliografia advém de outras áreas do conhecimento.

Tais motivações e questionamentos não surgiram do nada. Estas indagações tem uma história, pois a pesquisa acaba sendo envolvida por experiências pessoais do pesquisador. Este residiu por muitos anos em uma pequena cidade e ao ingressar no curso de Geografia na Faculdade de Ciências e Tecnologia FCT- UNESP de Presidente Prudente, começou a se interessar por tal temática e verificar suas singularidades e diferenças.

No decorrer desta caminhada vão surgindo outros questionamentos a partir da realização de estudos sobre espaços públicos desta cidade orientados pelo professor Dr Arthur Magon Whitacker; mais a frente foi ampliada tal busca, ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina – UEL, desenvolvendo a Dissertação de Mestrado sobre um espaço público da cidade de Londrina – PR, sob a orientação da professora Dra. Tânia Maria Fresca.

Os questionamentos e reflexões se aprofundaram tanto que trouxeram novos desafios, agora buscando compreender as relações de produção e usos de espaços públicos em cidades com características e tamanhos distintos. Iniciando-se o doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá – UEM, continuando com a mesma orientadora. A breve apresentação da caminhada enquanto pesquisador se faz necessária para que o leitor possa ser alertador a respeito das diferentes opções teórico-conceituais e metodológicas adotadas na pesquisa, a construção e influências na constituição do caminhar geográfico do pesquisador e suas análises.

No decorrer do estudo, apresenta-se a diversidade de teóricos, distintas noções e conceitos do termo espaço público, que se apresenta de forma polissêmica. Mas, quando faz-se referência aos espaços públicos de lazer estudados na pesquisa, entenda-se por praças, parques, lagos artificiais e centro poliesportivo presentes em cidades da aglomeração urbana de Londrina: Jataizinho, Ibiporã, Londrina, Cambé e Rolândia.

Os espaços públicos em cidades devem ser considerados elementos importantes para o desenvolvimento de inúmeros estudos sobre os mesmos, em diversas perspectivas

e ciências. Sua integração com e na cidade, suas diferentes formas, usos e apropriações, são relevantes no que tange ao entendimento dos distintos usuários e agentes produtores dos mesmos.

Na Antiguidade todas as cidades se formavam a partir dos seus espaços de convivência, do encontro, ou seja, nos espaços públicos propiciava-se a visibilidade. Assim, pertencer à cidade, ser cidadão, era habitar os lugares de reunião, era participar das assembleias, assistir às manifestações e festas populares, acompanhar as procissões, vivenciar estes espaços, participando da vida pública. Tais espaços públicos simbolizavam a própria cidade, pois eram nesses espaços que as atividades cotidianas se desenvolviam (COULANGES,1975).

Desse modo, a integração entre sua morfologia, estética e apropriação é que permitia a formação dos espaços públicos, como espaços simbólicos, lugares de memória, de diferentes usos e apropriações no decorrer da história.

Com seus diversos significados – funcionais ou morfológicos – os espaços públicos, sejam praças, parques, lagos, dentre outros, representavam o espaço de maior vitalidade urbana. São espaços referenciais, atuando como marcos visuais e pontos focais na organização da cidade. Esse *status* alcançado pelos espaços públicos ainda se faz presente no imaginário urbano. Embora apresentem transformações significativas, os mesmos representam verdadeiros nós de confluência social e são espaços essenciais ao cotidiano na cidade.

Como elemento urbano, os espaços públicos de lazer representam locais de sociabilidade, propícios ao encontro e ao convívio. Ao longo do tempo assumiram inúmeros significados, distintas funções, passaram a representar outras referências para as cidades, como as praças terem se tornado marco central e até certo ponto, elemento a partir do qual foi estruturada a malha urbana.

De acordo com a diversidade de suas funções, formas e diversos usos, os espaços públicos podem ser considerados *locus* privilegiados das cidades, em razão de suas multifuncionalidades: lazer; encontro; convívio social; locais de integração na malha urbana através do sistema viário; local de diferentes manifestações políticas, culturais; função ecológica na medida em que, estruturam áreas de proteção ao ambiente, colocam-se como áreas verdes na cidade, dentre outras.

Para o entendimento de tais perspectivas, faz-se necessário enfatizar sua dimensão histórica, fundamentando-o em aspectos de sua produção, apropriação e seus usos enquanto parcelas do espaço urbano, em cidades da aglomeração urbana de Londrina.

Caldeira (2007) afirma que “[...] em vários países, políticas urbanas destacam a questão da melhoria da qualidade de vida nas grandes cidades por meio do resgate de espaços públicos e coletivos, assim como de estruturas arquitetônicas degradadas”. Deste modo, a existência de projetos de intervenções em espaços públicos, tem ocorrido constantemente com vista a diversos objetivos, alguns dos quais já citados.

Os principais objetivos orientaram-se pela análise da produção dos espaços públicos de lazer nas suas singularidades e no seu conjunto em cidades da aglomeração urbana de Londrina – PR. Espaços públicos localizados em cidades que desempenham distintos papéis na aglomeração e no cotidiano dos seus habitantes; localizados em cidades de distintos tamanhos, características econômicas e formas urbanas e com diferentes processos de articulações com outras cidades da própria aglomeração urbana.

Tais objetivos buscaram compreender as distintas formas de produção e usos nestes espaços, seus usuários, a ocupação do entorno dos espaços públicos estudados, como utilizam, sua possível valorização, as transformações sofridas tanto na produção como no uso dos mesmos. Importa refletir sobre singularidades e especificidades do produzir e consumir os espaços públicos.

Enquanto áreas destinadas ao uso público, são inerentes às dimensões da realidade urbana, seja na sua estruturação e reestruturação, bem como do cotidiano de seus usuários, devendo assim, ser considerado elemento impar de análise pela Geografia no que tange as distintas práticas socioespaciais.

Deve-se ter claro que, no enredamento da questão espacial as formas visíveis não são suficientes para compor o quadro permanente dos processos de produção e apropriação que fundamentam os distintos usos dos espaços públicos na cidade contemporânea. Deve-se buscar compreender em articulação com os variados processos e suas distintas funções desempenhadas pelos espaços públicos na atualidade.

Evidencia-se que a partir da produção do espaço, estes possuem estruturas (social, política, econômica e cultural) que acabam por instaurar sua existência material, as formas e os objetos geográficos que criam relações de espaço-tempo-sociedade; relações estas decorrentes da cristalização de processos sociais gerais nos lugares que, enquanto acumulação desigual de tempos, possibilitam a concretude da sociedade. Deste modo “[...]”

essa especificidade do lugar é que permite falar de um espaço concreto” (SANTOS, 1996, p.10-11), ou seja, deve-se realizar sempre uma análise articulando as categorias geográficas relacionando estrutura, processo, forma e função.

A noção de produção deve estar articulada inexoravelmente à de reprodução das relações sociais num determinado tempo e espaço. Deve-se assim relacionar o espaço produzido, suas relações e as práticas socioespaciais cotidianas nos espaços públicos em estudo.

Nesta perspectiva tem-se a diversidade, ou seja, os diferentes sujeitos sociais que produzem e consomem os espaços públicos de lazer na atualidade nas cidades em estudo. Quer desta forma, entender como estes espaços públicos estão sendo produzidos, apropriados diante da dinâmica dos mesmos a partir de suas transformações na metade da segunda década do século XXI.

Assim, discutiu-se os espaços públicos, sua localização, o tamanho da cidade, seus usuários, as formas de uso, suas funções na cidade, bem como o fato de serem ou não atrativos para investimentos imobiliários, a apropriação do entorno dos mesmos e a relação entre poder público local, a criação dos espaços públicos e sua manutenção.

Está aqui considerado que os mesmos são públicos não edificados, espaços livres públicos de lazer que apresentam equipamentos como bancos, circuitos de caminhada, quadras, parques infantis, academias ao ar livre; e que possibilitam o uso e a apropriação por parte dos moradores das cidades, no período diurno, dentre outros usuários mais.

Levou-se em conta para a escolha¹ dos espaços públicos de lazer estudados: localização na cidade, o tamanho de cada espaço público, a quantidade de equipamentos presentes nos mesmos, sua importância e os diferentes usos perante aos demais espaços públicos de lazer encontrados nas cidades. Estes elementos ajudaram na compreensão das distintas formas de produção, seus usos e as principais transformações que estes espaços públicos vêm passando na atualidade.

Isto porque analisar o espaço urbano implica entender que o processo de produção revela a indissociabilidade entre espaço e sociedade, na medida em que as relações sociais se materializam num território, significando dizer que, ao produzir sua vida, a sociedade produz e reproduz um espaço enquanto prática (CARLOS, 2004). Neste percurso, os espaços públicos são integrantes desta análise.

¹ A metodologia e a justificativa das escolhas dos espaços públicos trabalhados na tese serão detalhadas no capítulo 2, item 2.2. da tese.

Deve-se ter claro que existem ao mesmo tempo, semelhanças entre os papéis desempenhados por estes espaços públicos, mas também singularidades mediante elementos distintos em cada cidade, seu tamanho, sua dinâmica econômica e características.

Evidencia-se que os espaços públicos criados na contemporaneidade negam características que até então estavam presentes nas cidades antigas e por vezes atuais (CALDEIRA, 2000), sendo estes espaços abertos, grandes áreas para circulação, encontros impessoais, a co-presença do diferente. Mas, observa-se que tais características comprovam essas transformações a partir das distintas formas de produção, os diferentes usos nestes espaços públicos urbanos e principalmente verificando tudo isso, a partir da dinâmica transformadora do usuário e suas diferentes maneiras de frequentar, utilizar e conceber os mais variados tipos e funções dos espaços públicos de lazer atuais.

A autora ainda diz que os espaços públicos que estão sendo criados na atualidade afirmam a separação, a desigualdade de inúmeros valores que eram estruturantes anteriormente, mas que, mesmo assim provam a vitalidade e sua importância no espaço urbano perante as transformações evidenciadas (CALDEIRA, 2000).

A produção do espaço não deve ser somente entendida pela maneira como as pessoas requerem e têm acesso a determinados equipamentos e serviços públicos, mas por uma gama de fatores e agentes que acabam por se materializar ou se ocultar na paisagem urbana. Fez-se uma leitura das dinâmicas socioespaciais de produção, apropriação e os usos dos espaços públicos em tela.

Diante do exposto, importa explicitar que defende-se aqui a tese de que os espaços públicos continuam a serem elementos fundamentais da cidade e da vida nas mesmas. A vitalidade dos espaços públicos ainda hoje é inegável, com seus diferentes usos e apropriações no sentido da permanência destes usos no/do tempo diante das mais distintas e variadas formas de produzir, utilizar e se apropriar dos mesmos em diferentes períodos observados.

Em realidade, o percurso é discutir os diferentes usos, bem como aqueles entreabertos a outras possibilidades. Em outras palavras, a tese reafirma que os espaços públicos continuam a serem utilizados e apropriados, correlatos a um tempo e contexto econômico e social, permitindo entender as inúmeras transformações em curso.

Desta forma, apresenta-se elementos gerais e singulares dos espaços públicos de lazer estudados, de acordo com as relações socioespaciais em que estes se inserem em

idades da aglomeração urbana de Londrina. Para a obtenção de tais informações e dados foram realizados trabalhos de campo, aplicação de questionários em todos os espaços públicos com os seus usuários, entrevistas com os secretários municipais de diversas secretarias que trabalham na produção e manutenção dos espaços públicos das cidades estudadas, e visitas nas principais imobiliárias e corretoras de cada cidade para obter o levantamento do preço dos imóveis próximos aos espaços públicos.

Deste modo, estruturou-se a tese em quatro capítulos. No primeiro capítulo analisa-se o espaço público na cidade capitalista contemporânea, discutindo na primeira parte a diversidade conceitual dos espaços públicos: o convívio, o intercâmbio e suas subjetividades. Analisou-se formas e funções dos espaços públicos na contemporaneidade, isto é, os parques, praças, lagos e centro poliesportivo, para em seguida apresentar as cidades a serem estudadas.

No segundo capítulo da tese, discutiu-se os usos dos espaços públicos na sociedade atual. Assim, conseguiu-se refletir sobre as transformações e diferentes formas de uso do espaço público na atualidade, corroborando com a tese da vitalidade e a importância dos mesmos, embora com mudanças nos usos na atualidade. Seguidamente realizou-se a apresentação dos espaços públicos das cidades estudadas, com as delimitações e justificativas para a escolha das mesmas, bem como apresentação dos usos e usuários de espaços públicos de lazer das cidades de Jataizinho, Ibiporã, Cambé, Rolândia e Londrina – PR.

No terceiro capítulo da tese foi realizada a discussão sobre a apropriação do entorno dos espaços públicos, compreendendo seu papel enquanto local para atração de investimentos imobiliários. Nesta parte dividiu-se os espaços públicos em três segmentos: as praças centrais das igrejas e seus entornos; os entornos pouco valorizados dos espaços públicos e os entornos valorizados dos espaços públicos de cidades da aglomeração urbana de Londrina. Finalizando a discussão dos diferentes processos de apropriação e valorização dos entornos dos espaços públicos.

Analisou-se as características específicas dos diferentes espaços públicos, seus usuários, a renda, escolaridade, faixa etária, motivo e frequência destes usuários, como também o entendimento de como ocorreu os processos de produção e apropriação do solo urbano destas áreas a partir da implantação e evolução até os dias atuais dos espaços públicos.

No quarto capítulo estudou-se o poder público local no que tange a produção e a manutenção dos espaços públicos de lazer. O poder público local cria, mantém, revitaliza e requalifica os espaços públicos. Torna-se então necessário entender as principais políticas de manutenção e requalificação para os espaços públicos existentes, o orçamento municipal para tal finalidade, bem como as dificuldades na obtenção de recursos para esta atividade. Realizou-se ainda uma discussão entre o poder público local e a iniciativa privada no que tange a manutenção e projetos de melhorias para os espaços públicos estudados.

Podendo-se compreender as práticas e os mecanismos que movem o processo de produção, apropriação e consumo diurnos do espaço público de lazer em cidades da aglomeração urbana de Londrina, confirmando a vitalidade e a importância dos espaços públicos de lazer.

1- ESPAÇO PÚBLICO NA CIDADE CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA

Neste capítulo da tese busca-se discutir sobre os espaços públicos de lazer na cidade contemporânea, sua formação, características, formas e funções, de sua genese até os dias atuais devido sua multiplicidade de formas de produção, usos e suas apropriações. Abordou-se também as distintas formas conceituais trabalhadas por alguns teóricos para compreensão das transformações sofridas no âmbito conceitual do termo espaço público no decorrer do tempo. Aqui tem se como espaços públicos de lazer estudados como os parques, praças, lagos e um centro poliesportivo.

No que tange tal caracterização, esta será apresentada de maneira evolutiva, processual e dinâmica, mas concisa, haja vista a existência de estudos que já realizaram importante análise histórica sobre o tema.

Assim, discutiu-se os espaços públicos das cidades que se encontram na aglomeração urbana de Londrina. Para tanto, explicou-se como tais cidades foram criadas, seus formatos, seu planejamento, a localização prévia dos espaços públicos e o desenvolvimento dos mesmos, etc.

1.1 Diversidade conceitual dos espaços públicos: o convívio, o intercâmbio e suas subjetividades.

“O uso do termo ‘espaço público’ é recente e, nos meios urbanísticos, parece derivar do conceito de ‘espaço urbano’, freqüentemente associado a uma função: espaço urbano da praça, do mercado, do teatro, da estação, etc. Essa abordagem exprime uma maior complexidade, uma vez que não se refere apenas ao espaço geográfico, mas a todo espaço de manifestação pública. Nesse sentido o termo vincula-se a outras dimensões, constituindo o domínio da *esfera pública* e da *esfera privada*”.

(LOUISY, 1988, 20).

“Não se pode chamar de cidade um lugar onde não existam praças e edifícios públicos.”
(SITTE, 1992, p. 37).

Espaço público é parte integrante e constituinte da existência da história, da política e da vida social nas cidades. Nele é possível a interação da sociedade e de sua

estruturação; em tal espaço, articulam-se condições de institucionalização política e expedientes de intermediação comunicativa. Ou seja, pode-se considerar o espaço público como produto resultante da convergência de várias dimensões como econômicas, políticas, culturais e sociais.

O espaço público em período atual tem sido tema de várias pesquisas e reflexões em diversas áreas, seja por geógrafos, arquitetos e urbanistas, antropólogos, filósofos e sociólogos. Desde a história antiga seus papéis e sua apreensão pela sociedade que o engendram e dele usufrui, passaram por várias transformações, onde seu sentido deixou de ser aquele produzido pelos gregos antigos, assim como a concepção de esfera pública² transformou-se.

Gurza Lavalle (2005, p. 28) afirma que a conceituação de público é uma “[...] tarefa complexa que enfrenta diversas dificuldades”.

A diversidade de campos semânticos e problemas disciplinares perpassados por ela, bem como a ambiguidade inerente as suas diferentes expressões conceituais — espaço público, esfera pública, vida pública, publicidade —, tornam especialmente difícil à apreensão dos componentes fundamentais que conferem identidades aos seus múltiplos sentidos (GURZA LAVALLE, 2005, p.28).

Mesmo diante de ampla literatura dirigida à investigação dessas mudanças tão recentes, persistem ainda as dificuldades de uma conceituação, inexistem consensos substantivos quanto aos traços mais relevantes dessa dimensão constitutiva das sociedades contemporâneas, o público e suas tendências evolutivas no longo prazo.

Segundo Gurza Lavalle (2005), há três campos semânticos para que o espaço público seja pensado a partir da confluência de diferentes compreensões:

(i) o social, consubstanciado nas instituições civis da vida pública, na arte da associação ou sociedade civil, nas regras de civilidade que tornam possível o convívio social em um mundo de estranhos - as grandes urbes -; (ii) o político, cristalizado no arcabouço de instituições incumbidas tanto de processar decisões vinculantes quanto de implantá-las e respaldá-las mediante imposição de penas caso seja necessário; e (iii) o comunicativo, entendido não apenas como expressão e recepção de conteúdos, mas principalmente como construção de consensos e dissensos na percepção social do mundo (GURZA LAVALLE, 2005, p. 16).

² Ver tais questões em A condição humana de Hannah Arendt (2001), A mudança estrutural da esfera pública de Jünger Habermas (1984), cujas obras destes autores desdobram a evolução e as diferenças entre as esferas e seus conceitos.

Gurza Lavalle (2005) afirma que existe esta relação entre a conjunção destes três campos semânticos: o social pensado na perspectiva do convívio, da interação; o político voltado para as tomadas de decisões, processos e por fim, o campo da comunicação que perpassa os conteúdos abrangendo as ações e as diversas compreensões e percepções sociais do mundo.

Tais dificuldades de conceituação não apenas limitam a interlocução no campo especializado sobre o tema, mas, complexifica as conceituações de relações e reflexões nesta área de estudo. Deve-se ter em mente que não existe um campo da teoria sobre espaço público, afirmam vários autores, sendo um deles, Gurza Lavalle (2005), pelo menos não no sentido de descrever teorias sobre tal assunto. Tudo isso é evidenciado quando se desdobra para tentar conceituar e compreender o que é público sem utilizar das velhas e frágeis ideias de que tudo o que não é público, é privado, espaços coletivos que são confundidos com as ideias de serem integralmente espaços públicos, etc.

A análise de Gurza Lavalle (2005, p. 9) comprova que, no período compreendido entre os séculos XIV e XX, muitas acepções de público entraram e saíram de circulação, e que todas estavam vinculadas a três campos de significação geral, cujo sentido é definido sempre, por oposição às significações do termo privado. Assim, “[...] em se tratando de termo dicotômico por excelência, a precisão cabal do seu sentido apenas se torna possível quando a oposição com o ‘privado’ lhe define as fronteiras”.

Observando o quadro 1, pode-se evidenciar a sistematização das três dimensões expressadas pelo autor, a tensão³ existente entre o público e o privado e as dicotomias a eles associadas. Neste quadro, pode-se observar os exemplos históricos de deslocamentos semânticos e usos já extintos, como também, de usos contemporâneos descritos como qualificativos em cada período analisado.

Assim, o público emerge com uma característica da vida pública, com suas conotações de convívio social e de acesso aberto e irrestrito, como espaços da democracia e das manifestações. Já o privado aparece sob o registro da propriedade, mas não daquela carregada apenas com significações, mas sim do mundo privado da intimidade (GURVA LAVALLE, 2005).

³ Quando o autor aborda o termo ‘tensão’, o mesmo refere-se a diferenciação dos momentos trabalhados, as diferentes ações, suas transformações, novas análises a partir das três dimensões estudadas, “o social, político e o comunicativo” em cada período estudado.

Social	Política	Comunicativa
PÚBLICO: Aquilo que é aberto irrestrito: sem restrições excludentes de entrada ou circulação, acessível.	PÚBLICO: Aquilo que é comum, geral e de interesse de todos: excluindo das possibilidades de apropriação privada.	PÚBLICO: Aquilo que é amplamente difundido e aquele para quem é divulgado ou que assiste um evento ou espetáculo
Próprio de termos como: Parque Público, via pública, transporte público, telefone público, casa pública.	Próprio de termos como: Bem público, propriedade pública, poder público, orçamento público, educação pública.	Próprio de termos como: Publicar, publicidade, publicitar, opinião pública, conhecimento público.
PRIVADO: Aquilo que por ser considerado próprio da intimidade exclui qualquer direito externo de intervir ou participar.	PRIVADO: Aquilo que por ser considerado propriedade privada pressupõe direito de uso e abuso.	PRIVADO: Aquilo que não atinge notoriedade pública, permanecendo no conhecimento de um número limitado de pessoas
Associa, Organiza Dicotomias como: Casa x Rua, conhecido x estranho, fechado x aberto, segurança x perigo.	Associa, Organiza Dicotomias como: Particular x geral, economia x política, opaco x transparente, desigualdade x igualdade.	Associa, Organiza Dicotomias como: Local x geral, opinião particular x opinião geral, irrelevante x relevante.
Tensão: Espaço público como oposto ao mundo da privacidade Público x íntimo (Privacidade)	Tensão: Espaço público como oposto ao mundo da propriedade Público x Privado (Propriedade)	Tensão: Espaço público como oposto ao mundo das particularidades Público x Indivíduo privado (Particularidade)

Quadro 1: Três Dimensões Constitutivas do Espaço Público.

Fonte: Dados de GURZA LAVALLE, (2005), adaptado por Bortolo (2013).

Deste modo, pode-se observar que em cada dimensão analítica apresentada por Gurza Lavalles (2005) seja no social, no político ou no comunicativo, tais dimensões trazem características distintas e mutáveis de acordo com os interesses e o período em tela. Ao abordar e diferenciar o público x privado, o mesmo traz elementos da vida pública para explicar estas alterações. Seja no social com a apreensão da vida pública x privada, no político com a questão da propriedade e o comunicativo como espaços pensados para a particularidade, opiniões públicas x privadas, etc.

Observa-se nas três dimensões apresentadas e sua evolução no quadro 2 as características essenciais do sentido de público foram se transformando e se alterando, ocasionando assim, distintas maneiras de se compreender a acepção do termo público x privado e de suas dimensões postuladas por Gurza Lavalles (2005) seja no social, político e comunicativo. Tais compreensões decorreram das mudanças sofridas pela sociedade e suas ações no tempo e no espaço.

Há inúmeras contribuições acerca das distintas formas de compreensão do espaço público moderno, embora nem todas desempenhem uma função basilar no debate contemporâneo; tal listagem teria de contemplar nomes como Carl Schmitt, Niklas Luhmann, Norberto Bobbio, Claude Lefort, John Ceane, Manuel García-Pelayo, Reinhart Coselleck, Richard Sennett, Hannah Arendt e Jürgen Habermas, dentre outros, mas “[...]”

conciliar a leitura e interpretação desses autores é tarefa plena de dificuldades” devido suas contradições, sentidos e dissenso em suas linhas teóricas (GURZA LAVALLE, 2005, p. 34).

Neste quadro, pode-se evidenciar a organização das mudanças de ênfase na compreensão do que tem sido considerado público, ou seja, como esses três sentidos de “público” emergiram e foram ganhando significados, conforme cada período histórico.

Social Público x Privado	XIV	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX
Público: notório ou manifesto	x	X	x	x	x	x	x
Publicamente: de forma ou maneira pública	x	X	x	x	x	x	x
Publicamente: má vida pública	x						
Publicidade: lugar ocorrido				x	x		
Ibid.: sem ressalvas para algo se tornar conhecido				x	x		
Publicana (prostituta)					x	x	
Publique (bordel)					x	x	
Político Público x Propriedade	XIV	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX
Publicação: Promulgar uma lei por autoridade		X	x	x	x	x	x
Público: potestade de autoridade			x	x	x	x	x
Público: potestativo			x	x	x	x	x
Público: comum ao povo ou cidade					x	x	x
Público: de interesses gerais					x	x	x
Público: que pertence ao povo					x	x	x
Publicidade: quem tem estatuto público					x	x	x
Comunicativo Público x Particularidade	XIV	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX
Público: audiência ou assistentes					x	x	x
Publicar: editar, difundir, divulgar					x	x	x
Publicar: manifestar em público					x	x	x
Publicidade: meios para divulgar ao público					x	x	x
Publicável: (que pode ser difundido)							x
Publicitário: (referente à publicidade)							x
Publi-reportagem: (documentário jornalístico)							x

Quadro 2: Evolução das Dimensões do Espaço Público – Séculos XIV a XX.

Fonte: GURZA LAVALLE, (2005), adaptado por Bortolo (2014).

Com isso, buscou-se descrever a trajetória sobre as diversas compreensões do espaço público, mostrando como tais interpretações e suas conceituações vão se modificando ao longo do tempo. Pois esta diferença entre o público e o privado não deve ser compreendida como um problema existente e exclusivo dos dias atuais. Para tal compreensão, deve-se entender e analisar como tais conceitos e características assumem diferentes posicionamentos nos distintos momentos da história, devido sua dinâmica de transformação, suas distintas formas apresentadas por inúmeros pesquisadores sendo estas, relevantes para compreender-se estes diferentes momentos e espaços públicos de lazer estudados na atualidade, sua produção, seus usos e as apropriações.

Jovchelovitch (2002) faz um breve histórico acerca das noções de espaço público, buscando não relacionar apenas com seu contrário, ou seja, o privado. Ela ressalta que na cidade-estado grega, a vida domiciliar era sinônima de vida privada e a vida política de domínio público era tida como fundamental, pois muitas questões cruciais sobre a vida humana exigiam escolhas que só podiam ser feitas considerando-se a negociação resultante da diversidade. Isso posto, a esfera privada para os gregos era derivada da pública.

Já na Idade Média não havia a distinção entre o público e o privado, pois o que se desenvolviam eram relações de dominação centradas na figura do senhor feudal. Apenas no final do século XVIII é que ocorre a divisão entre público e privado: o público passa a ser o Estado e aquilo que se encontrava excluído deste aparato, passou a ser entendido como privado.

Para a autora referida acima, apesar das transformações ocorridas nas relações entre a esfera pública e privada, a esfera privada continua com o mesmo sentido, contudo, com conteúdo e fronteiras diferentes. Além disso, enfatiza dois grandes momentos paradigmáticos para compreensão da noção de esfera pública: “a cidade-estado grega e as transformações que ocorreram na Europa desde o século XVII até a primeira metade do século XIX” (JOVCHELOVITCH, 2002, p 46).

A ascensão da burguesia também é colocada pela autora como sendo um fator determinante para se compreender as mudanças ocorridas na compreensão e alteração do espaço público. Com ela, uma nova noção de esfera pública emergiu, pois passou a ser formada por indivíduos privados que se reuniam para formar um público. Algumas características da sociedade capitalista – a imprensa e a presença do Estado, contribuíram

para a emergência desta esfera pública, que introduz a participação política e a relação entre Estado e Sociedade.

Não se pode esquecer as tendências históricas seculares responsáveis pela “[...] entronização da tirania da intimidade” afirma (GURZA LAVALLE, 2005, p. 56) como desvendada no trabalho de Richard Sennett (1978), cuja ação corrosiva no esvaziamento da vida pública atuaria, precisamente, no momento em que parte nada desprezível da literatura identifica a consolidação do próprio espaço público moderno (SENNETT, 1978, 189).

Pode-se ainda considerar três elementos discutidos por Sennett (1978) que apresentam as mudanças em relação ao capitalismo a partir do século XVIII a XX, que introduziram transformações significativas a esfera pública e privada. No século XVIII os principais ambientes de convívio social eram espaços fechados (cafés, teatros, salões, clubes); já nos parques e praças públicas que eram os espaços abertos, existiam certos códigos do vestuário que permitia facilmente identificar a posição social de cada pessoa (SENNETT, 1978).

Neste período a esfera privada era considerada a esfera natural do homem e a esfera pública correspondia a uma criação social, ou seja, tratavam-se de “[...] condição humana” e “criação humana” afirma Sennett (1978).

Tal compreensão muda rapidamente no século XIX com a irrupção do capitalismo industrial, ocasionando assim três momentos que contribuíram para estas transformações: (1) relação capitalismo industrial com a vida pública urbana; (2) a reformulação do secularismo que afetou a forma de interpretar o estranho e o desconhecido; (3) corresponde ao enfraquecimento da vida como esfera da realização do ser social.

Como observa-se, a organização social, adquire novos referenciais sendo estes o sistema de produção capitalista e o Estado. Assim, Habermas, Arendt e Sennett compartilham e discutem as consequências e as relações com estas evoluções do público e do privado, aparecimento de novos espaços de socialização, elementos da privatização da sociedade, etc.

Não se pode esquecer que estas características na construção dos espaços públicos sempre levaram tais aspectos para todos os espaços da cidade. Um exemplo de segregação da produção e apropriação de espaços públicos esteve muito presente quando a burguesia europeia, ascendente do século XVIII, necessitava de lugares onde pudesse se mostrar, onde se apresentar, onde se encontrar com ela mesma. Deste modo,

construíram os passeios, as alamedas, as avenidas, os boulevares, inclusive em algumas cidades, normatizava-se a vestimenta para passear: com paletó, jaqueta, gravata, vestidos, etc.

Borja (2006) apresenta que ainda há na atualidade, em alguns países, certos equipamentos culturais de gestão pública com tais costumes, como o Teatro da Opera em Barcelona, que antes obrigava a ir com *smoking*; mas o autor descreve que tais características foram se perdendo com o tempo.

Pode-se considerar que os passeios, alamedas, avenidas, parques, nascem da necessidade da burguesia de ter um lugar para se apresentar e se encontrar consigo mesma. Borja (2006) relaciona este fato com o início do desenvolvimento de políticas para espaço público nas cidades europeias, no final do século XIX, políticas estas de embelezamento e monumentalização de partes das cidades.

As políticas para espaços públicos começam a ser implantadas nas cidades europeias no final do século XIX, sejam políticas de embelezamento da cidade, monumentalização de certas partes da mesma, devido a situação insalubre de várias áreas nestas cidades. Há uma grande parte da cidade que ficará fora destas políticas, que inclusive não poderia chegar o transporte coletivo nem as infraestruturas de saneamento, entre outras benfeitorias, pois tem-se como tal, a origem do espaço público sendo uma resposta classista ao processo de apropriação privada da cidade (BORJA, 2006).

Já para a compreensão de Gomes (2002) são considerados dois os valores em que deve ser trabalhado a perspectiva do público - privado, ou seja, a igualdade e a liberdade. Tais valores dividem as duas esferas da vida social, a esfera privada dos indivíduos, a quem está incumbida o exercício da liberdade, e a esfera pública, sendo esta asseguradora das condições de igualdade (GOMES, 2002, p. 149).

Sendo assim, o autor complementa que

[...] na base da idéia de liberdade e de igualdade, de um regime político que pretende estabelecer um valor isonômico entre as pessoas, há uma condição espacial importantíssima e absolutamente necessária, a concepção de um espaço público (GOMES, 2002, p. 159).

Deste modo, no século XX o espaço público tornou-se uma condição para o desenvolvimento de um novo sistema político, um Estado moderno, a existência de uma impessoalidade e da subjetividade. Para Sennett (1978), estas devem ser compreendidas como a possibilidade de encontros impessoais e anônimos, transformando assim, o

espaço público como local que possibilita o encontro das diferenças, do convívio civilizado na sociedade moderna, que se pensado nas perspectivas dos elementos políticos, buscam a isonomia, mas que socialmente, economicamente e culturalmente pregam a desigualdade e as diferenças (SENNETT, 1978, 42).

Quando pensado na perspectiva de Lefebvre (1992) o espaço público deve ser tomado sobretudo como um espaço social, pois o mesmo contém, antes de tudo as representações das relações de produção, ganhando novos sentidos, diferentes momentos históricos da reprodução das relações sociais.

Com isso, deve-se compreender a passagem de uma análise da dimensão política da esfera pública para outras dimensões, sendo estas a econômica, cultural e social. Estas por sua vez, acabam por enquadrar as variadas relações de poder, sendo tal espaço considerado como obra e produto humano, havendo a presença de hierarquias, sendo estas relações de dominação e subordinação apresentando-se como elementos de articulação para o mercado (LEFEBVRE, 1992).

Para a compreensão de tal evolução e transformação do espaço público e suas conceituações, Lefebvre (1992) apresenta a sua tríade espacial, tendo esta partido da estrutura espacial da esfera pública urbana dividida nas análises das práticas espaciais, as representações do espaço e os espaços de representação, podendo assim, compreender o vivido, concebido e o percebido⁴.

Esta interpretação realizada por Lefebvre (1992) traz a compreensão acerca da produção do espaço, permitindo assim uma análise integrada, mesmo que os elementos se mostrem separados. Relaciona assim, os três conceitos acima com a dominação política, a acumulação de capital e a realização da vida humana discutidos e relacionados por Carlos (2001).

Deste modo, o espaço deve ser considerado como “[...] global, fragmentado, hierarquizado sendo possível reconhecer nele as isotopias e suas heterotopias” (LEFEBVRE, 1992, p. 289). Neste sentido, o autor aponta as inúmeras possibilidades do espaço público, e em particular se refere as potencialidades do espaço. Assim, o urbano deve ser sempre lido como uma realidade inacabada, uma virtualidade (LEFEBVRE, 1992, p. 288).

Já Harvey (1980) compreende que o espaço público deve ser analisado como um espaço socialmente produzido, ocorrendo a partir de uma produção social do espaço e da

⁴ Desdobraremos de forma mais detalhada a tríade lefebvriana em momento posterior de nosso estudo.

apropriação cotidiana destes espaços públicos, levando sempre em conta as relações no espaço - tempo para a compreensão das práticas espaciais e suas análises. Mas não esquecendo das distintas possibilidades e das dificuldades enfrentadas a partir das próprias contradições do sistema e das ações do cotidiano (HARVEY, 1980, p. 212).

Podem observar ainda estudos publicados em vários países sobre o urbanismo e a vida social na atualidade, elaborados por arquitetos, engenheiros e sociólogos franceses, que buscaram compreender o espaço público como espaços do ordenamento, desenvolvimento e gestão.

Em Borja (2006) evidencia-se que o mesmo aponta que o elemento central do urbanismo atual que é entendido como o fazer da cidade um lugar de intercâmbio⁵. O comércio é um intercâmbio; inclusive em alguns países se utiliza o termo comércio não somente para o intercâmbio de bens, mas também para o intercâmbio de ideias, de produtos físicos, de meios, etc.

Tais intercâmbios nestes espaços públicos são presentemente evidenciados nas praças devido o convívio, a circulação, a presença da diversidade, do comércio. Em outros espaços também há este intercâmbio, como em parques, bosques, boulevares, lagos, etc. Ao abordar-se a questão da troca de relações entre os diferentes agentes que utilizam, apropriam ou simplesmente passam por estes espaços públicos, é possível identificar a relação entre produto - meio - ação, compreendida como diferentes níveis de intercâmbio que ocorrem nos espaços públicos de cidades capitalistas contemporâneas.

Quando adentrou-se nas características do urbanismo moderno, Borja (2006) acrescenta que existem outros aspectos importantes do urbanismo atual, que são: criar âmbitos de segurança; a proximidade nas relações; o bom ambiente; o ambiente cidadão; a qualidade do entorno. Mas ao questionar-se tais elementos que deveriam estar presentes e fazer parte dos espaços públicos atuais, quais destes estariam presentes? Hoje qual é o verdadeiro papel desempenhado pelos espaços públicos contemporâneos? Tais relações seriam explicadas pela sua forma, seu desenvolvimento, suas características e funções que estes vêm desempenhando?

No caso do Brasil, há que se considerar inúmeros problemas, como: questões econômicas, sociais e políticas que interferem na constituição espacial de nossas cidades e na própria existência de espaços públicos e seu uso. Jovchelovitch (2002) ressalta ainda a quase inexistência de políticas públicas destinadas à criação de “[...] projetos

⁵ Este fazer da cidade como lugar de intercâmbio, se refere a inúmeros tipos de trocas, sejam comerciais, de serviços, de pessoas, de ações, manifestações, etc., em diferentes espaços e lugares da cidade capitalista.

urbanísticos voltados à melhoria e à criação de novos espaços públicos” até um determinado período de nossa história e também, ao fato de as raras intervenções e construções de praças e/ou parques geralmente estavam ligadas às propagandas eleitorais de candidatos já no período da república.

Tal reflexão deve considerar a realidade da qualidade dos espaços públicos nos países da América Latina, com situações político-econômicas e sociais distintas de outras realidades e nacionalidades, a violência, desigualdade, corrupção, etc., sendo estes, até um determinado período, símbolos presentes na história da formação de algumas cidades nacionais. Neste contexto, elementos da vida cultural brasileira como o carnaval, música, a diversidade e mestiçagem da população, coletivismo, emoção – e a configuração da vida política – o Estado, etc., mostram-se contraditórios por um bom período de tempo, dificultando a criação e disseminação de políticas públicas efetivas para criação de espaços públicos.

No que tange estas problemáticas, com o passar dos anos há uma tentativa do processo de democratização urbana, que é de progressiva apropriação social, como se fosse uma revolução cultural, ocorrendo a ocupação e maior acesso aos espaços públicos, criação dos mesmos, etc., A partir de ideias discutidas por Borja (2006), este acredita que gerar espaço público através da administração pública, é importante, sem importar as morfologias. Podem-se fazer parques, ruas, espaços públicos com equipamentos, aos entornos de espaços, mas em todas as operações de transformação urbana do espaço público é preciso deixar claro que muitas ações são executadas por distintos setores da economia, mediante transferências⁶ entre setor público e o privado, mas colocando-se condições. Que tenham em conta o interesse público, porque a longo prazo também é o melhor para os agentes econômicos privados.

Sobarzo (2005) alerta que o espaço público atual é “[...] herdeiro da Modernidade” e concorda com Caldeira (2000), quando a autora ressalta que esse espaço carrega os traços do ideal moderno da vida pública urbana como: “[...] ruas abertas, circulação livre, encontros impessoais e anônimos, presença dos diferentes grupos sociais consumindo, observando-se, participando da política, divertindo-se etc” (SOBARZO, 2005, p. 94). Ou

⁶ O autor refere-se a produção de espaços públicos vinculados as transferências entre o setor Público – Privado, sendo tais ideias no Brasil discutidas a partir de 2001 com a criação do Estatuto da Cidade em relação a elaboração dos processos participativos de planejamento, gestão urbana e na construção de espaços públicos nas cidades, entendido como elemento e dimensão pública da vida em sociedade após inúmeras discussões e contribuições surgidas para a elaboração de alternativas que buscavam formular um urbanismo crítico democrático que passasse por desconstruir as ideias e as práticas dominantes (BRASIL, 2001).

seja, tais espaços se tornam democráticos para a população, pois existem diferentes usos, diferentes formas e a presença de diferentes funções que se desempenham nos espaços públicos da cidade.

O acesso democrático ao espaço público sempre foi questão de debate; espaço este que pode ser uma rua, uma praça, um parque, um edifício; podendo ter várias configurações, finalidades e funções distintas – lazer, esporte, debate político. O espaço público pode, portanto, ser pensado como plural e condensador do vínculo entre a sociedade, o território e a política.

Para entender a transformação do espaço público é importante entender a sua característica de “[...] possibilitador de encontros impessoais e anônimos e de co-presença dos diferentes grupos sociais”, onde as pessoas compartilham o mesmo território, sem, contudo, terem necessidade de se conhecer profundamente (SOBARZO, 2005, p. 94). Este autor assume a existência da diferença no espaço público, porém, não idealiza a existência de uma relação profunda no convívio da diversidade, mas acredita no convívio civilizado, sob normas impessoais.

Assim, buscou-se nesta tese compreender os espaços públicos de lazer como espaços livres urbanos que apresentam equipamentos e infraestruturas como bancos, circuitos de caminhada, quadras, parques infantis, academias ao ar livre, etc; e que possibilitem o uso e a apropriação dos moradores das cidades em períodos diurnos. Sendo estes espaços: Praças, Parque, Lagos e um Centro Poliesportivo.

Com isso, após refletir acerca de algumas das distintas ideias e noções do espaço público e os principais elementos norteadores, buscou-se no próximo item discutir sobre as diferentes formas e funções dos espaços públicos das cidades contemporâneas e seus desdobramentos.

1.2 Formas e funções dos espaços públicos: praças, lagos, parque e centro poliesportivo

Ao buscar estudar a relação entre as formas e as funções desempenhadas pelos espaços públicos de lazer nas cidades da atualidade, não se pode deixar de relacionar a dialética da produção da cidade e de sua apropriação nestes espaços.

Para falar de produção, apropriação e usos dos espaços públicos das cidades que compõem a aglomeração urbana de Londrina, deve-se ater nos pensamentos de Santos (1996) que aborda as principais categorias de análise para compreensão crítica destes

espaços públicos. Estas categorias são: estrutura, processo, função e forma, que possibilitam a análise de que o espaço é um produto social em permanente processo de transformação.

Santos (1996) ainda apresenta que

[...] a Geografia tende a ser cada vez mais a ciência dos lugares criados ou reformados para atender determinadas funções, ainda que a forma como os homens se inscrevem nessa configuração territorial seja ligada, inseparavelmente, à história presente. Se os lugares podem esquematicamente, ser os mesmos, as situações mudam. A história atribui funções diferentes ao mesmo lugar (SANTOS, 1996, p.52).

De acordo com Santos (1996) a forma nada mais é que o aspecto visível de determinadas coisas, ou objetos presentes na superfície. Deste modo, deve corresponder a um arranjo ordenado de objetos, como os condomínios horizontais fechados, *shopping centers*, dentre outros, e no presente estudo tais formas se apresentam como as praças, parques, lagos e um centro poliesportivo. Não pode-se deixar de esclarecer que, cada forma se apresenta com uma configuração. Esta forma é criada e permanece na sociedade para desempenhar diferentes papéis ou funções para a qual foi criada, produzida e esperando possivelmente alterar-se na dinâmica do processo social da produção urbana.

Quando se fala da função de determinadas formas, esta se apresenta caracterizada por ser atividade essencial de uma forma espacial, ou seja, pode ser residir, habitar, morar, lazer, esportes, etc.;. esta relação entre função e forma é extremamente direta. Pode-se observar que as funções estão sempre materializadas nas formas e as formas são produzidas, criadas e elaboradas de acordo com uma ou várias funções.

Para entender a relação necessária entre as categorias propostas por Santos (1996) deve-se levar em consideração que tanto a forma como a função estão extremamente relacionadas e vinculadas com a estrutura, que nada mais é que o modo de organização e interrelação dos objetos que compõem e estão presentes no espaço. Tais formas se modificam e transformam de acordo com o tempo e o movimento da sociedade e sua estrutura socioeconômica se altera no decorrer da história.

Milton Santos (1996) aborda que a

Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se

escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social (SANTOS, 1996, p. 39).

Observa-se a importância de compreender o processo de análise a partir da formação econômica social e espacial proposta por Santos (1996) ao tentar refletir sobre o desenvolvimento, transformação e evolução das mais distintas formas de produção dos espaços públicos na contemporaneidade.

Deste modo, tal análise diz respeito à evolução diferencial das sociedades, “[...] no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais freqüentemente lhes provém o impulso” (SANTOS, 1996, p. 42). A base mesma da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar estes espaços.

As diversas instâncias da sociedade, como a política, a ideológica, a econômica, a social e a cultural, compõem uma totalidade concreta que se constitui numa espaço-temporalidade, ou seja, é imbricada pelo espaço e pelo tempo, o que lhe confere singularidade.

Assim, observa-se a complexidade na apreensão e compreensão sobre as transferências de significações da esfera pública e privada discutida por alguns autores ao analisar-se o espaço público dentre suas várias e distintas instâncias.

Podendo assim, evidenciar os diferentes níveis de dificuldade para abordagem acerca do tema em questão com o célebre trabalho muito utilizado nos estudos sobre espaços públicos modernos e contemporâneos, discutindo as condições estruturais e a emergência do espaço público burguês, com Habermas (1984), que aponta sistematicamente para o potencial democrático e de racionalização do poder nele presentes.

Em sua obra “Mudança Estrutural da Esfera Pública” publicada, originalmente em 1962, Habermas (1984) traz o conceito de esfera pública levando o desenvolvimento de duas áreas de investigação na teoria social. A primeira inclui as teorias sobre movimentos sociais e a segunda sobre a sociedade civil. No âmbito da teoria crítica, os processos de legitimação democráticos relacionam-se com tal forma da ação comunicativa.

A esfera pública para o autor seria o “[...] lugar par *excellence* do agir comunicacional, do uso livre e público” (HABERMAS, 1984, p.47). Tal esfera é vista como arena do discurso, dividindo a sociedade civil de um lado e o Estado e o sistema político de outro. Deste modo, a esfera pública é compreendida por Habermas (1984) como o “[...] local das disputas entre os princípios divergentes da organização da sociabilidade,

constituindo atores, espaço da vontade coletiva, do debate público na sociedade” (HABERMAS, 1984, p. 50).

Neste momento, Habermas analisa o desenvolvimento do capitalismo mercantil na Europa do século XVII, para mostrar que este desenvolvimento provocou a emergência de um espaço entre a esfera privada e o Estado, espaço este caracterizado pela discussão livre e racional do exercício da autoridade política.

Há para o autor duas mudanças fundamentais subjacentes à emergência dessa esfera. Refere-se ao que ele denomina de “[...] separação entre os interesses vinculados à economia doméstica e a subjetividade” (HABERMAS, 1984, p. 65). Assim, deve-se compreender que a emergência do espaço público encontra-se vinculada ao desacoplamento da capacidade reflexiva do indivíduo da esfera dos interesses na instância política e material.

Os públicos culturais estão, por isso, vinculados não apenas à circulação comercial de ideias, mas também ao fato de que a família e a subjetividade, ao se desvincularem das atividades não reflexivas, permitem aos indivíduos estabelecer relações puramente humanas uns com os outros (ARENDT, 2001).

Nesta mesma perspectiva Arendt (2001, p. 124), dizia que “[...] a vitória do homem sobre as necessidades do mundo do lar, da esfera privada, permitia e criava as condições para a vida pública, que se traduzia na liberdade na polis”. Com isso, o espaço público passaria a ser a instância da realização plena da condição humana mediante uma das atividades fundamentais da *vita activa*: a ação, isto é, a liberdade, a dignidade da política, a luta dos homens contra a mortalidade e contra o esquecimento, a relação desinteressada entre eles e sem mediação do mundano ou das necessidades vitais.

Todavia, a autora descreveu que essa configuração deste ambiente público, oriundo da Antiguidade clássica, foi destruída pelo mundo moderno; por isso, sequer cabe cogitar na existência do espaço público nesta configuração para as sociedades contemporâneas, a não ser como negação do espaço público genuíno (ARENDT, 2001).

Quando analisadas as características dos séculos XVI a XVIII, observando-se o desenvolvimento do sistema capitalista de produção, tem-se juntamente a formação da sociedade civil burguesa, sendo esta identificada por Habermas (1984) como a “esfera pública burguesa”.

A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público, elas reivindicam esta

esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca da esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio, de mercadorias e do trabalho social (HABERMAS, 1984, p. 42).

A partir destes estudos, pode-se evidenciar o quão é difícil conceituar e diferenciar o que é público e o que é privado. Já na segunda metade do século XIX, observa-se a presença crescente de um intervencionismo estatal, que acaba por se manifestar em uma estatização progressiva da sociedade e das ações no tempo e no espaço.

Assim, Arendt (2001) identifica um processo similar, mas utiliza outras denominações para tal situação. A autora, a partir dos primeiros estágios da era antiga para a moderna, identifica uma espécie de extinção das esferas pública e privada através do surgimento da esfera do social.

Resumindo tais colocações, pode-se identificar para Arendt (2001) três momentos-chaves na evolução da relação entre público e privado sendo estes: (1) na Antiguidade com a esfera pública política da qual participavam aqueles que tinham propriedades privadas; (2) na Modernidade, surgindo a esfera social que relegou para a intimidade a capacidade de ação dos homens, através da normatização de pessoas e seus comportamentos; (3) a Contemporaneidade, ou seja a atualidade produzindo um forte enriquecimento da propriedade privada através do individualismo, valorizando a propriedade privada.

Tanto Habermas (1984) como Arendt (2001) apresentam a importância fundamental acerca do impacto da modernidade e do desenvolvimento do sistema de produção capitalista na relação de evolução e transformação do público x privado, como também, certas identificações sobre as variadas compreensões do público e privado. Observou-se em referências bibliográficas a utilização destes autores para diferenciar, tentar compreender, e interpretar tais conceitos e suas distintas apresentações no decorrer da história da humanidade.

Estes autores discutiram estas esferas na instância política das quais pode-se observar em alguns trabalhos, e com isso, procurou compreender o público X privada em diferentes instâncias, transpondo assim as análises e reflexões para a instância do social, econômico e cultural que são elementos ímpares das reflexões sobre o caminhar do espaço público de lazer na contemporaneidade.

Com isso, ocorre que alguns autores que buscam trabalhar esta temática transpunham a esfera pública x privada discutida por Habermas (1984) e Arendt (2001), designando-os como espaço público e privado em suas análises.

Mas é necessário que compreenda-se não apenas a dimensão e a instância política discutida por estes autores, mas também as dimensões espaciais, sociais e econômicas do espaço público para não cometer-se o risco de transferir as ideias trabalhadas por Habermas e Arendt que apresentam a dimensão política na esfera pública e privada. Para Gomes (2002) o espaço público se diferencia do conceito de esfera pública, muito estudada pelos cientistas sociais, por trazer exatamente a dimensão espacial para o centro da questão.

Deste modo, buscou-se apresentar outras perspectivas e interpretações para, juntamente, com ideias de Santos (1996) abordar-se as dimensões espaciais, econômicas, culturais e sociais no/do espaço público de lazer utilizando dos conceitos de Estrutura, Processo, Função e Forma para compreender a ligação entre as distintas dimensões dos mesmos na contemporaneidade, suas alterações, seus desdobramentos e não apenas a dimensão política já realizada por outros autores.

Ao serem atribuídos sentidos cotidianos comuns ao espaço, é naturalizado ao ser tratado como um atributo material de todas as coisas, cujos aspectos principais são mensuráveis (direção, área, padrão, volume, distância, forma). A naturalização do espaço é acompanhada pela naturalização do tempo: se o espaço é o substrato material da sociedade, o tempo é irreversível, imutável e contínuo, ambas compreensões são profundamente redutoras de seus significados.

Para Corrêa,

[...] O mérito do conceito de formação sócio-espacial, ou simplesmente formação espacial, reside no fato de se explicitar teoricamente que uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade (CORRÊA, 1995, p.26).

Como as formações socioespaciais possuem estruturas (social, política, econômica e cultural) que instauram sua existência material, são as formas e objetos geográficos que objetivam a relação espaço-tempo-sociedade, objetivação esta decorrente da cristalização de processos sociais gerais nos lugares que, enquanto acumulação desigual de tempos, possibilitam a concretude, de maneira específica, da sociedade em geral. Assim “[...] essa

especificidade do lugar é que permite falar de um espaço concreto” (SANTOS, 1996, p.10-11).

As formas e objetos, constituem arranjos que expressam uma ordem espacial, intimamente imbricada às outras ordens constitutivas da sociedade: econômica, jurídica, social, cultural, política, etc., São arranjos espaciais que se comportam como reflexos (condição e causa) das relações sociais que lhe dão sentido.

Deste modo, as formas e objetos distribuem-se no espaço de maneira temporal e espacialmente diferenciada, apresentando a continuidade/descontinuidade, ou seja, formas e objetos pretéritos convivem com conteúdos presentes e futuros e vice-versa, conteúdos pretéritos, não atualizados, convivem com formas e objetos novos e/ou renovados.

Estas formas-conteúdo por corresponderem padrões cujas funções são dadas pelo modo como se articulam e se organizam as instâncias e as dimensões da sociedade como um todo (estrutura), são compreendidas na totalidade em movimento (espaço-temporal) da qual fazem parte, totalidade esta que pressupõe ação e mudança (processo). “[...] A idéia de forma-conteúdo une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social” (SANTOS, 1996, p.83).

Para Santos (1996, p. 26) “[...] O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento”.

Assim, o espaço deve ser compreendido como um conjunto indissociável e contraditório de objetos e ações (SANTOS, 1996). Deste modo, o espaço possui arranjos visíveis que imprescindivelmente se relacionam entre si, com e por meio da sociedade em movimento. Nesse sentido, os objetos e arranjos de objetos são construídos, reconstruídos e desconstruídos para atender a dinâmica social, produtiva e espacial em um dado tempo.

Portanto, para Milton Santos (1996, p. 50) a forma é o aspecto visível de uma determinada coisa. São os objetos e arranjos de objetos que compõe o espaço, isto é, casas, condomínios, praças, parques, escolas avenidas e etc., tudo gerado historicamente, organizando o presente e projetando o futuro.

A função é a atividade desempenhada pela forma. Ela dá sentido a forma visto que um objeto no espaço não subsiste desprovido de tarefa e, por outro lado, a tarefa não pode ser desempenhada sem a forma, daí a relação direta entre as duas. Um terceiro aspecto da análise é a estrutura. Santos (1996, p. 59) assinala que “[...] estrutura implica a inter-

relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção”. É o aspecto “invisível” construído pela interrelação das diversas funções desempenhadas pelas/nas formas. Por isso para compreendê-la é preciso sempre considerar a dinâmica social de cada período.

A estrutura espacial de um dado lugar deve ser considerada como sendo o resultado da interação de várias estruturas que subsistem indissociavelmente. Santos (1996) discute que

[...] A estrutura espacial é algo assim: uma combinação localizada de uma estrutura demográfica específica, de uma estrutura de produção específica, de uma estrutura de renda específica, de uma estrutura de consumo específica, de uma estrutura de classes específica e de um arranjo específico de técnicas produtivas e organizativas utilizadas por aquelas estruturas e que definem as relações entre os recursos presentes (SANTOS, 1996, P. 17).

Para apreensão da realidade, a geografia não pode se interessar mais pela forma das coisas do que pela sua formação. Por isso, outro fator inerente ao estudo do espaço é o processo. Este seria o constante devir social que constrói, reconstrói e desconstrói as formas ao longo da história. O processo é dinâmico, ou seja, processa e é processado, modifica e é modificado, é ao mesmo tempo resultado e condição da história.

O estudo do processo se faz necessário na medida em que se busca entender a criação das formas, o que impreterivelmente facilitará a compreensão das funções por elas exercidas. Neste sentido, a história se constitui em ferramenta intimamente relacionada, que é preciso recorrer constantemente.

À primeira vista o geógrafo pode ser induzido a estudar pura e simplesmente a forma. Porém, não se pode a separar concreta e conceitualmente das demais categorias sob pena de não se compreender a contento os diversos aspectos que compõe o espaço. Como afirma Santos (1996)

Para se compreender o espaço social em qualquer tempo, é fundamental tomar em conjunto a forma, a função e a estrutura, como se tratasse de um conceito único. Não se pode analisar o espaço através de um só desses conceitos, ou mesmo de uma combinação de dois deles (SANTOS, 1996, p. 54).

Se examinar apenas a forma e a estrutura, eliminando a função, perde-se a história da totalidade espacial, simplesmente porque a função não se repete duas vezes.

Com isso, separando estrutura e função, o passado e o presente são suprimidos, com o que a ideia de transformação escapa e as instituições se tornam incapazes de projetar-se no futuro. Examinar forma e função, sem a estrutura, deixa com uma sociedade inteiramente estática, destituída de qualquer impulso dominante. Como da estrutura emergem os processos que ditam as funções, seria absurdo tentar uma análise sem esses elementos (SANTOS, 1996, p.56).

Assim, forma, função, estrutura e processo, este último sinônimo de tempo, quando considerados em conjunto impedem a compreensão superficial e descritiva dos fenômenos. Essas categorias constituem uma base forte que auxilia o geógrafo na leitura e interpretação da realidade. Importante devido à relação entre as dimensões econômicas, sociais, culturais e políticas presentes na produção, usos e apropriações dos espaços públicos na atualidade.

Para poder-se analisar praças, lagos, parque e o centro poliesportivo, deve-se buscar a compreensão⁷ do que seja cada um destes espaços públicos, tarefa bastante difícil dadas as diferenças significativas entre alguns destes espaços como os parques, quanto às dimensões, funções e equipamentos que os mesmos comportam. De acordo com a Sociedade Brasileira de Arborização e Urbanismo (SBAU) “os parques urbanos são áreas livres destinadas ao lazer, a recreação e a conservação de áreas naturais” (SBAU, 2000).

Uma coisa é certa, não existe um padrão: deve-se compreender construções e criações destes espaços públicos a partir da diversidade, que deve ser considerada como meio e condição de necessidades, dos pensamentos e gostos de cada grupo e até mesmo de uma época.

Enquanto uns são dotados de equipamentos culturais, esportivos, institucionais, outros têm como atração os caminhos e áreas de contemplação, paisagens naturais. Cada parque, cada praça, devem ser pensados nos seus diferentes tempos, usos e funções. Um levantamento acerca do tema, que permita o entendimento da origem e de suas mudanças, é importante para a compreensão das imprecisões quanto as diferentes interpretações e suas criações. Quais seriam suas funções e seus elementos presentes na cidade, para a população, etc.?

⁷ Não queremos aqui discutir e definir o que é Parque, Praça, Lago e centro poliesportivo, mas sim, compreender as distintas conceituações e interpretações sobre os mesmos em diferentes períodos.

Na tentativa de encontrar articulação entre os processos de urbanização atuais e a preservação do meio ambiente, Scalise (2002) considera que os parques urbanos são um novo elemento cultural, estético, que desenha um perfil, um entorno e novas identidades locais.

Ferreira e Silva (2003, p. 38) relacionam os parques urbanos a melhor qualidade de vida e ambiental no espaço urbano, “[...] devido aos fatores antropogênicos positivos, às funções ecológicas, estéticas, recreativas, de lazer, e até mesmo às determinantes psico-sócio-fisiológicas sobre os indivíduos”.

Os desenvolvimentos intelectuais, científicos e tecnológicos alcançados pela humanidade produziram cidades nas diversas civilizações e culturas, que impuseram a transformação do ambiente natural em urbano, que tem problemas ambientais e sociais. Dentro desse ambiente urbano existem espaços livres⁸ de construção praças e parques que proporcionam o contato com a natureza e auxiliam na mitigação dos impactos ambientais provocados pela urbanização [...]. Parques podem ser explorados pela prática do turismo, além de terem sua grande importância para o metabolismo da cidade e para a recreação e lazer dos cidadãos (FERREIRA E SILVA, 2003, p. 38).

Barcellos (1999) relaciona a origem dos parques a uma lógica social:

Se inicialmente a realeza faz surgir o jardim do palácio e a nobreza ao desfrutar dele cria o gosto pelo passeio ao ar livre, a emergente burguesia contribuiria para o surgimento do parque público como um palco para seus arranjos sociais, onde era possível se manter em massa, desfrutando de uma sociabilidade que em outros locais seria difícil, já que os salões da corte eram restritos à nobreza e as ruas das cidades eram emaranhadas de vias estreitas e sujas (BARCELLOS, 1999, p.43).

Assim, interpreta-se tais espaços públicos como espaços de arborização natural ou plantadas, do encontro, das ações políticas, do descanso, das distintas relações socioespaciais, devendo pontuar-se suas transformações no tempo e espaço.

Neste período, a relação entre o homem e a natureza foi um tanto distante e utópica, tendo em vista o interesse no desenvolvimento econômico pelos países, principalmente os europeus onde a natureza era, antes de tudo, fonte de matéria-prima

⁸ Espaço livre público é um termo utilizado pela Arquitetura e Urbanismo, Macedo e Sakata (2003, p. 39) abordam que é “[...] um espaço não ocupado ou coberto por um volume edificado, tal espaço está diretamente associado ao entorno das edificações, às atividades humanas, seja na forma de espaços de circulação ou como áreas de permanência”. Tais interpretações ocorrem desde meados do século XX, mas buscaremos trabalhar nesta tese utilizando apenas o termo espaço público que é habitual na ciência geográfica.

para suas indústrias. Não havia preocupação específica com a qualidade de vida da população, nem com o manejo e a preservação ambiental. A ideia dominante era a industrialização nas cidades, pela qual seria possível alcançar o crescimento e desenvolvimento econômico e o social.

Apenas quando se começa a pensar e investir no lazer da população, como possibilidade para melhorar o desempenho e o rendimento de suas atividades no trabalho, é que os espaços verdes, considerados ociosos pelo desenvolvimento do capital, voltam a ganhar importância.

As áreas verdes dos parques e das praças além da sua cobertura vegetal, foram pensadas no período industrial no século XIX para ter outras fundamentais características e o cumprimento de várias funções, como o descanso, a recreação e o lazer para a população.

Tais ações foram pensadas para melhorar o desempenho na produção industrial para os trabalhadores, haja vista a falta de entretenimento, lazer e espaços que pudessem proporcionar estas atividades para esta classe social.

Afirmam Macedo e Sakata (2003) que o surgimento do parque urbano brasileiro não está diretamente ligado ao atendimento das necessidades da classe trabalhadora das metrópoles do século XIX, tal como ocorreu na Europa, visto que, naquela época, o Brasil ainda não contava com nenhuma cidade de porte semelhante ao das cidades europeias do mesmo período.

O parque é criado, então, como uma figura complementar ao cenário das elites emergentes, que controlavam a nova nação em formação e que procuravam construir uma figuração urbana compatível com a de seus interlocutores internacionais, especialmente ingleses e franceses. Nesse contexto são criados, no Rio de Janeiro, os três primeiros parques públicos, com as características morfológicas e funcionais que conhecemos hoje: o Campo de Santana e o Passeios Público, situados junto ao núcleo histórico e centro tradicional da cidade, e o Jardim Botânico, junto à então distante Lagoa Rodrigo de Freitas (MACEDO e SAKATA, 2003, p. 16).

Tais autores discutem algumas das funções dos parques urbanos na sociedade brasileira do início do século XXI, frente à preocupação com a requalificação dos espaços urbanos, principalmente com as áreas centrais e a crescente procura por lazer e recreação. Com a introdução da educação ambiental no planejamento dos centros urbanos, temática sobre Parque Urbano assume papel central no desenvolvimento dos

planos e projetos urbanísticos. Quando analisado historicamente, compreende-se que apenas nos últimos 20 anos do século XX, ocorreu interesse político, econômico e social crescente pela implantação e formação de parques públicos nas cidades.

Ao abordar-se as implantações e produções de praças, em distintos períodos da história, deve-se considerar que as praças eram vistas como o espaço público de maior importância da cidade e funcionavam como seu centro vital. Tal espaço público era materializado na figura da *Ágora* ou do *Fórum*, a praça, com seu conjunto arquitetônico, desempenhava o papel principal, o lugar da visibilidade, do público, da vida cotidiana.

A beleza de tal espaço era, a partir da história que a mesma ia carregando, seu desenho urbano paisagístico, sua morfologia, estética e sua apropriação, que permitia a formação das cidades. Ou seja, a praça representava o espaço de maior vitalidade urbana, sendo que na praça ocorriam os principais acontecimentos públicos neste período (ROBBA e MACEDO, 2002). Pode-se dizer, que a praça da antiguidade clássica ao período contemporâneo, traz elementos da organização urbana por se apresentarem em diferentes formas e com distintas funções, como lugar de diferentes manifestações, de culto, de propiciar a interação social, etc.

A praça deve ser considerada como um *locus* privilegiado da cidade, pois a mesma tem caráter multifuncional, onde também pode ocorrer o resgate de valores sociais, históricos, culturais, dentre outros. Para a (SBAU, 2000, p.39) as praças devem ser consideradas como “espaços livres públicos onde as pessoas podem se reunir para inúmeros fins, sejam estes políticos, sociais, econômicos ou religiosos, como também desenvolvem atividades de entretenimento”.

Quando se discute o avanço da urbanização brasileira, a praça comparece, segundo o conceito vitruviano de centro político-administrativo, local propício à implantação dos principais edifícios da cidade, ponto de encontro, local do comércio e de manifestações, porém, concretizadas a partir da cultura urbana portuguesa. Conhecer como se estabeleceu a relação entre esses momentos de ordenação territorial é fundamental para se compreender a formação da praça brasileira e seu desenvolvimento.

Em relação ao espaço urbano, as praças foram e ainda são em algumas cidades locais de articulação urbanística e arquitetônica, cujo local reúne em seu entorno, as principais estruturas institucionais, comerciais, residenciais, transporte, lazer, etc. Característica fundamental das praças são as diferentes formas para abrigar funções. A configuração desses conjuntos urbanos consolidou um padrão urbanístico que se

implantou na maioria das cidades brasileiras: espaços distintos de caráter cívico, religioso, comercial, residencial e mais atual com funções de práticas esportivas e lazer.

A partir do século XX o modelo de praça ajardinada passa a predominar de norte ao sul do Brasil, vê-se a implantação de praças ajardinadas de estética neoclássica ou eclética. Exemplos como a Praça Paris, no Rio de Janeiro; o Parque Municipal e a Praça Raul Soares em Belo Horizonte; a Praça das Mangueiras em Teresina; a Praça do Congresso em Manaus; a Praça da Sé em São Paulo e a Praça Santos Andrade em Curitiba, representam a inspiração nos jardins clássicos franceses. A implantação do modelo da praça ajardinada representou um marco na trajetória da praça brasileira, pois consolidou uma prática urbana diferenciada do ambiente colonial.

Já evidenciou-se que os espaços públicos devem ser pensados de acordo com a estrutura, sendo esta articulada a um processo que muitas vezes a partir de sua forma acaba por designar distintas funções a este espaço público. Destarte, não pode-se deixar de relacionar as 4 categorias empreendidas por Santos (1996) cujos elementos discutidos ajudam a compreender e interpretar as diversas transformações no tempo e no espaço ocorridos nos espaços públicos da cidade contemporânea.

O século XX foi um momento de transição e de transformação urbanística e paisagística da nação. No período pós II Guerra Mundial, a urbanização se torna um processo em expansão, as cidades crescem e com isso, as praças vão se modificando, e ao mesmo tempo, o sistema de comunicação vai se transformando e alterando a vida dos cidadãos, tirando as pessoas aos poucos da praça. Com isso, a praça, é com certeza um dos espaços urbanos mais visíveis e transformados pelo poder público. Não importa se são chamados de pátios, largos, terreiros pois segundo Macedo (2003, p. 29) “[...] todos estes termos acabam por denominar a uma praça”.

Na atualidade é necessário compreender as funções que as praças e os demais espaços públicos de lazer realizam na cidade, mudanças de suas formas, etc. O item principal a ser observado é a prática do lazer, implantada pelos modernistas como um ato de extrema importância para os habitantes dos espaços urbanos do século XX e início do XXI.

Nas praças encontram-se a instalação de alguns equipamentos e infraestruturas como bancos, calçadas, pistas de caminhada, academia ao ar livre, presença de árvores, etc.

A partir das distintas conceituações sobre parques e praças, compreende-se tais espaços públicos como sendo espaços com a presença de área verde, apresentando-se também com equipamentos de uso público, seja para recreação, lazer, bancos, espaços de caminhada, do encontro, assumindo, portanto, uma dimensão multifuncional, etc.

Os lagos artificiais⁹ aqui estudados devem ser compreendidos como elementos que também contribuem para a estruturação dos espaços livres naturais da cidade. Os mesmos são frutos de políticas públicas de represamento e canalização de corregos que cortam o tecido urbano.

Suas funções são as mais diversas podendo melhorar a qualidade do ar das cidades, valorização de seu entorno de acordo com a infraestrutura e os equipamentos que são instalados, lazer, recreação, práticas esportivas, etc.

Muito das vezes, estes lagos artificiais urbanos são criados para solucionar problemas de drenagem de córregos e acabam compondo a paisagem com áreas verdes. Inúmeros são os autores que discutem os benefícios destas áreas no espaço da cidade. Sendo estes benefícios relacionados à qualidade de vida, composição atmosférica, equilíbrio entre a vegetação e o clima da cidade/bairro, e também o mesmo acaba por valorizar tal área quando bem cuidado.

Os centros poliesportivos são criados a partir de políticas públicas estaduais e municipais implantado em espaços livres públicos, equipamentos esportivos como quadras de volei, futebol, basquete, pistas de caminhada, skate dentre outros itens mais. São tidos como centros para práticas de esporte ao ar livre que reúnem a população para prática de inúmeros exercícios, atividades de lazer e contemplação do lugar.

As características e valores dos diferentes tipos de espaços públicos podem ser responsáveis pelas mudanças nas formas e nas diferentes funções destes espaços públicos, tendo também, outro elemento responsável pelos novos modos de vida nestes espaços, sendo a influência dos costumes de outros países, como praças modernistas, calçadões, áreas de extrema velocidade de comunicação e de trocas de informação, lagos artificiais, centros poliesportivos, pois a partir de cada espaço, seus equipamentos e infraestrutura caracterizarão mudanças nas funções destes espaços públicos urbanos.

Deve-se também considerar que nas cidades atuais as pessoas acabam procurando frequentar os espaços públicos devido existirem maior presença destes como elementos

⁹ A breve descrição em relação aos lagos artificiais urbanos está relegada a não existência de um apanhado histórico, conceito sobre lagos artificiais; apenas existem estudos de como e porque são implantados e quais são seus benefícios a cidade. Para assim, buscamos nesta tese, estudar as diferentes formas de produção, apropriação e usos no Lago Igapó e no Lago da Zona Norte ambos em Londrina – PR.

do verde, quando estes acabam também sendo as únicas opções de espaços públicos com estas características, deixando assim, a falta de novos espaços públicos para o lazer, para o encontro, o descanso, as práticas esportivas, as áreas com a presença significativa de espécies vegetais, dentre outras.

Tudo isso deve ser articulado a partir da dimensão dos processos de urbanização brasileira na atualidade. Tais fatos são mais visualizados em grandes cidades, metrópoles e em algumas cidades de porte médio, etc. Como exemplo, pode-se citar o crescimento do número de parques e praças na cidade de São Paulo nos últimos anos do início do século XX como o Parque das bicicletas, o Parque Vila Lobos, Parque e a Praça da Juventude, dentre outros, devido a falta de espaços de lazer, do encontro e outras funções e usos que tais espaços possam desempenhar na atualidade.

No que tange a implantação de parques, praças, lagos e centros poliesportivos na sociedade contemporânea, evidencia-se a busca pela melhoria da qualidade de vida, a estruturação de outros espaços públicos ou a restauração de outros degradados. Tal processo ocorre por meio de diferentes formas e estas desempenham inúmeras funções de acordo com as características históricas, seu tempo e o local onde tais espaços públicos estão sendo criados ou recriados. Mas é também do ponto de vista de suas funções, lugar de controle social devido os mesmos ocasionar determinados usos para certas classes sociais.

Já evidencia-se que vários destes espaços públicos aqui mencionados são formas criadas na cidade a partir do século XIX com a necessidade de dotar as mesmas de espaços adequados para atender a uma nova demanda social, o lazer, o tempo do ócio e para contrapor-se ao ambiente urbano.

No Brasil, cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba são referências quanto aos parques, praças, lagos e centros poliesportivos pela quantidade e diversidade dos mesmos. Destacam-se na cidade de São Paulo: o Parque do Ibirapuera, a Praça da Sé; na cidade do Rio de Janeiro o Aterro do Flamengo e os Parques Gleba e Professor Mello Barreto; o Parque Farroupilha em Porto Alegre; os inúmeros parques e praças em Curitiba; o Parque do Abaeté em Salvador, os lagos artificiais que são criados nas cidades como o Lago Paranoá criado na década de 1960 juntamente com a criação de Brasília; a criação do Lago Igapó na cidade de Londrina - PR, o Parque do Povo em Presidente Prudente -SP, dentre outros espaços públicos em diversas outras cidades no território nacional.

A presença e a disseminação das mais variadas formas e funções dos espaços públicos nas cidades brasileiras, foram atendendo os diferentes interesses políticos: seja o abandono mediante troca de prefeitos e governadores; seja gerando novos investimentos, garantindo publicidade à gestão pública. Mas os espaços públicos no Brasil passaram a ser muito mais discutidos a partir do final do século XX.

No quadro 3 evidencia-se as mudanças das funções desempenhadas pelos espaços públicos de lazer no decorrer dos diferentes períodos no Brasil.

Período	Colonial Século XVI e XVII	Mudanças e transições Século XVIII	Moderno Século XIX	Contemporâneo Século XX e Início XXI
Função Social Dos espaços públicos de lazer	Convívio social	Convívio social	Convívio social	Convívio social
	Uso religioso	Circulação	Circulação	Contemplação
	Uso militar	Contemplação	Contemplação	Circulação
	Comércio e feiras	Passeio	Recreação	Recreação
	Circulação	Cenário	Cenário	Cenário
	Recreação		Lazer cultural	Lazer esportivo
			Lazer esportivo	Lazer cultural
			Comércio	
			Serviços	

Quadro 3: Funções desempenhadas pelos espaços públicos de lazer em diferentes períodos brasileiros

Fonte: Macedo, 2003.

Org: Bortolo (2013).

No quadro 3 pode-se analisar os diferentes períodos e as funções sociais que os espaços públicos vêm desempenhando nas cidades brasileiras. É muito importante e interessante observar que com o passar dos anos tais espaços públicos foram agregando novas funções, não sendo mais apenas espaços ligados ao uso religioso, áreas do convívio social, da visibilidade das pessoas, da circulação, etc., mas incorporou-se como espaços do lazer, das compras, do comércio e das feiras, do esporte, de diferentes serviços que podem ser oferecidos nestes espaços.

No que se refere a uma reinterpretação da esfera pública discutida por Habermas (1984), a ênfase reside agora na dimensão econômica, cultural da vida social própria do

espaço público das cidades contemporâneas, em seu caráter de território de mediação entre a sociedade e o Estado, pois é ali que se tornam públicas as expressões políticas da cidadania segundo modalidades diversas de associação e do conflito.

Estes espaços públicos poderão contribuir para criar elos e instâncias de mediação entre o Estado e a sociedade mediante os diferentes usos, as manifestações, exercitando a cidadania, novos projetos e elaborações de espaços públicos urbanos podem ser utilizados como lugares para considerar a multiplicidade de espaços e suas implantações, suas formas, novas funções, suas características e os elementos presentes em sua origem, como na contemporaneidade.

Assim, deve-se refletir acerca desta alteração das formas dos espaços públicos e também sobre as mudanças nas funções dos mesmos na sociedade capitalista contemporânea. Deste modo, como é evidenciado em análises de Santos (1996, p.50) que compreende esta forma como sendo o aspecto visível, objeto e arranjos de objetos que compõe o espaço, neste caso, as praças, parques, lagos, e o centro poliesportivo.

Não esquecendo a função, que deve ser considerada como as atividades desempenhadas por estas formas já apresentadas. Como elemento significativo deve-se também relacionar a estrutura destes espaços públicos de lazer devido sua inter-relação com as demais partes da cidade e seu modo de organização, partindo de processos de construção e transformação dos espaços públicos no decorrer do tempo. Com isso, deve-se compreender estas transformações a partir da dinâmica social de cada período e seu processo no que tange a produção e os diferentes usos no espaço público contemporâneo.

Mudam-se as estruturas, suas formas, alteram-se as espacialidades e com isso, modificam-se também as ações, os processos, suas atividades realizadas nos diversos espaços públicos. Tudo isso, resultado das inúmeras relações sociais, do inerente movimento da sociedade e das relações do tempo com o espaço socialmente produzido, a partir das relações desenhadas no espaço pelas diferentes formas e estruturas existentes, as funções e os processos que compõem e apresentam significativas mudanças, transformações que dão a dinâmica dos espaços públicos atuais.

1.3 As cidades da aglomeração urbana de Londrina - PR como área de pesquisa

Discutir espaços públicos nas cidades que compõem a aglomeração urbana de Londrina é de extrema importância, impondo compreender a formação de cada cidade e dos espaços públicos existentes. Mais relevante ainda, é que estas cidades fazem parte de uma região metropolitana, situada na porção Norte do Estado do Paraná. Londrina é a cidade sede e polo regional de atração comercial, prestadora de serviços e industrial, alcançando mediante quantidade, qualidade e área de influência, a escala nacional de atuação e internacional em alguns setores da economia.

A partir do momento em que se propõe discutir a produção de espaços públicos de lazer nas cidades da aglomeração urbana de Londrina, é necessário analisar o desenvolvimento desses espaços públicos nestas cidades, compreender suas formas, a criação dos mesmos¹⁰.

Estes foram os espaços públicos de lazer escolhidos para serem estudados: praças centrais e periféricas nas cidades, lagos artificiais criados pelo poder público, parque urbano e centro poliesportivo, espaços estes localizados nas cidades de Jataizinho, Ibiporã, Cambé, Rolândia e Londrina. Escolheu-se tais espaços públicos para o estudo devido os mesmos serem os mais representativos, variados e utilizados nas cidades em tela. Ao escolher-se espaços públicos centrais e periféricos nas cidades da aglomeração urbana de Londrina, buscou-se compreender as diferentes formas de produção, usos e suas apropriações em distintas áreas das cidades podendo estas serem de alto e/ou baixo status social analisando assim, as diferentes periferias das mesmas.

Corrêa (1989) já dizia que

A periferia urbana tem sido objeto de práticas territoriais das classes dominantes. Práticas que se traduzem em práticas complementares, em relação às outras partes do território. Estas práticas na periferia urbana estão inseridas de um lado, no processo de acumulação de capital, seja através do processo de incorporação e produção imobiliária, seja através de uma extração de renda fundiária. De outro, insere-se o processo de controle social através da reprodução segregada das diferentes classes sociais e suas frações (CORRÊA, 1989, p. 73).

¹⁰ Discutiremos os diferentes espaços públicos, sua criação, diferentes formas de uso e apropriação no capítulo 2. Para o momento, refletiremos acerca da criação das cidades, seu planejamento e a implantação dos primeiros espaços públicos nas cidades da aglomeração urbana de Londrina – PR.

Assim, ocorreu-se a preocupação em escolher diferentes tipos de espaços públicos e em distintas localidades em cada uma das cidades estudadas para poder identificar e compreender as diferentes formas de usos e apropriações nestes espaços públicos, sendo estes espaços distintos em cidades diferentes e se localizando em áreas diversas destas cidades, etc.

Deste modo, não poderia deixar de analisar as praças centrais de cada cidade pertencente à aglomeração urbana de Londrina, pois as mesmas fazem parte da história da formação destas cidades, analisar também as praças localizadas nas áreas periféricas destas cidades para poder compreender os diferentes usos destes espaços públicos na cidade contemporânea. Também é de extrema importância estudar lagos artificiais, o centro poliesportivo e parques urbanos haja vista a presença destes nas cidades e suas relevâncias para as mesmas, seja no âmbito cultural, urbanístico, lazer, ambiental, esporte, para o mercado imobiliário, dentre outros.

A observação dos espaços públicos, realizada a partir de uma análise reflexiva e teórica, permitiu-se detalhar parte da experiência das inúmeras práticas socioespaciais neles estabelecidas em diferentes momentos, procurando identificar nesses espaços os mais diferentes ritmos da vida urbana em suas múltiplas formas de expressão.

Beaujeu-Garnier (1997, p. 234) explica que uma aglomeração urbana envolve “[...] tanto em população como em extensão e dimensões extremamente variáveis; podendo ser envolvidas por extensos arrabaldes e transformam-se, então, nas aglomerações”. A mesma discute que tais aglomerações podem ser constituídas por espaços diretamente dependentes.

Existem diferentes fatores para considerar como uma aglomeração urbana: 1) “[...] caso apresentem sua circunscrição territorial administrativa vasta e estarem contidas toda a população da aglomeração” (BEAUJEU-GARNIER, 1997, p 237); 2) “[...] Outra condição é tais espaços estarem demográfica e economicamente ligadas a uma cidade principal”. Portanto, o espaço urbano deve ser considerado, simultaneamente, extensão e volume, distância e relação, realidade concreta e estrutura invisível afirma Beaujeu-Garnier (1997).

As cidades apresentam normalmente um processo de urbanização crescente bem como as estruturas de consumo pelo acréscimo da população urbana, da ampliação das demandas da mesma, do aperfeiçoamento das técnicas, permitindo multiplicar os níveis na extensão do uso e ocupação do solo.

Os critérios acerca de uma aglomeração variam de país para país, não são homogêneos e acabam por serem divididos de distintas maneiras e formas. Beaujeu-Garnier (1997) aborda que para uma cidade em desenvolvimento, a primeira dificuldade é a de ajustar os seus limites administrativos à grandeza de seu crescimento demográfico e espacial.

Tal situação é descrita a partir da cidade de Paris na França, onde alguns fatores foram considerados em relação a este fenômeno. Os mesmos são: a continuidade do espaço construído; a densidade de população e a importância do crescimento demográfico nas unidades administrativas; a natureza das ocupações; as migrações cotidianas (pendulares).

Tais características devem ser tomadas para a reflexão, porém, quaisquer que sejam os critérios a serem adotados, é de extrema importância ter em conta a evolução, os limites da aglomeração e suas articulações econômicas e sociais.

Considerando que geralmente as cidades apresentam tendências de crescimento (GEDDES, 1915), a própria função para a qual foi criada toma um lugar crescente; os progressos técnicos permitem utilizar novas áreas, interligando-as; construção de auto-estradas produzindo inúmeros bairros mais afastados da área central, etc. Isto ocasiona a expansão das áreas urbanas e a expansão do aglomerado urbano.

A aglomeração é uma das formas mais complexas do desenvolvimento urbano, ou seja, a partir das transformações socioeconômicas ocorridas no Brasil, principalmente a partir da década de 1970, contribuíram para a aceleração do processo de urbanização, gerando profundas transformações espaciais resultantes de novas lógicas territoriais.

A partir da análise da Constituição do Estado de São Paulo de 1989 (SÃO PAULO, 1989, p. 125), que prevê a criação de aglomerações urbanas¹¹, entende-as como agrupamento de municípios limítrofes que apresentam relações de integração funcional de natureza econômico-social e urbanização contínua entre dois ou mais municípios ou manifesta tendência nesse sentido, que exija planejamento integrado e recomende ação coordenada dos entes públicos nela atuantes.

Corrêa (1989) destaca que toda a dinâmica da sociedade, através de seus movimentos e no contexto de estruturas sociais, pressupõe uma demanda por funções urbanas que se materializam nas formas espaciais, levando a fenômenos como a aglomeração urbana.

¹¹ Artigo 153, seção II, Capítulo 2 da Constituição do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 1989, p. 125).

Moura & Ultramari (1994) entendem a aglomeração urbana como o espaço de comutação diária entre as cidades, com uma relação de dependência entre centro-periferia.

Dessa forma, o fenômeno da aglomeração urbana refere-se ao processo de expansão urbana de duas ou mais cidades, através do avanço da malha, constituindo-se numa contiguidade da mancha de ocupação urbana. Deve ser compreendido também no contexto da circulação, ou seja, dos diferentes fluxos presentes entre as cidades.

Freeman (1959) afirma que conurbação é uma acumulação de cidades industriais onde, aliás, se podem encontrar espaços primitivamente comerciais, residenciais, industriais, etc. Mas não pode-se confundir estes dois termos, trata-se de duas noções que podem coincidir, mas não necessariamente. A aglomeração supõe uma maior dependência; na conurbação¹², as cidades mantêm-se distintas, embora em um mesmo conjunto.

Para Fisherman (1994), tais análises ficam mais claras quando se aborda as mudanças tecnológicas e a generalização da utilização de veículos automotores na modernidade, pois tais elementos são responsáveis por mudanças espaciais e temporais.

Determinadas alterações e modificações, significaram uma transformação da sociedade para incorporar escalas espaciais antes pouco vivenciadas no cotidiano, obrigando uma reestruturação em escala regional da vida de boa parte da população, reestruturação essa em que as cidades ganham novos papéis no espaço metropolitano “[...] deixando de ser as sedes da vida cotidiana, para se transformarem em pólos de um sistema articulado em escala mais ampla, regional” (REIS, 2006, p. 45). A cidade, agora muito mais dispersa, aumentou a extensão do território a ser percorrida e as medidas agora se fazem em termos de distância-tempo.

Neste processo, ocorreu certa desconcentração funcional nas cidades, sendo a responsável pelo processo de produção de novas formas urbanas. Essa desconcentração permitiu maior complexificação das relações entre as cidades, seja na escala metropolitana, seja na escala da rede urbana regional. Segundo Dematteis (1998), esse processo passou a conformar novas periferias tanto em relação ao seu modo de estruturação espacial e ao seu projeto urbanístico, quanto aos conteúdos sociais.

Contudo, se em algum momento houve a obrigatoriedade que, num determinado espaço metropolitano, as cidades apresentassem continuidade territorial entre si, tais

¹² A conurbação segundo G. Chabot (1963) ocorre devido o crescimento paralelo de várias cidades vizinhas, que acabam por se juntar, mas os centros urbanos principais mantêm certa independência entre si.

elementos não se encontram tão visíveis na atualidade com o desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação e de transporte (ASCHER, 1995), que reduziram em parte, a importância da continuidade espacial. Na atualidade, o grau de desenvolvimento dessas tecnologias tem permitido a ampliação do processo de metropolização para escalas regionais cada vez mais ampliadas, formando o que Ascher (1995) denomina metápoles.

Nesta tese buscou-se analisar os espaços públicos de lazer das cidades da aglomeração urbana de Londrina, cuja relevância está na dinâmica apresentada em cada cidade, haja vista a variedade de elementos distintos que cada uma delas apresenta, seja em seu porte, nos diferentes agentes produtores e seus usuários, etc., e estando as mesmas inseridas na região metropolitana de Londrina.

Neste sentido, as regiões metropolitanas no Brasil começaram a serem institucionalizadas na década de 1970, com o ato de institucionalização e criação, executado pelo Governo Federal, as primeiras Regiões Metropolitanas, localizadas em sua maioria no Sul e no Sudeste do país, cujos núcleos eram constituídos pelas cidades de: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Fortaleza e Belém. Estas foram instituídas pela Lei Complementar Federal n. 14 de 1973, à exceção do Rio de Janeiro, cuja região metropolitana ficou excluída da primeira oficialização, tendo sido incorporada posteriormente pela Lei Complementar Federal n. 20 de 1974.

Prevaleceu na criação destas regiões metropolitanas no início da década de 1970, um caráter político e um centralismo do governo federal que acabaram por criar regiões metropolitanas onde os estados federados não tiveram autonomia para sua intervenção.

Já no contexto de meados da década de 1980, é preciso refletir sobre o verdadeiro sentido da criação das regiões metropolitanas, pois Firkowski (2011), elucida que “[...] os Estados passaram a criar suas regiões metropolitanas e priorizaram seus problemas e suas demandas, sendo assim, difícil, na ausência de uma orientação nacional, exigir deles coerência a uma definição inexistente”.

Quando observada por esse prisma, a definição de região metropolitana ganha nova perspectiva, pois seu sentido maior está diretamente relacionado ao estabelecimento de uma política urbana estadual e, em decorrência, os parâmetros estabelecidos para sua definição, também devem ser ajustados de modo a que as mesmas respondam as demandas específicas dos Estados.

Mas a institucionalização das regiões metropolitanas brasileiras passou a gerar em muitas outras regiões o desejo de pleitear este “*status*”, ainda mais que naquele momento, linhas de financiamento passaram a ser voltadas para as unidades regionais metropolitanas.

A Região Metropolitana de Londrina foi instituída em 1998, pela lei complementar estadual nº 81. Esta Região Metropolitana foi a primeira do interior do país, constituída inicialmente pelos municípios de Londrina, Jataizinho, Ibiporã, Cambé, Rolândia e Tamarana.

Nos anos de 2000 e 2002 os municípios de Bela Vista do Paraíso e Sertanópolis foram inseridos; Primeiro de Maio, Assaí e Alvorada do Sul respectivamente no ano de 2010; mais recentemente acrescentados os município de Jaguapitã e Pitangueiras e Sabaudia no ano de 2012; em 2013 os municípios de Florestópolis, Porecatu e Arapongas; em 2014 foram inseridas Guaraci, Lucianópolis, Centenário do Sul, Prado Ferreira, Miraselva, Sertaneja, Rancho Alegre e Uraí na Região Metropolitana de Londrina.

Segundo Fresca (2012) um dos elementos responsáveis por estas ampliações na região metropolitana de Londrina está:

A evolução desta aglomeração urbana na RML, foi principiada na década de 1970, entre Londrina e Cambé, a partir de duas áreas urbanas resultantes de uma expansão separada e distante da cidade de Cambé, que avançava sentido leste, em direção à Londrina. Ao longo dos anos de 1980, a ocupação avançou em ambas cidades, não permitindo distinção de limites entre Cambé e Londrina, enquanto as demais continuavam individualizadas. O mesmo processo ocorreu nos anos de 1990, com diferenças em relação à expansão da malha urbana de cada uma das cidades localizadas ao longo da BR 369. Uma década depois, verificou-se importante crescimento da área urbana de Rolândia e Ibiporã, ambas em direção à Cambé e Londrina respectivamente. Em 2010 a ocupação urbana avançava entre Rolândia, Cambé, Londrina e Ibiporã, enquanto Jataizinho apresentava expansão em direção à Ibiporã. Trata-se de um processo de crescimento territorial, conformando uma grande área urbana ao longo da BR 369. Neste sentido, importa frisar que as demais cidades que compõem a RML em 2012, não apresentavam significativa expansão, mantendo-se ademais com restrita expansão de suas áreas urbanas (FRESCA, 2012, p. 8).

Estas ampliações também ocorreram segundo Fresca (2012) devido a importante influência desempenhada por Londrina perante as demais cidades e o número significativo de deslocamentos pendulares dos moradores destas cidades que foram inseridas na região metropolitana.

Mas, o principal objetivo não foi analisar a formação desta região metropolitana, mas sim, compreender e refletir as diferentes formas de produção e uso dos espaços públicos das cidades que fazem parte da aglomeração urbana de Londrina, estruturada muito antes da institucionalização da região metropolitana.

A aglomeração urbana na Região Metropolitana de Londrina envolve as cidades de Rolândia, Cambé, Londrina, Ibiporã, Jataizinho e Araçongas. Embora Araçongas esteja na aglomeração urbana, esta, não foi objeto da pesquisa porque não havia condições para analisar mais uma cidade, e também, a cidade de Cambé apresenta semelhança em termos de dimensões perante Araçongas, com isso, decidiu-se devido a quantidade de espaços públicos, de cidades e a distância não inclui-se tal cidade na pesquisa.

Tais cidades estão interligadas pela rodovia BR 369 e pela PR 445, importantes eixos de ligação com o Norte do Estado e com o estado de São Paulo. As demais cidades que fazem parte da Região Metropolitana de Londrina - PR, apresentam relativa distância físico-territorial entre elas e com aquelas da aglomeração, mas, tal condição não elimina a interdependência das inúmeras relações presentes entre as cidades da Região Metropolitana de Londrina - PR.

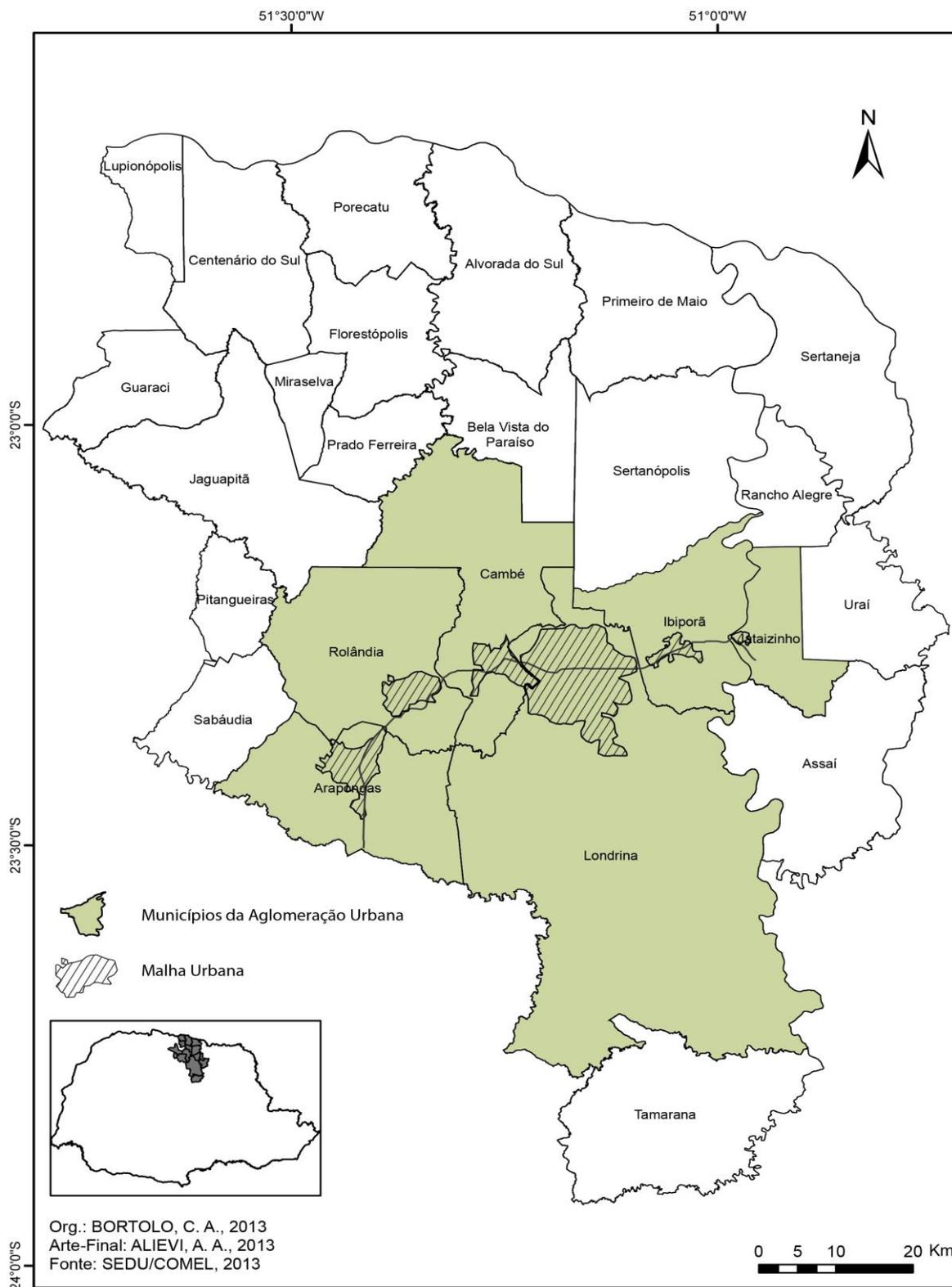
Pode-se verificar no mapa a seguir a constituição da Região Metropolitana de Londrina com as cidades do seu entorno. Ao observar verificar-se-á que tal região é formada pelas cidades que se concentram no norte-central do estado do Paraná, sendo estas cidades distintas umas das outras no que tange o seu tamanho, características econômicas, etc. Esta região metropolitana é formada por cidades maiores como Londrina e Cambé como também estão inseridas cidades de menor porte como Jataizinho, Bela Vista do Paraíso, Tamarana dentre outras. O mapa 1 apresenta a Região Metropolitana de Londrina – PR.

Mapa 1: Região Metropolitana de Londrina – PR, 2014



Visualiza-se no mapa 2 as cidades que formam a aglomeração urbana da Região Metropolitana de Londrina - PR.

Mapa 2: Aglomeração Urbana da Região Metropolitana de Londrina - PR



Assim, é de extrema importância estudar os espaços públicos das cidades que formam a aglomeração urbana de Londrina – PR devido a dinâmica das distintas formas de produção, a presença de cidades de tamanhos distintos, a relação entre elas e com Londrina – PR, os diferentes espaços públicos, suas produções e seus usos.

No momento, deve-se compreender como se deu a formação desta aglomeração urbana e para isso, devendo abarcar a formação de Londrina que data a partir de 1929 pela Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP. Inúmeros trabalhos já analisaram a atuação desta empresa para a formação e implantação da cidade, mas Fresca (2007) faz uma análise sobre a relação de se criar uma cidade em meio a um grande projeto fundiário.

O projeto para implantação de Londrina ocorreu de 1924 à 1929, quando efetivamente a companhia toma posse das terras e começa a executar suas obras e demarcar os lotes, etc., Fresca (2007). A mesma autora ainda comenta que a década de 1920 é considerada como um momento de grandes alterações para o entendimento do desenvolvimento brasileiro. Sendo estas resultantes tanto na implantação do projeto de criação deste empreendimento que era uma execução do grande projeto de ocupação desta parte do Estado do Paraná, como nas especificidades da situação econômica do país, a crise de 1929, Revolução de 1930, dentre outras conjunturas.

Neste momento da história, passam a existir políticas de substituição de importação, períodos de recessão, fazendo com que a situação e a conjuntura econômica fosse desfavorável à produção cafeeira nesta ocasião e também surgiam conflitos entre fazendeiros, cafeicultores e colonos, ganhando assim, certo destaque as negociações com a terra e tornando-se, uma atividade muito importante com as frentes pioneiras afirma Monbeig (1984).

Continuando o mesmo raciocínio, os projetos fundiários surgiram em uma boa hora, pois com o grande mercado consumidor, sendo representado por ex-colonos do café, de forma com que possuíam pequenas economias e podiam comprar pequenos lotes e se ascenderem a pequenos proprietários rurais.

Neste contexto é que a CTNP inicia suas atividades no Norte do Estado do Paraná. Deve-se também considerar que a planta prévia do núcleo central deste município foi planejada no ato de sua fundação e a mesma foi pensada para abrigar cerca de 20 a 30

mil habitantes, ofertando assim, bens e serviços para à população, sendo esta, principalmente rural elucida Fresca (2007).

É interessante observar que, neste amplo projeto desenvolvido pela CTNP, foi pensado um sistema de transporte efetivo que pudesse permitir a chegada e saída de compradores e também a produção agrícola do núcleo criado. Destarte, a CTNP adquire a concessão da Estrada de Ferro São Paulo – Paraná em 1925, sendo que sua construção estava parada em Cambará - PR. Outro comentário de extrema relevância é que neste momento fora organizado um sistema de transposição do Rio Tibagi e do transporte rodoviário de Jataizinho a Londrina, sendo criado a Viação Garcia, (CID, PELEGRINI, 1990), hoje ainda existente os serviços na cidade de Londrina e por todo o Brasil.

Utilizando das considerações feitas por Fresca (2007), a fundação de cidades como empreendimentos neste período, teve acuidade para a escolha do sítio inicial, garantindo o fácil acesso a água para o abastecimento urbano, a planta da cidade foi desenhada caracterizando-se por um traçado geométrico em formato de tabuleiro de xadrez.

Na atual área central da cidade, deve-se chamar a atenção para a implantação e criação dos primeiros espaços públicos desta cidade. O centro da cidade “[...] teria formato elipsoidal, formando uma área central, no qual deveria se situar a catedral (Marco religioso) e depois cinco praças (espaço público) em arco: atual Willie Davis, Primeiro de Maio, Praça Floriano Peixoto, Gabriel Martins e Sete de Setembro” (CASTELNOU, 2002, p.41).

A planta inicial da cidade foi desenhada pelo engenheiro Alexandre Rasgulaeff da CTNP. Uma característica importante da cidade naquele momento era em que na parte central da cidade contava a implantação de uma igreja e as praças.

As praças eram pensadas como espaços de integração e interação entre morfologia, estética, apropriação e diferentes usos pela população, pois a cidade foi criada a partir de seu principal espaço de convivência, a praça junto a igreja.

Em Londrina e outras cidades criadas pela CTNP, ruas, terrenos, certas áreas, já apareciam com usos pré-estabelecidos. No centro, já havia a reserva de terra para futuramente se implantarem e instalarem colégios, igrejas, praças e demais prédios públicos.

Observe na figura 1 o projeto inicial da planta da cidade de Londrina em 1932.

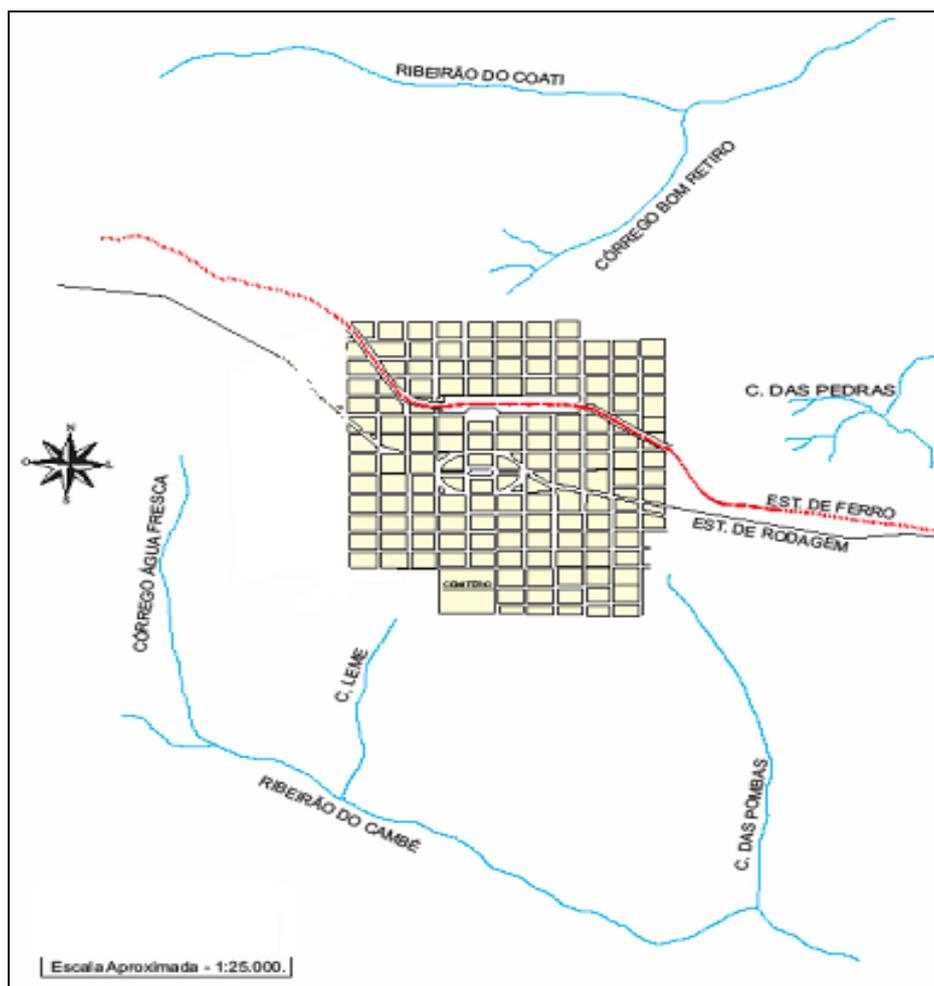


Figura 1: Projeto inicial da cidade de Londrina em 1932
Fonte: Prandini (1954) adaptado por Bortolo (2013).

Em seu núcleo central foi criada a igreja, juntamente a ela a esquerda criou-se a Praça Floriano Peixoto e a direita havia um pedaço de mata remanescente que foi mantido e criado posteriormente o bosque de Londrina. O bosque se localiza na região central da cidade, ocupando duas quadras com algumas espécies remanescentes da cobertura vegetal primitiva. Foi doado pela Companhia de Terras Norte do Paraná. Hoje conta com uma área de 20.000 m², onde se encontram um parquinho infantil, banheiros e bancos para descanso.

Esta planta urbana não demorou muitos anos para que extrapolasse a ocupação da cidade. Outros elementos que garantiram o desenvolvimento e crescimento do que viria a ser o núcleo central, como a implantação e presença da câmara, a prefeitura, o próprio escritório de vendas da CTNP, todos estes elementos localizados no entorno da Praça

Willie Davis, a igreja, etc., todos pensados e planejados na planta prévia para a construção do núcleo inicial urbano¹³ e seu desenvolvimento.

Com isso, pode-se observar que os espaços públicos de lazer presentes neste momento e logo *a posteriori* a implantação do núcleo central e da própria cidade foram planejados e localizados em uma área de destaque topograficamente naquele momento.

No decorrer das décadas de 1930 à 1950, ocorreu a criação de outras cidades no Norte do estado do Paraná com dinâmica similar a Londrina, ou seja, como empreendimentos da CTNP, como cidades planejadas, inseridas em grandes loteamentos agrários.

Uma destas é o município de Cambé, cujas terras eram compreendidas também por uma imensa floresta. Como já fora exposto, em 1925, a CTNP adquiriu uma área de 515 mil alqueires de matas nativas, equivalentes a 14% do total do Estado, de solo fértil e pronta para ser colonizada. Somaram-se à essas vantagens o incentivo à imigração e a difícil situação econômica do Oriente, que criaram condições necessárias para ocorrência de uma corrente migratória para a América.

As primeiras famílias que chegavam à futura cidade de Cambé por intermédio da CTNP eram oriundas da cidade livre de *Dantzig* e chegaram à futura colônia em janeiro de 1932. O nome Nova Dantzig foi escolhido pela Companhia de Terras, que previu para essa região a vinda de um grande número de pessoas de *Dantzig*.

Em 9 de outubro de 1937 o então Patrimônio de Nova Dantzig foi elevado a categoria de distrito judiciário, através da Lei nº 191, de 9 de outubro de 1937. Já na década de 40, com o advento da Segunda Guerra Mundial fez com que o governo do estado obrigasse as cidades e as colônias de nomes relacionados com os países inimigos trocarem de denominação. Nova Dantzig passou a se chamar Cambé, nome de um Ribeirão do município.

Similar ao que ocorreu em Londrina, em Cambé, é pensado e planejado o núcleo central da cidade, a criação da primeira praça adjacente à igreja, sendo esta a Praça Santo Antônio e demais lotes no formato de tabuleiro de xadrez.

Outro município criado neste período e que faz parte do atual aglomerado urbano de Londrina é o município de Rolândia que também foi criado pela CTNP. Em junho de 1934 iniciou-se a construção da primeira casa no perímetro urbano, o Hotel Rolândia. Daí para

¹³ Para compreender melhor a criação, implantação e desenvolvimento de Londrina pela CTNP ver trabalhos de Prandini (1954), Linardi (1995), Fresca (2007), Casaril (2008), dentre inúmeros outros autores.

frente as construções se sucederam e uma vila emergiu no local da mata, assim, nascendo Rolândia.

O nome de Rolândia é de origem germânica, dado em homenagem a *Roland*, legendário herói alemão que na Idade Média guerreava ao lado de seu tio, Carlos Magno, cujo lema era lutar pela “Liberdade e Justiça”.

Rolândia foi uma cidade criada com elementos similares às cidades alemãs, devido o grande fluxo de imigrantes deste país que vieram para este município. Fato relevante é que em 1934, inicia-se na Alemanha uma restrição à imigração. Até então, o valor que cada imigrante poderia levar consigo era de dez mil marcos. Com a restrição, este valor caiu para dez marcos. A Companhia de Terras logo encontrou a solução: a Permuta. Como a Companhia de Terras precisava de trilhos para estender a Estrada de Ferro até Rolândia e a Alemanha possuía este material, ficou acordado que o dinheiro do imigrante ficaria na própria Alemanha. O imigrante compraria o material ferroviário que a Companhia de Terras precisava e em troca recebia títulos em terras em Rolândia. Graças a esta forma de permuta, a Companhia de Terras conseguiu o prolongamento da Estrada de Ferro até Rolândia.

A cidade também foi planejada, com lotes destinados as futuras instalações e suas implantações, da prefeitura, câmara, a igreja na área central com a implantação *a posteriori* de uma praça central, sendo esta a Praça São José. Pode-se observar que nestas cidades que formam hoje a aglomeração urbana de Londrina, inicialmente, tinha-se a implantação do poder público local, sendo este representado pela administração municipal, a criação da igreja, pois a mesma tinha uma representação importante naquele período e juntamente a igreja se criava o primeiro e até o momento, único espaço público para uso da população, a praça situada no centro da cidade.

Outro município da região metropolitana de Londrina e que integra a aglomeração urbana é Ibiporã, cujo nome tem sua origem na língua tupi e significa "Terra Bonita" - IBI = terra e PORÃ = bonita. Este nome adveio do ribeirão que passa nas proximidades da sede municipal, com nascente em Londrina e sua foz no Ribeirão Jacutinga, um dos afluentes do Rio Tibagi, no vale do qual está localizada a cidade de Ibiporã (PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIPORÃ, 2012).

Outras cidades foram fundadas nesta região, a partir dessa data. Assim a área compreendida pelo atual município de Ibiporã, forçosamente teria sido visitada pelos primeiros colonizadores do Jataí. Contudo, somente a partir de 1934, chegaram ali os

primeiros moradores em caráter definitivo. Dada a exuberância das terras roxas e das riquezas naturais, a localidade não tardou a se desenvolver e progredir.

A fim de facilitar as atividades dos pequenos proprietários que ali se instalavam, foi preciso estruturar um núcleo urbano. Este serviria de local de abastecimento e ao mesmo tempo escoadouro para os produtos agrícolas. Afim de providenciar a venda dos lotes rurais e estruturar o núcleo urbano atuou o Engenheiro Alexandre Gutierrez Beltrão, irmão do Engenheiro Francisco Gutierrez Beltrão. Cooperando na obra de desbravamento e colonização do norte do Paraná, a Companhia Ferroviária São Paulo - Paraná, estendeu seus trilhos da cidade de Cambará às localidades recém fundadas. Em vista desta iniciativa, as "pontas de trilhos" atingiram o povoado de Ibiporã no ano de 1934, mas somente em 1936 se deu a inauguração da estação ferroviária, retardada pela necessidade de ser primeiramente inaugurada a de Londrina que crescia vertiginosamente.

Junto com a ferrovia, a população afluiu para Ibiporã, construindo-se as primeiras casas nas imediações da estação ferroviária, sendo este um dos primeiros espaços de uso coletivo da população, conforme o projeto elaborado pelo Engenheiro Alexandre Gutierrez Beltrão. Assim a cidade cresceu e se desenvolveu obediente ao projeto da Sociedade Técnica Colonizadora Engenheiro Beltrão Ltda.

No dia 2 de fevereiro de 1938, foi instalado Cruzeiro, e realizada a primeira missa campal. Em 1938 foi instalada a primeira farmácia, a chegada do primeiro médico; a primeira escola que data de 1936 e a paróquia de Ibiporã foi fundada em 8 de dezembro de 1943 sendo a Praça Pio XII instalado defronte a igreja da cidade anos depois.

Por ultimo, o município de Jataizinho teve sua história iniciada em meados do século XIX como Colônia Militar, devido ao Porto Jataí ser ponto estratégico em relação ao resguardo de fronteiras com os países vizinhos e ser rota comercial ligando a província do Paraná ao Mato Grosso, D.Pedro II assina o Decreto Imperial nº 751 de 02 de janeiro de 1.851 criando a Colônia Militar de Jataí.

De sua criação até a década de 1920, a Colonia pouco prosperou e só a partir do início das atividades da CTNP nas terras a partir de Londrina, é que a mesma foi incorporada à nova dinâmica econômica e social das frentes pioneiras.

A emancipação política definitiva do município de Jataizinho, só acontece em 10 de outubro de 1947 pela Lei Estadual nº 02. A instalação solene do município ocorreu em 08 de dezembro do mesmo ano. A implantação da igreja, da sede municipal e do primeiro espaço público na cidade ocorreu no decorrer da década de 1940 com a oficialização de

Jataizinho enquanto município sendo este a Praça Frei Timóteo de Castelnuevo defronte a igreja e próximo a estação ferroviária da cidade de Jataizinho.

Com o desenvolvimento e crescimento de cada uma das cidades que formam a aglomeração urbana, estas cidades passaram a ficar cada vez mais próximas, em termos físico-territoriais e na interdependência entre as mesmas.

Pode-se observar na tabela 1 a evolução da população urbana e total dos municípios que compõem a aglomeração urbana de Londrina entre 1950 – 2010.

Cidade	População Total		População Urbana	
	1950	2010	1950	2010
Londrina	66.851	506.645	33.707	493.457
Cambé	6.605	96.735	2.348	92.956
Ibiporã	4.987	48.200	1.969	45.896
Jataizinho	3.467	11.859	1.196	11.037
Rolândia	7.959	57.870	2.895	54.758
Total	89.869	721.309	31.931	698.104

Tabela 1: População Total e Urbana das cidades estudadas da Aglomeração urbana de Londrina - PR

Fonte: Dados IBGE Situação Preliminar 1950 e censo 2010.

Org: Bortolo (2013).

Pode-se verificar que a maior parte da população destes municípios residem na área urbana em 2010. Isto resultado da alteração de inúmeros elementos e fatores na evolução de cada município. Também deve-se considerar tais alterações de acordo com Fresca (2012) que apresenta relação entre a criação e expansão dos municípios nesta porção do Estado do Paraná, suas relações que iam sendo estabelecidas, a formação *a posteriori* da região metropolitana a partir da conurbação/aglomeração desde o início dos anos de 1980, a partir da maior articulação entre estas cidades via transporte metropolitano neste período.

Já nas décadas seguintes intensifica-se a formação da aglomeração urbana de Londrina e Fresca (2012) “[...] das articulações materiais e imateriais entre os municípios que viriam a formar a região metropolitana, mas com destaque para aqueles localizados ao longo da BR 369”; sendo estas as que formam a aglomeração urbana de Londrina.

Destarte, com essa evolução e modificação nas formas de habitar, consumir e principalmente produzir a cidade, observa-se a construção de novos espaços públicos na cidade capitalista contemporânea. Espaços estes de infinitas e distintas práticas, como o espaço de consumo, do lazer, do esporte, apenas do caminho de passagem, espaços de uso coletivo, enfim. Há uma nova formulação dos espaços da cidade com essa transformação na dinâmica da produção do espaço urbano no decorrer dos anos. Não existem agora, apenas praças, sedes do poder público local, escolas, parques, lagos, dentre outros; os espaços públicos se ampliaram e os mesmos cresceram de acordo com as diferentes necessidades de sua existência nestas cidades.

Como abordado por Gurza Lavallo (2005) existem diferentes definições para o espaço público e com o caminhar da dinâmica atual do processo de produção da cidade e de seus espaços públicos, evidenciando também, mudanças nestas distintas formas e funções dos espaços em questão. Segundo Borja (2006) a partir de meados do século XX e na atual conjuntura, pensar em espaços públicos é pensar na diversidade de ações, sejam nos ambientes de segurança, nas proximidades das relações sociais, nos espaços cidadãos, na qualidade dos espaços, nos índices de sociabilidade, da interação e pode-se inserir também, as mais variadas relações de intercâmbio, etc.

Discutir os usos dos espaços públicos de lazer na atualidade é (re) pensar as distintas funções que os mesmos já apresentaram em momentos pretéritos na sociedade e que hoje foram e estão sendo transformados e modificados pela ação dinâmica da sociedade capitalista de produção, os espaços públicos contemporâneos, sejam estes praças, parques, lagos, centros poliesportivos dentre outros mais.

Deste modo, no próximo capítulo, apresentar-se-á os diferentes usos dos espaços públicos das cidades que formam a aglomeração urbana de Londrina - PR. Discutindo as diferentes formas de uso, apropriação destes espaços, o não uso ou diminuição destes usos nos mesmos, sua evolução, e a dinâmica da produção dos espaços públicos de lazer em cidades da aglomeração urbana de Londrina - PR.

2 OS USOS DOS ESPAÇOS PÚBLICOS: PRAÇAS, PARQUES, LAGOS E CENTRO POLIESPORTIVO

Neste capítulo discutiu-se os diferentes usos dos espaços públicos de lazer nas cidades que integram a aglomeração urbana de Londrina, ou seja, Rolândia, Cambé, Londrina, Ibiporã, Jataizinho.

Para que compreendam os diferentes usos deve-se analisar e refletir estes distintos usos, que abarcam diversas outras relações que ocorrem no cotidiano da produção do espaço urbano.

Deve-se também levar em consideração a importância destes espaços na cidade, que organizam, estruturam, dão sentido a certas áreas do espaço urbano como praças, parques, lagos e centro poliesportivo.

Estes espaços públicos também desempenham um papel importante no espaço urbano a partir da sua função simbólica e histórica. São espaços e locais privilegiados de encontro, de troca, de convívio e de sociabilidade na cidade, condensando em si, relações de natureza política, social, cultural e econômica.

Perez (2004), aborda que

[...] El espacio público desempeña un papel fundamental en la construcción del territorio, no sólo articula, estructura y ordena las diferentes actividades y usos del espacio urbano, sino que es por excelencia el escenario de la socialización colectiva de la ciudad. Frente a la situación conflictiva del espacio público en los años ochenta y parte de los noventa, del espacio y por la construcción de obras encaminadas a una dotación moderna y adecuada de grandes instalaciones que favorecen indudablemente el ornato y funcionalidad urbanas pero que por otra parte no han considerado como prioridad el espacio público a escala local, de las necesidades sentidas de la población, tales como la red vial, los parques de barrio, espacios apropiados para el desarrollo de las diversas actividades y las necesidades fisiológicas de quienes utilizan ese espacio (PEREZ, 2004, p. 27).

Propos então, discutir os usos buscando afirmar sobre a tese da transformação dos espaços públicos comprovando sua vitalidade e importância dos mesmos no espaço urbano das cidades atuais e principalmente nas cidades da aglomeração urbana de Londrina. Assim, deve-se compreender a dinâmica da produção destes espaços públicos e suas principais alterações ocorridas no presente momento e que fazem parte de um constructo histórico para a atual conjuntura, como também das distintas formas de uso dos espaços públicos de lazer na atualidade nestas cidades.

Assim, realizou-se nesta etapa da tese a definição e levantamento dos espaços públicos de lazer das cidades da aglomeração urbana de Londrina – PR, justificando sua relevância e as razões de suas escolhas.

Em seguida apresentou-se os diferentes usos e usuários dos espaços públicos nas cidades de Jataizinho, Ibiporã, Cambé, Rolândia e Londrina, a partir das análises dos questionários aplicados, incluso observações.

2.1 Transformações e diferentes formas de uso do espaço público atual: distintos processos de produção do espaço público

Observou-se a partir da perspectiva de que os espaços públicos de lazer da sociedade contemporânea sofreram e vem sofrendo um processo de transformação e alteração de seus usos, seus formatos, suas características, etc. Caldeira (2000) aborda que os espaços públicos criados neste momento negam características que até então estavam presentes nas cidades antigas e atuais, como espaços abertos, grandes áreas para circulação, ruas largas, encontros impessoais, a co-presença dos diferentes. Mas, a mesma autora elucida que tais características confirmam as transformações das formas de se utilizar, de se apresentar nestes espaços públicos urbanos.

Mais ainda, a autora acima aborda que os espaços públicos que vêm sendo criados na sociedade atual afirmam a separação, a desigualdade de inúmeros valores que eram estruturantes anteriormente.

Deve-se centrar sobre estas transformações do espaço público contemporâneo compreendendo-o como espaços das diferenças, da co-presença dos diferentes grupos sociais, possibilitador de encontros, etc; Gomes (2002) já dizia que “[...] o espaço público é o lugar das indiferenças, ou seja, onde as afinidades sociais, os jogos de prestígio, as diferenças, quaisquer que sejam, devem se submeter as regras de civilidade” (GOMES, 2002, p. 162).

Assim sendo, nos espaços públicos há a presença de inúmeras relações, especialmente de civilidade, mas principalmente, a perspectiva da diferença; diferença esta que, pode transformar as relações socioespaciais que ocorrem e que poderão vir a ocorrer no espaço público contemporâneo.

Deve-se compreender o espaço público de lazer na cidade contemporânea como um produto e possibilitador das relações sociais, não devendo designá-lo apenas como um

lugar de encontros, convívio próximo da diversidade, espaços de visibilidade como anteriormente o denominavam, mas sim, adotou-se aqui, uma concepção contemporânea de que poderá existir encontros, o convívio, mas não esquecendo que tais elementos se encontram em um sistema de produção capitalista em que evidenciam inúmeras transformações e que se fundamentam principalmente na desigualdade e nas diferenças.

Lefebvre (1976) coloca o espaço como um local das reproduções das mais diversas relações de produção, sendo também local e âmbito de uma prática social. Materializando tal prática, pode-se também dizer que esta prática é denominada como uma prática socioespacial ganhando maior complexidade de análise e reflexão ao vivenciar as mais distintas ações e relações socioespaciais nos espaços públicos de lazer da atualidade.

No que tange tais práticas, deve-se utilizar das teorias de Lefebvre (1992) cuja triade conceitual permite uma compreensão mais integrada das relações de produção e as práticas sociais existentes no espaço urbano. Isto se referindo aos conceitos de prática espacial, representação espacial e espaços de representação.

A prática espacial permite compreender a sociedade a partir da leitura do seu espaço; as representações dos espaços são consideradas como espaços conceituados pelos cientistas, arquitetos, geógrafos, ou seja, um espaço abstrato (LEFEBVRE, 1992); já os espaços de representação podem e devem ser pensados a partir do espaço diretamente vivido, do cotidiano, associado a imagens e símbolos, o espaço das atividades concretas e abstratas, das ações do cotidiano.

A realidade apresenta inúmeros questionamentos, situações e posições em relação aos espaços públicos e seus diferentes usos e não se pode esquecer de elucidar acerca dos novos equipamentos urbanos que surgem como grandes concorrentes dos espaços públicos contemporâneos como os *shoppings centers*, parques temáticos privados, centros turísticos, etc., (JACOBS, 1992), (SENNETT, 1990). Tais espaços que são simplesmente denominados de públicos, mas que devem ser considerados como espaços privados de uso coletivo ou semi-públicos, ou ainda como espaços pseudo-públicos, pois podem ser questionados o nível de acessibilidade a estes espaços, sua manutenção, gerência, dentre outras questões.

A produção destes espaços não se limita apenas ao termo de fabricação de coisas, objetos, mas sim, buscou-se compreender esta produção a partir do sentido Lefebvriano. Um sentido mais amplo, filosófico, compreendendo o mental, o intelectual, as ideias, as ações, etc.

Carlos (2001) aborda que algumas destas transformações que vem ocorrendo no que tange a produção destes novos espaços acabam por esvaziar o sentido tradicional do espaço público do lugar que possibilita os diferentes encontros, as relações sociais, acabando por negar também o imprevisto, o imprevisto, sua espontaneidade. Isto porque as relações sociais que se estabelecem nesses novos espaços ditos públicos acabam por ser mediados por normas e várias funções organizativas em prol de um consumo, de uma gestão privada, por espaços controlados e quase sempre vigiados.

Em estudos desenvolvidos por Mitchell (2003) o autor apresenta a importância de estudar espaços públicos e sua dinamicidade em relação a produção social do espaço, os conflitos, a desigualdade, a luta pela sobrevivência das pessoas nos espaços públicos, neste caso, a rua. Seu maior interesse em estudar tais espaços e seus processos de produção, esteve na busca de compreender o que estava acontecendo nas ruas, quando os sem-abrigos, os protestos e aspectos políticos ocorriam no Peoples Park localizado em Nova York nos EUA na década de 1960.

Mitchell (2003) passou a analisar as questões dos protestos em que o espaço público poderia ser e o que torna-se muito importante, as questões de propriedade no entorno do espaço público e suas apropriações.

O autor buscou mostrar que existem inúmeros espaços públicos em diversas localidades da cidade, sejam áreas centrais, periféricas de alto poder aquisitivo ou bairros de baixo poder aquisitivo; que existem diferentes espaços públicos e que estes espaços estão sendo produzidos e utilizados de diferentes formas.

Não podendo deixar de entender o espaço também como uma mercadoria, fruto da produção que é recortado, vendido aos pedaços, mas também, espaço que é social, fruto e produto de um trabalho social, utilizado, apropriado por diversos agentes e de inúmeras formas.

[...] surge como um produto de caráter singular que, às vezes, é simplesmente consumido, (em formas de viagens, turismo ou atividades de lazer) como um artigo vasto e, às vezes, em áreas metropolitanas, produtivamente consumido (da mesma maneira que as máquinas, por exemplo), como um aparato produtivo de grande escala (LEFEBVRE, 1992, p.349).

Na produção do espaço, pode-se vislumbrar dinamismo, o movimento da sociedade, dando uma ideia de processo, da diversidade, da alteração nas diferentes formas de produção dos espaços públicos da cidade atual.

Tais alterações e mudanças permitem observar diferentes tipos e formas de uso do espaço público em distintos momentos da história. Estes espaços são modificados, seus papéis no espaço urbano são alterados, sua gestão passa por diferentes organizações e administrações, etc. Principalmente após a segunda metade do século XX onde várias cidades brasileiras passaram a empreender políticas sistemáticas de criação e melhorias de praças, parques, bosques.

Estes espaços são muito propagados como áreas em cidades que buscavam ser “sustentáveis”¹⁴. Os resultados destes discursos são observados e vão se materializando nas áreas urbanas com a criação e a inovação das praças e a criação de parques públicos. Serpa (2006) afirma que tais espaços passam a assumir papéis tanto de cenário, ou seja, espaços muito visíveis, como também de bastidores, sendo estes considerados pela população menos importante, menos visíveis, pois estas ambas designações de espaços públicos podem estar implantados nas áreas centrais das cidades e ter a presença frequente de seus mantenedores, observar diferentes tipos de uso, etc.; como também podem ser implantados e se localizar em bairros mais populares, distantes do centro, localizando em áreas mais periféricas e em alguns casos não ter tanta visibilidade como os outros espaços.

Mas, o que se busca mostrar nesta tese é que estes espaços tanto como “cenário” e/ou “bastidores” foram sendo produzidos, apropriados e transformados, sendo utilizados das mais diversas formas, ou seja, também apresentam a visibilidade, o encontro, as ações e as distintas práticas cotidianas nas diferentes cidades e espaços públicos estudados.

Quando se fala na questão de perceber os diferentes usos dos espaços públicos nas cidades, deve-se antes prestar atenção à dinâmica da produção social dos mesmos e qual é a realidade do seu entorno. Perez (2004) elucida que

[...] El uso del espacio público se entiende en diversas formas de acuerdo a las necesidades de cada individuo o grupo social; debido a que ese espacio es de utilidad tanto como espacio necesario para el desplazamiento como para la recreación y trabajo, su uso se considera como un derecho, el cual no se puede enajenar ni perder. El déficit cualitativo y cuantitativo de espacio público en los estratos populares hace que se produzca una presión y uso intensivos hacia éste y con ello se afiance el sentido de pertenencia e identificación para afirmar así el sentimiento y el concepto de lo propio. La percepción del espacio público desde la opinión de la gente no está medida

¹⁴ Discurso utilizado após as primeiras conferências ambientais que pregavam a criação de áreas verdes, jardins dentro das cidades (ROBBA e MACEDO, 2002).

por la imposición normativa de la definición que establece la Ley, donde el concepto del interés colectivo de lo público y lo privado prima sobre lo demás, sino por la posibilidad de hacer o no uso de este espacio (PEREZ, 2004, p.29).

No que tange as considerações acima, tem-se que compreender as distintas funções que são desempenhadas por estes espaços no tecido urbano. Seus usos são, e devem ser compreendidos, a partir das mais variadas necessidades de cada indivíduo, sendo este uso para recreação, trabalho, etc; e sua percepção varia de acordo com um determinado grupo da população, seu bairro, de acordo com as condições que são encontrados nestes espaços, o tipo de uso, enfim, estes usos são quase sempre associados aos espaços públicos em grandes parques, praças centrais e assim, acabam não sendo lembrados os espaços públicos em outras localidades como as praças de bairros periféricos, dentre outras.

Não se deve esquecer que acabam por existir a partir desta enormidade de usos, sucessivos arranjos e rearranjos espaciais, proporcionando alteração e transformação nestes espaços públicos, sejam praças, parques, lagos e centro poliesportivo. São compreendidos a partir de diferentes territorialidades, como afirma Haesbaert (2001), em que

[...] Território envolve sempre, ao mesmo tempo [...] uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico' sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político - disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT, 2001, p. 120).

Assim, fica mais claro compreender esta enormidade de usos e significações que os espaços públicos atuais acabam por apresentar devido a variedade de pessoas que o utilizam, diversas culturas, distintos grupos sociais, classes, bairros, dimensões simbólicas e práticas cotidianas que se imprime no tempo e no espaço a partir de uma diversidade econômica, política e social que se estabelece no ato de produzir e utilizar os espaços públicos.

Estas diferentes territorialidades que acabam sendo marcadas e visualizadas nos espaços públicos, constroem e desconstroem cotidianamente seus territórios temporários e permanentes (SOUZA, 1995), ou como queiram seus espaços de vivência.

Organizando assim, uma forma espacial específica no lugar e passando a apresentar uma identidade própria, constituída ao longo do tempo e que caracteriza este espaço como múltiplo e plural, no qual diferentes estilos de vida e visões de mundo podem se encontrar, conviver, produzir tais espaços públicos, etc. Em certos casos se observa uma forte relação de pertencimento a estes espaços, principalmente daqueles que ali trabalham, utilizam como espaços de passagem, áreas de lazer e demais frequentadores do lugar.

Um elemento que chama atenção é que no Brasil, pouco se discutiu até o final do século XX sobre a produção e os usos dos espaços públicos nacionais. Serpa (2004) aborda que a geografia e as áreas afins pouco se preocuparam com a discussão dos espaços públicos urbanos.

Gomes (2002) traz contribuições relevantes para buscar uma compreensão dos espaços públicos da cidade contemporânea com a perspectiva em estudos de Lefebvre (2000) de que

[...] Esses espaços possuem um caráter visual cada vez mais pronunciado na sociedade. Eles são fabricados para o visível. Esse traço dominante, a visualização (mais importante que a espetacularização nela implícita), mascara a repetição. As pessoas olham, confundindo a vida, o olhar, a visão. Constrói-se sobre planos e projetos. Compram-se imagens. O olhar e a visão tornam-se intercambiáveis, eles permitem a simulação da diversidade do espaço social, o simulacro da transparência (LEFEBVRE, 2000, p. 92).

Embora Gomes (2002) não tenha deixado explícito, é possível a partir da leitura de seu trabalho compreender a perspectiva da diversidade no espaço público, não reavivando a presença do convívio próximo entre esta diversidade e normas impessoais, acreditando no espaço público como espaço das transformações, das diferentes formas, seus mais variados usos, cujas transformações ocorrem a cada dia com maior intensidade no ato de produzir e consumir o espaço público.

Na compreensão de Gomes (2002) atualmente, pode-se perceber uma transformação dos espaços públicos que corresponde a uma alteração da cidadania, das formas de apropriação dos espaços públicos e comuns na cidade, à progressão das identidades territoriais, e os espaços concorrentes, sendo considerados como emuralhamento da vida social e crescimento de ilhas utópicas (GOMES, 2002, p. 162).

Com isso, o espaço público atual passa a servir, assim, ao poder institucional como um elemento representativo no espaço urbano, acabando por instrumentalizá-lo e dotá-lo de significações e funções.

Se este espaço público é, sobretudo social, o mesmo deve conter as representações das diferentes relações de produção existentes no espaço. A triplicidade ou tríade lefebvriana já abordada deve ser também característica importante à estrutura espacial do espaço público urbano para compreender seus mais distintos e variados usos.

Serpa (2004) afirma que

[...] Nas grandes cidades do Brasil e do mundo ocidental, a palavra de ordem é, portanto, de investir em espaços públicos visíveis, sobretudo os espaços centrais e turísticos, graças às parcerias entre os poderes públicos e as empresas privadas. Estes projetos sugerem uma ligação clara entre visibilidade e espaço público. Eles comprovam também o gosto pelo gigantismo e pelo grande espetáculo em matéria de arquitetura e urbanismo. De uma forma deliberada, os novos parques públicos se abrem mais para o mundo urbano exterior e se inscrevem num contexto geral de visibilidade completa e espetacular. Projetados e implantados por arquitetos e paisagistas ligados às diferentes instâncias do poder local – verdadeiras grifes do mercado imobiliário – os novos parques tornam-se importante instrumento de valorização fundiária (SERPA, 2004, p. 27).

No processo de gestão, manutenção e até mesmo de implantação de espaços públicos, há certa transferência de funções que até então eram realizadas pelo poder público local¹⁵, neste caso, as prefeituras. Os mesmos passaram a dividir a tarefa dessa gestão, quando não transferem totalmente este papel para empresas privadas.

A transferência de papéis e possíveis serviços em relação à manutenção dos espaços públicos na atualidade estão sendo discutidos e realizados em alguns casos, pelas transferências, público – privadas, legalmente colocadas no Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001). Estas ações estão cada vez mais presentes, e ganhando força, mas deve-se compreender tal ação como processo dinâmico da produção dos espaços públicos na atualidade, gerando por vezes uma quase privatização dos mesmos.

Sobarzo (2006) afirma que

[...] A idéia do poder municipal como zelador dos interesses coletivos deve ser assumida como um ideal não cumprido ou, pelo menos, não cumprido totalmente. Em geral, a ação do poder municipal mostra uma mistura de interesses públicos e privados – que pode ir dos interesses próprios do

¹⁵ Abordaremos esta questão da manutenção, gestão e produção dos espaços públicos pelo poder público mais especificamente no capítulo 4 desta tese.

prefeito até os interesses de grupos locais dominantes. No processo de produção do espaço urbano, essa mistura de interesses, que pode ser lida como interesses em conflito, manifestase claramente (SOBARZO, 2006, p 97).

Tem sido relativamente frequente como elemento de novas políticas empreendidas pelo Estado, associa-se com grandes incorporadores e outros produtores do espaço urbano que tem interesse na criação e conservação dos espaços públicos, cujo entorno estão seus empreendimentos imobiliários¹⁶.

Outro elemento importante para se compreender esta variação nas diferentes formas de uso está na compreensão do cotidiano. O mesmo implica no repetitivo e também no criativo, alienação, na desalienação e nas possíveis transformações que ocorrem na produção do espaço. É na vida cotidiana que surgem diversas possibilidades de uso e apropriação dos espaços públicos urbanos, podendo se misturar com espaços centrais ou espaços segregados em periferia, revelando a cotidianidade, a criatividade e sua renovação incessante de compreender o homem (LEFEBVRE, 1975).

Assim, ocorre a diversidade de usos, formas e funções no espaço público, mas que não podem apenas ser consideradas resultados a partir de fatores naturais, nos espaços físicos, mas sim, sua infraestrutura, seus equipamentos, as vias de acesso e circulação, enfim, devem ser consideradas resultados de um produto social.

Deste modo, compreende-se o espaço público como um produto e um possibilitador de relações sociais e interpessoais de diversas ordens, em distintos momentos, nas mais variadas localidades e pelos mais diversos usuários, é um elemento constante e plural.

Sobarzo (2006) afirma que deve-se acreditar nesta transformação das formas de visualizar os espaços públicos, pois

[...] O grau com que esses ideais do espaço público se materializaram na sociedade brasileira e se efetivaram em nossas cidades alteram essa leitura. Se a nossa modernidade foi incompleta e híbrida, evidentemente não podemos pensar que o espaço público assumiu totalmente esses valores, mas mesmo assim não podem ser desconhecidas as possibilidades que os espaços públicos sempre ofereceram para o encontro, a fala, os olhares, os passos, a discussão, em resumo, para a sociabilidade (SOBARZO, 2006, p. 95).

¹⁶ Discutiremos com maior ênfase a transferência de papéis acerca da gestão dos espaços públicos no capítulo 4.

Acerca da perspectiva da produção e dos usos destes espaços públicos, deve-se compreender tal ato como a reprodução das relações sociais a partir de práticas socioespaciais e diferentes ações sociais que ocorrem no ato de produzir da cidade e o urbano.

Embora haja outros equipamentos urbanos para usos que anteriormente eram realizados em praças, parques, etc., nem por isso se deve aceitar a ideia de que os espaços públicos estão diminuindo. Os mesmos passam por processo de modificação, transformação, ou seja, somam-se novos elementos para compreender os diferentes usos, sua intensidade, frequência, variedade de modelos, dentre outros. Neste caso, observa-se que esta alteração e até mesmo a diminuição nos usos de alguns espaços públicos é resultado da enormidade de novas características, funções e modelos que surgiram com o tempo. Houve certa diminuição e alteração em seus usos, podendo em algum momento, os mesmos terem seus mais diferentes tipos de uso reestabelecidos pela sociedade e outras variadas funções.

É necessário considerar que ao trabalhar com diferentes usos dos espaços públicos, está se entendendo como uma ação da dinâmica da produção do espaço urbano. Observando as diferentes relações socioespaciais, acumulação de capital ligada a estas ações e sua reprodução, não ocorrem de forma homogênea em todos os lugares.

Estas questões estão relacionadas às mais variadas ações do cotidiano. Carlos (1996) aponta que

[...] o cotidiano não se restringe às atividades de rotina, nem tampouco a atos isolados, isto porque no cotidiano se realizam as coações e se gestam as possibilidades. Nesse sentido, as coações estão ligadas à dominação, enquanto as possibilidades se relacionam com a apropriação e a potencial subversão que, por meio do uso, são possíveis de se contraporem a essa tentativa de dominação. O cotidiano resume e funde a tendência global da difusão do consumo de massa e a irrupção de um modo de vida associado a valores do consumo e das necessidades criadas e, por outro lado, também inclui a possibilidade da superação e da criação do novo, das insurgências (CARLOS, 1996, p. 145).

Certeau (2003) fundamenta que a capacidade dos usuários¹⁷ de espaços públicos de superar a condição de meros consumidores passivos, excede na medida que estes

¹⁷ Utilizamos o termo usuário no sentido dado por Lefebvre por meio da palavra “*usager*”. Segundo Carlos (2001, p. 40 e 44) a tradução mais correta de “*usager*” seria usador, definindo um sentido amplo do termo e mostrando uma relação espacial mais ligada ao valor de uso; já o usuário teria uma relação mais restrita ao valor de troca do espaço. Contudo, preferimos utilizar o termo usuário, com as ressalvas expostas

usuários buscam novas maneiras de fazer cotidianos, ou seja, diferentes ações nos mais variados espaços do cotidiano.

Assim, variadas alterações nas formas de usos, suas necessidades, a concorrência com as outras formas de buscar o lazer, o esporte, o medo da violência, faz com que ocorra uma metamorfose tanto nos espaços públicos como nas formas de seus usos.

As praças e os parques que em período anterior eram tidas como espaços estruturantes, organizativos, comerciais, político-administrativos, espaços do ócio da jornada de trabalho, etc., acabaram na atualidade, desempenhando uma diversidade de papéis e funções que podem coincidir com as desempenhadas nos tempos passados, mas também surgiram outras funções e formas de se utilizar ou dar sentido a estes espaços. A “correria do dia a dia”, a importância e o enfoque dado a prática esportiva associada ou não à busca da melhor qualidade de vida, a valorização das áreas verdes dentro do tecido urbano, são elementos que acabaram interferindo na dinâmica de produção do espaço urbano e das ações praticadas no cotidiano.

O desenvolvimento de novas tecnologias têm provocado profundas transformações nos diferentes usos dos espaços das cidades. Os conjuntos de relações entre as pessoas, instituições que acabam por se estabelecer muito além da escala urbana, a crescente invisibilidade e desmaterialização destas relações dos mais variados processos urbanos, aumento da fragmentação e a descontinuidade da cidade, acabam por somar elementos que passam a contribuir para a modificação ou também a diminuição de certos usos dos espaços públicos da cidade.

No entanto, e apesar disso, tais espaços, continuam a fazer sentido e terem funções no espaço urbano atual. Assim, de acordo com Carlos (2001)

[...] As inovações tecnológicas mudaram o sentido do tempo e do modo como as pessoas empregam o tempo, e conseqüentemente, o modo como usam o espaço. Há uma aceleração do tempo no mundo moderno, o que implica em mudanças muito rápidas que invade a vida, modificando-a, impondo novos padrões e formas de adaptação / apropriação dos lugares da vida. Como o espaço é caracterizado pela coexistência de diacronias, descompassos, distorções entre ruínas antigas e produtos da técnica moderna, estamos diante de novas tensões e ao mesmo tempo nos deparamos com novas formas espaciais e novos usos interferindo no modo de vida (CARLOS, 2001, p. 45).

A própria dinâmica da vida, do trabalho, acaba criando caminhos e possibilidades para alterar as formas de usos a partir de novas sociabilidades, que possibilitem o reestabelecimento do sentido do acolhimento, da interação social, do convívio. Esta reinterpretação das novas formas de uso do espaço público e dos modos contemporâneos de se utilizar os mesmos recriam novos papéis e funções para as praças, os parques, lagos e centro poliesportivo.

Certeau (2003) mostra que o homem inventa o cotidiano com mil maneiras. Essa invenção do cotidiano se dá graças ao que o autor chamou de arte de fazer, que vai alterando os objetos e os códigos, e estabelecendo uma (re) produção e também a (re) apropriação do espaço e das mais variadas formas de uso ao jeito de cada um. O mesmo acredita na possibilidade de o ser humano abrir o próprio caminho no uso dos produtos impostos pelas políticas culturais, numa liberdade em que cada um procura viver, do melhor modo possível, a ordem social, suas vontades e desejos.

Sendo assim, pode-se dizer que os espaços públicos de lazer contemporâneos podem ser considerados como espaços camaleônicos, ou seja, se transformam e se modificam de acordo com as necessidades, variados interesses, sejam políticos, econômicos, sociais, em um determinado momento histórico, sendo modificados e adaptados das mais distintas situações, possibilitando, os mais diferentes tipos de uso, e não ocasionando a perda de sua essência enquanto espaços públicos de uso coletivo.

Com isso, evidencia-se que as alterações nos usos dos espaços públicos são resultados do plano vivido, das ações do cotidiano que se materializam nas diferentes vontades, tempo histórico, nas relações de poder, dentre outras.

Portanto, o processo de produção do espaço se revela nos modos de aproximação de uma realidade social, produto modificado pela experiência no lugar, e sua relação com o mundo, relação esta, múltipla de sensação e de ação, mas também de desejo e, por consequência de identificação com a projeção sobre as diferentes formas de conceber a produção do espaço público.

Deste modo, a partir destas transformações e alterações nos usos dos espaços públicos, suas estruturas, os processos que nele ocorrem, as mais distintas funções que os mesmos vêm desempenhando na cidade e suas variadas formas, o estudo vem trabalhar tais questões destes espaços públicos de cidades que apresentam características distintas, ou seja, tamanhos, costumes, culturas, a localização destes espaços públicos, etc.

Assim, compreender esta dinâmica de produção dos espaços públicos de lazer nestas cidades é de extrema importância devido tal tema ser complexo no que tange as inúmeras relações socioespaciais existentes na produção do espaço urbano destas cidades e mais especificamente nos espaços públicos atuais das cidades da aglomeração urbana de Londrina - PR.

2.2 Espaços públicos da aglomeração urbana de Londrina: delimitações e justificativa

Apresenta-se agora os espaços públicos de lazer a serem estudados: praças centrais e periféricas nas cidades, lagos artificiais criados pelo poder público, centro poliesportivo e um parque; espaços estes localizados nas cidades de Jataizinho, Ibiporã, Cambé, Rolândia e Londrina¹⁸. Escolheu-se estes espaços públicos de lazer para o estudo pelo fato dos mesmos serem os mais representativos e utilizados para as mais variadas práticas do lazer nas cidades em tela.

Assim, se teve a preocupação em escolher os diferentes tipos de espaços públicos em cada uma das cidades para poder identificar e compreender as diferentes formas de usos diurnos e apropriações nestes, bem como serem distintos em cada cidade localizando-se em áreas diversas das mesmas.

Não poderia deixar de analisar as praças centrais de cada cidade, pois as mesmas fazem parte da história da formação destas cidades, e em algumas destas, a praça ainda representa locais de vivência cotidiana, dinâmica econômica, cultural, política, etc., bem como as praças localizadas em áreas periféricas, para poder compreender os diferentes usos e seus usuários destes espaços públicos em distintas localizações, sejam estas praças em áreas centrais ou áreas periféricas com proximidade de áreas de baixo ou elevado poder aquisitivo pelos frequentadores e moradores de seu entorno. Também é de extrema importância estudar os lagos artificiais, devido sua relevância no cenário urbano das cidades de Londrina e Rolândia, as alterações no entorno destes espaços, processos de comercialização e valorização dos entornos dos espaços públicos, etc.

Também estudou-se um parque urbano localizado na cidade de Cambé que se apresenta com ampla infraestrutura e equipamentos de esporte e lazer sendo o mesmo de grande extensão e apresentando - se com fluxo intenso de usuários em diferentes

¹⁸ Escolhemos nas cidades da aglomeração urbana de Londrina, espaços públicos em várias áreas e localizações das mesmas: As praças centrais das igrejas, praças localizadas na periferias destas cidades, um parque urbano presente no conjunto destas cidades, sendo o Parque Zezão em Cambé, e três lagos artificiais, dois localizados em Londrina e um em Rolândia.

períodos e dias. Por fim, escolheu-se também para o estudo um centro poliesportivo localizado na cidade de Ibiporã, cujo espaço público encontra-se equipado com uma variedade de equipamentos e áreas de práticas esportivas e lazer.

Ao discutir-se o espaço público de lazer, está enfatizando fundamentalmente as práticas socioespaciais estabelecidas no cotidiano nestas cidades no período diurno, com atenção especial para aqueles acima estabelecidos.

Ao escolher a aglomeração urbana de Londrina se encontrou singularidades e particularidades muito interessantes, para entender que há diferentes formas de produção, uso e apropriação de espaços públicos vinculados a diferentes tamanhos de cidades, à ação do poder público, à sociabilidade e suas relações no âmbito de uma aglomeração urbana.

Assim, escolheu-se em cada cidade um espaço público de lazer na área central e um espaço público de lazer localizado na periferia destas cidades, podendo variar a quantidade de espaços públicos escolhidos¹⁹, vinculado em parte, com o tamanho da mesma e a diversidade de espaços públicos de lazer existentes.

Buscou-se com isto, compreender diferentes tipos e formas de uso nestes espaços públicos, tanto em áreas que apresentam uma população de maior poder aquisitivo como também espaços públicos em áreas que concentram população de baixo poder aquisitivo.

Para a escolha dos espaços públicos em cada cidade, partiu de levantamentos de campo para identificação e conhecimento dos mesmos, seja empiricamente e/ou a partir de dados obtidos junto às Prefeituras Municipais.

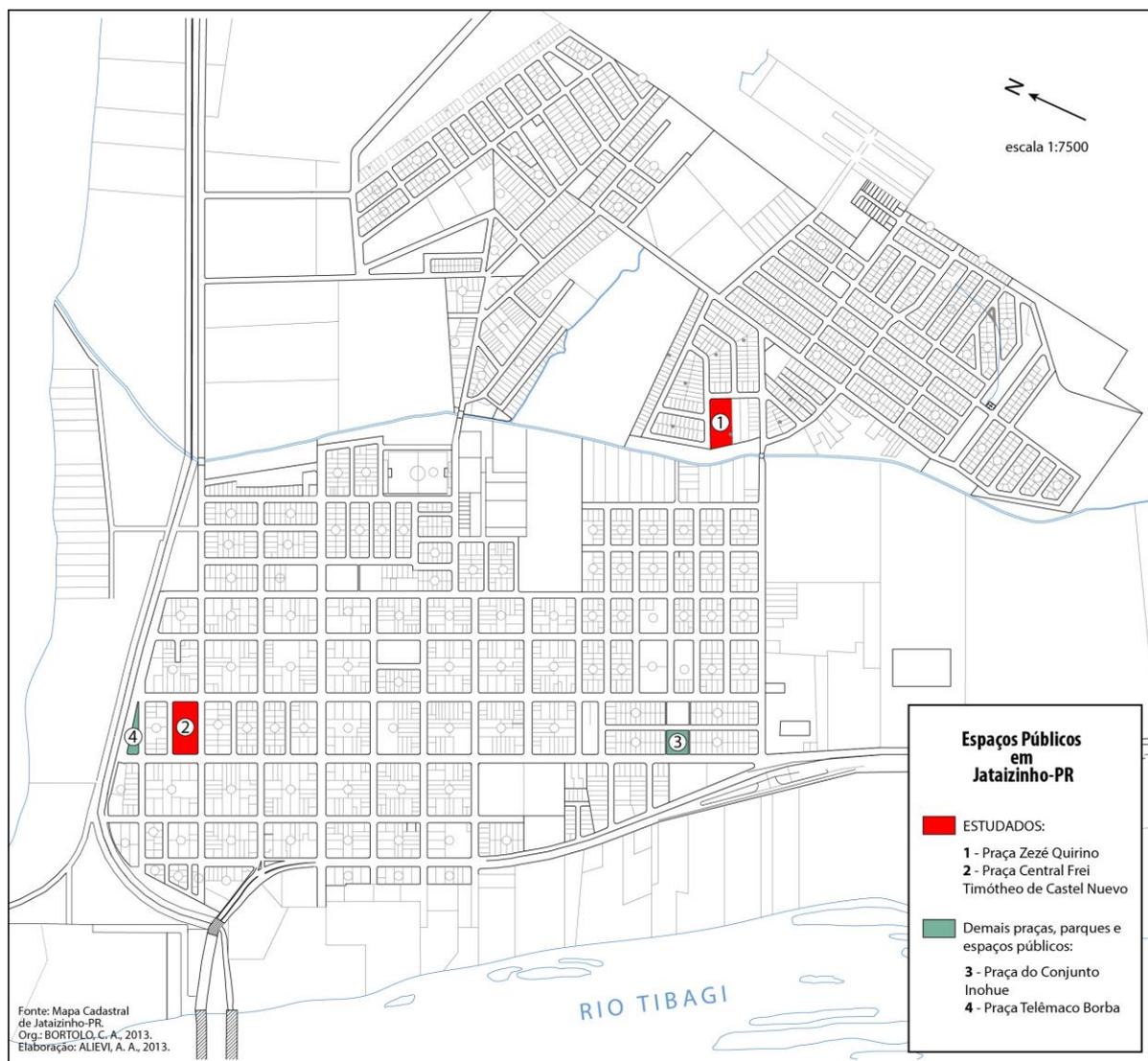
Enfatiza-se que o trabalho de campo, assume papel importante e fundamental no processo da pesquisa, visto que atuou como mediador entre teoria e o empírico, abstração e materialidade, representados pelo pensamento em movimento e uma realidade em movimento.

Jataizinho localiza-se a 24 km de distância da cidade de Londrina sentido leste, apresentando uma população total de 11.859 habitantes (IBGE, 2010) dos quais 92% eram urbanos.

¹⁹ Quando apresentamos que pode haver variação no número de espaços públicos escolhidos é que de acordo com o tamanho de cada cidade e o número de espaços públicos que cada uma apresenta, poderá ser acrescido mais algum espaço, como é o caso da cidade de Londrina que estamos estudando a praça central, o Lago Igapó e o Lago da Zona Norte; e também o caso de Rolândia que estudamos a praça central, a praça ao lado do terminal rodoviário e o Lago San Fernando. Já nas demais cidades da aglomeração urbana de Londrina foram escolhidos apenas um espaço na área central e outro na periferia de cada cidade.

A cidade de Jataizinho apresenta em sua malha urbana 4 espaços públicos²⁰, todos como praças. Destas, estudou-se de forma detalhada 2 delas. Observe no mapa 3 a localização dos espaços públicos da cidade de Jataizinho – PR.

Mapa 3- Espaços públicos na cidade de Jataizinho – PR, 2013



A partir das observações, das visitas a campo, leituras, escolheu-se a Praça da Igreja Matriz, ou seja, a praça central da cidade, devido a sua importância histórica, sua localização no tecido urbano, proximidade com a área do comércio varejista.

²⁰ Quando abordamos que a cidade de Jataizinho apresenta 4 espaços públicos estamos designando apenas os espaços que nos são de interesse de estudo, sendo, praças, parques, lagos e centros poliesportivos e não queremos aqui dizer que a cidade conta apenas com 4 espaços de uso público e coletivo como escolas, creches, hospitais públicos, enfim, estamos abordando apenas espaços públicos de lazer já denominados acima.

A praça é denominada Frei Timóteo de Castelnuevo, na qual existem bancos, um coreto, ponto de taxi, sanitários, estacionamento no entorno da praça, um vendedor ambulante de lanche, espaço com mesas e bancos para jogos, diálogos; o comércio varejista da cidade também localiza-se no entorno da mesma, juntamente com a igreja católica.

Esta praça chama a atenção pelo fato de ser considerada como um espaço público de referência, haja vista ser uma forma histórica representativa para a cidade. Muito próximo a esta praça existe outra, denominada Telêmaco Borba, também localizada na área central da cidade, mas não se coloca tão importante em relação ao uso pelos moradores da cidade.

Em uma das visitas à Prefeitura Municipal e conversa com o Secretário de Obras e Planejamento, o engenheiro Mário Fedato informou que a Praça Telêmaco Borba foi criada devido à área não comportar nenhum projeto público maior e, assim, implantaram uma pequena praça com alguns equipamentos como banheiro, quadras de volei de areia, gramado para futebol.

Outra praça existente nesta cidade é a Praça do Conjunto Inohue, caracterizada por ser de pequena dimensão. Os bancos que nela existiam foram retirados após a implantação da academia ao ar livre, propiciando novos usos, conforme afirma moradora que reside há mais de 20 anos ao lado desta praça. Em diálogo com esta moradora, ela disse que o conjunto habitacional foi criado no ano de 1979 e que a praça foi implantada no ano de 1982, colocando-se com um pequeno uso. A moradora disse que a praça nunca foi abandonada, que todo o dia tem um funcionário da prefeitura realizando seu cuidado.

Ocorreram transformações no que tange as diferentes formas de seus usos e sua apropriação no decorrer dos anos com a implantação da academia ao ar livre, manutenção oferecida pelo poder público, os moradores do entorno frequentam constantemente tal praça, conforme afirmou esta moradora.

Observe na figura 2 a Praça Frei Timóteo Castelnuevo.



Figura 2: (A) Coreto defronte a igreja; (B) Espaços de caminhada e passagem; (C) Espaços cobertos com mesa para jovens e descanso; (D) Bancos e jardins na Praça Frei Timóteo de Castelnuevo – Jataizinho - PR

Autor: Bortolo, (2012).

Na figura, pode-se observar os equipamentos presentes na Praça Frei Timóteo de Castelnuevo, outros elementos e sua estrutura. A segunda praça a ser estudada na cidade de Jataizinho é a Praça José Gerônimo Fernandes, mais conhecida como “Praça Zezé Quirino”, localizada no Conjunto Habitacional Antônio José Vieira, na periferia de Jataizinho - PR. Esta praça fora inaugurada no dia 26 de novembro de 2010.

A praça se localiza em uma região afastada do centro da cidade e fica em área que concentra população de baixo poder aquisitivo. Mas o que chama atenção é o cuidado e a preocupação que os moradores do Conjunto Habitacional tem em relação a esta praça. Este espaço público conta com uma enormidade de equipamentos como bancos distribuídos por toda a área da praça, uma quadra de futebol, uma de basquete, uma de volei de areia, pista de caminhada, mesas e bancos para jogos e conversa entre seus usuários, encontros e até uma churrasqueira comunitária.

Um dos elementos para sua escolha para análise é que nas idas a campo e nas conversas e diálogos informais entre os moradores e usuários da Praça Zezé Quirino, percebeu-se o cuidado muito grande com a conservação, os usos e a manutenção deste espaço público, o que pode ser visualizado no conjunto dos equipamentos desta praça.

Os usuários não consideram a Praça Zezé Quirino como um espaço violento, perigoso e quando observam-se o espaço público, seus equipamentos, o estado de conservação verifica-se que este espaço é utilizado e frequentado por distintos usuários. Tal praça concentra diferentes níveis de sociabilidade entre seus frequentadores, moradores ou não do Conjunto Habitacional Antônio José Vieira. Observe na figura 3, a Praça Zezé Quirino e seus diferentes equipamentos em Jataizinho – PR.



Figura 3: (A) Pista de caminhada e jardins; (B) Mesas para jogos e descanso; (C) Academia ao ar livre; (D) Quadra de volei; (E) Bancos na Praça José Gerônimo Fernandes – Praça Zezé Quirino no Conjunto Habitacional Antônio José Vieira em Jataizinho - PR

Autor: Bortolo, (2012).

Com isso, a Praça Zezé Quirino torna-se um objeto de extrema importância para compreender distintos usos dos espaços públicos e a vida dos espaços públicos na periferia em cidades brasileiras.

Ibiporã conta com uma população total de 48.200 habitantes (IBGE, 2010) dos quais 96% é urbana. A cidade apresenta 10 praças públicas, 1 espaço de lazer e 1 Centro Poliesportivo para práticas esportivas, denominado popularmente de Carecão.

Nesta cidade estudou-se a praça da igreja matriz, denominada de Praça Pio XII. Esta praça foi criada na década de 1950 e atualmente é uma das, se não, a praça com maior representação em termos de uso para a população e para a cidade de Ibiporã.

Escolheu-se tal praça devido à sua localização, a importância para a população de Ibiporã e também a sua importância histórica na estruturação do espaço urbano de Ibiporã, sendo a segunda praça construída na cidade. Já evidenciou-se que as praças centrais das cidades que compõem a aglomeração urbana de Londrina - PR são elementos-chave no processo de estruturação e formação do núcleo urbano, pois, tais cidades eram planejadas e inicialmente eram construídas as igrejas no núcleo central e logo em seguida a praça, como elemento público de ordenação do espaço, do passeio, do encontro, ou seja, tais espaços são extremamente importantes para a estruturação atual do espaço urbano destas cidades.

Nela se realizam atualmente eventos, shows, encontros, presença do comércio ambulante, programações culturais, religiosas, políticas, sendo ainda espaço que apresenta grande fluxo de passagem de moradores da cidade, estando também juntamente ao principal comércio e serviços da cidade, dentre outros. Nestas primeiras idas a campo para o reconhecimento e a escolha destes espaços públicos, pode-se observar que existem diferentes níveis de sociabilidade cotidiano dos usuários deste espaço público.

Pode-se até elencar algumas das outras praças da cidade como a primeira praça construída na cidade sendo a Praça Eugênio Sperandio, criada na década de 1940 também localizada no centro da cidade, porém de menor tamanho físico e com menor representatividade para a cidade. Outras praças são a Praça do Conjunto Henrique Alves Perreira, a Praça Jacob Casagrande ou mais conhecida como Praça do Viscardi, pelo fato de estar localizada perto do Supermercado desta rede.

Existe também a Praça do Conjunto Angelo Maggi, a Praça do Conjunto José Pires de Godoy, a Praça da Vila Esperança, a Praça Kaluana, a Praça das Azaléias, a Praça do

Jardim Bom Pastor. Todas estas são praças de bairro, apresentando em sua maior parte, pequena área e tendo como equipamentos, academias ao ar livre, bancos, etc; no que tange as suas formas e seus usos pela população da cidade de Ibiporã - PR.

Observe melhor os equipamentos, diferentes usos na cidade em tela a partir da figura 4.



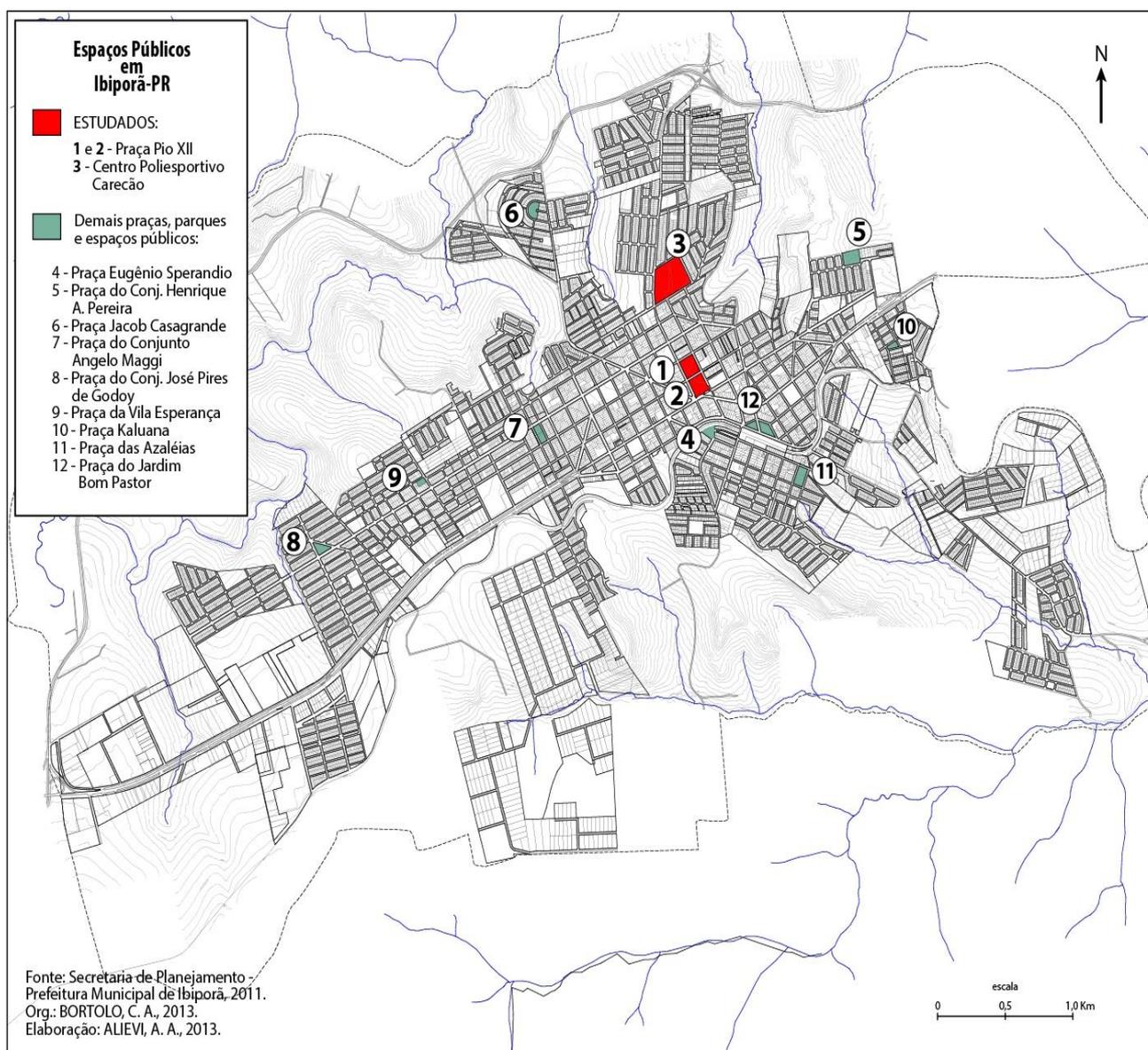
Figura 4: (A) Bancos e jardins; (B) Academia ao ar livre; (C) Comércio ambulante; (D) Exposição e feiras culturais na Praça Pio XII no centro da cidade de Ibiporã - PR
Autor: Bortolo, (2012).

Este espaço público é de extrema importância para o estudo, pois apresenta dinamicidade de funções que um espaço público na cidade contemporânea vem apresentando, ou seja, a possibilidade de encontros impessoais, como simples caminho de passagem, a atividade do comércio ambulante, o lazer e o esporte, dentre outros. Destarte, escolheu-se esta praça para compreender a produção e as diferentes formas de uso do espaço público atual.

Um elemento muito importante presente em alguns dos espaços públicos na cidade de Ibiporã está na atenção que o poder público local²¹ dá a alguns destes espaços, que resulta na instalação de monitores e preparadores físicos para ajudar nos treinos e nas atividades físicas da população, que utiliza as academias ao ar livre implantadas em algumas praças de Ibiporã.

Observe no mapa 4 os espaços públicos de Ibiporã - PR.

Mapa 4- Espaços públicos na cidade de Ibiporã – PR, 2013



²¹ Discutiremos o papel do poder público local (Estado) na produção dos espaços públicos das cidades do aglomerado urbano de Londrina no quarto capítulo de nossa tese.

Outro espaço escolhido na cidade de Ibiporã é o Centro Poliesportivo Carecão, mais conhecido como “Carecão”. O mesmo foi fundado em 12/04/2003 e se localiza na periferia da cidade de Ibiporã. Periferia esta, composta por moradores de médio e baixo poder aquisitivo. Este espaço público se torna relevante devido sua estruturação e variedade de usos que a população faz do mesmo.

No espaço público do Carecão tem-se a pista de caminhada, pista de skate, quadra de futebol, vôlei, tenis e basquete, equipamentos para atividades físicas, teatro livre, arena e, mais recentemente foi implantada a academia ao ar livre que conta com um preparador e instrutor físico em alguns dias da semana. Este espaço público apresenta-se dinâmico em relação aos diferentes usos, dias, horários, etc., e a partir dos levantamentos realizados, este é um espaço público de referência na cidade.

Pode-se observar na figura 5 o Carecão e seus equipamentos.



Figura 5: (A) Pista de Skate; (B) Quadra de tenis; (C) Pista de Caminhada; (D) Jardins e Bancos no Centro Poliesportivo Carecão em Ibiporã - PR

Autor: Bortolo, (2012).

Deste modo, analisa-se na cidade de Ibiporã a Praça Pio XII e o espaço público de lazer do Centro Poliesportivo Carecão. Tais espaços já devidamente justificados a partir de suas importâncias por ambos desempenhados no cenário urbano de Ibiporã - PR.

A cidade de Cambé - PR apresentava-se com uma população total de 96.735 habitantes (IBGE, 2010) dos quais 96% é urbana. Cambé conta com uma população maior que as demais cidades já mencionadas e está conurbada no sentido oeste com a cidade de Londrina. A cidade de Cambé conta com 21 praças e 3 parques públicos distribuídos pela malha urbana conforme quadro 4.

Praças e Parques	Localização
Praça dos Leões	Avenida Inglaterra x Belo Horizonte
Praça da Amizade	Rua Belo Horizonte RFFSA
Praça Valdir Aparecido Costa	Rua Gênese – Conjunto Habitacional Dr José Santos Rocha
Praça Theodoro Conceição	Jardim Ana Elisa III – Rua Guaíra
Praça Nicola Dísparo	Jardim Planalto Verde – Antônio Alexandrino
Praça João Frasson	Casa de velório
Praça Gregório Wladeck	Rodoviária
Praça Santo Antônio	Igreja Matriz
Praça Getúlio Vargas	Fonte Luminosa – Prefeitura Municipal
Praça Santos Dumont	Centro cultural – Rua Otto Gaertner
Praça Marcelina Rita de Oliveira	Jardim Tupi – Rua Tupiniquins
Praça do Sol Nascente	Rua Pará
Praça Operários Municipais	Ao lado da Rodoviária – quadras
Praça Leonardo Da Vinci	Jardim Montecatini
Praça Michelangelo	Jardim Montecatini
Praça São Paulo	Rua Pará
Praça José Garbelini	Estádio Municipal
Praça do Cambé II	Rua Itamarati
Praça dos Pioneiros	Parque residencial Oswaldo Sella
Praça Arthur Bernardes	Jardim Novo Bandeirantes II
Praça Venceslau Brás	Jardim Novo Bandeirantes I
Praça do Jardim Santo Antônio	Antigo canal a céu aberto
Fundo de Vale Córrego da Verdade, Parque Zezão.	(Vários Loteamentos e conjuntos habitacionais)
Parque Histórico Municipal Danziger Hof	Rua Silva Dantas
Parque Histórico Municipal Peroba Rosa	Rua Domênico Leão

Quadro 4: Localização dos espaços públicos de Cambé - PR

Fonte: Prefeitura Municipal de Cambé (PMC), (2012).

Org: Bortolo, (2012).

Após algumas idas a campo, observações, coleta de informações e dados, decidiu-se a partir da sua importância e representação na cidade, escolher como um dos espaços públicos estudados nesta cidade a Praça Central da Igreja Matriz denominada de Praça Santo Antônio, construída no limiar da década de 1940, a primeira praça da cidade de Cambé, denotando importante fator histórico e estruturadora da cidade.

Junto a este espaço público encontra-se parte do calçadão da cidade. Uma das principais características que chamou atenção e permitiu sua escolha foi o fato de que nesta praça ocorre a presença de inúmeros usuários em distintos momentos; por ter passado por transformações em que, do espaço de convívio, encontro após as reuniões religiosas, a Prefeitura Municipal implantou o calçadão, juntamente com a proximidade do comércio central da cidade, tornando tal espaço um lugar de passagem, de fluxo constante e rápido de pessoas no decorrer dos diferentes dias da semana.

Observe na figura 6 a Praça Santo Antônio e o Centro de Eventos e Cultura.

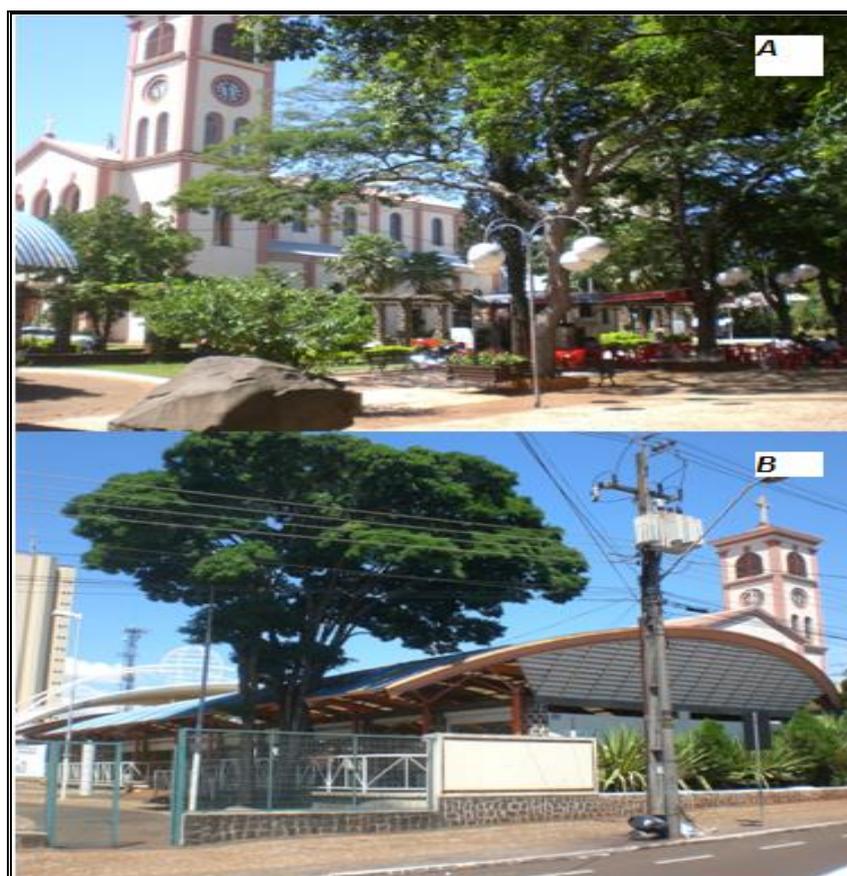


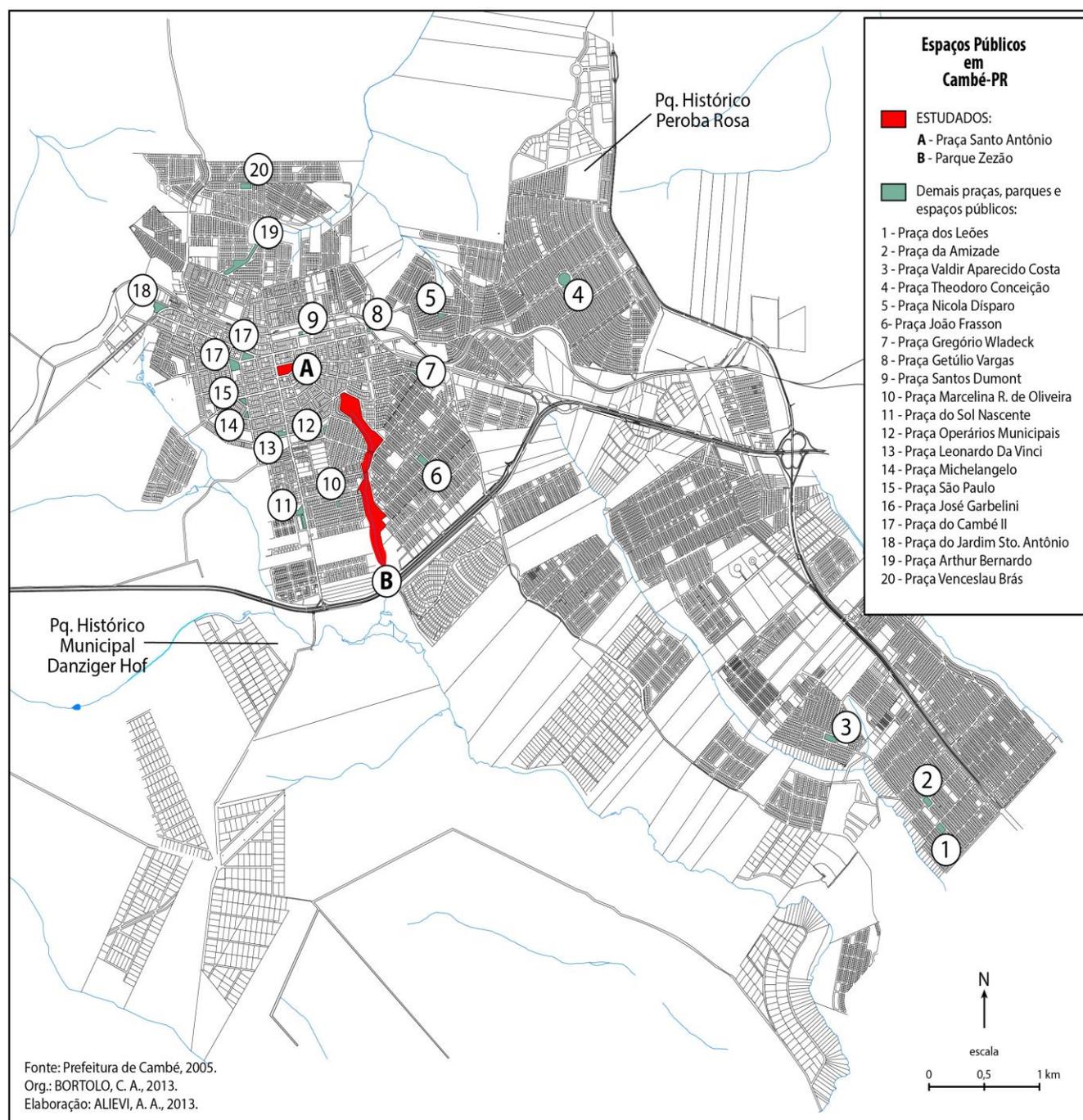
Figura 6: (A) Calçadão e igreja católica na Praça Santo Antônio; (B) Centro de Eventos e Cultura em Cambé - PR

Autor: Bortolo, (2012)

Outro item importante foi a construção de um Centro de Eventos e Cultura nesta praça em 10/12/2000, que faz com a praça tenha outros tipos de uso, lembrando também da presença de vagas de estacionamento no espaço público da Praça Santo Antônio. Após a construção deste Centro de Eventos e Cultura, a praça passou também a ser considerada como espaço de lazer, realização de festas, encontros, eventos culturais.

Observe no mapa 5 os espaços públicos de Cambé – PR.

Mapa 5: Espaços públicos na cidade de Cambé – PR, 2013



Outro espaço público escolhido para o estudo em Cambé - PR foi o Parque Zezão, resultante do processo de melhoramento e políticas públicas urbanas no fundo de vale Córrego da Verdade, com área total de 64.468,92 m², cuja denominação foi aprovada em 14/10/2010²².

O espaço público do Parque Zezão começou a ser implantado no ano de 1992 tendo suas obras estendidas até meados dos anos 2000; conta com presença de pistas de caminhada com 1.200 m de extensão, grande quantidade de vegetação, teatro e arena livre, equipamentos para diversas práticas esportivas, brinquedos infantis, dentro outros.

Em conversa com o Secretário de Planejamento e Obras da cidade, o arquiteto Fausto Anami esclareceu que todo o processo de urbanização deste fundo de vale ocorreu em diferentes momentos e etapas. Todos os equipamentos apresentados acima foram sendo implantados no decorrer dos anos e não em um único período, pois dependiam da aprovação e liberação de recursos municipais e estaduais.

No entorno do Parque do Zezão estão localizados os bairros Parque Residencial Oswaldo Sella, implantado no ano de 1970; o Jardim Alvorada tendo sua aprovação em 1972; o Jardim Vila Rica no ano de 1975; o Jardim Universo em 1977 e o Jardim Eldorado aprovado no ano de 1989²³. Pode-se observar que o espaço público do Parque do Zezão foi criado após a implantação dos loteamentos na região, podendo, considerar que tais melhoras urbanas, foram criadas devido à necessidade da área passar por melhoramentos com políticas de urbanização deste fundo de vale e no seu entorno e poder dar novos usos a este espaço.

A escolha deste espaço público se deve ao fato de sua grande extensão, a quantidade e variedade de usos que a população de Cambé nele realiza, sua localização não muito afastada da área central. O parque situa-se em área residencial com diferentes bairros e poder aquisitivo.

Observe na figura 7 alguns dos equipamentos do Parque Zezão em Cambé - PR.

²² Dados fornecidos pelo Secretário de Planejamento e Obras do Município de Cambé, arquiteto Fausto Anami em 2013.

²³ Dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Cambé.



Figura 7: (A) Fonte e escadarias do parque; (B) Pista de caminhada; (C) Aparelhos para exercícios; (D) Concha e teatro ao ar livre no Parque Zezão em Cambé - PR
Autor: Bortolo (2012).

Outra cidade estudada é Rolândia, que apresentava uma população total de 57.870 habitantes (IBGE, 2010) sendo 94% urbana. Rolândia conta com a presença de aproximadamente²⁴ 27 praças, 1 parque infantil e 1 lago em sua malha urbana.

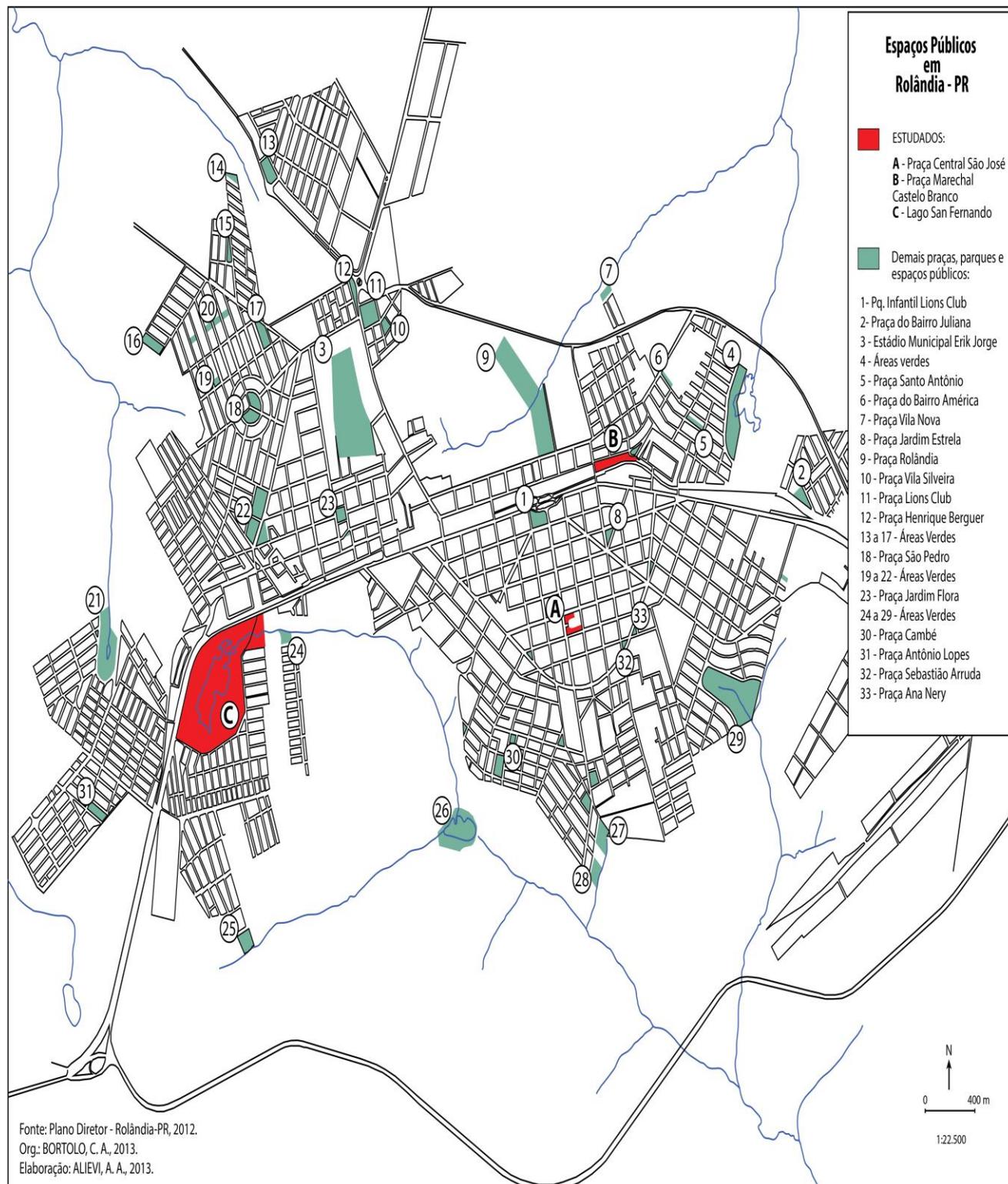
O poder público local orienta de acordo com a legislação federal os loteadores, incorporadores imobiliários e demais agentes deste segmento a doação de 35% dos espaços loteados e parcelados, para que as mesmas possam implantar as ruas, logradouros, etc; para as prefeituras no sentido de que a mesma tenha uma reserva de espaços institucionais para o uso público e possam assim, futuramente de acordo com as necessidades do município, serem transformadas em equipamentos comunitários como creche, escolas, unidades básicas de saúde, etc., e espaços públicos de lazer como praças e parques. Com isso, a cidade de Rolândia apresenta alguns espaços institucionais

²⁴ Utilizamos a expressão “aproximadamente”, pois, em levantamento de dados na Prefeitura Municipal de Rolândia e na Secretaria de Planejamento e Obras, fomos informados que os mesmos não possuem o número exato de espaços públicos da cidade. Neste caso, principalmente de praças. Tal justificativa é que tem áreas que são nomeadas como praça em seus mapeamentos, mas tal espaço não tem nenhum equipamento e na verdade não é uma praça, mas áreas institucionais que tem certo potencial para se transformar em praça ou outro equipamento público. Assim, o poder público local acaba por designar tais espaços como praças ou áreas verdes, sendo estas áreas doadas a partir da lei federal (BRASIL, 1979) que obriga a doação de 35% das áreas loteadas para serem futuras áreas de uso público.

que ainda não tiveram uma finalidade própria e a prefeitura acabou por classificá-los alguns destes espaços como praças.

Observe o mapa 6 com os espaços públicos da cidade de Rolândia - PR.

Mapa 6: Espaços públicos na cidade de Rolândia – PR, 2013



Diferente das demais cidades em estudo, em Rolândia - PR a praça central denominada São José não se coloca como um espaço de uso intenso pela população da cidade. Isso vincula-se, de um lado, ao fato da mesma não apresentar equipamentos de lazer e outros atrativos para propiciar um maior uso. Por outro lado, há uso deste espaço público, só que concentrado nos finais de semana já que no entorno da mesma, há presença de lanchonetes que agregam diferentes usuários, principalmente no período noturno.

Esta praça foi implantada em 1935 logo após a criação do primeiro hotel da cidade, juntamente com a construção da igreja e mais algumas casas. Observe na figura 8 a Praça São José na cidade de Rolândia.



Figura 8: Praça São José no centro da cidade de Rolândia – PR.
Autor: Bortolo (2012).

Outro espaço público também estudado é a Praça Marechal Castelo Branco, localizada ao lado do terminal rodoviário que apresenta variedade de usos para a população de Rolândia. A mesma se localiza próxima a área central da cidade e conta com a presença de vários equipamentos como bancos, diversidade de árvores, academia ao ar livre, sendo esta dividida em três partes: para a terceira idade, outra para pessoas com deficiência física e outra parte para uso infantil; também apresenta uma fonte luminosa, mesa para jogos, diálogo, etc.

O engenheiro Claudio Metzger informou que a praça passou por melhorias em 2008, com a retirada de algumas espécies vegetais, alteração do piso, instalação da fonte luminosa e outras modificações. Após tal ação por parte do poder público, a praça passou a ser mais utilizada e ficou mais limpa.

Em levantamentos de campo, puderam se observar a diversidade de usos que tal praça apresenta, espaço de passagem, caminhada, comércio ambulante, espaço de permanência para alguns moradores e comerciantes, presença de um importante comércio em seu entorno, um espaço público bem cuidado do ponto de vista da limpeza pública e com presença significativa de moradores e demais pessoas nesta praça. Observe na figura 9 o espaço público da Praça Marechal Castelo Branco.



Figura 9: Praça Marechal Castelo Branco em Rolândia – PR.
Autor: Bortolo (2013)

Outro espaço público de lazer do estudo é o Lago San Fernando que se localiza ao lado do Conjunto Habitacional San Fernando. O mesmo se encontra afastado da área central da cidade de Rolândia - PR, sendo caracterizado pela presença de moradores de baixo poder aquisitivo.

Pode-se observar que este espaço público se torna um elemento muito importante e significativo para o Conjunto Habitacional San Fernando e os demais bairros que se localizam próximos a este conjunto habitacional e ao Lago San Fernando. Em conversa com moradores do bairro, os mesmos disseram que o Lago San Fernando é utilizado em diferentes dias da semana e também em distintos horários. Uma das atividades que atraem os usuários para este lago é o campeonato de pesca que a Prefeitura Municipal de

Rolândia - PR realizada quase que semestralmente; a natação é proibida por já ter ocorrido inúmeros acidentes neste espaço.

Também se pode encontrar neste espaço público uma pista de caminhada no entorno do lago, um campo de futebol, iluminação para as áreas do entorno do lago, etc.

O Lago San Fernando é formado a partir do represamento e a construção de uma barragem na nascente do Córrego Marabu no ano de 1988 pela Prefeitura Municipal de Rolândia juntamente com a Companhia de Habitação do Paraná – Cohapar. Tal espaço era uma antiga olaria da família Flores, sendo que parte foi adquirida pela prefeitura e outra doada à prefeitura.

Com o passar dos anos surgiu a necessidade e o interesse da ocupação dos espaços do entorno desta olaria para habitação, mas, para que isso pudesse ocorrer, houve a necessidade da melhoria da área, haja vista, que a mesma era considerada pouco propícia pela prefeitura e para possíveis interesses imobiliários na época, pois se encontrava degradada e também afastada do centro da cidade.

Deste modo, a prefeitura em parceria com a Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar) contratou uma empresa que executou as obras da barragem. De acordo com o engenheiro Claudio Metzger da Secretaria de Planejamento e Obras, não havia naquele momento, recursos para executar todas as obras propostas no projeto inicial, deixando assim, algumas destas obras para as próximas gestões municipais. Assim nos anos de 1990, houve a implantação do *playground*, pista de caminhada, quiosques com churrasqueiras e um campo de futebol.

Não se pode deixar de comentar sobre os bairros que foram implantados no entorno do Lago San Fernando. No ano de 1990 foi aprovado a implantação dos Conjuntos Habitacionais San Fernando I e do Jardim Geminadas; no ano seguinte o Conjunto Habitacional San Fernando II, em 1994 foi aprovado a instalação do Conjunto Habitacional Padre Angelo Matilci, todos implantados pela Prefeitura Municipal de Rolândia - PR em parceria com a Cohapar.

Na figura 10 observa-se o Lago San Fernando e no seu entorno, o Conjunto Habitacional San Fernando na cidade de Rolândia - PR.

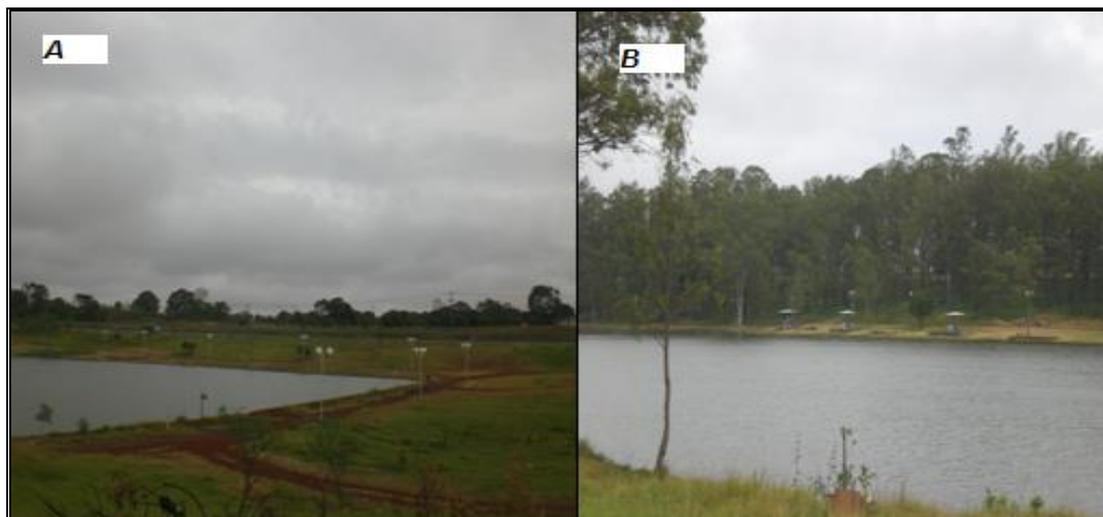


Figura 10: (A) Pista de caminhada e iluminação; (B) Quiosques no entorno do Lago San Fernando no Conjunto habitacional San Fernando em Rolândia - PR
Autor: Bortolo (2012).

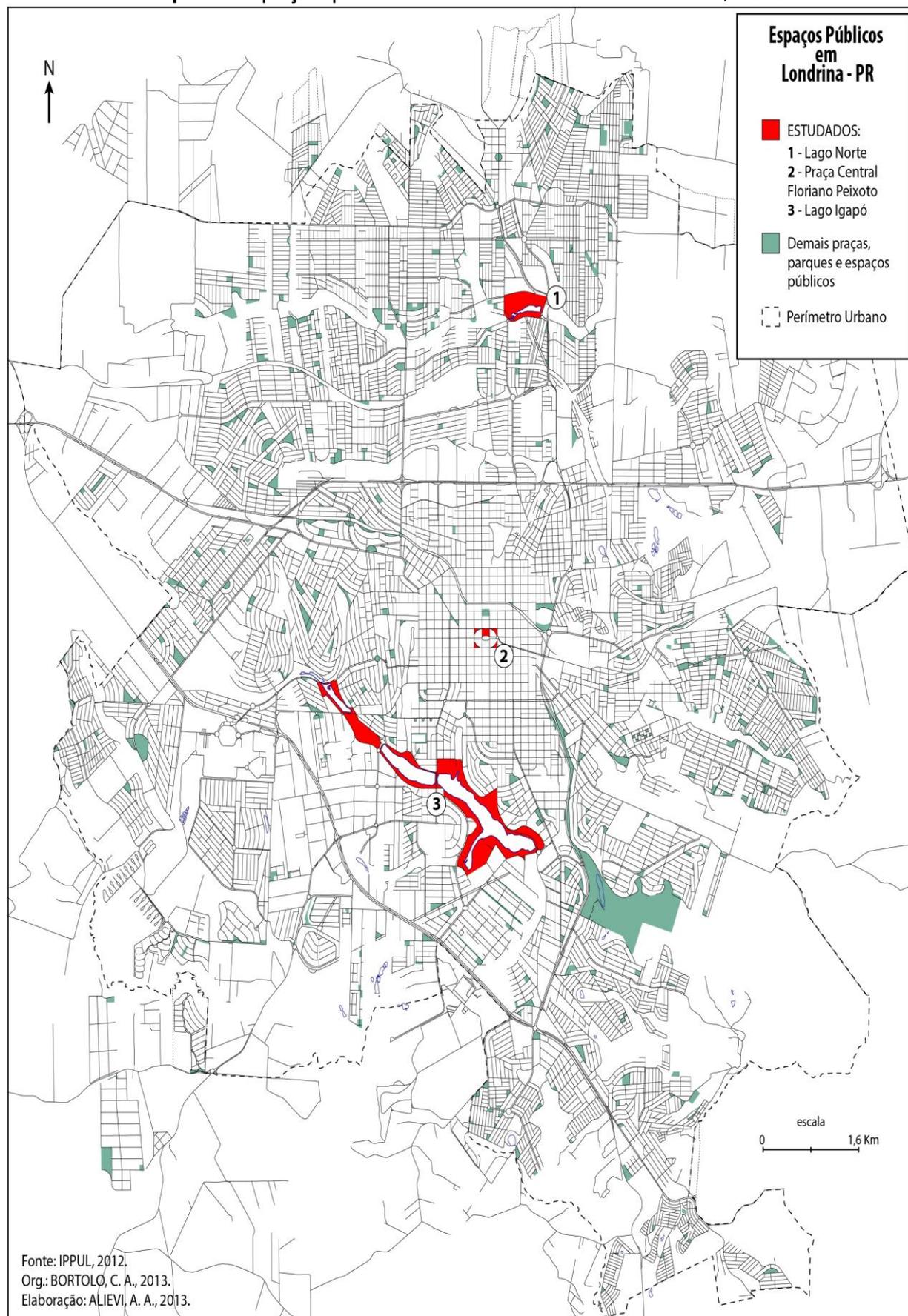
Por fim, a última cidade a ser estudada e seus espaços públicos é Londrina, que contava com uma população total de 506.645 habitantes (IBGE, 2010) dos quais 97% eram urbanos. Como maior cidade da aglomeração urbana, Londrina apresenta uma enormidade de espaços públicos para diversas finalidades como lazer, práticas esportivas, eventos culturais, etc.

Atualmente a cidade de Londrina conta com mais de 660 praças²⁵, 3 lagos, 2 parques, 1 bosque, mais de 55 academias ao ar livre, vários centros poliesportivos, dentre inúmeros outros espaços públicos de lazer e cultura, como bibliotecas, museus, etc. Pode-se afirmar que Londrina, perante as outras cidades em estudo, apresenta espaços públicos com diferentes tipos; modelos; usos e não usos; espaços com a presença de moradores e frequentadores de diferentes poderes aquisitivos; em áreas centrais como também em áreas periféricas.

Observe no mapa 7 a localização²⁶ dos espaços públicos de lazer presentes na cidade de Londrina.

²⁵ Tal dado nos foi fornecido pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina – (IPPUL). Existe uma variedade de espaços públicos que são considerados áreas institucionais de acordo com a lei federal 6.766 de 19/12/1979, mas que acabam sendo denominados como praças. Deste modo, não apresentaremos aqui a relação de todas estas praças, devido a enormidade de nomes e bairros. Mas com tais dados oferecidos pelo Ippul, conseguimos ter uma noção geral da importância e da quantidade de praças e outros espaços públicos presentes na cidade de Londrina.

²⁶ Como já apresentamos, é impossível selecionarmos as mais de 600 praças existentes na cidade de Londrina, desta forma, no mapa 7 as mesmas estarão selecionadas de uma única cor e especificaremos apenas os espaços públicos por nós estudados: o Lago Igapó, o Lago da Zona Norte e a Praça central Floriano Peixoto.

Mapa 7: Espaços públicos na cidade de Londrina – PR, 2013

Face ao número e diversidade de espaços, teve-se que escolher minuciosamente os espaços públicos desta cidade. Não podendo deixar de estudar a praça central da catedral, ou seja, a Praça Floriano Peixoto, pois além de estar entre os primeiros espaços públicos construídos na cidade²⁷, é também um símbolo, elemento histórico muito importante para a mesma; outro elemento relevante para a escolha deste espaço público está na alteração da forma e usos desta praça pela população, criada na década de 1930 juntamente com a criação do núcleo urbano e a planta desenvolvida pelo engenheiro Alexandre Razgulaeff ²⁸.

A Praça Central Floriano Peixoto pode ser visualizada na figura 11.



Figura 11: Praça Floriano Peixoto na cidade de Londrina – PR, 2013
Autor: Bortolo (2013).

A praça foi espaço de encontros religiosos, movimentos sociais, feiras de artesanato, local de passagem dos transeuntes, etc. Após anos de sua implantação, melhoramentos, diminuição em seus usos devido à concorrência e diversidade de novos espaços de uso coletivo, tecnologias de comunicação, dentre outros, passou por mudanças, crises, evoluções e, principalmente, por transformações.

²⁷ A primeira Praça construída na cidade de Londrina foi a Praça Willie Davis executada pela CTNP sendo logo em seguida implantados mais espaços públicos sendo assim, criada a Praça Floriano Peixoto juntamente com a primeira igreja católica da cidade de Londrina (PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA, 2013).

²⁸ Para saber mais sobre o processo de formação, constituição e a evolução da cidade de Londrina, ver estudos de Prandini (1954), Fresca (2002, 2007), Beidack (2009).

Outro espaço público na cidade de Londrina que realizou-se a análise foi o Lago João Júlio de Medeiros Neto, localizado na zona norte da cidade, também conhecido como Lago da Zona Norte. Este espaço é similar ao espaço público do Lago Igapó que se encontra localizado na porção sudoeste da cidade de Londrina. O espaço público do Lago da Zona Norte está inserido em área de predomínio de conjuntos habitacionais; afastado da área central da cidade.

O Lago da Zona Norte teve seu projeto inicialmente na gestão do prefeito Nedson Micheletti no início dos anos 2000, porém, o mesmo foi implantado e construído pela Prefeitura Municipal de Londrina no ano de 2004. Este passa a ser considerado como uma nova área de lazer da porção norte da cidade, tendo em vista a ausência de uma infraestrutura desta natureza, que pudesse atender necessidades de convívio dos moradores. Tal espaço público é resultado do represamento do córrego Cabrinha, entre as Avenidas Saul Elkind e a Avenida Curitiba.

O projeto do Lago da Zona Norte contemplou estudos referentes à bacia hidrográfica e a criação do lago ofereceu estruturas de lazer e contemplação, com o lago, pista de caminhada, recomposição da vegetação nativa, parque infantil e outros elementos. No início do ano de 2012 foi implantado no espaço público do Lago da Zona Norte uma academia ao ar livre.

Deste modo, observou-se a partir de algumas idas a campo que o mesmo se apresenta como um espaço público muito utilizado pela população do entorno do Lago da Zona Norte, tornando-se de extrema importância e relevância para a análise pela diversidade de usos.

Observe na figura 12 o Lago da Zona Norte em Londrina - PR.

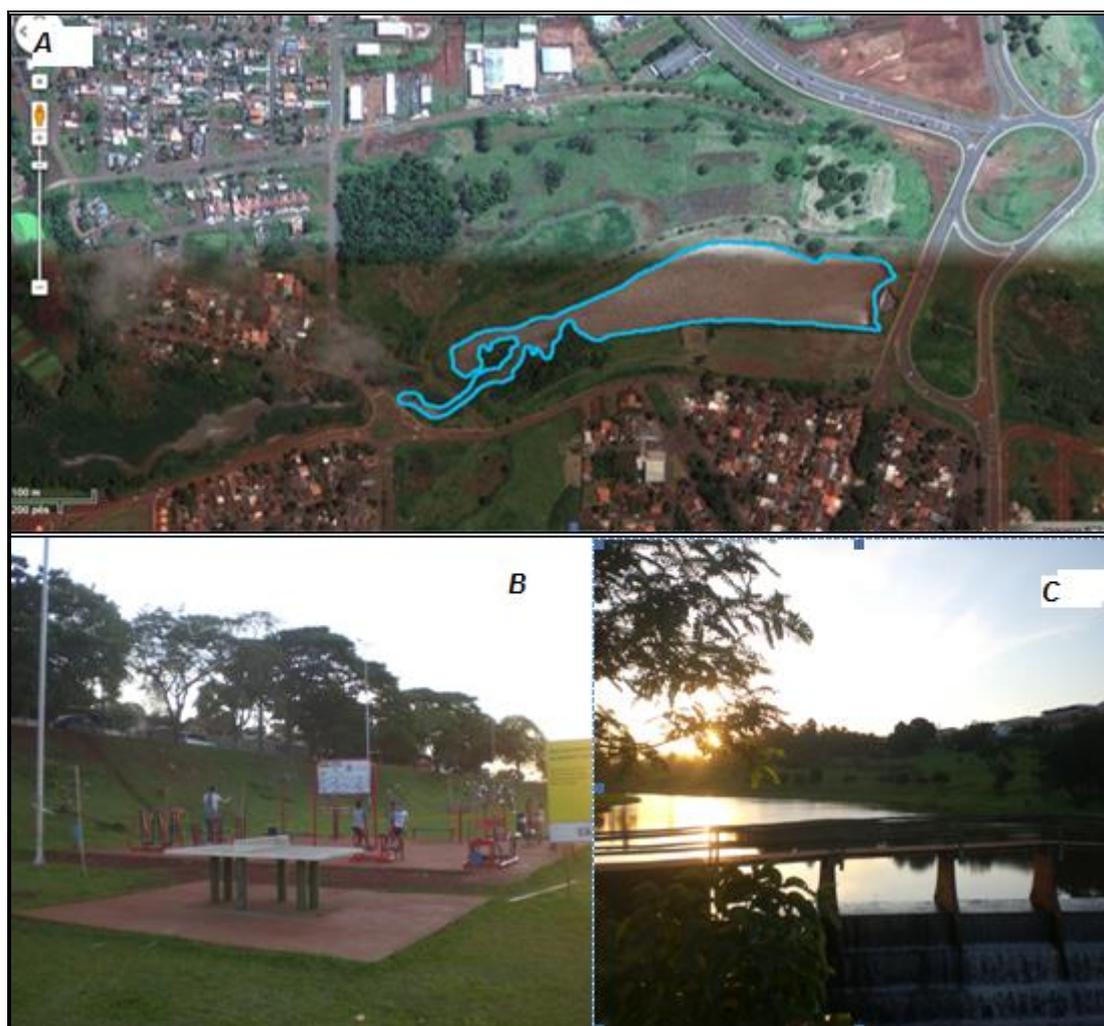


Figura 12: (A) Lago San Fernando e seu entorno (B) Academia ao ar livre; (C) Vista do Lago da Zona Norte em Londrina - PR
Fonte: Googlemaps, Bortolo (2012).

Outro espaço público a ser estudado em Londrina é o Lago Igapó, tornado o cartão postal da cidade. Espaço público de lazer em uma porção da cidade que concentra grande quantidade de residências de elevado padrão e apresenta atualmente em seu entorno um dos metros quadrados mais caros de Londrina - PR.

De acordo com Bortolo (2010), o Lago Igapó foi criado em 1959 cujo nome na língua tupi significa “transvazamento de rios”. Este lago artificial foi idealizado em 1957, na gestão do prefeito Antônio Fernandes Sobrinho, como solução para o problema de drenagem do Ribeirão Cambezinho que corta a porção sul da cidade de Londrina e o mesmo ribeirão era dificultado pela barragem de pedra que afligia as áreas rurais das proximidades da região criando um enorme charque (BORTOLO, 2010, p.71).

Criado a partir do represamento do Ribeirão Cambé, esta área se tornaria a maior área verde de Londrina, prevendo a execução do aproveitamento da sua face norte para a instalação de áreas para esporte, restaurantes e viveiros e o próprio Lago Igapó para a prática de esportes como o remo (BORTOLO, 2010, p.73).

Quando ocorreu a inauguração do Lago Igapó, parte das atividades de comemoração do Jubileu de Prata da condição de Londrina como sede municipal, o lago se inseria no plano urbano como um local afastado e distante da ocupação urbana, mas não demorou muito para que estas áreas fossem sendo ocupadas.

Ao longo dos anos de 1960, 1970 e 1980 começaram a ocorrer algumas ocupações no entorno do Lago Igapó e nas proximidades do clube social privado que fora implantado, o late Clube Náutico Igapó²⁹, sendo estas ocupações na porção leste do lago. De outro lado, foi o lugar que recebeu algumas das primeiras casas populares nos anos de 1960 sendo esta localizada na porção oeste da área do lago.

Tais ocupações eram ligadas a dois grupos sociais: o primeiro sendo representado por pessoas de maior poder aquisitivo com residências luxuosas, estas formas de habitação iam sendo instaladas e ocupavam as áreas próximas do Lago Igapó e do late Clube Náutico Igapó de maneira imposta pela diferenciação dessas ocupações (BORTOLO, 2010, p.80).

O espaço público de lazer do Lago Igapó em meados dos anos 1980, 1990 e na década de 2000 passou a ser o espaço público de lazer mais frequentado e a população é atraída devido aos eventos promovidos. Alterações e implantações de vias de acesso, melhoras na infraestrutura das áreas, grandes investimentos e ocupações por empreendimentos imobiliários voltados para um segmento social de poder aquisitivo mais elevado são apontadas como alguns dos principais elementos para que tal área se tornasse atrativa naquele e um dos espaços públicos de lazer mais importantes na cidade de Londrina e conhecido por todas as cidades da aglomeração urbana de Londrina.

Com isso, o espaço público do Lago Igapó é muito relevante para o estudo devido sua importância e referência que o mesmo apresenta para os demais espaços públicos e para as demais cidades da aglomeração urbana, haja vista, a ocorrência de algumas cópias deste lago em outras cidades da região. Observe na figura 13, vista parcial do Lago Igapó em Londrina.

²⁹ Não se tem registros de quem financiou a construção do late Clube Náutico Igapó, clube este idealizado pelo Prefeito José Fernandes Sobrinho e empresários da época. Mas os estudos de Iwanaga (1986) apontam que tal empreendimento foi construído com capital destes empresários.



Figura 13: O Lago Igapó em Londrina – PR
Autor: Bortolo (2013).

Assim, buscou-se compreender e analisar os diferentes usos, a diversidade de usuários, a importância deste espaço na cidade de Londrina e poder compreender quais elementos o fazem e o tornam um espaço público de referência.

Buscou-se ao fazer uma análise dos diferentes tipos de usos e apropriações do espaço público do Lago Igapó e dos demais espaços públicos de lazer já aqui referidos, para assim, poder corroborar com a tese de que os espaços públicos de lazer continuam a ser elementos fundamentais à constituição urbana e à vida nas cidades. Refletindo sobre a vitalidade destes espaços públicos nos dias atuais e seus diferentes usos e apropriações. Havendo diferentes formas de produção, uso e apropriação destes espaços públicos vinculados ao tamanho da cidade, à ação do poder público, à sociabilidade e às suas relações no âmbito da aglomeração urbana de Londrina - PR.

Querendo assim, compreender estes diferentes usos, suas distintas formas, as mais variadas especificidades que são apresentadas no decorrer das relações socioespaciais de produção do espaço nas ações do produzir o cotidiano e a integração da sociabilidade entre o espaço público e seu usuário, sua produção, a apropriação e os mais díspares usos.

2.3 – Usos e usuários dos espaços públicos das cidades de Jataizinho, Ibiporã, Cambé, Rolândia e Londrina – PR

No presente item discute-se as diferentes formas de usos dos espaços públicos de lazer selecionados em cidades da aglomeração urbana de Londrina – PR. Para tanto,

elaborou-se questionário visando compreender distintas relações que ocorrem em cada espaço público de lazer das cidades em questão.

As perguntas do questionário buscavam indagar sobre o gênero, idade dos usuários, o grau de escolaridade, a profissão, cidade e bairro onde reside, estado civil, a frequência que utiliza o espaço público, principal objetivo ao utilizar o mesmo, a importância deste espaço público para o usuário e, por fim, qual a renda mensal familiar.

Deve-se também explicar a metodologia para definição do número de questionários aplicados. Utilizou-se o método de amostragem a esmo ou sem norma estatística. Tal método de amostragem consiste em que o pesquisador, para elaborar seu campo amostral e o processo de aplicação dos questionários, procura ser aleatório sem, no entanto, realizar propriamente cálculos usando algum dispositivo aleatório confiável da estatística (COSTA NETO, 1977).

Com isso, os resultados desta amostragem são equivalentes aos de uma amostragem probabilística se a população for considerada homogênea, ou seja, estiver dentro de uma mesma área de análise e também, se não existir a possibilidade do pesquisador obter o número compatível com a pesquisa, quando este, se realizado uma amostragem estatística, obteria um número excessivo e muito elevado de entrevistas (GONÇALVES, 2009).

Desta forma, a amostragem a esmo é útil para a presente pesquisa, pois não se pode obter com precisão, o universo que efetivamente utiliza os espaços públicos de lazer estudados; mesmo se utilizasse os dados da população urbana de cada uma das cidades como universo, ter-se-ia também um universo que efetivamente não poderia ser considerado como sendo dos usuários dos espaços públicos; igualmente os dados da população urbana de cada um dos setores censitários localizados no entorno de cada espaço público, dificilmente poderia ser considerado como o universo dos usuários. Acrescente-se ainda o fato de que se trabalhou com cidades de diferentes tamanhos e espaços públicos de lazer em distintos bairros. Desta maneira, o uso de um método estatístico através de amostra aleatória simples por exemplo, tornava-se bastante dificultoso na medida em que o universo amostral era desconhecido; mesmo com as possibilidades de eleger um universo conforme exposto anteriormente, isso geraria um número bastante expressivo de questionários a serem aplicados considerando a amostra aleatória simples; principalmente para a cidade de Londrina, a maior de todas em termos

populacionais. Nessas circunstâncias, a amostragem a esmo se torna um processo aceitável para a população a ser pesquisada conforme afirma Silva (2004, p.27).

Desta forma, estabeleceu-se o número de 10 questionários a serem aplicados em cada um dos espaços públicos em estudo. Se em princípio este número pode parecer pequeno, deve-se levar em consideração que a maioria dos espaços públicos localizam-se em pequenas cidades. Nestes casos, se levasse em conta o método estatístico de amostragem aleatória simples, utilizando-se como universo a população urbana dos setores censitários localizados no entorno dos mesmos, tal número seria suficiente.

Exceção neste conjunto foi a cidade de Londrina, porque a população urbana dos setores censitários no entorno de cada um dos espaços públicos era bem maior, considerando-se o censo de 2010 (IBGE, 2010) e isso gerava elevado número de questionários a serem aplicados, inviabilizando o procedimento. Assim, para esta cidade também foram aplicados 10 questionários em cada espaço público de lazer.

Acerca da aplicação dos mesmos, foram realizados no final do mês de novembro e início do mês de dezembro do ano de 2012³⁰. Em tal período estava vigente o horário de verão; esteve-se em campo entre as 17:00 e 20:00 horas em todos os espaços públicos selecionados porque era período de maior movimento, uso, e principalmente pois buscou-se analisar os usos diurnos destes espaços públicos de lazer, etc. Escolheu-se uma cidade e um espaço público por dia para a aplicação dos questionários, totalizando 12 dias de aplicação dos mesmos; com a escolha deste período, podendo observar tais espaços públicos no período letivo e também no período de férias escolares quando o fluxo de pessoas tende a aumentar³¹.

Pode-se observar no quadro 5 o questionário utilizado para a coleta destas informações.

ENTREVISTADO ____.	
1-Gênero_____.	2-Idade_____.
3-Grau de escolaridade: () Ensino básico () Ensino fundamental () Ensino médio	
() Ensino superior.	
4-Profissão_____.	Onde trabalha? _____.
5-Reside em:_____.	
5.1-Qual é o Bairro?_____.	
6-Estado Civil? () Casado(a) () Solteiro(a). () Divorciado (a)	
7-Qual é a frequência que você vem ao espaço público (Praça, Parque, Lago, etc)? () 1 vez por semana () 3 vezes por semana () Todo dia () Fim de semana.	
8- Qual seu principal objetivo ao utilizar este espaço? () Lazer () Esporte () Trabalho () Somente caminho de passagem () Saúde () Outros.	
9- Qual a importância deste espaço público para você? () Encontrar amigos () Fazer novas amizades () saúde e estética () esporte e lazer.	
10-Qual é sua faixa de Renda Mensal? () Até 1 salário () 1 a 3 salários () 3 a 5 salários () 5 a 10 salários.	
Doutorando: Carlos Alexandre de Bortolo Orientação: Prof Dr (a) Tânia Maria Fresca	

Quadro 5: Questionário aplicado nos espaços públicos das cidades da Aglomeração Urbana de Londrina – PR

³⁰ Apenas na Praça Central São José em Rolândia os 10 questionários foram aplicados no mês de Fevereiro de 2014 devido a mesma ter sido inserida na pesquisa após o Exame de Qualificação.

³¹ Quando abordamos sobre os usuários, estes fazem efetivamente o uso dos espaços públicos estudados. No capítulo 3 será tratado de moradores e usuários que estão próximos e que também se beneficiam dos mesmos.

Na tabela 2 apresenta-se os dados obtidos a partir da aplicação dos questionários nos dois espaços públicos da cidade de Jataizinho - PR.

JATAIZINHO – PR		
Variável dos frequentadores	PRAÇA ZEZÉ QUIRINO	PRAÇA CENTRAL FREI TIMÓTEO CASTELNUEVO
Gênero	Masculino: 30% Feminino: 70%	Masculino: 90% Feminino: 10%
Faixa etária	0 – 15 anos: 30% 16 – 30 anos: 10% 31 – 59 anos: 30% 60 em diante: 30%	0 – 15 anos: 20% 31 – 59 anos: 10% 60 em diante: 70%
Escolaridade	Básico: 30% Fundamental: 40% Médio: 20% Superior: 10%	Básico: 80% Fundamental: 20%
Profissão	Aposentados, Diaristas, estudantes, Professor, Manicure e comerciantes.	Pedreiro, aposentados, estudantes e comerciante.
Local de Trabalho	Todos na cidade de Jataizinho, trabalhando na própria residência e de terceiros, escola, comércio do bairro.	Todos na cidade de Jataizinho, trabalhando na praça, em casa e em diversos bairros da cidade.
Residência – cidade	Todos residem em Jataizinho – PR no conjunto habitacional Antônio José Vieira.	Todos residem em Jataizinho – PR próximo a área central.
Estado civil	Casado (a): 60% Solteiro (a): 40%	Casado (a): 60% Solteiro (a): 40%
Frequência ao espaço público	Todo dia: 100 %	Todo dia: 60% 1 vez por semana: 10% 3 vezes por semana: 30 %
Objetivo de uso do espaço público	Lazer: 60% Esporte: 20% Saúde: 20%	Lazer: 80% Trabalho: 10% Somente caminho de passagem: 10%
Importância do espaço público	Lazer e esporte: 70% Saúde e estética: 30%	Lazer e esporte: 10% Encontrar amigos: 90%
Renda mensal familiar	Até 1 salário mínimo: 30% 1 a 3 salários: 50% 3 a 5 salários: 20%	Até 1 salário mínimo: 60% 1 a 3 salários: 40%

Tabela 2: Variáveis dos usuários dos espaços públicos da cidade de Jataizinho – PR

Fonte: Trabalho de campo, 2012.

Org: Bortolo (2012).

Pode-se observar que o perfil dos usuários é variado e dinâmico. No que tange o gênero dos respondentes³² dos questionários, verifica-se o predomínio de mulheres representando 70% do total de usuários na Praça Zezé Quirino e 30% de homens que caminhavam, corriam, utilizavam da academia ao ar livre apresentando assim, diferentes tipos de usos no espaço público da praça.

Com relação a idade dos usuários, esta é diversificada, havendo crianças de 5 anos, adultos e idosos acima de 60 anos. Verificou-se que não houve predomínio de faixa etária, pois as quatro faixas apresentadas foram bem representadas e distribuídas ocorrendo 30% nas faixas entre 0 - 15 anos, 31 - 59 anos, 60 em diante e 10% para os usuários de 16 – 30 anos.

³² Utilizaremos como sinônimo de respondentes, os usuários do espaço público.

Quanto ao grau de escolaridade dos usuários, encontrou-se todos os níveis, desde o básico até o superior completo, bem como analfabetos, conforme dados expostos na tabela 2.

Quando se trata da profissão e onde trabalha os usuários da Praça Zezé Quirino, encontrou-se aposentados, estudantes, professores do ensino básico municipal, manicures, comerciantes, diaristas, sendo que todos relacionavam seus locais de trabalho nas proximidades do bairro e conseqüentemente ao espaço público da praça.

Quanto à cidade de residência todos os entrevistados eram de Jataizinho e residem no Conjunto Habitacional Antônio José Vieira. Já sobre o estado civil, predomínio dos casados representando 60% dos usuários e 40% solteiros. Sobre a frequência dos usuários, a totalidade dos mesmos disseram utilizar a praça diariamente. Inúmeras são as justificativas e os usos: a proximidade da praça em relação as suas casas, o espaço público ser agradável, a prática de exercícios físicos, a preocupação com a saúde, trazer os filhos para brincarem, proporcionar lazer a família, o encontro entre amigos, etc.

Quando questionados sobre a importância do espaço público na vida dos usuários, apareceram inúmeros motivos: 60% buscam o lazer, 20% as questões da saúde e estética e 20% a prática de um esporte. Tal espaço propicia inúmeras atividades, e distintos usos, devido sua infraestrutura, seus equipamentos, a proximidade às suas casas, etc.

Tais observações puderam ser feitas durante a semana como também, nos finais de semana. Quando pode-se observar a realização de eventos³³ em um bar que fica defronte a praça. Outro elemento importante para o uso mais intenso da praça é o fato de que todas as quintas-feiras a Prefeitura Municipal envia uma equipe de enfermeiros e médicos para aferir pressão, dar atendimento básico as pessoas que estão na praça e que moram próximas a mesma. Assim, os moradores já se acostumaram com tais atividades e acabam por frequentar a praça constantemente devido a estas atividades, dentre outros motivos.

Visualiza-se na figura 14 a Praça Zezé Quirino e usuários.

³³ Este bar realiza aos fins de semana shows com artistas da cidade ou da região e também campeonato de jogos, etc. Contribuindo para ampliar o número de usuários na praça e suas distintas formas de uso, pois, o bar fica defronte ao espaço público da Praça Zezé Quirino.



Figura 14: (A) Pista de caminhada, (B) Academia ao ar livre na Praça Zezé Quirino em Jataizinho - PR

Autor: Bortolo (2012)

Com relação a renda mensal familiar dos usuários que frequentam a Praça Zezé Quirino, tem-se que 30% com renda mensal familiar de até 1 salário mínimo; 50% entre 1 a 3 salários e outros 20% entre 3 e 5 salários mínimos mensais.

Sobre os usuários da Praça Frei Timóteo Castelnuevo, os mesmos são predominantemente homens, representando 90%. Acerca da idade dos mesmos, diferentemente da variação das faixas etárias dos usuários da outra praça, nesta existe uma concentração maior de pessoas acima dos 60 anos de idade totalizando 70% dos usuários.

Predomina os usuários da terceira idade. Deve-se lembrar que Jataizinho - PR é a menor cidade em número de habitantes e dimensões físico-territoriais da Aglomeração Urbana de Londrina – PR. Suas características econômicas vinculadas à dinâmica de geração de empregos, coloca-a como cidade com fortes deslocamentos pendulares ao longo da semana. Neste sentido, a presença da terceira idade na praça central coloca-se como elemento de preferência por parte destes usuários, que dinamizam as relações interpessoais.

Quando analisado o grau de escolaridade dos usuários deste espaço público, tem-se 80% que apresentam apenas o ensino básico e muitos alegando ser incompleto.

A outra parcela, 20%, dos usuários tem o ensino fundamental completo. Não observou-se a presença de pessoas com ensino superior completo ou em andamento. Outro ponto observado nesta praça é que a mesma não concentra um número expressivo de usuários no decorrer da semana. Em conversas informais com os usuários da praça, os

mesmos afirmam que nos fins de semana o movimento aumenta, mas nada tão significativo, devido às missas aos sábados e domingos.

Outro motivo que faz aumentar o uso deste espaço em momentos determinados, são as quermesses e festas da igreja católica que ocorrem nos meses de dezembro e por vezes em janeiro. Depois destes eventos, diminui os usuários e retoma o predomínio de idosos. De acordo com Perez (2004) e Borja (2006) tal espaço funciona como elemento principal do processo de socialização coletiva entre seus usuários, seja o encontro, a visibilidade, etc.

Sobre a profissão e o lugar que trabalham, encontrou-se estudantes do ensino fundamental, pedreiro, comerciantes, mas a maior concentração de usuários desta praça estava nos aposentados. Sobre o local de residência, todos os usuários responderam que moram em Jataizinho - PR e residem no centro da cidade, ou seja, residem próximos à Praça Frei Timóteo Castelnuevo.

Os casados representam 60%. Quando questionados sobre a frequência que estes vem ao espaço público da Praça Frei Timóteo Castelnuevo, tem-se uma variedade de respostas.

Pode-se verificar que 60% dos usuários frequentam o espaço público da praça todos os dias, 30% vem a praça 3 vezes por semana e 10% apenas uma vez na semana.

Sobre os motivos e os objetivos que os levam a frequentar este espaço público, pode-se verificar que são 3: o lazer representando 80%; trabalho com 10%, ou seja, são as pessoas que mantêm um comércio informal, ambulante, taxistas, dentre outros; e o terceiro motivo com 10%, consideram a praça como caminho de passagem.

Acerca do principal objetivo que traz os usuários para a Praça Frei Timóteo Castelnuevo está dividido em 2 motivos: na procura por esporte e lazer com 10% dos usuários e predomínio no ato de encontrar amigos com 90% dos usuários. Tal uso se difere muito da outra praça já analisada, pois, a presença de maior infraestrutura e equipamentos, faz com que os usuários procurem frequentar o espaço da praça para a prática de esportes, o lazer, a estética, etc; já na praça central da cidade, os usuários acabam por se encontrar para conversar, jogar baralho o ato de poder encontrar os amigos.

Observe na figura 15 a Praça Frei Timóteo Castelnuevo no centro da cidade de Jataizinho - PR.



Figura 15: (A) Lanchonete e o comércio na praça, (B) Quiosque com mesas e bancos na Praça Frei Timóteo Castelnuevo e seus usuários

Autor: Bortolo (2012)

Quando abordada a questão da renda mensal familiar, tem-se 60% com uma renda mensal familiar de até um salário mínimo; 40% dos usuários com renda mensal familiar entre 1 a 3 salários mínimos. Na cidade de Ibiporã, analisou-se mais 2 espaços públicos cujos resultados dos questionários estão na tabela 3.

IBIPORÁ – PR	CENTRO POLIESPORTIVO CARECÃO	PRAÇA PIO XII
Variável dos frequentadores		
Gênero	Masculino: 40% Feminino: 60%	Masculino: 40% Feminino: 60%
Faixa etária	0 – 15 anos: 10% 16 – 30 anos: 40% 31 – 59 anos: 30% 60 em diante: 20%	0 – 15 anos: 20% 16 – 30 anos: 30% 31 – 59 anos: 30% 60 em diante: 20%
Escolaridade	Ensino básico: 20% Ensino fundamental: 30% Ensino médio: 40% Ensino superior: 10%	Ensino básico: 40% Ensino fundamental: 30% Ensino médio: 20% Sem escolaridade: 10%
Profissão	Cabelereira e estética, estudantes, aposentados, comerciante e secretária.	Aposentados, Diaristas, serviços gerais, estudante, vigilante noturno e comerciante.
Local de Trabalho	Comércio central e de bairro.	Na praça, casa de terceiros, escritórios, lojas e comércio central.
Residência – cidade	Todos residem em Ibiporã – PR sendo de diferentes localidades.	Todos residem em Ibiporã – PR. Mas alguns moram na zona rural e outros próximos a área central.
Estado civil	Casado (a): 50% Solteiro (a): 50%	Casado (a): 50% Solteiro (a): 30% Divorciado (a): 10% Viúvo(a): 10%
Frequência ao espaço público	Todo dia: 60% 1 vez por semana: 10% 3 vezes por semana: 30%	Todo dia: 40% 1 vez por semana: 10% 3 vezes por semana: 50%
Objetivo de uso do espaço público	Lazer: 10% Esporte: 50% Somente caminho de passagem: 20% Saúde: 20%	Lazer: 20% Esporte: 30% Trabalho: 10% Somente caminho de passagem: 40%
Importância do espaço público	Saúde e estética: 10% Esporte e Lazer: 90%	Encontrar amigos: 30% Trabalho: 10% Saúde e estética: 20% Esporte e Lazer: 40%
Renda mensal familiar	Até 1 salário mínimo: 30% 1 a 3 salários: 40% 3 a 5 salários: 10% 5 a 10 salários: 20%	Até 1 salário mínimo: 20% 1 a 3 salários: 80%

Tabela 3: Variáveis dos usuários dos espaços públicos da cidade de Ibiporã – PR

Fonte: Trabalho de campo, 2012. **Org:** Bortolo (2012).

Após as observações a campo, a aplicação dos questionários e análises, verifica-se que 60% são do gênero feminino e 40% são masculinos.

Em relação à idade dos usuários foram encontradas variadas faixas etárias: 10% são de usuários de 0 – 15 anos; 40% de 16 – 30 anos; 30% de 31 – 59 anos e 20% de 60 anos e mais, demonstrando diversas faixas etárias entre os usuários do Carecão. Quanto ao grau de escolaridade dos usuários, tem-se que 20% com o ensino básico; 30% estão cursando o ensino fundamental e 40% o ensino médio; 10% dos usuários com o ensino superior completo.

Quando questionado a profissão, encontrou-se usuários que são estudantes, comerciantes, secretárias, profissionais da estética como manicures e cabelereiras e uma parcela significativa de aposentados. Todos os entrevistados disseram residir em Ibiporã - PR e trabalhar na cidade em diversas localidades.

Sobre o bairro em que os mesmos residem, tem-se: Jardim Santa Luzia, Jardim Las Vegas, Jardim Pedro Explendor, Jardim Itamarati, Jardim São Francisco, Jardim Boa Vista e Centro.

A partir dos elementos colocados acima, verifica-se que existem bairros distantes do espaço público do Carecão, como o Jardim Pedro Explendor, Jardim Itamarati, o Jardim São Francisco, cujos usuários vêm a este espaço de carro para fazerem suas atividades físicas, trazem seus filhos para brincarem, etc. O espaço público fica localizado no Jardim Las Vegas, considerando que uma parcela significativa destes usuários do Carecão são moradores deste bairro.

Com isso, devido à presença da infraestrutura e a variedade de equipamentos para a prática esportiva e de lazer faz com tal espaço seja um dos mais utilizados na cidade de Ibiporã, e seus usos, sejam voltados para o lazer e o esporte.

Sobre o estado civil dos usuários do Carecão, tem-se 50% casados e 50% solteiros. Quando questionados sobre a frequência dos usuários no espaço público do Carecão, os mesmos nos apresentam uma variedade de opções.

Pode-se verificar que 60% dos usuários vem todos os dias, 30% frequentam o espaço 3 vezes por semana e outros 10% apenas uma vez por semana.

Sobre o motivo e os diferentes tipos de uso encontrados para utilizarem o espaço público do Carecão tem-se 10% como momento de lazer; outros 50% para realizar suas práticas esportivas; 20% consideram o espaço público como caminho de passagem; 10%

disseram frequentar o Carecão por questões de orientação médica, saúde, etc. Como já apresentado acima, tal espaço é sempre muito frequentado em distintos horários devido a sua enormidade de possibilidades de práticas esportivas, descanso, o lazer, o encontro entre amigos.

Em conversa informal com os guardas municipais e o Secretário do Esporte e Lazer³⁴ da Prefeitura Municipal, os mesmos disseram que todos os dias às nove horas da manhã tem-se a presença de um personal *trainer*, ou seja, um educador físico que orienta os usuários do espaço público do Carecão em seus exercícios e atividades físicas. A ação, elucida o Secretário de Esporte e Lazer, vem dando certo e acabou trazendo mais usuários para o espaço público do Carecão.

Quando abordada a importância do espaço público para os usuários, tem-se: 90% consideram o espaço público importante pelas diversas práticas esportivas e utilização para o lazer; 10% pela preocupação com a saúde e estética. Tal espaço público atualmente é composto por uma enormidade de equipamentos, apresentando-se com boa infraestrutura, segurança, iluminação. Considerado como um dos maiores e melhores espaços públicos de lazer e práticas esportivas da cidade de Ibiporã - PR, afluem pessoas do bairro e de outras localidades da cidade para utilizarem este espaço público, suas quadras de volei, basquete, futebol, pistas de caminhada, skate, barras, parque infantil, dentre outros equipamentos mais.

Existe ainda presença de usuários que utilizam este espaço público por recomendações médicas, buscando atividades físicas.

Nos levantamentos de campo, buscou-se alternar os horários e os dias da semana, para poder verificar os diferentes usos e seus usuários, lembrando sempre que buscava-se compreender os usos diurnos destes espaços públicos de lazer. Após o início do horário de verão e de férias escolares, ocorreu aumento significativo na quantidade de usuários no Carecão como também verificou-se tal fato nos outros espaços públicos estudados. Observa-se um fluxo mais intenso destes usuários das 7 horas da manhã até as 9 horas e das 17 horas até as 20 horas.

Observe na figura 16 o espaço público do Carecão e usuários na cidade de Ibiporã – PR, 2012.

³⁴ Tal secretaria foi instalada em um imóvel que fica localizado no espaço público do Centro poliesportivo do Carecão. Reuniões, atividades, propostas, todas são pensadas no próprio espaço do Carecão.



Figura 16: (A) Academia ao ar livre e pista de caminhada; (B) Quadras e pistas de caminhada no espaço público do Centro Poliesportivo do Carecão e seus usuários em Ibiporã – PR
Autor: Bortolo (2012).

No que tange a renda mensal familiar, tem-se grandes variações, pois não encontrou-se predomínio de nenhuma faixa de renda mensal: 40% dos usuários disseram ganhar de 1 a 3 salários mínimos; 30% ganham até 1 salário mínimo, 10% ganham 3 a 5 salários e 20% recebem de 5 a 10 salários.

O espaço público do Carecão é frequentado por distintos usuários, de diferentes segmentos sociais, em diferentes dias e horários da semana que praticam diferentes formas de usos, seja para o lazer, o esporte, descanso, ou pelo simples caminho de passagem.

Destarte, identificou-se que o poder público local se encontra preocupado com a qualidade dos espaços públicos da cidade e prima pelo uso dos mesmos apresentando-se com infraestrutura e relativa manutenção.

Em Ibiporã - PR também analisou-se a praça central, denominada Praça Pio XII. Esta praça tem dinâmica distinta das anteriormente discutidas. As pessoas param na praça, descansam, tomam sorvete, entram na igreja, denotando maior variedade dos usos.

No que tange aos usuários, tem-se 60% mulheres e 40% de homens frequentando a praça. Estes últimos jogam baralho, conversam com amigos, tem-se vendedores ambulantes, etc. Já as mulheres utilizam a praça como caminho de passagem, para realizar pequenas caminhadas, utilizar a academia ao ar livre, dentre outras. Verificou-se que cada espaço público com seus equipamentos e localização, acaba tendo predomínio de certos grupos de usuários e distintos tipos de uso. Desta forma, o espaço público

assume papéis e funções diferentes de acordo com sua localização, seus equipamentos e sua infraestrutura.

Sobre a idade dos usuários, tem-se 20% de crianças na faixa de 1 a 15 anos; 30% de 16 a 30 anos de idade; 30% de 31 a 59 anos e 20% de usuários acima dos 60 anos de idade.

Acerca do grau de escolaridade dos usuários, tem-se 10% de usuários que não cursaram nem o ensino básico se considerando analfabetos funcionais; 40% dos usuários que cursaram o ensino básico; 30% cursaram o ensino fundamental e 20% cursaram ou estão cursando o ensino médio.

Sobre a profissão dos mesmos, encontrou-se as mais diversas, como diaristas, vigilante noturno, estudantes, comerciante, auxiliar de serviços gerais; cuidador de idosos e já aposentados. Ao questionar onde trabalham, os usuários responderam em casas de moradores de Ibiporã - PR, Lar de idosos, na praça como vendedor ambulante, etc.

Todos os usuários disseram residir em Ibiporã - PR, mas tem-se um dado importante acerca de parte destes usuários, pois alguns residem na zona rural do município de Ibiporã - PR, como na Fazenda Saltinho, Água das Abóboras, Sítio São Sebastião, etc; mas trabalham na cidade e acabam por frequentar a Praça Pio XII todos os dias. Um dos motivos é que o ponto de ônibus fica localizado na praça, assim, todas as tardes uma quantidade expressiva de pessoas que residem na área rural aguardam o ônibus e, enquanto isso, tomam sorvete, praticam exercícios na academia ao ar livre, entre outras atividades e usos na praça.

Outro motivo que justifica os 40% de usuários que frequentam a praça todos os dias, está no fato dos mesmos residirem próximo à praça. Também observou-se a presença de usuários que moram em outras localidades mas, nenhum bairro tão distante da área central e do espaço público da Praça Pio XII. Elemento distinto do espaço público do Carecão em que pessoas de várias localidades da cidade acabam frequentando devido a variedade de atividades, equipamentos e funções que o mesmo apresenta para os diferentes usuários.

Quanto ao estado civil dos usuários tem-se que 50% são casados, 30% são solteiros, 10% de viúvos e 10% de divorciados. Outro dado importante é a frequência dos usuários neste espaço público: 10% de usuários frequentam 1 vez por semana; 50% dos usuários que vem a praça no mínimo 3 vezes por semana e 40% frequentam a praça todos os dias da semana.

No que tange os motivos que levam os usuários a frequentarem a Praça Pio XII 40% responderam terem a praça apenas como caminho de passagem. A justificativa está em tal espaço público estar localizado no centro da cidade e ter o comércio local em todo o seu entorno, ocasionando assim um grande fluxo de pessoas que apenas passam pela praça sem o intuito de fazer uso da mesma.

Outros 30% disseram frequentar a praça buscando praticar algum esporte, mesmo que a praça não apresente variedade de elementos e infraestrutura para a realização de tais atividades. Mas estas são pessoas que residem próximo a praça e não podem ou até mesmo não querem se deslocar ao Carecão ou ir até outro espaço público da cidade.

Encontrou-se 20% que utilizou por lazer, 10% de usuários a utilizam como área de trabalho, representados por sorveteiros e vendedores ambulantes. Existem comerciantes ou vendedores ambulantes que trabalham na praça há mais de 20 anos, dizendo não se imaginar trabalhando em outras áreas da cidade de Ibiporã - PR. Sejam vendedores ambulantes que ficam na praça todos os dias, como também aqueles que vem a praça aos fins de semana devido a mesma receber um maior número de crianças e pessoas, gerando aumento nas suas vendas.

Assim, pode-se observar que a mesma se apresenta com distintos usos, seja o lazer, o esporte, o descanso, o caminho de passagem. Todos estes ocorrendo em diferentes horários do dia e, sempre com uma quantidade significativa de pessoas devido a mesma estar localizada no principal centro comercial da cidade de Ibiporã.

Sobre a importância do espaço público da Praça Pio XII para os usuários, pode-se verificar que 40% dos mesmos consideram o espaço muito importante devido a práticas esportivas e a busca pelo lazer.

Tal prática é muito lembrada pelos usuários entrevistados, mediante a existência na praça, de parque infantil e com isso, pais, mães e babas trazem as crianças para brincarem. Nos finais de semana, tem pessoas que alugam bicicletas, motocicletas infantis, pula-pula para as crianças brincarem. Outros 20% dos usuários consideram-na importante para a saúde, pois filhos, cuidadores de pessoas idosas os trazem para caminhar, para distração, etc., na praça.

Outra importância foi evidenciada com 30% dos usuários que consideram a Praça Pio XII como espaço para encontrar os amigos. Tal característica mostra a dinâmica viva da sociabilidade dos espaços públicos e os costumes nas pequenas cidades e cidades como Ibiporã que se encontra em outras escalas urbanas, não podendo ser considerada

uma pequena cidade e também cidade grande. Tais elementos como o convívio, o encontro, a proximidade afirma Borja (2006) são presentes nestes espaços públicos. Também observou-se este fato na Praça central Frei Timóteo Castelnuevo em Jataizinho – PR.

Mesmo com a presença de inúmeras outras formas de lazer, de sociabilidade, a praça ainda desempenha este papel, podendo não mais ser o principal, sua maior função, mas tais características ainda encontram-se presentes no espaço público da cidade contemporânea.

Pode-se visualizar na figura 17 a Praça Pio XII com seus usuários e os distintos usos na cidade de Ibiporã – PR, 2012.



Figura 17: (A) Bancos, vegetação e áreas de caminhada; (B) Comércio ambulante na Praça Pio XII e seus usuários na cidade de Ibiporã - PR
Autor: Bortolo (2012).

No mês de Novembro comemora-se o aniversário da cidade de Ibiporã - PR e grande parte dos eventos comemorativos são realizados na praça, como também o carnaval da cidade, cujas atividades públicas são realizadas na praça além das exposições, festas, comemorações, etc.

Deste modo, afirma Perez (2004) que o espaço público da praça se fortalece no que tange a sua estrutura, seu ordenamento no espaço urbano e seu papel de articulador perante as distintas atividades da socialização e das ações do cotidiano. Assim, observa-se todos estes elementos no processo de produção e seus distintos usos na Praça Pio XII em Ibiporã.

Quando abordado sobre a renda mensal familiar dos usuários da Praça Pio XII, tem-se que 80% com renda mensal familiar no intervalo de 1 a 3 salários mínimos; 20% com renda mensal familiar de até 1 salário mínimo mensal.

Em Cambé – PR estudou-se os espaços públicos do Parque Zezão e a Praça Santo Antônio na área central da cidade. O Parque Zezão localiza-se próximo da área central da cidade e tem características muito semelhantes ao espaço público do Zerão³⁵ em Londrina - PR e também ao Centro poliesportivo Carecão na cidade de Ibiporã - PR.

Observe na tabela 4 as variáveis com as respostas dadas pelos usuários a partir da aplicação dos questionários.

CAMBÉ – PR		
Variável dos frequentadores	PARQUE ZEZÃO	PRAÇA CENTRAL SANTO ANTÔNIO
Gênero	Masculino: 70% Feminino: 30%	Masculino: 50% Feminino: 50%
Faixa etária	0 – 15 anos: 20% 16 – 30 anos: 30% 31 – 59 anos: 50%	0 – 15 anos: 10% 16 – 30 anos: 30% 31 – 59 anos: 60%
Escolaridade	Ensino básico: 10% Ensino fundamental: 40% Ensino médio: 40% Ensino superior: 10%	Ensino básico: 20% Ensino fundamental: 40% Ensino médio: 40%
Profissão	Manicure, estudantes, vigilante noturno, agricultor, do lar, operador de máquina.	Serviços gerais, estudante, vendedor, cozinheira, metalúrgico e chapeira.
Local de Trabalho	Própria residência, fábricas, fazenda e comércio central.	Comércio central e de bairro, indústria, na praça.
Residência – cidade	Todos residem em Cambé, mas em diferentes localidades.	Todos residem em Cambé, mas em diferentes localidades.
Estado civil	Casado (a): 50% Solteiro (a): 50%	Casado (a): 50% Solteiro (a): 40% Divorciado (a): 10%
Frequência ao espaço público	Todo dia: 10% 1 vez por semana: 40% 3 vezes na semana: 50%	Todo dia: 40% 1 vez por semana: 40% 3 vezes na semana: 20%
Objetivo de uso do espaço público	Lazer: 40% Esporte: 30% Saúde: 30%	Lazer: 20% Trabalho: 50% Somente caminho de passagem: 30%
Importância do espaço público	Encontrar amigos: 20% Saúde e estética: 20% Esporte e lazer: 60%	Encontrar amigos: 20% Trabalho: 50% Esporte e lazer: 30%
Renda mensal familiar	Até 1 salário mínimo: 20% 1 a 3 salários: 50% 3 a 5 salários: 30%	Até 1 salário mínimo: 30% 1 a 3 salários: 70%

Tabela 4: Variáveis dos usuários dos espaços públicos da cidade de Cambé – PR

Fonte: Trabalho de campo, 2012, **Org:** Bortolo, (2012).

Sobre os usuários do espaço público do Parque Zezão, tem-se 70% masculino e 30% é feminino. Quanto a idade dos mesmos, tem-se: 20% na faixa de 1 a 15 anos e 30% na faixa entre os 16 aos 30 anos de idade. Jovens e adultos utilizam os equipamentos e a

³⁵ O Zerão se localiza na cidade de Londrina sendo considerado um Centro poliesportivo com a presença de pista de caminhada, academia ao ar livre, teatro e arena ao ar livre, campo de futebol, basquete e vôlei, dentre outros equipamentos. Tal espaço fica localizado nas proximidades do Lago Igapó I.

infraestrutura presente para as variadas práticas esportivas, circuito de caminhada, vem ao espaço relaxar, ler um livro, etc.

A terceira faixa etária presente com 50% dos usuários esta entre 31 e 59 anos de idade. Uma consideração muito interessante é que nas idas a campo não observou-se e nem conseguiu-se aplicar o questionário para pessoas acima dos 60 anos de idade. Nos dias em que se realizou a aplicação dos questionários e nos outros dias em que apenas visitou-se o espaço, não havia pessoas desta faixa etária. Parcela significativa dos usuários deste espaço público é composta por secretárias do lar e babas, que trazem as crianças para brincarem no parque, além de comerciantes, operários, etc.

Quanto ao grau de escolaridade, tem-se 10% dos usuários com o ensino básico; 10% já concluíram o ensino superior completo; 40% dos usuários estão cursando e/ou já cursaram o ensino fundamental e o ensino médio.

Sobre a profissão dos mesmos, são: manicures, agricultores, vigilantes noturnos, operador de máquinas, do lar, estudantes, assistente geral, etc. Muitos trabalham em casa, escritórios, sítios, empresas de vigilância, empresas metalúrgicas em Londrina - PR; mas a maior parte trabalha na cidade de Cambé - PR.

Quando questionados sobre o lugar de sua moradia a totalidade dos usuários respondeu residir em Cambé – PR e apenas um respondeu morar na zona rural do município. Os bairros de onde tais usuários vêm para utilizar o espaço público do Parque Zezão são: Residencial Abulçafe, Jardim Ana Rosa, Jardim Alvorada, Jardim Bela Vista, Jardim Imperatriz, Jardim Mesquita, Jardim Casa grande, Bairro Montovani (Zona rural de Cambé - PR).

Verificou-se que existem pessoas que se deslocam de bairros distantes para frequentarem o espaço público do Parque Zezão, como o Jardim Ana Rosa, Abulçafe, Imperatriz, Casa Grande, áreas rurais, mas também estavam presentes usuários que responderam residir próximo ao parque no Jardim Bela Vista e Alvorada, etc.

Tem-se que 50% dos usuários casados e 50% solteiros e inúmeros destes vem ao espaço público do Parque Zezão acompanhados, com grupos de amigos para realizarem suas atividades físicas, sua caminhada, seu esporte e lazer.

Sobre a frequência dos usuários no espaço público, tem-se 10% dos mesmos com uso diário; 40% frequentam o parque 1 vez por semana; 50% de usuários vem ao parque 3 vezes na semana. Um dado muito importante para compreender tal frequência são os motivos que os mesmos vêm ao espaço público do Parque Zezão.

Ao observar tais motivos, conseguiu-se verificar os distintos usos que estes realizam no espaço público do Parque Zezão. Verificando-se que 30% consideram o espaço do parque importante para as práticas do esporte; 40% para a busca do lazer em espaços verdes; 30% com preocupação em relação à saúde, ao bem estar, a melhor qualidade de vida. Tais questões estão muito presentes no uso neste espaço público devido à presença de boa infraestrutura e equipamentos que possibilitem o uso para as práticas esportivas, o lazer, o descanso, dentre outros motivos.

No espaço público do Parque Zezão não encontrou-se comerciantes e vendedores ambulantes, nem transeuntes, podendo-se considerar tal espaço público como área de lazer e práticas esportivas.

O parque Zezão é muito utilizado para práticas esportivas e o lazer: 60% dos usuários disseram que o utilizam para realização das diversas práticas esportivas e o lazer. Sejam crianças, jovens, adultos, com períodos de maior uso pela manhã e a tarde, das 17:00 até 20:00 horas³⁶. Outros 20% reponderam que a maior importância deste espaço está na busca pelos cuidados da saúde, da estética, do corpo, da mente.

Não se pode deixar de considerar que 20% dos usuários disseram que o parque é considerado importante por se tornar um espaço de encontro entre amigos. Tais características como já fora evidenciado nos outros espaços públicos aqui descritos, é elemento muito presente nos espaços públicos das cidades contemporâneas, onde esta possibilidade do encontro entre amigos, do espaço como lugar dos encontros e das amizades são possíveis³⁷.

Observe na figura 18 o Parque Zezão e seus usuários na cidade de Cambé – PR.

³⁶ Dados obtidos a partir dos questionários aplicados no período de Novembro e Dezembro (2012).

³⁷ Vale a pena citar que aos sábados no final da tarde, o parque se torna local de presença de muitos noivos que após cerimônia religiosa, vão até o mesmo para serem fotografados.



Figura 18: (A) Pista de caminhada; (B) Equipamentos de Parque infantil no Parque Zezão e usuários

Autor: Bortolo (2012).

Sobre a renda mensal familiar dos usuários do Parque Zezão, encontrou-se 20% com até 1 salário mínimo por mês; 30% entre 3 e 5 salários mínimos e 50% com renda mensal familiar de 1 a 3 salários mínimos.

Nesta mesma cidade, analisou-se a Praça Santo Antônio, localizada no centro de Cambé - PR. Dado interessante a ser lembrado sobre esta praça é o fato de que atualmente boa parte dela é ocupada por um estacionamento implantado pela própria igreja católica e Prefeitura Municipal de Cambé - PR. Isto é relevante, pois nos levantamentos de campo e durante a aplicação dos questionários, pode-se observar diferentes elementos, situações e os usos a partir desta característica que não são tão usuais em outros espaços públicos aqui descritos das cidades da aglomeração urbana de Londrina - PR.

Sobre o gênero dos usuários deste espaço público, tem-se 50% de homens e 50% de mulheres. Quanto a faixa etária dos usuários, 10% estão entre 1 a 15 anos, podendo ser justificado pelo fato de que em tal espaço público não há presença de equipamentos e infraestrutura de lazer, aparelhos para exercícios, diminuindo a possibilidade de crianças virem a praça; 30% são usuários entre 16 a 30 anos de idade e 60% usuários de 31 a 59 anos.

Outro dado relevante acerca desta praça é que a mesma também tem uma parte como extensão do calçadão da cidade de Cambé - PR, com isso, há inúmeras lojas e parte do comércio central nesta parte da praça. Dessa maneira, a vinda de pessoas para a praça, não se faz com o intuito de frequentá-la. Inúmeros moradores de Cambé - PR vão

até a praça apenas pelo simples motivo de se deslocarem para o comércio central, estacionam na mesma e utilizam do comércio que se encontra nela ou em seu entorno. Também neste mesmo espaço foi inaugurado no dia 10 de Dezembro de 2000 o Centro de Eventos de Cambé - PR, cujo espaço é utilizado para realizar as festas da igreja e demais comemorações culturais da cidade.

Sobre o grau de escolaridade dos usuários da Praça Santo Antônio, encontrou-se 20% com o ensino básico; 40% com o ensino fundamental e 40% com ensino médio em andamento e alguns já concluídos.

Verificando a profissão dos mesmos, encontrou-se estudantes, servidores gerais, metalúrgicos, vendedores ambulantes, cozinheiras, chapeiras, garçoneiro, etc. Quanto ao lugar de trabalho dos usuários, são muito variáveis, tendo-se quem trabalham em casa, empresas e firmas em Londrina - PR, restaurantes, vendedores ambulantes, mas a maior parte destes trabalham na cidade de Cambé - PR.

No que tange aos vendedores ambulantes, grande parte permaneceu na praça e próximo ao calçadão, vendendo dvd, roupas, lanches, etc., afirmando que este espaço público tem movimento maior, gerando maior possibilidade de vendas.

A totalidade dos usuários da praça que responderam o questionário disseram residir em Cambé – PR, mas buscou-se saber qual o bairro para ver se os mesmos se deslocam de bairros próximos ou distantes. Tem-se os seguintes bairros: Centro, Novo Bandeirantes, Jardim Alvorada, Jardim Santo Amaro, Bandeirantes I, Jardim Ana Rosa, Jardim Atalaia, Jardim Tupi, Jardim, São Francisco e Jardim Cristal.

Neste sentido, vale salientar que a área central de Cambé atrai consumidores e usuários de distintas áreas da cidade, refletindo os bairros de residência dos usuários da Praça Santo Antônio.

Tem-se que 50% dos usuários casados, 40% solteiros e 10% dos usuários sendo divorciados. No que tange a frequência dos mesmos, verificou-se que 40% frequentam o espaço público todos os dias; 40% 1 vez por semana e 20% dos usuários 3 vezes por semana.

Sobre os motivos que trazem estes usuários para o espaço público, estes podem ser evidenciados por distintas formas de uso. Verificou-se que: 50% consideram a praça um espaço de trabalho, devido suas atividades como vendedores ambulantes, carrinhos de lanches, etc; 20% de usuários da praça que vêm a este espaço em busca de lazer, mesmo que não apresente nenhum equipamento esportivo como a academia ao ar livre, parques

infantis, etc. Os usuários disseram vir passar o tempo, distrair, passear pelo centro e acabam ficando certo tempo na praça. Tem-se 30% que disseram considerar a praça apenas como o caminho de passagem, para estacionar o carro na praça e fazerem suas atividades ou tarefas no centro e vão embora, nem permanecendo na Praça Santo Antônio.

Sobre a importância da Praça Santo Antônio para seus usuários, pode-se verificar que 50% considera o mesmo importante na relação com seu trabalho; 30% pela busca de esporte e o lazer, embora a mesma não apresente infraestruturas para tais práticas.

Vale a pena citar que a Praça Getúlio Vargas, mais conhecida como Praça da Fonte, localiza-se na área central, defronte à Prefeitura Municipal de Cambé - PR. Esta praça concentra praticamente quase que em todas as tardes uma quantidade expressiva de jovens e adultos que jogam baralho, conversam, etc. Verificou-se assim, inúmeros outros espaços em que os usuários buscam o lazer e o esporte, que não se realiza na praça central.

Com isso, observa-se que mesmo com todo o movimento dinâmico do comércio, as festas da igreja e demais eventos, a Praça Santo Antônio também é considerada um bom espaço para o descanso, o encontro de amigos, dentre outras atividades. Observem na figura 19 o espaço público da Praça Santo Antônio e alguns usos.



Figura 19: (A) Bancos e calçadão com os seus usuários; (B) Estacionamento na Praça Santo Antônio

Autor: Bortolo, (2012).

Sobre a renda mensal familiar dos usuários da praça, verifica-se que 70% destes tem renda na faixa entre 1 a 3 salários mínimos e 30% renda mensal familiar de até 1 salário mínimo.

Na cidade de Rolândia - PR, o primeiro espaço a ser apresentado é o Lago San Fernando, que se localiza na periferia da cidade, o segundo é a Praça Marechal Castelo Branco ao lado do Terminal Rodoviário e o terceiro espaço público é a Praça São José no centro da cidade.

Observem na tabela 5 as variáveis e as respostas dos usuários dos espaços públicos estudados em Rolândia – PR.

ROLÂNDIA – PR			
Variável dos frequentadores	LAGO SAN FERNANDO	PRAÇA MARECHAL CASTELO BRANCO	PRAÇA SÃO JOSÉ
Gênero	Masculino: 50% Feminino: 50%	Masculino: 60% Feminino: 40%	Masculino: 70% Feminino: 30%
Faixa etária	0 – 15 anos: 20% 16 – 30 anos: 70% 31 – 59 anos: 10%	0 – 15 anos: 10% 16 – 30 anos: 30% 31 – 59 anos: 50% 60 anos em diante: 10%	0 – 15 anos: 10% 16 – 30 anos: 20% 31 – 59 anos: 30% 60 anos em diante: 40%
Escolaridade	Ensino fundamental: 50% Ensino médio: 50%	Ensino básico: 30% Ensino fundamental: 10% Ensino médio: 40% Ensino superior: 20%	Ensino básico: 10% Ensino fundamental: 60% Ensino médio: 20% Ensino superior: 10%
Profissão	Estudantes, mecânico, do lar, secretária do lar, vendedor.	Operador de máquinas, metalúrgico, operador de sistemas, auxiliar de inspeção sanitária, estudante, representante comercial e do lar.	Metalúrgico, operador de sistemas, estudante, representante comercial e do lar, professor, aposentado.
Local de Trabalho	Oficina, comércio central, casa de terceiros.	Empresas e indústrias, residência de terceiros, autônomo.	Empresas e indústrias, residência de terceiros, autônomo.
Residência – cidade	Todos residem em Rolândia nos Conjuntos Habitacionais próximos ao Lago San Fernando.	Todos residem em Rolândia em diferentes localidades.	Todos residem em Rolândia em diferentes localidades.
Estado civil	Casado (a): 40% Solteiro (a): 60%	Casado (a): 40% Solteiro (a): 40% Divorciado (a): 20%	Casado (a): 70% Solteiro (a): 20% Divorciado (a): 10%
Frequência ao espaço público	Todo dia: 20% 1 vez por semana: 40% 3 vezes na semana: 40%	Todo dia: 40% 1 vez por semana: 30% 3 vezes na semana: 30%	Todo dia: 40% 1 vez por semana: 30% 3 vezes na semana: 30%
Objetivo de uso do espaço público	Lazer: 90% Esporte: 10%	Lazer: 50% Esporte: 10% Trabalho: 20% Somente caminho de passagem: 10% Saúde: 10%	Lazer: 20% Esporte: 10% Somente caminho de passagem: 30% Saúde: 40%
Importância do espaço público	Encontrar amigos: 40% Saúde e estética: 40% Esporte e lazer: 20%	Encontrar amigos: 20% Fazer novas amizades: 30% Esporte e lazer: 50%	Encontrar amigos: 40% Fazer novas amizades: 40% Esporte e lazer: 20%
Renda mensal familiar	Até 1 salário mínimo: 60% 1 a 3 salários: 40%	Até 1 salário mínimo: 20% 1 a 3 salários: 70% 3 a 5 salários: 10%	Até 1 salário mínimo: 20% 1 a 3 salários: 60% 3 a 5 salários: 20%

Tabela 5: Variáveis dos usuários dos espaços públicos da cidade de Rolândia – PR

Fonte: Trabalho de campo, (2012, 2014). **Org:** Bortolo, (2012 - 2014).

Os usuários do espaço público do Lago San Fernando são 50% do gênero masculino e 50% feminino. Sobre a idade dos mesmos, pode-se observar a partir dos usuários que responderam os questionários uma variação em 3 faixas etárias: 70% se encontra na faixa etária entre 16 a 30 anos; 20% são usuários entre 1 a 15 anos e, por fim, 10% são usuários entre 31 a 59 anos. Devem-se registrar que nas idas a campo e durante a aplicação dos questionários não observou-se a presença de pessoas acima dos 60 anos de idade, podendo-se entender tal fato ligado a falta de equipamentos ou atrativos para os usuários nesta faixa etária.

No decorrer das observações e reflexões sobre os espaços públicos de lazer, verificam-se que um dos motivos que levam a população aos espaços públicos são os equipamentos de esporte, exercícios como as academias ao ar livre. Mas, quando os espaços públicos não apresentam uma infraestrutura interessante e cuidada, faz com que se diminua o interesse da população em frequentar os espaços públicos.

Quanto ao grau de escolaridade dos usuários encontrou-se 50% com o ensino fundamental e 50% afirmaram ter ou estarem cursando o ensino médio. Não foi encontrado usuários que estejam cursando ou tenham curso superior.

Acerca de suas profissões, encontrou-se inúmeras respostas: estudantes, auxiliar de mecânico, secretárias do lar, vendedores em lojas no centro da cidade e pessoas desempregadas. Ao perguntar onde trabalham, estes usuários responderam que trabalham no comércio da cidade, oficinas mecânicas e residências familiares na cidade de Rolândia - PR.

A totalidade daqueles que responderam o questionário residem na cidade de Rolândia - PR e todos moram nos bairros do entorno do Lago San Fernando sendo estes: os Conjuntos Habitacionais Jardim San Fernando I, San Fernando II, Angelo Matilci e Jardim Geminadas. Não encontrou-se moradores de bairros afastados deste espaço público. Em conversa informal com moradores de outros bairros, durante os trabalhos de campo, visitas a Prefeitura Municipal de Rolândia – PR, verificou-se que a população não se sente a vontade em frequentar tal espaço público alegando que o mesmo é considerado violento e perigoso, dentre outras características.

Pode-se verificar que o espaço público do Lago San Fernando é tranquilo, pacífico e que em nenhum momento das visitas ao espaço público surpreenderam por situações que possam ser consideradas desconfortáveis. A população do bairro recebeu muito bem,

responderam as perguntas, se mostrando muito interessados em saber sobre o estudo, etc.

Não se pode deixar de registrar tais observações, pois as impressões que a população de Rolândia - PR e também o próprio poder público local, mediante Prefeitura Municipal e a Secretaria de Obras e Planejamento³⁸ faz e tem do espaço público do Lago San Fernando, acaba por limitar o uso deste a inúmeras outras pessoas. Único momento em que o espaço se encontra com a presença mais elevada da população é quando a Prefeitura Municipal realiza campeonatos de pesca no lago, chamando maior atenção para os moradores da cidade, mas, excluindo tal evento, a totalidade dos usuários são moradores dos bairros do entorno do Lago San Fernando.

Sobre o estado civil, 40% dos usuários são casados e 60% são solteiros. Quando questionados acerca da frequência que os mesmos costumam vir ao espaço público do Lago San Fernando, 40% frequentam o espaço público pelo menos uma vez na semana; 40% vêm pelo menos 3 vezes por semana; 20% de usuários frequentam o espaço público todos os dias.

Quanto aos motivos que levam os usuários ao espaço público do lago e seus distintos usos, estes tem-se 90% em busca do lazer e 10% para a realização da prática de esportes.

Sobre a importância do espaço público para os usuários, tem-se que existem 3 fatores: 40% consideram o ato de encontrar amigos, cuja característica, está sendo sempre presente nos espaços públicos das cidades; 20% está na busca da prática de esporte e lazer, através de caminhadas no entorno do lago, correm, jogam futebol, pescam, etc., 40% pela preocupação com a saúde e a estética. Tal questão é muito mencionada na atualidade devido à preocupação com a saúde, o bem estar, a melhor qualidade de vida a partir das práticas esportivas nos espaços públicos.

Visualize na figura 20 o espaço público do Lago San Fernando na cidade de Rolândia – PR e usuários.

³⁸ Em visita a Prefeitura Municipal de Rolândia e conversa com o secretário de Obras e Planejamento e sua equipe, estes se mostraram muito pessimistas em relação a tal espaço público, devido o mesmo estar localizado em um bairro periférico de população de baixo poder aquisitivo. Tal secretaria acredita que tal espaço é muito perigoso, dificultando o uso para os demais moradores da cidade de Rolândia. Em momentos de nossa conversa fomos várias vezes aconselhados a não realizar a aplicação dos questionários no Lago San Fernando devido a periculosidade do local afirmava alguns membros desta secretaria, mas tais questões foram desmistificadas após a aplicação dos questionários e nossas várias visitas a campo no espaço público do Lago San Fernando em Rolândia.



Figura 20: (A) Campeonato de pesca realizado pela Prefeitura Municipal de Rolândia - PR; (B) no Lago San Fernando e quiosques
Fonte: Prefeitura Municipal de Rolândia/ Bortolo (2012).

No que tange a questão da renda mensal familiar dos usuários do Lago San Fernando, 60% recebem até 1 salário mínimo e 40% entre 1 a 3 salários mínimos, ou seja, a maior parte dos usuários concentram-se com uma renda mensal inferior a dos outros usuários dos demais espaços públicos estudados até então.

O segundo espaço público estudado em Rolândia - PR é a Praça Marechal Castelo Branco, localizada ao lado do Terminal Rodoviário da cidade. Na praça, o gênero dos usuários está dividido em 60% de homens e 40% de usuários mulheres. Sobre a faixa etária dos mesmos, 50% encontram-se na faixa etária entre 31 a 59 anos de idade; 30% na faixa etária dos 16 a 30 anos de idade; 10% na faixa etária dos usuários de 1 a 15 anos e 10% acima de 60 anos de idade.

Acerca do grau de escolaridade, tem-se 40% dos usuários cursando ou que já cursaram o ensino médio; 30% possuem apenas o ensino básico; 20% de usuários que possuem o ensino superior completo e 10% estão cursando ou que cursaram apenas o ensino fundamental.

Sobre a profissão dos usuários do espaço público da Praça Marechal Castelo Branco encontrou-se: operador de máquinas, metalúrgico, auxiliar de inspeção sanitária, operador de sistemas, taxista, estudantes, representante comercial, secretária do lar e donas de casa. Sobre o lugar onde trabalham, muitos trabalham nas industriais de Rolândia - PR e Cambé - PR; outros trabalham na praça como o taxista que tem seu ponto neste espaço público, outros trabalham em empresas de Rolândia - PR e região.

Não diferente da maioria dos espaços públicos estudados aqui, a totalidade dos usuários questionados no espaço público da Praça Marechal Castelo Branco moram na

cidade de Rolândia, sendo estes os bairros: Vila Oliveira, Jardim das Flores, Jardim Monte Carlo, Jardim Asteca, Centro, Jardim Campo Belo, Jardim Caviúna e Cidade Verde.

Sobre o estado civil dos usuários, 40% são casados; 40% solteiros e 20% divorciados. Acerca da frequência dos usuários no espaço público em tela, 40% frequentam o espaço público da Praça Marechal Castelo Branco todos os dias, 30% 1 vez por semana e 30% 3 vezes na semana.

O principal objetivo dos usuários ao frequentarem a Praça Marechal Castelo Branco está evidenciado em diferentes usos. Sendo apresentado com 50% na busca pelo lazer; 20% vem à praça por questões de trabalho, mas deve-se lembrar que em tal espaço não existe a presença de comércio de alimentos em carros de lanche, etc; como existem em outras praças; 10% frequentam a praça na busca de práticas esportivas, devido a presença de 3 academias ao ar livre sendo divididas em aparelhos para crianças, jovens e adultos. Também foi encontrado 10% preocupados com a saúde e o bem estar e por fim, verificou-se que 10% dos usuários consideram a praça apenas como um caminho de passagem.

Sobre a importância do espaço público para os usuários, 50% considerou importante devido sua boa infraestrutura e presença de equipamentos para as mais variadas práticas esportivas e o lazer: academias ao ar livre, mesas e bancos para jogos, conversas e diálogos com amigos e uma fonte luminosa.

Outros dois motivos importantes foram lembrados pelos usuários da Praça Marechal Castelo Branco: 30% buscam o espaço para fazer novas amizades e 20% para encontrar os amigos na praça.

A praça em tela nos finais do dia apresenta maior fluxo de usuários. Também encontrou-se 30% dos usuários que considerou a praça muito importante por proporcionar inúmeras melhorias para a saúde, a beleza, o bem estar. Observe na figura 21 o espaço público da Praça Marechal Castelo Branco e usuários na cidade de Rolândia - PR.



Figura 21: (A) Academias ao ar livre; (B) Fonte luminosa na Praça Marechal Castelo Branco e seus usuários na cidade de Rolândia - PR
Autor: Bortolo (2012).

No que tange a renda mensal familiar dos usuários da praça em tela, 70% disseram apresentar renda mensal familiar entre 1 a 3 salários mínimos; 20% apresentaram renda mensal familiar de até um salário mínimo e 10% de 3 a 5 salários mínimos, ocorrendo assim, uma distribuição nas faixas de renda dos usuários.

No terceiro espaço público, a Praça São José, pode-se observar que o perfil dos usuários não é muito variado. No que tange o gênero destes usuários, verifica-se o predomínio de homens representando 70% do total de usuários na Praça São José e 30% de Mulheres que caminhavam ou passavam pela praça. Apresentando assim, alguns dos diferentes tipos de usos no espaço público da Praça São José.

Com relação a idade dos usuários, esta é diversificada, havendo crianças de 5 anos, adultos e idosos acima de 60 anos. Verificou-se que não houve predomínio de faixa etária, pois as quatro faixas apresentadas foram representadas e distribuídas ocorrendo 10% nas faixas entre 0 - 15 anos, 30% entre 16 - 30 anos, 40% entre 31 - 59 anos e 20% para os usuários de 60 em diante. Quanto ao grau de escolaridade dos usuários, encontraram-se todos os níveis, desde o básico até o superior completo.

Quando se trata da profissão e onde trabalha os usuários da Praça São José, encontrou-se uma quantidade significativa de aposentados, estudantes, professores, diaristas, metalúrgico, operador de sistemas, representante comercial e do lar. Sendo que todos relacionavam seus locais de trabalho nas proximidades do bairro e conseqüentemente ao espaço público da praça.

Quanto à cidade de residência todos os entrevistados eram de Rolândia e residem em localidades próximas a Praça São José. Já sobre o estado civil, predomínio dos casados representando 70% dos usuários e 20% solteiros e 10% são divorciados.

Sobre a frequência dos usuários, 40% disseram frequentar a praça todos os dias, 30% vem uma vez por semana e outros 30% responderam vir 3 vezes por semana. Inúmeras são as justificativas para tais dados: a proximidade da praça em relação as suas casas, o espaço público ser agradável, a prática de exercícios físicos, mesmo em tal espaço não apresentando nenhum equipamento e infraestrutura que possibilite as práticas esportivas; trazer os filhos para brincarem, o simples caminho de passagem, o descanso, o encontro com os amigos são alguns dos mais variados e distintos usos realizados pelos frequentadores da Praça São José em Rolândia.

Quando questionados sobre a importância do espaço público na vida dos usuários, apareceram inúmeros motivos: 20% buscam o lazer, 30% consideram o espaço público apenas como caminho de passagem, 40% utilizam do mesmo pensando na saúde e estética e 10% a prática esportiva. Tal espaço propicia inúmeras atividades, e distintos usos, devido sua localização central, a proximidade às suas casas, etc.

Tais observações puderam ser feitas durante a semana como também, nos finais de semana. Mas, deve-se apresentar que a noite e aos fins de semana o espaço público da Praça São José é muito mais frequentado devido a presença de lanchonetes e o mesmo estar localizado na área central onde jovens se encontram, buscam tocar violão, tomar sorvete, outras pessoas vão a missa, etc. Pois no decorrer da semana e principalmente durante o dia seus usos são mais limitados e a quantidade de pessoas que frequentam a praça é muito menor.

Ao questionar o motivo que leva os usuários a frequentarem o espaço público da Praça São José, os motivos e seus usos são os mais variados. Sendo 40% disseram ir a praça para encontrar amigos, outros 40 % buscam fazer novas amizades e apenas 20% disseram frequentar a Praça São José em busca de realizar práticas esportivas e o lazer. Tais dados podem ser justificados devido a falta de equipamentos e infraestrutura para tais atividades. Tal praça é mais utilizada como caminho de passagem, encontro de amigos, etc.

Visualize na figura 22 a Praça São José em Rolândia.



Foto 22: (A) Praça Central São José em Rolândia; (B) Coreto e bancos na Praça São José
Autor: Bortolo (2014).

Com relação a renda mensal familiar dos usuários que frequentam a Praça São José, tem-se 20% com renda mensal familiar de até 1 salário mínimo; 60% entre 1 a 3 salários e outros 20% entre 3 e 5 salários mínimos mensais.

Os três últimos espaços públicos estudados encontram-se na cidade de Londrina – PR, a maior cidade da aglomeração urbana. Tais espaços trazem uma diversidade e outras especificidades no que tange os diferentes usos e os usuários dos espaços públicos: a Praça Floriano Peixoto no centro da cidade de Londrina - PR, o espaço público do Lago da Zona Norte e o Lago Igapó. Procurou-se assim, iniciar os levantamentos e reflexões a partir da Praça Floriano Peixoto localizada no “coração³⁹” da cidade de Londrina - PR.

Querendo deixar claro que o intuito ao estudar os distintos espaços públicos de lazer em cidades de tamanhos diferentes, é compreender os mais variados e distintos usos dos mesmos. Para assim, corroborar a tese e discutir a vitalidade dos espaços públicos nos dias atuais com seus diferentes usos e apropriações. O espaço público continua vital na contemporaneidade e nas cidades da aglomeração urbana de Londrina. Vinculados ao tamanho da cidade, à ação do poder público, à sociabilidade e às suas relações no âmbito de um aglomerado urbano.

Verifique na tabela 6 as variáveis e informações coletadas a partir da aplicação dos questionários nos espaços públicos da cidade de Londrina – PR.

³⁹ Referimos à localização desta praça como “coração” da cidade de Londrina, devido sua localização estar no centro histórico e comercial de Londrina. Este espaço público foi pensado, planejado e concretizado nos primeiros anos após a criação da cidade.

LONDRINA – PR			
Variável dos frequentadores	PRAÇA FLORIANO PEIXOTO	LAGO DA ZONA NORTE	LAGO IGAPO
Gênero	Masculino: 60% Feminino: 40%	Masculino: 60% Feminino: 40%	Masculino: 50% Feminino: 50%
Faixa etária	16 – 30 anos: 60% 31 – 59 anos: 10% 60 anos em diante: 30%	16 – 30 anos: 50% 31 – 59 anos: 40% 60 anos em diante: 10%	0 – 15 anos: 10% 16 – 30 anos: 40% 31 – 59 anos: 40% 60 anos em diante: 10%
Escolaridade	Ensino básico: 30% Ensino fundamental: 20% Ensino médio: 30% Ensino superior: 20%	Ensino básico: 10% Ensino fundamental: 40% Ensino médio: 40% Ensino superior: 10%	Ensino básico: 10% Ensino fundamental: 10% Ensino médio: 50% Ensino superior: 30%
Profissão	Aposentados, Eletrecista, Manicure, Técnico agrícola, Autônomo, Médico veterinário, secretária administrativa.	Aposentados, Do lar, Operador de máquinas, Estudante, Servente de pedreiro, Vigilante Noturno, Autônomo e Cabelereiro.	Operador de Máquinas, Estudante, Aposentado, Pintor, Professor, Esteticista e Médico.
Local de Trabalho	Comércio central, Escritório, Propriedade agrícola, Atendimento domiciliar.	Casa de terceiros, Indústria e empresas, Comércio de bairro.	Indústria e empresas, Autônomo, Comércio central e de bairros.
Residência – cidade	Todos residem em Londrina em diferentes localidades.	Todos residem em Londrina em bairros do entorno do Lago da Zona norte.	Todos residem em Londrina em diferentes localidades.
Estado civil	Casado (a): 40% Solteiro (a): 50% Divorciado (a): 10%	Casado (a): 50% Solteiro (a): 40% Divorciado (a): 10%	Casado (a): 40% Solteiro (a): 60%
Frequência ao espaço público	Todo dia: 60% 1 vez por semana: 30% 3 vezes na semana: 10%	Todo dia: 50% 1 vez por semana: 20% 3 vezes na semana: 30%	Todo dia: 30% 1 vez por semana: 20% 3 vezes na semana: 50%
Objetivo de uso do espaço público	Lazer: 40% Trabalho: 20% Somente caminho de passagem: 40%	Lazer: 90% Esporte: 10%	Lazer: 60% Esporte: 20% Trabalho: 10% Saúde: 10%
Importância do espaço público	Encontrar amigos: 60% Fazer novas amizades: 10% Esporte e lazer: 30%	Encontrar amigos: 20% Saúde e estética: 10% Esporte e lazer: 70%	Fazer novas amizades: 10% Saúde e estética: 40% Esporte e lazer: 50%
Renda mensal familiar	Até 1 salário mínimo: 50% 1 a 3 salários: 40% 3 a 5 salários: 10%	Até 1 salário mínimo: 20% 1 a 3 salários: 60% 3 a 5 salários: 20%	Até 1 salário mínimo: 20% 1 a 3 salários: 10% 3 a 5 salários: 40% 5 a 10 salários: 30%

Tabela 6: Variáveis dos usuários dos espaços públicos da cidade de Londrina – PR

Fonte: Trabalho de campo, 2012.

Org: Bortolo (2012).

Na Praça Floriano Peixoto, 60% são gênero masculino e 40% feminino. Sobre a faixa etária dos usuários, 60% estão entre 16 e 30 anos de idade. Durante as observações em campo e a aplicação dos questionários, não encontrou-se pessoas abaixo desta faixa etária, apenas crianças acompanhadas de seus pais.

Outros 30% são de usuários acima dos 60 anos de idade. Estes frequentam o espaço público da Praça Floriano Peixoto cotidianamente e veem nela várias funções, tendo vários objetivos, etc. Outros 10% se encontram com 31 a 59 anos de idade.

Sobre o grau de escolaridade, pode-se verificar que: 30% tem o ensino básico; 20% o ensino fundamental, muito das vezes incompleto; 30% dos usuários possuem ou estão cursando o ensino médio e 20% com o ensino superior em andamento.

Quando questionados sobre a profissão, tem-se as mais variadas: eletricista, manicure, autônomo, estudantes, cozinheiro, técnico agrícola e também um número

significativo de aposentados e obteve-se inúmeras respostas de onde estes usuários trabalham: alguns disseram utilizar o espaço público da Praça Floriano Peixoto trabalham como ambulantes, são autônomos, trabalham em residências, salões de beleza, escritórios, empresas rurais de Londrina e região, dentre outros, mas todos em Londrina - PR.

Sobre o local de residencia, todos os usuários residem na cidade de Londrina - PR, porém sabe-se que na praça passam inúmeras pessoas das mais variadas cidades da região, como Jataizinho - PR, Cambé - PR, Rolândia - PR, Sertanópolis - PR, Primeiro de Maio - PR dentre outras, pelo fato da mesma se localizar no centro da cidade e junto ao calçadão, gerando assim, um fluxo de pessoas sempre elevado na Praça Floriano Peixoto, principalmente no horário comercial.

Verificou-se que a maior parte dos usuários residem em bairros afastados da área central da cidade e da praça central. Encontrando bairros da zona norte de Londrina - PR como o Maria Cecília; bairros da zona sul como o bairro Acaapulco, o Cafezal, dentre outros de distante localização. Verifica-se que a maior parte dos usuários se deslocam de outros bairros para frequentarem o espaço público da Praça Floriano Peixoto.

Sobre o estado cível dos usuários da Praça Floriano Peixoto, 40% são casados; 50% solteiros e 10% divorciados.

No que tange a frequência, 60% afirmaram vir a praça diariamente, exceto no final de semana; 30% pelo menos uma vez na semana e 10% frequentam o espaço público da praça pelo menos 3 vezes na semana.

Quando questionado sobre os motivos de tal frequência 3 fatores se colocam: 40% afirmaram a busca pelo lazer na forma de conversas com amigos, contemplação, etc. Deve-se lembrar que existem inúmeras formas de se pensar o lazer nos dias atuais, seja no simples ato de vir ao centro da cidade, ir ao Royal Shopping que fica no centro de Londrina - PR, caminhar pelo calçadão e parar na praça, praticar esportes no bosque⁴⁰ que fica no lado oposta da Catedral e da Praça Floriano Peixoto, dentre outros.

Outros 40% disseram considerar o espaço público da Praça Floriano Peixoto apenas como passagem, devido estarem no centro da cidade e acabam passando pela praça, descansam, mas logo retomam suas atividades. Também tem 20% de usuários que disseram ter o espaço público da praça como seu local de trabalho. Estes são vendedores

⁴⁰ Tal espaço é tombado pelo patrimônio histórico de Londrina e tal área é composta por quadras de vôlei, basquete, mesas de jogos, etc. Este espaço tem iluminação e é muito frequentado por jovens e adultos no final da tarde.

ambulantes que ficam na praça vendendo sorvete, planos de saúde, telefones celulares, lanches, empréstimos pessoais, etc.

Caso muito interessante e que merece ser comentado é o acontecimento da “Feira do Rolo”. A mesma ocorre todos os dias no lado oeste da Praça Floriano Peixoto, cujos participantes atuam na mesma há mais de 25 anos. As pessoas trazem diferentes tipos de objetos e trocam, vendem com outras pessoas. Todos podem participar afirmam os participantes desta feira.

Outro elemento importante é que este espaço público é muito frequentado nos horários comerciais, pelo fato da mesma se localizar em uma das maiores áreas comerciais da cidade. Após as 18:00 horas, a praça tem seu fluxo de usuários reduzido drasticamente. O mesmo ocorre no final de semana quando o comércio não funciona e a noite.

Sobre a importância do espaço público para os usuários, observa-se um dado extremamente novo e muito relevante para a tese, pois, corrobora com os usos dos espaços públicos nas cidades contemporâneas no que tange a realidade, principalmente de grandes centros urbanos: 60% dos usuários responderem que a importância do espaço público da Praça Floriano Peixoto está no ato de encontrar amigos.

Este dado é relevante, pois mostra que em cidades com maior número de habitantes, o encontro, o convívio, os diferentes níveis de sociabilidade ainda estão presentes. Observa-se também, como afirma Perez (2004) que há uma convivência entre antigas e novas práticas de sociabilidade em tais espaços como ocorre na Praça Floriano Peixoto e nas demais praças das cidades da aglomeração urbana de Londrina - PR. Práticas estas que na contemporaneidade, tornam-se cada vez mais evidente nos espaços públicos, evidenciando ainda a presença da diversidade, do convívio, do contato, das relações pessoais, etc.

Tem-se também 30% dos usuários da Praça Floriano Peixoto que buscam as práticas de esportivas e o lazer. Já 10% afirmaram que o espaço público é muito importante, por proporcionar novas amizades.

Observe na figura 23 o espaço público da Praça Floriano Peixoto e usuários na cidade de Londrina – PR, 2012.



Figura 23: (A) Trabalhadores e comércio ambulante; (B) Usuários caminhando; (C) Bancos e local de reunião de pessoas na Praça Floriano Peixoto em Londrina - PR
Autor: Bortolo (2012).

Sobre a renda mensal familiar dos usuários do espaço público da Praça Floriano Peixoto encontrou-se 3 faixas de renda: 50% se encontram na faixa de renda de até 1 salário mínimo por mês; 40% de 1 a 3 salários mínimos; 10% entre 3 a 5 salários mínimos por mês.

O segundo espaço público analisado em Londrina foi o Lago João Júlio de Medeiros Neto, localizado na Zona Norte da cidade e mais conhecido como o Lago da Zona Norte.

Acerca do gênero dos usuários, tem-se 60% são masculinos e 40% são femininos. Sobre a faixa etária dos usuários que frequentam o espaço público do Lago da Zona Norte, 50% estão na faixa etária entre 16 anos até os 30 anos; 40% estão na faixa entre 31 anos até 59 anos de idade; encontrou-se também usuários mais jovens na faixa de 1 a 15 anos, estes, acompanhados pelos pais; 10% acima dos 60 anos de idade.

No que tange o grau de escolaridade, verificou-se que 40 % de usuários do Lago da Zona Norte apresentam o ensino fundamental; 40% possuem ou estão cursando o ensino

médio. Encontrou-se também 10% que disseram ter estudado apenas o ensino básico e 10% cursando ou já cursaram o ensino superior.

Quanto a profissão dos usuários do Lago da Zona Norte, encontrou-se inúmeras profissões: donas de casa, estudantes, operadores de máquinas que trabalham em indústrias e empresas na cidade de Londrina - PR e região, serventes de pedreiro que trabalham como autônomos, secretárias do lar, chapeiros em lanchonetes, cabeleireira, vigilantes de condomínios residenciais, pessoas desempregadas, aposentados, etc.

Sobre o local de moradia dos usuários, a grande maioria vem de bairros localizados no entorno do lago ou nas proximidades como Jardim Pacaembu, Jardim Semirames, Bairro Violim, Milton Gavetti, Vivi Xavier, Jardim Pizza e Jardim Tropical.

Sobre o estado civil dos usuários, verificou-se que 40% são solteiros, 50% casados e 10% divorciados. No que tange a frequência dos usuários no Lago da Zona Norte encontrou-se 50% que utilizam diariamente, 30% pelo menos 3 vezes na semana e 20% frequentam pelo menos uma vez na semana.

Quando questionados sobre os motivos que levam os usuários a frequentarem o espaço público do Lago da Zona Norte, estes apresentam inúmeros motivos e usos distintos: 90% responderam que buscam o lazer, relaxamento, descanso no final de tarde, brincar com as crianças no parque infantil durante a semana e também, ao final de semana, dentre outros motivos.

Outros 10% responderam vir a este espaço público na busca por práticas esportivas, mediante presença de equipamentos e infraestrutura que possibilita tais práticas. Seja na academia ao ar livre implantada no entorno do lago, nos aparelhos para exercícios, pista de caminhada, no gramado, nas quadras esportivas, etc.

Quanto à importância que o espaço público desempenha no cotidiano dos usuários, 70% disseram que o espaço público do Lago da Zona Norte é importante por propiciar práticas de esporte e lazer; 10% consideram importante, pela possibilidade de cuidar da saúde e estética, relacionados à busca por melhor qualidade de vida e bem estar; 20% disseram que o espaço público do lago possibilita o encontro de amigos nos finais de tarde, fins de semana, uma prática muito frequente.

Observe na figura 24 o Lago da Zona Norte e usuários na cidade de Londrina - PR.



Figura 24: (A) Bancos, seus usuários e parque infantil ao fundo; (B) Academia ao ar livre no Lago da Zona Norte em Londrina - PR
Autor: Bortolo (2012).

Neste espaço público, a maior frequência ocorre nos finais de tarde e aos finais de semana, cujos usuários vão ao Lago da Zona Norte para pescarem, praticarem esportes, passarem o tempo, brincarem com os filhos, encontrarem com os amigos, etc.

Sobre a renda mensal familiar dos usuários do Lago da Zona Norte, observou-se que 60% estão entre 1 a 3 salários mínimos; 20% ganham até 1 salário mínimo; 20% dos usuários responderam ter renda mensal familiar entre 3 a 5 salários mínimos.

Último espaço público estudado em Londrina - PR foi o Lago Igapó, localizado na porção sudoeste da cidade. Tal espaço é considerado o cartão postal da cidade, o maior espaço público de Londrina sendo subdividido em 4 partes, que apresentam com uma infraestrutura presente para prática de esportes, promoção de eventos, no lazer, etc.

Anos após sua implantação, inúmeras políticas públicas, para dotação de infraestrutura, incentivos para a incorporação imobiliária realizada por empresas privadas e a expansão urbana desta área, dentre outros elementos, fizeram com que o espaço público do lago passasse por processo de valorização, e tornando-se uma das áreas mais valorizadas⁴¹, para a construção civil de Londrina – PR nas duas últimas décadas.

Pode-se verificar que 50% dos usuários do Lago Igapó são do gênero feminino e 50% do gênero masculino. Acerca da faixa etária dos usuários, encontraram-se: 40% de

⁴¹ Tais elementos podem ser melhores compreendidos e analisados no estudo de Bortolo (2010) cujo autor aborda toda a construção, ocupação e transformação do Lago Igapó e seu entorno a partir do poder público local, a atuação das construtoras e os incorporadores imobiliários que atuam no mercado imobiliário da cidade de Londrina e especificamente nesta porção da cidade.

16 a 30 anos de idade; 40% entre 31 aos 59 anos de idade; 10% de 1 a 15 anos; 10% com 60 anos ou mais.

Sobre o grau de escolaridade dos usuários do Lago Igapó, tem-se: 10% com o ensino básico e algumas vezes incompleto; 10% com o ensino fundamental; 50% com o ensino médio completo ou estão cursando; 30% tem o ensino superior completo. Se observar-se os outros espaços públicos já analisados, neste tem-se a maior concentração de usuários com o ensino superior completo.

Com relação a profissão dos usuários, encontrou-se diversidades: estudantes, donas de casa, pintor, operador de máquinas, zelador de condomínios, maquiadora, educador físico, aposentados, médicos, professor, etc. Sobre o local de trabalho, muitos são autônomos, outros trabalham em escritórios, empresas, construtoras, todos na cidade de Londrina – PR.

A totalidade de usuários que responderam os questionários moram na cidade de Londrina - PR, mas no decorrer das idas a campo e também durante a aplicação dos mesmos, verificou-se a presença de pessoas que não residiam na cidade de Londrina - PR, que estavam de férias, ou moradores das cidades da região que aproveitavam para conhecer ou apreciar o espaço público do Lago Igapó.

Quanto aos bairros de residencia dos usuários do Lago Igapó, verificou-se que o mesmo recebe pessoas de toda a cidade, tanto da zona norte, como da zona oeste, zona leste, mas há predomínio daqueles que residem no entorno do lago.

As pessoas que residem distantes do Lago Igapó dirigem-se ao mesmo de carro, bicicleta, ônibus, pois consideram o espaço público do Lago Igapó um espaço que proporciona a possibilidade das mais variadas práticas esportivas, a beleza, dentre outros elementos.

No que tange o estado civil dos usuários do Lago Igapó, 40% são casados e 60% solteiros. Sobre a frequência dos usuários, 50% disseram frequentar o espaço público pelo menos 3 vezes por semana; 20% pelo menos 1 vez na semana e 30% os dias.

Sobre os motivos que levam os usuários a frequentarem o espaço público do Lago Igapó, tem-se: 60% pela busca do lazer; 20% para realizarem esportes, caminhadas, andar de bicicleta⁴² pelas ciclovias, jogarem futebol ou basquete, pois tal espaço público apresenta-se com quadras destes esportes, utilizarem da academia ao ar livre implantadas em vários pontos da extensão do lago, etc; 10% disseram vir ao espaço devido a

⁴² Atualmente no espaço público do Lago Igapó existe uma loja que aluga bicicletas para os usuários.

preocupação com a saúde, o bem estar, a melhor qualidade de vida, etc; e 10% como um espaço para o trabalho, seja para os educadores e preparadores físicos que utilizam o espaço do lago para treinarem seus clientes⁴³, ou comerciantes ambulantes com sorveteiros, vendedores de água de coco, aluguel de brinquedos infantis. Quando questionados sobre a importância deste espaço público para os usuários, tem-se: 50% referindo-se à prática de esportes e o lazer; 40% disseram que a importância do espaço público vincula-se a saúde e a estética; 10% consideram importante, por proporcionar possibilidades de fazer novos amigos.

Além dos motivos acima, tal espaço é considerado pela população como um espaço referência para o cidadão, o poder público, para a aglomeração urbana de Londrina – PR. É local de eventos sociais e empresariais, expressivo número de usuários que circulam por tal espaço público e fazem com que o Lago Igapó seja o espaço público mais conhecido da cidade de Londrina - PR e um dos mais utilizados e visitados.

Sobre a renda mensal familiar dos usuários do lago, evidencia-se que: 20% ganham até 1 salário mínimo; 10% ganham de 1 a 3 salários mínimos; 40% dos usuários responderam ganhar de 3 a 5 salários mínimos e 30% de 5 a 10 salários mínimos.

Evidenciou-se assim, uma concentração maior de usuários com rendas mensais familiares elevadas, ou pelo menos, acima da renda mensal familiar dos outros espaços públicos estudados. Uma das justificativas é este espaço ter no seu entorno bairros residenciais de alto poder aquisitivo. Mas, verifica-se que o espaço público do Lago Igapó recebe pessoas de todas as áreas da cidade, mas, predominou moradores do entorno do Lago Igapó, apresentando maiores níveis sociais, renda, escolaridade. Observe na figura 25 o Lago Igapó e usuários na cidade de Londrina - PR.

⁴³ No entorno do espaço público do Lago há uma concentração de academias e centros de estética e beleza. Tais empreendimentos foram se instalando após a construção do lago e sua valorização enquanto espaço público de lazer, práticas esportivas, a proximidade com bairros de alto poder aquisitivo, etc, ocasionando assim, uma maior valorização destes empreendimentos e atividades realizadas no espaço público do lago, como eventos promovidos pelas academias, aulas ao ar livre, dentre outras atividades mais.



Figura 25: (A) Ciclovias e áreas de caminhada; (B) Trilhas para caminhada no entorno do lago; (C) Academia ao ar livre; (D) Espaço livre para eventos no lago; (E) Quadras poliesportivas; (F) Lago Igapó e seus usuários na cidade de Londrina - PR
Autor: Bortolo (2012).

Os espaços públicos analisados nas cidades que compõem a aglomeração urbana de Londrina - PR se apresentam dinâmicos e com variadas relações interpessoais e socioespaciais no que tange as questões do cotidiano no ato de produzir e consumir os espaços públicos das cidades contemporâneas.

Como já afirmará Certeau (2003) acerca da capacidade dos usuários de compreenderem os mais variados espaços públicos, estes devem superar a condição de meros consumidores passivos buscando sim, novas maneiras de fazer cotidiano, ou seja,

diferentes ações nos mais variados espaços do cotidiano e nas diferentes formas e usos dos espaços públicos atuais.

Além disso, a partir dos dados apresentados e discutidos dos espaços públicos das cidades de Jataizinho – PR, Ibiporã – PR, Cambé – PR, Rolândia – PR e Londrina - PR verificou-se que estes espaços vêm passando por várias alterações em suas formas de usos; enfrentando a concorrência com as outras formas na busca pelo lazer e esporte; desmistificando até certo ponto a questão do medo e da violência presente em tais espaços; demonstrando a dinâmica de alterações e adaptações para seus usos.

Os espaços públicos de lazer, seus formatos, funções e suas características devem ser concebidos e compreendidos como espaços passíveis sempre de serem alteradas com o tempo. Já observa-se a partir das discussões de Santos (1996) que ao modificar sua estrutura naturalmente há inúmeras transformações a partir dos processos dinâmicos, sejam eles econômicos, políticos, sociais, culturais, etc., ocorrendo assim, mudanças em suas formas; observando as alterações das distintas funções que estes espaços podem desempenhar na sociedade contemporânea.

Pode-se observar que em cidades de distintos tamanhos como as cidades que compõem a aglomeração urbana de Londrina - PR ocorrendo usos semelhantes, mas também, muito distintos e particulares.

Além disso, observa-se que em cidades maiores como Londrina -PR que apresenta uma enormidade de novos atrativos e novos equipamentos urbanos que estão surgindo como grandes concorrentes dos espaços públicos contemporâneos, sejam estes, *shoppings centers*, parques temáticos privados, centros turísticos, etc; evidenciando a partir dos dados apresentados, que mesmo com todos estes novos atrativos, os espaços públicos destas cidades estão sendo utilizados e frequentados pela população.

Já nas pequenas cidades a ausência destes equipamentos como shoppings se impõe à população buscando se encontrar, caminhar, praticar esporte, lazer, etc, nas praças, parques, lagos que existem na cidade. O que se observa é que o que leva a população aos espaços públicos destas diferentes cidades são os distintos atrativos ofertados nos mesmos. Seja uma academia ao ar livre, uma pista de caminhada, um evento cultural, boa infraestrutura, dentre outros elementos.

A simples redução do número de pessoas que frequentam uma praça, um parque, etc; não significa uma crise, seu abandono; tal questão se torna um processo cíclico no que tange os usos e não usos do espaço público na cidade contemporânea a partir de

suas novas estruturas, vivenciando novos processos diante de variadas funções a partir de novas formas e seus usos.

Gurzza Lavalle (2005) e Borja (2006) já diziam que existem diferentes definições para o espaço público e que o mesmo sofre um processo de alteração em seu papel e em suas mais variadas funções, isto, resultado de inúmeros interesses, sejam eles públicos ou privados. Deste modo, não se pode hoje, buscar compreender os espaços públicos como o espaço apenas da visibilidade, da aparência, do comércio como tinham os antigos da Idade Média, da Grécia, de Roma, de Portugal, enfim, deve-se abarcar o espaço público da cidade contemporânea como um espaço condensador de mudanças e passível de alterações em suas mais variadas funções e significações no cotidiano de seus usuários.

Estes vários espaços públicos e as distintas cidades aqui estudadas, podendo observar novos e antigos costumes como o ato de encontrar amigos, fazer novas amizades ainda se encontra muito frequente nos espaços públicos em cidades de diferentes tamanhos e dimensões, ou seja, com uma população maior de habitantes como Cambé - PR e Londrina - PR ou em uma pequena cidade como Jataizinho - PR e Ibiporã - PR, cuja característica acaba por se acreditar que não existisse mais nos espaços públicos das cidades contemporâneas.

Estas características que antes eram primordiais e também consideradas principais pelos usuários destes espaços, acabam se transformando, e em algumas cidades, como o caso de Jataizinho - PR, ainda permanecem tais costumes e estas culturas da sociabilidade, da busca pelo encontro, de se fazer amigos, etc.

A partir do exposto, pode-se interligar alguns elementos importantes do estudo. Quando se efetua o cruzamento dos dados dos usuários por faixas etárias com os usos predominantes de forma geral nestes espaços públicos. Assim, verifica-se que em Jataizinho os jovens de até 15 anos de idade e os adultos até 59 anos buscam nos espaços públicos analisados as diferentes práticas esportivas e o lazer, já os idosos acima de 60 anos utilizam desse espaço pensando na saúde, no bem estar, no caminho de passagem e no encontro de amigos. Em relação às faixas de renda, pode-se verificar que na cidade de Jataizinho a predominância está em usuários que ganham até três salários mínimos e 3 a 5 salários mínimos que frequentam a Praça central Frei Timóteo de Castelnuevo e até 1 salário mínimo mais presente na Praça Zezé Quirino, devido a mesma estar localizada em um conjunto habitacional na periferia dessa cidade.

Na cidade de Ibiaporã, os usuários encontram-se concentrados nas faixas etárias entre adolescentes e adultos, de 16 a 59 anos, estes utilizam do espaço público predominantemente para as práticas esportivas e uma parte também utiliza para o lazer, trabalho e somente caminho de passagem. Ao cruzar os usuários e as faixas de renda, verifica-se que estes frequentam os espaços públicos estudados em Ibiaporã ganham em média de um a três salários mínimos, apresentando também usuários que ganham mais de três salários e uma pequena parcela que respondeu ganhar entre cinco a dez salários mínimos. Tais dados são muito semelhantes tanto na Praça central Pio XII quanto no Centro Poliesportivo Carecão.

Já nos espaços públicos da cidade de Cambé, ao cruzar os dados em relação a faixa etária e os seus usos, verifica-se que a maior parcela se concentra em jovens e adultos nas faixas etárias entre 16 a 59 anos. Seus usos estão relacionados ao lazer, ao esporte e a saúde no Parque Zezão e, na Praça central Santo Antônio a maior parte dos usuários responderam que utilizam a praça como ambiente de trabalho, depois encontrar amigos e também, como caminho de passagem. Em relação a renda destes usuários, a maior parte que utilizam do Parque Zezão ganham entre um a três salários e três a cinco salários, já na Praça Central Santo Antônio a predominância está entre um a três salários mínimos.

No que diz respeito cruzar as informações e os dados obtidos na cidade de Rolândia, nos três espaços públicos estudados, verifica-se que existe maior variação nas faixas etárias nos diferentes espaços públicos. No Lago San Fernando a predominância na faixa etária está entre 16 a 30 anos de idade, já na Praça Marechal Castelo Branco encontra maior concentração entre pessoas de 31 a 59 anos e, na Praça central São José a maior parcela de usuários tem mais de 60 anos de idade.

No que trata dos usos, estes usuários predominaram nas práticas esportivas e no lazer, apresentando alguns que utilizam desses espaços públicos como espaço para o trabalho, caminho de passagem, etc. Sobre a renda, no Lago San Fernando a maior parte dos usuários ganham até 1 salário mínimo se tratando de um espaço público que se localiza em uma área periférica e carente da cidade de Rolândia, já a renda dos usuários na Praça Marechal Castelo Branco tem maior predominância entre 1 a 3 salários mínimos sendo semelhante na Praça central São José.

Ao cruzar os dados dos usuários, suas faixas etárias e a renda nos espaços públicos de Londrina, verifica-se a variedade destes usos e seus usuários nos diferentes

espaços públicos. Em relação a faixa etária dos mesmos, na Praça Floriano Peixoto está entre os usuários de 16 a 30 anos de idade e os usos podem ser em encontrar amigos, fazer novas amizades, práticas esportivas e lazer; no Lago da Zona Norte a faixa etária também se concentra entre 16 a 30 anos de idade e 31 a 59 anos e os usos estão concentrados em práticas esportivas e o lazer; Já no Lago Igapó os usuários se distribuem nas diferentes faixas etárias, por este ser um espaço de visibilidade e muito visitado, seus usos também são diversos, como as práticas esportivas, o lazer, o trabalho e a saúde.

Ao cruzar as rendas mensais dos usuários entre os diferentes espaços públicos, verifica-se que na Praça central Floriano Peixoto, no Lago da Zona Norte e no Lago Igapó, ambos, apresentam rendas mensais variadas devido o tamanho da cidade de Londrina, os inúmeros usuários, as distintas rendas, etc. Podem-se apenas observar que as maiores rendas encontradas estavam nos usuários do Lago Igapó, espaço este localizado e apresentando seu entorno todo ocupado por residências de alto e médio poder aquisitivo, diferente dos outros espaços públicos estudados em Londrina.

Com isso, independente dos novos atrativos que surgem na sociedade, das transferências entre setores público e privado, dos cerceamentos de parques, etc; verifica-se que os diferentes usos e seus usuários dos espaços públicos das cidades da aglomeração urbana de Londrina corroboram esta metamorfose dos mais diversos usos, das ações do cotidiano, dos níveis de sociabilidade entre os usuários destes espaços públicos de lazer, das observações a partir de cidades de diferentes tamanhos e espaços públicos de lazer variados, podendo assim, compreender a vida nos/dos espaços públicos com suas múltiplas funções e seus mais variados papéis na sociedade atual contemporânea.

3 APROPRIAÇÃO DO ENTORNO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

O objetivo do presente capítulo é discutir a apropriação do entorno dos espaços públicos de lazer e para tanto é necessário tomar, com acuidade, a relação entre os mais diversos agentes de produção do espaço urbano contemporâneo e sua ação dinâmica da produção.

Compreende-se que estes agentes públicos e privados criam, transformam, investem na manutenção de espaços públicos, criando atrativos ou amenidades socialmente produzidas. Estes são elementos para a valorização de seu entorno, propiciando outros investimentos a partir da viabilização de empreendimentos imobiliários no entorno de espaços públicos estudados.

Para analisar as diferentes formas de valorização e a apropriação do entorno dos espaços públicos de lazer em cidades da aglomeração urbana de Londrina, fez-se uma divisão destes espaços com base nos levantamentos de campo, visitas nos espaços públicos, registros fotográficos, conversas e diálogos nas imobiliárias, construtoras, etc.

Estabeleceu-se a seguinte divisão dos espaços públicos em estudo: a) as praças centrais que estão localizadas no entorno das Igrejas⁴⁴, para assim discutir sobre as atuais formas de apropriação, a perda de centralidade em alguns destes espaços, antigos usos nela ainda presentes, as mudanças que ocorreram com o tempo; b) outro grupo foi o entorno dos espaços públicos já valorizados⁴⁵, que estão distribuídos em diferentes localidades das cidades da aglomeração urbana de Londrina; c) e o entorno dos espaços públicos pouco valorizados, em termos econômicos, localizados em distintas áreas da cidade.

Na sequência discutiu-se os processos de apropriação dos entornos dos espaços públicos do aglomerado urbano de Londrina, refletindo sobre as razões e formas através das quais estas áreas se tornarem ou não atrativas para empreendimentos imobiliários.

⁴⁴ Tais praças foram um dos primeiros espaços públicos criados nestas cidades e estão localizadas no entorno da igreja católica matriz de cada cidade.

⁴⁵ Tais processos de valorização foram observados a partir de pesquisas realizadas com agentes especializados do mercado imobiliário de cada cidade, sendo verificada a ocorrência ou não de tal valorização dentre inúmeros fatores como, tipos de construção, ocupação, infraestrutura do espaço público de lazer e em seu entorno, etc. Ocasionalmente, desta forma, não houve homogeneidade em relação aos distintos processos de valorização nos espaços públicos de lazer estudados.

3.1 Espaços públicos como atrativos para investimentos imobiliários

Discuti-se aqui os aspectos mais relevantes sobre a produção dos espaços públicos nas cidades da aglomeração urbana de Londrina, e também, a dinâmica de apropriação do entorno destes espaços públicos. Isto deriva do fato de que a produção do espaço urbano é dinâmica e tais espaços devem ser considerados como lugares em que ocorrem os importantes investimentos de capital, conflitos sociais, etc (CORRÊA, 2002).

Assim, Corrêa (2002 p.06), aborda que “[...] uma das principais características do espaço urbano da cidade é que cada parte mantém relações espaciais com as demais áreas da cidade, com uma intensidade muito variável”. Essa ligação ocorre através da disseminação de ideias, informações e deslocamento de pessoas. Observa-se a dinamicidade das relações de produção dos mais variados espaços públicos e suas localidades, os distintos investimentos, as apropriações, os agentes privados envolvidos, o tamanho de cada cidade, etc.

Na medida em que o capitalismo se desenvolve e os processos de produção tornam-se mais complexos no espaço urbano, destacando-se a importância do espaço público como um dos elementos de estruturação da cidade, no processo de planejamento e gestão da mesma.

Uma questão essencial para compreender o espaço público, seu entorno e sua valorização é a escolha do lugar para implantação dos mesmos, sua localização em relação à malha urbana, melhorias e investimentos nos mesmos, que acabam muitas vezes por estarem ligadas à necessidades e interesses do mercado imobiliário. Sendo assim, é neste local que ocorre a disputa entre as classes sociais pelas melhores localizações articulado aos agentes de produção do espaço urbano.

Ao discutir tais elementos, Santos (1987) mostra a importância da localização no espaço intraurbano quando aborda que

Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando incessantemente, para melhor ou para pior em função das diferenças de acessibilidade (tempo, freqüência, preço) independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação e até o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar onde vivem (SANTOS, 1987, p.81).

Corroborando com tais questões, Harvey coloca que “[...] o processo social de determinação do salário é parcialmente modificado por mudanças na localização das oportunidades de emprego (por categorias) comparadas com mudanças em oportunidades residenciais (por tipo)” (HARVEY, 1980, p 127).

A melhor localização geralmente é aquela que possui as melhores amenidades e uma boa acessibilidade ao centro de bens e serviços, cuja acessibilidade é fruto de trabalho socialmente produzido. Todos os terrenos têm graus de acessibilidade diferentes entre si, então, há uma disputa pelas melhores localizações. Deste modo, com a evolução dos processos urbanos, produzir e se apropriar destes espaços públicos, ou de seu entorno se torna um elemento de estratégia imobiliária no âmbito da especulação e valorização de seus futuros empreendimentos.

Entende-se por amenidades urbanas um conjunto de características específicas de uma localidade com contribuição positiva ou negativa para a satisfação dos indivíduos. Tais amenidades não estão restritas a características naturais como áreas verdes, praias, clima, etc. Também estão incluídos os bens (ou males) gerados pelo próprio homem, tais como trânsito, poluição, oferta de entretenimento, segurança, etc (CORRÊA, 2002).

Alterações em relação as amenidades nas cidades, podem ter consequências sobre o preço dos terrenos e moradias. Além das variáveis usuais de análise (produção, emprego, renda, preço da terra, etc.), a presença de amenidades é um dos elementos para motivação e compreensão dos indivíduos, enquanto classes sociais para sua localização na cidade. Políticas públicas e/ou ações privadas com potencial impacto sobre o espaço urbano podem ser avaliadas sob a perspectiva da escolha dos agentes produtores e futuros consumidores do espaço urbano.

Outrossim, a localização, implantação, manutenção destes espaços públicos ligados a políticas de investimento por agentes privados de produção, ou seja, incorporadores imobiliários viabilizam tais empreendimentos, transformando estes espaços públicos em atrativos para auxiliar a comercialização e o *marketing* destes empreendimentos imobiliários, sejam condomínios horizontais, edifícios, loteamentos, etc.

Nas cidades brasileiras até certo tempo atrás, os terrenos mais caros geralmente se localizavam próximos à área central ou com um acesso direto a ela, através de avenidas, grandes vias, etc. Mas atualmente, existem espaços afastados do centro que se apresentam extremamente valorizados.

Tais elementos podem ser entendidos devido à descentralização que ocorre em grandes centros mediante a criação de novas centralidades através de *shopping centers*. No que tange as pequenas cidades, a descentralização não ocorre vinculada ao tamanho da mesma. Nestas o núcleo central ainda é o principal e, muitas vezes, único lugar da concentração das atividades comerciais e prestadoras de serviços.

Tais áreas nas pequenas cidades também apresentam-se como residenciais, mas há variações das ocupações, formas de construção e valorização das mesmas.

Ao implantar infraestruturas que possibilitem o deslocamento de pessoas, serviços, mercadorias, etc., no espaço urbano, a acessibilidade, a criação de novas amenidades, passam a se tornar interessantes para o mercado imobiliário, pois: “Social e politicamente, as estratégias de classe (inconscientes ou conscientes) visam à segregação” (LEFEBVRE, 1969, p.90).

Com isso, o espaço urbano é simultaneamente extensão e volume, distância e relação, realidade concreta e estrutura invisível. Os diversos elementos que compõem a existência comum do espaço urbano levam os homens a inscreverem-se na ação de produzi-lo. Espaço este, onde se manifesta a vida, sendo ele condição, meio e produto da realização da sociedade humana em toda a sua multiplicidade (SANTOS, 1996). Existem inúmeros interesses ao escolher a localização para investir no espaço urbano quando se trata de equipamentos de lazer e esportes como vem ocorrendo com os espaços públicos nas cidades da aglomeração urbana de Londrina.

Neste sentido, os espaços em tela são ocupados, definidos e redefinidos de forma desigual “[...] a partir da necessidade de realização de determinada ação, seja de produzir, consumir, habitar ou viver” (CARLOS, 1994, p.79). Evidencia-se desta forma que, subjacente aos vários sentidos e significados, dos signos e símbolos, da política e da religião, está o fator consumo. Por isso, ao produzir o espaço e neste caso, ao pensar na produção e na apropriação do entorno dos espaços públicos, o mesmo se coloca como “[...] um lugar de consumo, e um consumo de lugar” (CARLOS, 1994, p.80). A autora afirma que “[...] o mundo dos homens é cada vez mais o mundo da mercadoria e do que é possível comprar”. Entende ainda que o processo de reprodução espacial envolve uma sociedade hierarquizada, dividida em classes, produzindo de forma socializada para consumidores privados (CARLOS, 1994).

Os espaços públicos são tornados mercadorias apropriadas diferentemente pelos cidadãos e pelos mais distintos agentes privados de produção. Tal apropriação se refere

às formas mais amplas da vida na cidade. Nesse contexto colocam-se tais espaços como um *locus* privilegiado da luta de classes, pois o motor do processo é determinado pelo conflito decorrente das contradições inerentes às diferentes necessidades de uma sociedade de classes.

A disposição espacial das pessoas no entorno dos espaços públicos, obedecem à determinação de classes, de forma que os lugares ordenam-se representando em forma e conteúdo, a situação socioeconômica dos grupos que os ocupam.

A análise do processo de produção do entorno dos espaços públicos de lazer nas cidades estudadas requer a justaposição de vários níveis da realidade, momentos diferenciados da reprodução geral da sociedade, como o da dominação política, o da acumulação do capital e da realização da vida humana.

Bortolo (2010) já afirmara que

“[...] O homem se apropria do mundo como apropriação do espaço, nesse sentido, o espaço contempla dupla dimensão: de um lado é localização; de outro, encerra em sua natureza, um conteúdo social, dado pelas relações sociais que se realizam em um espaço-tempo determinado àquele de sua reprodução na sociedade. É dessa forma que se desloca o enfoque da localização das atividades no espaço para a análise do conteúdo da prática sócioespacial, movimento de produção/apropriação/reprodução (BORTOLO, 2010, p.26).

Tal análise envolve de modo articulado, os três níveis escalares no plano mundial, dos quais apontam a virtualidade de seu processo de reprodução contínua: no plano do lugar, expõe a realização da vida humana nos atos do cotidiano; como modo de apropriação que se realiza pelo uso por meio do corpo; no plano da cidade, ilumina a perspectiva do entendimento da cidade como obra humana, materialidade produzida ao longo da história, revelando-se como mediação entre estes níveis (LEFEBVRE, 1994).

Como elucida Lefebvre (1994), as relações sociais possuem existência real como existência espacial concreta, na medida em que produzem efetivamente um espaço, vai se inscrevendo e se realizando. As relações sociais ocorrem em um lugar determinado, sem a qual não se concretizariam em um tempo fixado ou determinado que marcariam a duração da ação. É assim que espaço e tempo aparecem por meio da ação humana em sua indissociabilidade, uma ação que se realiza como modo de apropriação.

A ação que se volta para o fim de concretizar, ou melhor, viabilizar a existência humana realizando-se como processo de reprodução da vida, pela mediação do processo

de apropriação do mundo. Isto é, as relações sociais que constroem o mundo concretamente se realizam como modos de apropriação do espaço para a reprodução da vida em todas as suas dimensões.

Assim, a produção dos espaços públicos e seu entorno a partir das apropriações por agentes privados, articulam sua produção ao desenvolvimento das relações de produção de mercadorias e da reprodução das relações sociais de produção.

A estruturação dos espaços urbanos e os objetos ou materialidades que os constituem, não podem ser tomados, nem analisados, como simples objetos da base material, tendo em vista que a produção do espaço urbano sob tal perspectiva, envolve meios de consumo urbano, para um determinado segmento da população.

Deve-se entender que os promotores imobiliários planejam, monopolizam e criam o espaço urbano na medida em que orientam o tipo de classes que ocupará uma ou outra parcela do mesmo. Tem-se que lembrar que uma das características fundamentais do processo de produção da cidade é a produção de uma mercadoria, fruto do processo social de trabalho.

Mas, o espaço se apresenta como um produto social em constante processo de reprodução que se dá mediante a reprodução das relações sociais, via divisão social do trabalho (CORRÊA, 1989).

Essa organização espacial da cidade capitalista se dá pelo conjunto de diferentes usos da terra; e se tratando de um produto social, entram em cena, vários agentes que de maneira complexa e distintas vão provocando constantemente um processo de reorganização espacial.

Corrêa (2002) já dizia que

O espaço urbano capitalista - é fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas no tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato (CORRÊA, 2002, p.11).

Deste modo, Corrêa (2002) coloca o espaço como fragmentado através de diferentes formas de usos que ao mesmo tempo deve ser empreendido de maneira articulada, onde cada uma das partes mantém relações diversas com as outras. Estas relações devem ser caracterizadas não apenas de formas visíveis como os meios de

transporte, seus deslocamentos etc, mas através da ligação via decisões, investimentos de capital, mais-valia, salários e juros (CORRÊA, 2002).

Desta forma, entende-se que o espaço urbano capitalista é fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, campo de símbolos e de lutas. Sua análise deve ser empreendida como um produto social, resultado de ações acumuladas no tempo e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço. Estes agentes sociais são concretos e suas ações são complexas, sendo estas derivadas da dinâmica de acumulação de capital e das necessidades múltiplas da reprodução das relações de produção (CORRÊA, 2002).

A partir da ação dos incorporadores imobiliários, a terra enquanto mercadoria é fragmentada e comercializada em lotes no mercado. Nesse caso, o Estado⁴⁶ intervém no processo, de modo a liberar as áreas necessárias ao crescimento e o faz lançando mão de mecanismos legais que transformam a propriedade privada em propriedade de interesse público. Quando muitas vezes cria equipamentos de uso coletivos como creches, escolas, praças, lagos, etc., estes podem ser elementos para viabilizar empreendimentos imobiliários que serão lançados. Ou seja, na realidade o Estado intervém liberando áreas de uso rural para o urbano através de parcelamentos e novos loteamentos.

Assim, as diferentes estratégias no espaço implantadas pelo Estado e promotores imobiliários, representa interesses divergentes da sociedade: o Estado intervém no sentido de eliminar as barreiras ao desenvolvimento continuado do capital, mas não elimina as contradições do processo de reprodução espacial.

Nesse sentido, os interesses em jogo entram em conflito no plano da prática socioespacial apontando o choque entre o espaço que é produzido como valor de troca e o produzido como valor de uso, entre a dominação da troca e os modos de apropriação pelo uso. Desse modo, o espaço é reproduzido como condição/produto da reprodução do capital e ao mesmo tempo, como instrumento político vinculado ao Estado e aos agentes privados.

Nesse sentido, o movimento de transformação dos espaços públicos em amenidades, em produtos para o mercado, situa-se na esfera estrutural do mercado imobiliário através de instrumentos e políticas públicas de promoção e venda das cidades.

No entanto, observa-se nas atuais circunstâncias que a atuação dos diversos produtores do espaço urbano (CORRÊA, 2002) denota a primazia pela produção de uma

⁴⁶ Estudaremos com maior detalhamento o papel do Estado no capítulo 4 de nossa tese.

cidade enquanto mercadoria (CARLOS, 2001) e funcional do ponto de vista socioeconômico, conseqüentemente contraditório no que tange à realização do “direito à cidade” (LEFEBVRE, 1991).

Na produção do espaço urbano e da moradia, estão envolvidos vários agentes como o proprietário fundiário, o capital construtor, o incorporador, os agentes financeiros, os investidores finais, cada qual envolvido em circuitos específicos de valorização.

Conforme demonstra Ribeiro (2003), o capital incorporador acabou por se constituir no principal agente que comandou os processos de estruturação urbana no Brasil no período mais recente, à medida que controla a condução desse processo ao impor novos padrões de produção de moradia. Pode-se observar o aumento significativo do processo de verticalização e a criação de condomínios horizontais fechados, subordinando outros agentes econômicos – sejam os proprietários fundiários, sejam as empresas de construção, grandes incorporadores – à sua lógica de atuação.

A incorporação imobiliária é o elemento central nos processos que envolvem a produção e a circulação, uma vez que comanda as decisões que permitem a transformação do capital-dinheiro em mercadoria-moradia, que após circular, converte-se novamente em capital-dinheiro (RIBEIRO, 2003).

Em processos que envolvem a geração da renda fundiária urbana, as condições de valorização dos capitais no uso do solo urbano, ocorrem de forma particular, segundo o ramo de atividade. Assim, para o capital industrial, comercial e financeiro, a terra urbana tem o papel de oferecer o acesso aos chamados efeitos úteis de aglomeração, como meio de viabilizar a geração dos sobrelucros, ou seja, a mais valia extraída a partir da produção da terra enquanto mercadoria, que é comercializada em seu ato de produzir a cidade.

Destarte, pode-se dizer que o espaço urbano é “[...] a materialização do sistema capitalista, onde a sua produção, assim como a sua transformação, resultam da circulação do capital no seu ciclo de reprodução” (LEFEBVRE, 1991).

Para estes capitais vinculados ao ramo imobiliário, a localização é decisiva como fator de definição dos preços. A perseguição dos atributos locacionais assume grande importância à medida que exerce significativa influência como fator de diferenciação do valor de uso das mercadorias produzidas.

Portanto, quando se tem o interesse em determinadas áreas, articula-se ações do Estado e iniciativa privada, no papel do incorporador imobiliário e faz com que se criem políticas de melhoramento e infraestruturas em determinadas localidades, para assim,

transformarem tais espaços em áreas atrativas e valorizadas. Seja criando avenidas que facilitem o acesso a centros comerciais, instalação de comércio, praças e parques com equipamentos de lazer, etc. Tais agentes de produção utilizam políticas de beneficiamento e acabam por diferenciar áreas da cidade valorizando a partir de sua localização, infraestrutura, espaços públicos, etc.

Dessa forma, o incorporador deve ser visto como um agente que atua no ramo industrial, os bancos como agentes de capital que financiam a produção e a comercialização das unidades habitacionais produzidas. Após a compra do terreno e decidido o empreendimento, este incorporador contrata os serviços da empresa de construção e assim, procede a modificação do uso do solo, ocasião em que se apropria de um sobrelucro que advém da diferença entre o preço pago pelo terreno em seu uso presente e seu uso transformado, traduzindo-se em parte da renda não paga ao proprietário fundiário.

Não se pode deixar de apresentar as ideias de Rangel (2005) que fala na questão dessa produção imobiliária para fins da construção, intervindo no mercado para compor a demanda total, uma demanda especulativa que em última instância é o que determina o comportamento do preço da terra.

Ribeiro (2003) sustenta que, por não estar submetido à lei do valor, o preço da terra urbana não decorreria de sua oferta, mas sim da demanda representada por agentes econômicos que têm nesse bem não-produzido, o suporte e a condição de realização do capital.

Ainda que não se constitua em um bem produzido, portanto, não submetido a lei do valor, a terra urbana adquire um preço. De acordo com Ribeiro (2003) à medida que não é um bem produzido, o preço da terra urbana não pode ser regulado pela lei da oferta, já que não há lei que regule sua oferta.

Nesse sentido, o preço que a terra urbana adquire decorre da procura ou da demanda capitalista pela mesma. É justamente a demanda variada por terra, como forma de valorização do capital, que determina uma hierarquia de preços fundiários. Destarte, com a criação de novos empreendimentos há necessidade da implantação de novos atrativos que chamem a atenção dos consumidores do espaço urbano, sendo estes atrativos, infraestrutura, parques, praças, lagos cuja criação e manutenção são oferecidas pelo Estado e, em algumas vezes em parcerias com os agentes privados.

Com isso, há variação da renda fundiária obtida pelos proprietários em virtude das características físicas ou naturais dos terrenos, mas, também de sua localização. Nesse sentido, a disputa dos agentes econômicos pelo fator localização, relaciona-se com as possibilidades de apropriação de sobrelucros e renda, o que confere condições monopolistas a determinadas áreas da cidade que, por consequência, interferem na definição dos preços da terra, de seus investimentos e valorização de seus futuros empreendimentos imobiliários.

Com este mesmo pensamento, Harvey (1980) elucida que os agentes capitalistas atuantes no espaço urbano dispõem-se a pagar um preço maior (ágio) pelo terreno em função de suas condições excepcionais de acessibilidade. Trata-se de um caso indireto de renda monopolista, uma vez que o que está em questão não é a comercialização da terra propriamente dita, “[...] mas a mercadoria ou o serviço produzido por meio de seu uso” (HARVEY, 1980, p. 222).

A origem da renda auferida pelos agentes econômicos relaciona-se ao acesso diferencial que a localização dos terrenos urbanos propicia, permitindo acionar o uso dos chamados valores de uso complexos representados pela cidade, em grande parte produzida pelo Estado (RANGEL, 2005).

Trata-se assim, de uma disputa entre os agentes capitalistas pelos terrenos localizados em áreas dotadas de maior quantidade de trabalho incorporado, que se materializa, por exemplo, nas obras de infraestrutura. A decisão de localizar determinado empreendimento implica em “internalizar” os efeitos úteis de aglomeração, objetivo dos agentes econômicos. Ou seja, “[...] o sentido econômico desta decisão é a busca de controle de certas condições da produção não-reprodutíveis, portanto, monopolizáveis, geradoras de sobrelucros de localização” (RIBEIRO, 2003, p. 45).

Com isso, quando existe possibilidade efetiva de ampliar o espaço urbano para os consumidores com elevado poder aquisitivo na cidade, inicia-se o processo de valorização da área. O Estado permeado de interesses fundiários e imobiliários, sobretudo na esfera municipal, investe maciçamente na infraestrutura destas áreas em questão, ocorrendo uma ação incorporadora espacialmente desigual, a favor, por exemplo, de periferia aprazível e em detrimento da periferia popular.

Quando se fala dos espaços públicos de lazer como elementos atrativos, amenidades socialmente criadas para a valorização de certas áreas dentro da cidade, deve-se referir a ação do Estado. Isto porque implanta ruas pavimentadas, luz, rede de

esgoto, sistema viário incluindo, se necessário, túneis e auto-estradas, viadutos, espaços públicos de lazer e convívio, etc., elementos que valorizam determinadas áreas que estão próximas a essas amenidades socialmente criadas.

Simultaneamente, verifica-se intensa campanha publicitária enfatizando a beleza e as vantagens da área. O capital financeiro-fundiário-imobiliário cria então novos bairros ou transformam outros já criados, a partir de propagandas apoiados nos espaços construídos próximos a parques bem cuidados, lagos artificiais, praças com equipamentos de lazer e esporte, etc. Estes são atrativos que o poder público local oferta, mas que se diferenciam a partir dos interesses dos grandes agentes privados da incorporação imobiliária atual.

Em pequenas cidades verifica-se que tais processos ocorrem com intensidades distintas e com diferentes ações, pois os agentes que atuam no mercado imobiliário criam mecanismos distintos, de acordo com a necessidade, o poder aquisitivo dos consumidores, os diferentes setores de investimentos imobiliários da mesma.

Assim, não se pode compreender tais processos de forma homogênea no que tange o tamanho das cidades, a comercialização e valorização dos empreendimentos próximos a espaços públicos.

Deste modo, tais incorporadoras utilizam da existência e manutenção de espaços públicos como elementos positivos para novos investimentos, transformando parques, praças, lagos e outros equipamentos de lazer, como item de seu *marketing* para viabilizar seus empreendimentos. Assim, do espaço de lazer, do encontro, da sociabilidade, tem-se os mesmos como um elemento do processo de valorização utilizado pelo mercado imobiliário.

3.2 Apropriação do entorno dos espaços públicos nas cidades da aglomeração urbana de Londrina - PR

Os espaços públicos de lazer estão sendo produzidos, utilizados e apropriados de diferentes formas pelos mais distintos agentes sociais urbanos na contemporaneidade da sociedade capitalista brasileira. Neste momento apresentar-se-á estas variadas formas de apropriação do entorno dos espaços públicos das cidades que compõem a aglomeração urbana de Londrina.

Realizou-se trabalhos de campo nestes espaços públicos para identificar distintas formas de apropriação que ocorreram e estão ocorrendo em tais espaços. Como exposto

no item anterior, os agentes privados estão buscando utilizar benfeitorias e a presença dos espaços públicos de lazer para implantação de empreendimentos nas cidades em estudo.

Não se pode esquecer que, muitas vezes, espaços públicos se tornam campo e alvo de operações programadas e reguladas sob discursos e práticas que idealizam o progresso e a modernidade. Estes são ao mesmo tempo, campo das manifestações de diversos conflitos sociais, pois já evidenciou-se que a homogeneidade não ocorre na implantação, melhorias, políticas de beneficiamento e até a valorização do entorno para a totalidade dos mesmos e, tendo em alguns espaços públicos, seu entorno concentração de população de baixo poder aquisitivo dificultando tais processos de valorização.

As apropriações no entorno dos espaços públicos de lazer da aglomeração urbana de Londrina encontram distintas possibilidades de usos, ligadas diretamente ao espaço urbano construído de forma valorizada, mas também, apresentando-se em áreas pouco valorizadas. Trata-se assim, de uma definição de cidade (e de urbano) como sendo uma projeção da sociedade sobre um espaço, não apenas sobre o aspecto da vida social de cada lugar, mas também no plano da representação abstrata. A partir desse raciocínio Lefebvre (1974) afirma que o espaço traduz um conjunto de diferenças, ou seja, é o *locus* de coexistência da pluralidade e das simultaneidades de padrões, de maneiras de viver a vida urbana.

Desta forma, distintas apropriações são consideradas como eventos cotidianos relacionados à própria vida urbana e devem ser reconhecidas, entre outros aspectos, como reveladoras de diferentes caminhos da produção e reprodução do espaço urbano.

Como já colocado dividiu-se os espaços públicos e seus entornos estudados em três segmentos: as praças centrais e seus entornos; os espaços públicos e seus entornos pouco valorizados e, os espaços públicos e seus entornos valorizados⁴⁷.

3.2.1 As praças centrais das igrejas e seus entornos

Neste momento objetivou-se compreender as diferentes formas de apropriações ocorridas no entorno das praças centrais das igrejas. Sem realizar grandes

⁴⁷ A denominação “pouco valorizados ou valorizados” se referem a ação do mercado imobiliário e os preços encontrados nas entrevistas em imobiliárias, construtoras e corretores especialistas no mercado imobiliário de cada cidade estudada. Assim adjetivamos os preços como “pouco valorizados ou valorizados” a partir do interesse do mercado imobiliário, do segmento social que se encontra no entorno do espaço público de lazer, da localização de tal espaço, dos equipamentos urbanos existentes, como também, pelo uso da população desse entorno que acaba por gerar naturalmente um processo de valorização significativa ou não dos terrenos, lotes, imóveis, perante o mercado imobiliário.

contextualizações históricas⁴⁸, buscou-se analisar a dinâmica da apropriação no momento atual e as principais alterações ocorridas nestes espaços públicos e seus entornos no processo de produção do espaço urbano atual.

As praças estudadas são a Praça Frei Timóteo de Castelnuevo na cidade de Jataizinho, a Praça Pio XII em Ibiporã, a Praça Santo Antônio em Cambé, Praça Marechal Castelo Branco⁴⁹ e Praça São José em Rolândia e a Praça Floriano Peixoto em Londrina. Todas estas praças datam de meados da década de 1930⁵⁰ e foram criadas alguns anos⁵¹ após ou juntamente com a fundação das cidades em questão.

Quando se analisou a apropriação de seus entornos, pode-se identificar relativa similaridade de processos que ocorreram no entorno destes espaços públicos de lazer. No processo de criação destes núcleos urbanos, imediatamente buscava-se a implantação da Igreja central e junto a ela, uma praça. Assim, encontrou-se similaridades em suas criações, diferenciando-se apenas o período em que tais processos ocorriam.

Após a implantação da Igreja e da praça central, ao passar dos anos começam a se instalar o comércio, hotéis e alguns serviços. O entorno das praças centrais foram sendo ocupados seguidamente por atividades comerciais, prestadores de serviços e poderes públicos, formando a área central. A partir desta, eram implantadas as áreas residenciais.

A presença do núcleo central no entorno destas praças gerava grande valorização e elevado preço da terra, devido a forte concentração de serviços, grande variedade comercial, fácil acesso as demais áreas da cidade, etc, tornando as mesmas as áreas mais valorizadas das cidades.

No caso de Londrina o núcleo central e a Praça Floriano Peixoto por um bom tempo foram consideradas a principal centralidade da cidade de Londrina, começando a mudar suas formas de apropriação anos depois de sua criação, a partir da descentralização do comércio, ou seja, a partir da criação de novas centralidades que passaram a se constituir na cidade de Londrina.

O entorno da Praça Floriano Peixoto em Londrina tem atualmente o predomínio de suas ocupações ainda pelas atividades comerciais e de serviços. Como área residencial,

⁴⁸ Não é de interesse desta tese, contextualizar historicamente de forma detalhada a criação e o desenvolvimento destes espaços públicos, mas sim, compreender seus distintos usos e apropriações no momento atual.

⁴⁹ Tal praça não se encontra junto a Igreja de São José na cidade de Rolândia. A mesma se localiza próximo a área central, mas se encontra ao lado do Terminal Rodoviário da cidade.

⁵⁰ Todo o processo histórico de fundação destas praças já foram apresentados no capítulo 1 desta tese.

⁵¹ Todas as datas das criações e fundações das praças estão no capítulo 1 da tese quando se apresenta uma a uma detalhadamente.

tal espaço ainda é considerado de relativo *status* de valorização imobiliária, excelente localização, etc., mas cujas edificações presentes foram construídas nos anos de 1950 e 1960.

Na figura 26 tem-se uma vista de diferentes ocupações do entorno da Praça Floriano Peixoto no centro da cidade de Londrina.



Figura 26: Ocupações do entorno da Praça Floriano Peixoto – Londrina - PR
Autor: Bortolo (2013).

Observa-se na figura anterior a concentração do comércio, bancos e serviços diversos na área central que fica a oeste da Praça Floriano Peixoto, onde está localizado a calçada da cidade, implantado nos anos de 1970.

Assim, no entorno da Praça Floriano Peixoto tem-se o núcleo central da cidade, importante centralidade, mas que por seu tamanho e complexidade urbana, apresenta outras centralidades na forma de *shopping center*, subcentros espontâneos e diversas ruas comerciais, especializadas ou não.

A Praça Frei Timóteo de Castelnuevo na cidade de Jataizinho apresenta genese similar a Londrina caracterizado pela formação do núcleo central no seu entorno, e depois a expansão das áreas residenciais.

É evidente que a ocupação ocorrida no entorno da Praça Frei Timóteo de Castelnuevo se fez com o pequeno comércio, bares, restaurantes, a proximidade da Prefeitura Municipal sem a presença de grandes empreendimentos como edifícios de vários pavimentos. Tais questões se relacionam ao poder aquisitivo, a dinâmica do mercado imobiliário, ao tamanho populacional da cidade, etc. Mas, parte de seu entorno também é ocupado por residências que se localizam no entorno da mesma.

Os espaços urbanos mais valorizados em cidades pequenas, como é o caso de Jataizinho estão concentrados na área central, próximos a Igreja, onde tem-se as atividades comerciais, e prestadoras de serviços.

Observou-se poucas alterações no decorrer do tempo no entorno desta praça, pois grande parte das residências, comércios, serviços são edificações antigas, não havendo vazios para novas construções.

Observe na figura 27 as ocupações no entorno da Praça Frei Timóteo de Castelnuevo.



Figura 27: Ocupações do entorno da Praça Frei Timóteo de Castelnuevo – Jataizinho - PR
Autor: Bortolo (2013).

Pode-se verificar concentração de farmácias, lojas de móveis, supermercados, bares, restaurantes, lojas de implementos agrícolas, sorveteria e algumas residências. Defronte a Igreja central, tem-se um coreto no centro da praça, e ao lado da mesma, tem-se vendedores ambulantes, ponto de taxi, uma pequena barraca de lanches, sucos, doces, etc.

O entorno da Praça Pio XII na cidade de Ibiporã, apresenta-se atualmente com a maior concentração de estabelecimentos comerciais, agências bancárias, serviços em geral da cidade.

Não obstante, a origem da Praça Pio XII remete-se ao processo de formação de Ibiporã, seu núcleo central, expansão da área central e a praça como um dos primeiros espaços públicos da cidade, tendo seu entorno, rapidamente ocupado por atividades terciárias e residências. Não é novidade que o comércio nestas cidades se concentram nas áreas próximas às praças centrais.

Deste modo, são áreas mais valorizadas pelo mercado imobiliário devido a presença dos serviços e comércio, além de transporte coletivo municipal e metropolitano.

Observem na figura 28 distintas ocupações do entorno da Praça Pio XII na cidade de Ibiporã.



Figura 28: Ocupações do entorno da Praça Pio XII, Ibiporã - PR
Autor: Bortolo (2013).

Pode-se encontrar no entorno da Praça Pio XII uma grande concentração de lojas, farmácia, imobiliárias, bares, restaurantes, agências bancárias, centro cultural, biblioteca municipal. Não há residências no entorno, cujos imóveis são todos utilizados para estabelecimentos comerciais em geral.

Ao discutir o entorno da Praça Santo Antônio na cidade de Cambé tem-se alguns aspectos a serem pontuados. Primeiro é que a cidade de Cambé é a segunda maior cidade da aglomeração urbana de Londrina. Deste modo, Cambé apresenta uma malha urbana maior, com a presença de outras centralidades, como o Jardim Ana Rosa, o Novo Bandeirantes, Santo Amaro, todos distantes da área central.

Outro aspecto é que de um lado da Praça Santo Antônio existe um estacionamento e um Centro de Eventos da cidade; do outro lado, o poder público local implantou o calçadão como principal centro de compras da cidade. Ou seja, no entorno desta praça há presença de lojas, bancos, imobiliárias, lanchonetes, escolas, museus, algumas residências, e do outro lado, o Centro de Eventos com o estacionamento.

Os núcleos urbanos historicamente no norte do Paraná buscaram concentrar estabelecimentos comerciais e serviços nestas áreas. Atualmente, tais espaços são transformados pela dinâmica da produção do espaço urbano, mas não apresentam mais

áreas que possam ser apropriadas, mas, utilizadas com as mesmas funções embora com novas formas urbanas.

Observe na figura 29 diferentes usos do entorno da Praça Santo Antônio em Cambé visualizando o calçadão, lojas, o estacionamento, o comércio central, etc.



Figura 29: Ocupações do entorno da Praça Santo Antônio, Cambé - PR
Autor: Bortolo (2013).

A Praça Marechal Castelo Branco na cidade de Rolândia, fica localizada ao lado do Terminal Rodoviário, pouco distante da Igreja matriz e da praça central da cidade. Esta praça foi o primeiro espaço público da cidade de Rolândia.

Ao observar as ocupações ocorridas em seu entorno, pode-se evidenciar sua grande importância devido à presença da linha férrea que passa defronte a mesma, o comércio da cidade que também se concentra neste entorno e a presença de poucas residências.

Pode-se verificar tais ocupações no entorno da Praça Marechal Castelo Branco na figura 30.



Figura 30: Ocupações do entorno da Praça Marechal Castelo Branco – Rolândia - PR
Autor: Bortolo (2013).

No entorno da Praça Marechal Castelo Branco pode-se encontrar lojas de vários segmentos como vestuário, implementos agrícolas, alimentícios, bares, igreja evangélica, restaurantes, a associação comercial da cidade, dentre outros.

A Praça São José localizada no centro da cidade de Rolândia, tem sua implantação semelhante as demais praças das outras cidades da aglomeração urbana de Londrina. Tal praça foi logo implantada após a instalação de algumas casas, o núcleo central, hotéis e um pequeno comércio. Deve-se lembrar que a Praça São José foi o segundo espaço público construído em Rolândia.

Em seu entorno pode ser observado a predominância de estabelecimentos comerciais, casa paroquial, escolas, prefeitura municipal, Sindicato dos trabalhadores, ou seja, existe a presença de inúmeras instituições públicas, e também a camara municipal, lanchonetes, consultórios médicos e algumas residencias. Observe na figura 31 o entorno da Praça São José em Rolândia.



Figura 31: (A) Fórum municipal e algumas casas; (B) Colégio São José no entorno da Praça São José – Rolândia – PR

Autor: Bortolo (2014).

Na figura 31 pode-se observar o Fórum da cidade de Rolândia e ao lado ficam instalados o sindicato dos trabalhadores e um posto de saúde. Também pode-se visualizar a presença do Colégio São José um dos mais antigos e tradicionais de Rolândia. Ao lado da praça fica a Avenida Presidente Bernardes onde se concentra alguns estabelecimentos comerciais e também a casa paroquial.

As praças centrais e seus entornos aqui apresentados, revelam elemento comum: toda a ocupação de seus entornos foram realizados a partir da genese da cidade e da praça, prioritariamente como local de concentração das atividades comerciais, prestadoras de serviço, dos poderes públicos, como foco do transporte. Com exceção de Londrina e Cambé, em todos as demais, está localizada no entorno das mesmas a área central única centralidade das cidades. No caso de Londrina e Cambé, a área central no entorno das praças não é a única centralidade, mediante tamanho das mesmas, renda da população, dentre outras razões.

3.2.2 Os entornos pouco valorizados dos espaços públicos

Analizou-se e apresenta-se agora a apropriação do entorno dos espaços públicos das cidades do aglomerado urbano de Londrina que não sofreram ainda fortes processos de valorização⁵² a partir da presença dos mesmos.

A Praça Zezé Quirino localizada na periferia da cidade de Jataizinho, está situada no Conjunto Habitacional Antônio José Vieira⁵³, habitado predominantemente por população de baixo poder aquisitivo.

As residencias são todas semelhantes oriundas de um conjunto habitacional. Deste modo, observou-se neste conjunto, que o mesmo é residencial com a presença mínima de estabelecimentos comerciais, igrejas e demais serviços. Com isso, o entorno da Praça Zezé Quirino foi apropriada predominantemente por moradias.

Tal conjunto habitacional está localizado distante da área central da cidade, dos serviços e comércio, etc. A implantação deste espaço público, a Praça Zezé Quirino, surgiu

⁵² Quando referimos sobre a pouca valorização destes entornos, estamos falando dos espaços públicos e bairros que não se tornaram fortemente valorizados no mercado imobiliário, haja vista, que de uma forma maior ou menor, todos os espaços acabam sofrendo alterações em sua valorização nestas áreas com a implantação de amenidades socialmente produzidas no contexto de cada uma das cidades nos dias atuais.

⁵³ O bairro Antônio José Quirino foi implantado no início dos anos 1990 em parceria com loteadores e cohapar. Anos após sua fundação, o mesmo foi sendo dotado de pavimentação, esgoto, etc; a Praça Zezé Quirino foi construída após 10 anos da criação do conjunto habitacional.

da necessidade da criação de uma área de lazer no mesmo, mediante a ausência de equipamentos de lazer e recreação, aproveitando-se de uma área de reserva institucional. Neste caso, o entorno já era ocupado pelas casas do Conjunto Habitacional Antônio José Vieira.

Tendo sido implantada no ano de 2010, a Praça Zezé Quirino, traz aos moradores deste conjunto habitacional uma forma de lazer que até então, não estava presente neste bairro afastado da área central. Como já discutido em um momento anterior, esta praça é muito bem cuidada, utilizada por muitos moradores do conjunto habitacional e de bairros próximos.

Ao discutir acerca de forte valorização ou relativa, pequena valorização do entorno destes espaços públicos, verificou-se que a implantação deste tipo de equipamento de lazer como praças, parques, lagos, etc, ocorreu por três motivos e com interesses distintos: a) tais espaços públicos são construídos e mantidos quando se tem uma área institucional disponível e ociosa para sua construção, atendendo demandas da população em termos de áreas de convívio e uso múltiplo; b) muitos destes espaços são criados como estratégias de campanhas eleitorais; c) quando há interesse de grandes incorporadores imobiliários em áreas próximas a tais equipamentos e a construção de um espaço público poderá valorizar tais empreendimentos a partir destas amenidades socialmente criadas.

A Praça Zezé Quirino não foi pensada e construída como elemento de valorização imobiliária⁵⁴ por grandes incorporadores, haja vista que seu entorno é ocupado por conjunto habitacional de baixo poder aquisitivo. Tem-se a presença de um pequeno bar no entorno da praça, mas há predomínio de residências familiares em todo o entorno da praça.

Observe na figura 32, o entorno da Praça Zezé Quirino no Conjunto habitacional Antônio José Vieira.

⁵⁴ Tal praça até propicia valorização imobiliária no conjunto habitacional, mas não pode ser considerado um processo que transforme o mesmo em espaços de interesse ao mercado imobiliário. As pessoas que residem no entorno desta praça gostam muito, pois a mesma é bem cuidada, apresenta-se com inúmeros equipamentos de esporte e lazer, ocasionando assim, um “prestígio” em residir próximo a praça.



Figura 32: Entorno pouco valorizado da Praça Zezé Quirino em Jataizinho
Autor: Bortolo (2013).

Outro espaço público cujo entorno não é de expressiva valorização é o Centro Poliesportivo Carecão na cidade de Ibiporã. Tal espaço é o mais completo em termos de equipamentos de lazer e esporte da cidade, localizado em área considerada periferia de Ibiporã.

Seu entorno é todo ocupado por residências que compõe o Jardim Las Vegas e o Jardim Nossa Senhora da Paz, mas como já apresentado dados a partir da coleta de informações com os questionários, viu-se que pessoas de outras localidades da cidade frequentam o espaço público do Carecão diariamente.

O Jardim Las Vegas foi criado no final da década de 1980⁵⁵ como um loteamento. No entorno do espaço público do Carecão tem-se a presença de 2 bares, mas é predominantemente ocupado por casas populares do Jardim Las Vegas e o Jardim Nossa Senhora da Paz que também é resultante de loteamento criado no mesmo período.

O Carecão já passou por vários processos de melhorias após sua implantação em 2003. Não diferente da Praça Zezé Quirino apresentada acima, o entorno deste espaço público já estava ocupado pelas residências do Jardim Las Vegas e Jardim Nossa Senhora da Paz quando o poder público local implantou o Centro Poliesportivo Carecão em terreno público.

Tal espaço valorizou esta área, mas não foi intensamente no mercado imobiliário. Os moradores do entorno do Carecão se sentem privilegiados por residir próximo a este espaço público, mas os bairros não perderam as características aparentes de serem de baixo a médio poder aquisitivo. Também não sofreram grandes melhorias ao ponto de despertar interesses para os incorporadores do mercado imobiliário da cidade de Ibiporã.

⁵⁵ Dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Ibiporã e secretaria de obras e planejamento.

Outro elemento que deve ser levado em consideração para esta pequena valorização, está na questão físico-geográfica do terreno, pois o entorno do Carecão é composto por áreas com declividades mais acentuadas, podendo contribuir para a pequena valorização dos imóveis.

Observe na figura 33 o entorno do Centro Poliesportivo do Carecão em Ibiporã.



Figura 33: Entorno pouco valorizado do Carecão em Ibiporã
Autor: Bortolo (2013).

Outro espaço público que não teve seu entorno fortemente valorizado foi o Lago San Fernando em Rolândia. O lago está localizado em área periférica da cidade e seu entorno foi todo ocupado por conjuntos habitacionais voltados para pessoas de baixo poder aquisitivo.

No entorno do lago a ocupação foi realizada por conjunto habitacional San Fernando I e II, Jardim Geminadas e Padre Angelo Matilci, lançados no decorrer da década de 1990, enquanto o Lago San Fernando foi criado no final da década de 1980.

Diferentemente dos outros entornos dos espaços públicos aqui apresentados, a apropriação do entorno do Lago San Fernando ocorre após a implantação do lago e a ocupação foi destinada para população de baixo poder aquisitivo.

Mesmo com a implantação de equipamentos de lazer, melhorias no entorno do lago, etc; a Cohapar lançou empreendimentos voltados para uma população de baixo poder aquisitivo. Em diálogo realizado com o Secretário de Obras e Planejamento da Prefeitura Municipal de Rolândia, o mesmo disse que tal área sempre foi considerada muito afastada do centro da cidade, de difícil investimento para a criação de bairros de alto e médio poder aquisitivo.

A implantação do lago ocorreu pela Prefeitura Municipal, como uma forma de ocupar e restaurar tal área, propiciando a ocupação deste entorno por conjuntos habitacionais feitos pela Cohapar. Nos dias atuais, o espaço público do Lago San Fernando é mantido, há programas de estímulo para o seu uso, mas não há nenhum projeto de investimento para a melhoria dos bairros que ficam no entorno. Pelo contrário, o poder público local, concebe esta localização como “perigosa”⁵⁶.

No entorno do Lago San Fernando ainda há muito potencial para ser ocupado e ampliado mediante implantação de novos equipamentos de lazer e esporte e seu uso para moradores como também, para a população da cidade. Seu entorno está todo ocupado pelos conjuntos habitacionais, mas sua valorização ocorreu de forma pouco expressiva e não despertou até o presente, o interesse por parte de incorporadores imobiliários de Rolândia.

Observe na figura 34 o entorno do espaço público do Lago San Fernando na cidade de Rolândia.



Figura 34: Entorno pouco valorizado do Lago San Fernando em Rolândia
Autor: Bortolo (2013).

O último espaço público e seu entorno que não sofreu forte processo de valorização a partir de sua implantação, foi o Lago da Zona Norte em Londrina. Tal espaço foi criado nos anos 2000 devido a ausência de áreas de lazer nesta porção da cidade e a presença de uma área institucional ociosa junto ao Córrego Cabrinha. Os bairros que estão no

⁵⁶ Em diálogo realizado nas idas a campo, visitas a Prefeitura Municipal de Rolândia, funcionários da Secretaria de Obras e Planejamento, os mesmos disseram que tal espaço público está localizado em uma região muito perigosa, violenta e que não tem como pensar em programas para melhorar tal área, Mas quando fui realizar os campos, tais bairros são extremamente acessíveis, igualmente a população, não compartilhando com as ideias dos funcionários de tal secretaria.

entorno do Lago da Zona Norte são: o loteamento Jardim Pacaembu, Conjunto habitacional Milton Gavetti, loteamento Jardim Roma, Conjunto habitacional Semirames e o Violim, havendo uma enormidade de outros bairros que estão próximos a este espaço público, devido a dimensão do Lago da Zona Norte.

Os bairros acima citados foram criados a partir da década de 1970 com a expansão da cidade em sentido norte, mediante muitos conjuntos habitacionais⁵⁷. Pode-se observar que estes bairros foram criados e implantados para um determinado segmento da sociedade, ou seja, conjuntos habitacionais para a população de baixo poder aquisitivo, pois os mesmos encontravam-se na época, afastados da área central, sem a presença de comércio e demais serviços que atualmente adensa na Avenida Saul Elkind, presença do Shopping Center da Zona Norte, etc.

No que concerne a apropriação do entorno deste espaço público, o mesmo foi implantado após os conjuntos habitacionais. A escolha da área para implantação deste lago, além da necessidade de um espaço público este devido a ausência de equipamentos de lazer e entretenimento para a população destes bairros, havia a questão do represamento do Córrego Cabrinha e a área institucional reservada para fins de implantação de equipamentos públicos.

Assim, o Lago da Zona Norte foi criado após a implantação dos conjuntos habitacionais e loteamentos que estão no seu entorno. Pode-se verificar a presença de casas similares devido à presença de conjuntos habitacionais, ainda encontra-se alguns lotes para construção, não encontrando nenhum comércio, agências bancárias, etc., no entorno do lago. Observe na figura 35 o entorno do Lago da Zona Norte em Londrina.



Figura 35: Entorno pouco valorizado do Lago da Zona Norte em Londrina
Autor: Bortolo (2013).

⁵⁷ Ver detalhes da expansão urbana da Zona Norte de Londrina no trabalho de Beidack (2009).

Destarte, a partir destas ocupações e apropriações que ocorreram no entorno dos espaços públicos em tela, observou-se elementos semelhantes, mas também, dispares em relação ao processo de pequena valorização destes entornos a partir da implantação de um espaço público.

Esta valorização pode ocorrer quando determinado segmento do mercado imobiliário, articula-se com o poder público local e os mesmos, veem inúmeras vantagens na implantação e manutenção destes espaços públicos. Se há áreas para a implantação de novos empreendimentos, utilizam-se de estratégias de melhoramentos de praças, parques, lagos, que chamem a atenção do mercado consumidor que possa consumir estes empreendimentos.

Deste modo, a pequena valorização e visibilidade do entorno destes espaços públicos não podem ser justificadas apenas pela sua presença, cuidados, manutenção, etc., pois como observou-se, o Carecão em Ibiporã, o Lago da Zona Norte em Londrina e a Praça Zezé Quirino em Jataizinho foram criados após a implantação dos loteamentos e conjuntos habitacionais; já o Lago San Fernando foi criado antes da implantação dos conjuntos habitacionais, mas tais processos de valorização não ocorreram de forma expressiva.

Sendo assim, os entornos destes espaços públicos não foram fortemente valorizados, por inúmeras causas. Interesse do mercado imobiliário para servir a um determinado segmento do mercado consumidor, ocupações voltadas para um determinado segmento social, ou seja, o entorno destes espaços públicos de lazer acabam sendo ocupados por segmentos de baixo poder aquisitivo, etc. Deste modo, são inúmeros os fatores que ocasionam a pequena ou expressiva valorização dos entornos de espaços públicos, podendo estes serem somados um a um e estarem presentes ou não de acordo com cada cidade, seu espaço público e conseqüentemente seu entorno.

3.2.3 Os Entornos valorizados dos espaços públicos

No decorrer das análises buscou-se compreender as diversas razões para a diversidade de processos de valorização ou não, do entorno de espaços públicos. Neste item apresentam espaços públicos de lazer que provocaram maior valorização e também,

diferentes apropriações de seus entornos, tornando-os inclusive referências para as cidades e mesmo no norte do Paraná.

Um destes espaços é o Parque Zezão localizado na cidade de Cambé, implantado a partir de políticas públicas de preservação do Fundo de Vale do Córrego da Verdade.

O Parque Zezão começou a ser implantado no ano de 1992 e seguidamente foram sendo instalados equipamentos, novas infraestruturas, preservação da mata ciliar, pista de caminhada, anfiteatro ao ar livre, dentre outros. O parque tem uma área total de 64.468,92 m², sua implantação ocorreu de forma gradual, devido a falta de recursos públicos, com dotação de infraestrutura em diferentes momentos após a inauguração.

Devido sua extensão, o entorno do Parque Zezão é composto por segmentos residenciais de alto, médio e também baixo poder aquisitivo. No entorno deste parque estão localizados bairros voltados para segmentos sociais de alto e médio poder como o Parque Residencial Oswaldo Sella implantado no ano de 1970, o Jardim Alvorada tendo sua aprovação em 1972 e ainda na mesma década iniciado as obras; o Jardim Vila Rica em 1975, o Jardim Universo em 1977 e por fim o Jardim Eldorado aprovado no ano de 1989 todos como loteamentos.

Já no início da década de 1990 foram implantados conjuntos habitacionais e loteamentos a norte e nordeste do Parque Zezão como os conjuntos habitacionais Jardim Tarobá em 1990, Jardim Casa Grande em 1992, e o loteamento Jardim Taruma em 1991, Jardim Abulsafe em 1993 e por fim o Jardim Espanha e Jardim Itália no ano de 1994, todos voltados para uma população de médio e baixo poder aquisitivo.

Os demais bairros que localizam-se próximos ao Parque Zezão não fazem limites físicos com tal espaço, mas sim, apenas encontram-se próximos a este espaço público, sendo destinados para habitações de médio e baixo poder aquisitivo presentes na cidade. Após a aprovação e implantação do Jardim Itália no início dos anos de 1990, o poder público começou a pensar em investimento para esta região.

Tais investimentos foram totalmente custeados pelo poder público local, ou seja, toda a política de melhoramento executada no Fundo de Vale no Córrego da Verdade foi realizado pela Prefeitura Municipal de Cambé e seguidamente os incorporadores imobiliários foram lançando loteamentos nesta porção da cidade. No final da década de 1990, tais melhorias já estavam bem avançadas e os imóveis que foram construídos no entorno do Parque Zezão apresentavam-se como grandes casas luxuosas, residencias com mais de um pavimento, ocupadas por população com elevado poder aquisitivo.

Há predominância de ocupação residencial no entorno do Parque do Zezão, não ocorrendo a presença de comércio já que a área é considerada pelo plano diretor como zonas residenciais 4 (ZR4).

Observe na figura 36 o entorno valorizado do espaço público do Parque Zezão em Cambé.



Figura 36: Entorno Valorizado do Parque Zezão em Cambé
Autor: Bortolo (2013).

Como pode-se evidenciar na figura acima, há uma concentração de casas de elevado valor imobiliário na porção sudoeste do entorno do Parque Zezão, vinculado a um processo de valorização a partir de benfeitorias e políticas de melhorias neste parque. Este espaço público é conhecido por toda a população municipal e é muito frequentado por apresentar variedade de equipamentos para práticas esportes, do lazer, convivência, etc.

Neste caso, ocorreu forte articulação de interesses entre os incorporadores imobiliários em comercializar lotes para uma classe social de poder aquisitivo mais elevado e o poder público local, mediante aplicação de políticas de melhoramento urbana do Fundo de Vale que se transformou em áreas de uso público.

Eis uma valorização de empreendimentos a partir da presença de espaços públicos e neste caso, a paisagem criada, a beleza cênica, complementam e valorizam espaços para serem comercializados. Como dito, devido a grande extensão físico-territorial do Parque Zezão, outra área de seu entorno foi ocupada por residências de médio e baixo poder aquisitivo estando a noroeste do Parque Zezão, mas que também passaram por processo de valorização por estarem próximas ao mesmo.

Observe na figura 37 as construções e residências de médio e baixo poder aquisitivo na porção nordeste e noroeste do entorno do Parque Zezão.



Figura 37: Construções e residências de médio e baixo poder aquisitivo no entorno do Parque Zezão em Cambé
Autor: Bortolo (2013).

Como observado, existem construções de variados tipos, sendo estas de alvenaria com melhores acabamentos, outras sendo mais simples, construções de madeira, algumas ainda sem estarem totalmente finalizadas, etc. Nesta área do Parque Zezão não encontram grande quantidade de equipamentos públicos instalados, ausência de pista de caminhada, parques infantis, mas tal área ainda apresenta espaços para tal, ou seja, há possibilidade de melhorias e implantação destes equipamentos, para assim, chamar a atenção dos moradores de todos os bairros do entorno e próximos do Parque Zezão.

Outro espaço público que encontra seu entorno extremamente valorizado é o Lago Igapó localizado na porção sudoeste da cidade de Londrina. O mesmo foi criado na década de 1960 a partir de políticas de represamento e melhoramento do fundo de Vale no Córrego Cambé⁵⁸.

O espaço público do Lago Igapó deve ser considerado como basilar do processo de valorização de áreas a partir da criação ou políticas de melhoramento de espaços públicos em centros urbanos. Este espaço público de sua criação até por volta dos anos 1980 ficou relativamente abandonado pelo poder público local e também pela população, devido a sua distância em relação ao tecido urbano, falta de equipamentos, outros interesses do poder público anos após sua inauguração, dentre outros.

Na década de 1960 o tecido urbano da cidade de Londrina ainda não chegava à proximidade do entorno deste lago, mas com o passar dos anos, foram criados

⁵⁸ Ver histórico do processo de construção e ocupação de todo o entorno do Lago Igapó e seu desenvolvimento em estudos de Bortolo (2010).

loteamentos e empreendimentos residenciais no entorno do Lago Igapó e em toda a porção sudoeste da cidade.

Tais empreendimentos foram ganhando força com políticas de melhoramento como o Programa Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada - CURA do governo federal e assim, bairros com população de menor poder aquisitivo foram sendo substituídos por empreendimentos voltados para um segmento de alto poder aquisitivo. A partir dos anos de 1990 teve-se a implantação de muitos estabelecimentos comerciais, grandes vias de acesso e toda uma nova reestruturação na porção sul-sudoeste da cidade, englobando assim, todo o entorno do Lago Igapó e áreas até então vazias e adjacentes a estes espaços, conhecida como Gleba Palhano⁵⁹.

Neste caso destaca-se a importância do setor imobiliário e das principais incorporadoras e construtoras que atuam na cidade, pois as mesmas começaram a investir maciçamente nas áreas do entorno do Lago Igapó. Estas, vendem seus imóveis utilizando da beleza cênica, da proximidade do maior e “melhor”⁶⁰ espaço público da cidade.

O preço dos terrenos no entorno do Lago Igapó atualmente é considerado uns dos mais caros da cidade. Os terrenos vazios a espera de sua comercialização passaram por um processo de forte elevação de seus preços apenas por estarem próximos ao Lago Igapó.

No espaço público do Lago Igapó encontram quadras de vôlei de areia, futebol, pistas de caminhada, ciclovias, academias ao ar livre espalhadas por todos os 4 lagos⁶¹, apresentando-se com uma infraestrutura qualitativa e, principalmente em uma área extremamente bem cuidada e valorizada pelo poder público local em parceria com as principais construtoras que atuam no mercado imobiliário de Londrina. Tais parcerias são efetivadas juntamente ao Instituto de Políticas e Planejamento Urbano de Londrina – (IPPUL) pelas construtoras, quando as mesmas se propoem a conservarem e cuidarem de espaços públicos da cidade.

Como citado, por muitos anos tal espaço se encontrou totalmente abandonado e sem valorização, mas com os avanços nos processos de expansão urbana, implantação de nova centralidade como o Catuaí Shopping Center na porção sudoeste da cidade, a

⁵⁹ Porção de terras que pertencia a Mábio Palhano e que fora dividida em chácaras e depois em lotes para a comercialização imobiliária. Hoje a Gleba Palhano concentra um dos metros quadrados mais caros da cidade de Londrina.

⁶⁰ Palavras e discursos das incorporadoras para o Marketing imobiliário a partir da utilização dos espaços do Lago Igapó.

⁶¹ O Lago Igapó é dividido em 4 partes, tal divisão pode ser observada em estudos de Bortolo (2010).

criação e expansão dos condomínios horizontais fechados, a forte atuação das construtoras como Plaenge, A Yoshi, Galmo, Quadra, Artenge, Almanary Construtora dentre outras, produzindo edifícios residenciais e comerciais⁶², o entorno do espaço público do Lago Igapó se tornou alvo de fortes investimentos imobiliários para mercado consumidor de médio e alto poder aquisitivo.

Observe na figura 38 o entorno valorizado do espaço público do Lago Igapó.



Figura 38: Entorno valorizado do Lago Igapó em Londrina
Autor: Bortolo (2013).

⁶² Ver todos os dados acerca das construtoras e sua atuação no mercado imobiliário de Londrina e principalmente na região do entorno do Lago Igapó em Bortolo (2010).

Deste modo, a apropriação do entorno dos espaços públicos vinculou-se a processos de valorização diretamente ligados às questões imobiliárias e aos interesses dos agentes privados de produção do urbano. A criação, manutenção e escolha dos espaços públicos na atualidade acabam por estar atrelada a políticas de melhoramento e investimentos do mercado imobiliário.

Observa-se que para os bairros e seus entornos se valorizarem a partir de um espaço público de lazer, este deve estar atrelado a um jogo de interesses por alguns segmentos da sociedade. Estes como, o interesse do poder público local em investir, planejar, implantar e cuidar destes espaços públicos como também, de uma possível intervenção de empresas privadas, construtoras, etc, que buscam a valorização de tais espaços para poderem melhor comercializar seus empreendimentos.

Portanto, o capital estará atrelado a distintos interesses e pessoas, e a valorização dos imóveis, dos espaços públicos, dos bairros, será evidenciado pela população da cidade, os moradores do entorno dos espaços públicos que percebem a valorização de seus imóveis, do seu bairro, a partir do *status* de residir próximo a um espaço público em constante uso, cuidados e manutenção pelo poder público.

3.3 Discutindo os diferentes processos de apropriação e valorização dos entornos dos espaços públicos

Neste item objetivou-se apresentar alguns elementos que possam corroborar com as distintas possibilidades de valorização de bairros, vazios urbanos, edifícios que se localizam no entorno de espaços públicos de lazer.

As amenidades criadas socialmente devem ser consideradas como um dos elementos para a compreensão desta valorização no setor imobiliário pois, a mesma acrescida da implantação de infraestruturas urbanas, além de serviços coletivos, estabelecimentos comerciais, áreas de lazer, localização e fácil acessibilidade às demais áreas da cidade, permitem entender o aumento de preço, devido o esgotamento de outras áreas para investimento, etc.

Busca-se aqui verificar os processos de valorização a partir da coleta de informações em imobiliárias, corretoras e incorporadoras⁶³ que atuam nas áreas estudadas, para obter as alterações de preços nos terrenos e imóveis que estão localizados no entorno dos espaços públicos em tela.

Trabalhou-se com cidades de tamanhos distintos e isto é de extrema importância devido a dinâmica de produção do espaço, do mercado imobiliário e, principalmente, o mercado consumidor.

Evidencia-se que em Jataizinho, a menor cidade do aglomerado urbano de Londrina, não encontrou-se grandes processos de valorização no mercado imobiliário da cidade a partir da implantação e manutenção de espaços públicos, haja vista a presença de apenas 4 destes, dos quais 2 estão localizados em bairros de baixo poder aquisitivo.

O espaço público da Praça Zezé Quirino trouxe novos elementos para a dinâmica deste conjunto habitacional, pois até então era apenas mais um conjunto habitacional. Após a implantação desta praça, o mesmo torna-se um ponto de referência, de encontro entre os amigos, de práticas esportivas, de lazer, bem cuidado, valorizando o seu entorno a partir da dinâmica e das possibilidades encontradas por estes moradores e do mercado imobiliário da cidade de Jataizinho.

Nesta cidade visitou-se Prado Corretor de Imóveis e Imobiliária, a mais antiga e importante imobiliária da cidade. Em entrevista com o proprietário, foi dito que as casas do entorno da Praça Zezé Quirino se valorizaram após a criação da mesma. Se tratando de grande conjunto habitacional que acaba por contornar todo o entorno da praça, o proprietário disse que estes imóveis valorizaram de 15 a 30% em seus preços de mercado devido a criação da praça e também a partir do processo de valorização natural dos terrenos com o passar dos anos.

Ao discutir tais processos de valorização na cidade de Ibiporã, tem-se que lembrar do Centro Poliesportivo do Carecão que não se encontra tão afastado da área central, porém, integra parcela de bairros da periferia da cidade. O espaço público em questão foi concluído em abril do ano de 2003, e todos os loteamentos e conjuntos habitacionais que estão no seu entorno já estavam implantados. A partir da instalação deste espaço público poderia ocorrer um aumento no preço dos imóveis e terrenos a serem comercializados,

⁶³ Tais informações coletadas nas imobiliárias, corretoras e construtoras são preços estimados pelos especialistas. Esses preços dos lotes são na sua origem e convertido para os valores para o período da pesquisa de campo (2013).

porém, o mesmo não ocorreu de forma homogênea em todos os loteamentos e conjuntos habitacionais que estão no entorno do espaço público do Carecão.

O conjunto habitacional Nossa Senhora da Paz foi aprovado pela Prefeitura Municipal em 1967, o Jardim Paraíso⁶⁴ em 1977. Já loteamentos mais novos que se encontram no entorno e próximos do espaço público do Carecão são o Jardim Las Vegas e o São Francisco, aprovados em 1992 e apresentam certa valorização diferencial em relação aos outros referidos.

De certa forma, todos estes bairros de formas distintas tiveram valorização a partir da implantação do Carecão, mas também verificado a partir do processo natural de valorização dos terrenos com a dotação de infraestruturas nestes espaços. Realizou-se um levantamento nas principais imobiliárias que atuam na cidade de Ibiporã, podendo verificar o aumento do preço dos terrenos e casas do entorno de tal espaço público.

Observe na tabela 7 o preço do metro⁶⁵ quadrado dos lotes antes e depois da implantação do Centro Poliesportivo do Carecão.

Tabela 7: Preço do m² dos bairros no entorno do espaço público do Carecão – Ibiporã – PR, 2013

Bairros	Data de implantação do Conj. Hab. e Loteamento	Preço do m ² lote no ano da implantação dos Conj. Hab. e loteamento ⁶⁶	Preço do m ² após a implantação do Carecão – 2003
Nossa Senhora da Paz	1967	63,05	75,00
Jardim Paraíso	1977	56,30	67,00
Jardim Las Vegas	1992	139,32	173,25
São Francisco	1992	218,96	302,15

Fonte: Trabalho de Campo, Vécio Lúcio Corretor de Imóveis e Imobiliária.

Org: Bortolo (2013).

Deve-se compreender os dados acima e observar a valorização a partir da implantação do Centro Poliesportivo do Carecão, juntamente com os outros elementos que

⁶⁴ Os bairros Jardim Paraíso e o São Francisco são próximos ao Centro Poliesportivo do Carecão, mas não fazem divisa territorial com o espaço público em tela.

⁶⁵ Dados coletados nas principais imobiliárias e incorporadoras que atuam no mercado imobiliário na cidade de Ibiporã. Estes dados foram apresentados por profissionais do mercado imobiliário sendo passíveis de diferenças entre as empresas, pois se trata da comercialização de um bem a partir da especulação e da dinâmica do mercado imobiliário vigente. O valor está calculado a partir de um lote (data) de 250 m² a 300 m² sem a construção, ou seja, a partir deste preço, pode-se depois crescer ainda mais com as amenidades socialmente criadas, infraestruturas, tipos de construção, etc.

⁶⁶ Dados comparados com os valores fornecidos pela Prefeitura Municipal de Ibiporã a partir do cálculo base para o IPTU e também, dos valores apresentados pelas imobiliárias e incorporadores atuantes na cidade.

foram sendo implantados nos bairros como infraestruturas, alguns estabelecimentos comerciais, escolas, unidades básicas de saúde, etc.

A partir dos levantamentos nas principais imobiliárias da cidade como a Vécio Lúcio Corretor de Imóveis e Imobiliária, a W.A negócios imobiliários operando na comercialização de loteamentos, imóveis e aluguéis, algumas construtoras que estão atuando no mercado imobiliário de Ibiporã como a Teixeira & Holsman, Vectra, Favoreto e Mitral Construtora, todas trabalhando com a implantação de condomínios horizontais, pode-se compreender melhor e considerar alguns elementos da relativa valorização direta e da transformação deste espaço público em área de interesse para o mercado imobiliário de Ibiporã.

As imobiliárias e incorporadores atestam à falta de espaço para investimento na área, como também, a qualidade dos terrenos, ou seja, a maior parte dos loteamentos que estão no entorno do Carecão situam-se em terrenos com elevada declividade. Desta forma, não se tornam áreas de interesse para a implantação de grandes empreendimentos voltados para uma classe de alto poder aquisitivo.

Ao observar-se os preços no São Francisco, evidencia-se que é mais elevado que os outros por estar mais próximo à área central e seus terrenos serem melhores em termos de declividade para investimentos e comercializações em Ibiporã.

Como não há lotes vazios, os tipos de construções já existentes, faz com que os incorporadores busquem investir em outras áreas como nas proximidades do Parque Industrial localizado no oeste de Ibiporã, através de empreendimentos como Vila Romana, Conjunto Morada do Arvoredo, Conjunto Gran Ville Perisso, sendo esta agora as grandes áreas de investimento a partir do lançamento e com a implantação de condomínios horizontais para o mercado consumidor de médio e alto poder aquisitivo de Ibiporã e região. Mas, os próprios incorporadores alegam que a população de Ibiporã ainda se encontra arraigada ao centro da cidade, e quando compram tais empreendimentos, é com objetivo de investir, pois gostam de morar no centro, próximo ao comércio, a igreja, etc.

As incorporadoras vendem a segurança, o lazer, mas estes elementos, de acordo com o tamanho físico-territorial e populacional de algumas cidades, nem sempre são pontos levados em consideração para a fácil comercialização destes empreendimentos.

Assim, o espaço público do Carecão e seu entorno sofre constantemente um processo de valorização, seja a partir das benfeitorias e melhorias que a prefeitura

municipal realiza, como também na própria melhoria das residências, a presença de um comércio, que auxiliam no processo de valorização do seu entorno.

Ao discutir o processo de valorização do entorno do espaço público do Parque Zezão na cidade de Cambé, este pode ser compreendido a partir dos diferentes momentos de ocupação e criação dos loteamentos em seu entorno. Já apresentou-se anteriormente, que o Parque Zezão é fruto de um processo de melhoramento do Fundo de Vale do Córrego da Verdade, que percorre boa parte da porção sul e sudoeste da cidade de Cambé.

Ocorre uma diferenciação econômica e social no que tange os processos de ocupação nas áreas do entorno do Parque Zezão. A partir da coleta de informações na Prefeitura Municipal e nas principais imobiliárias que atuam na cidade, pode-se melhor compreender esta diferenciação nas formas de ocupação, no padrão das residências, no preço do imóvel, dos terrenos, etc.

Após a aprovação dos loteamentos e a implantação efetiva de moradias nesta porção da cidade a partir da década de 1970, passaram a serem comercializados os lotes, mas, a presença deste Fundo de Vale impedia a melhor comercialização dos terrenos; outro fator que atrapalhava a comercialização de alguns loteamentos desta região estava na distância da área central. O primeiro loteamento a ser aprovado no entorno do Parque Zezão foi na década de 1970, mas sua ocupação efetiva ocorre apenas na década de 1980.

Um dado muito curioso é que tal loteamento, o Parque Residencial Osvaldo Sella é hoje uma das áreas mais valorizadas do entorno do Parque Zezão e também da cidade de Cambé. O Parque Residencial Guilherme Pagnam, Jardim Universo também passaram por processo de valorização após a implantação do Parque Zezão.

Atualmente, todo o entorno do Parque está ocupado por conjuntos habitacionais e loteamentos, não existindo áreas livres para os incorporadores investirem e lançarem novos empreendimentos.

Os demais loteamentos e conjuntos habitacionais que estão no entorno do Parque Zezão como o Jardim Vila Rica, Jardim Universo, Jardim Eldorado, Jardim Queiroz, Jardim das Mansões, Jardim Planalto Verde, Jardim Itália, Residencial Espanha e o Residencial Tarumã, Jardim Casagrande e Jardim Taroba, integrando o conjunto habitacional Tancredo Neves, lançado no ano de 1978 e todos estão localizados em zona residencial 3 (Zr 3). Nesta zona residencial pode haver subdivisões de lotes, presença de estabelecimentos

comerciais, dentre outros elementos, possibilitando a presença de um padrão inferior de construção.

Ao levar em consideração as ideias apresentadas pelo poder público local nos diálogos realizados em campo, o mesmo justifica estas diferentes formas de ocupação e valorização, aos distintos momentos de implantação de infraestruturas na área do Parque Zezão. Atualmente, os bairros mais valorizados são aqueles que se encontram nas proximidades norte e nordeste do Parque Zezão que apresentam infraestrutura mais completa.

Conjuntos habitacionais como Jardins como o Queiroz, Jardim das Mansões, Planalto Verde, Itália, Residencial Espanha, Tarumã, Jardim Casagrande, Tarobá se localizam na porção sudoeste do Parque Zezão que não tem pistas de caminhada, academias ao ar livre, equipamentos para práticas esportivas, restando apenas parte do fundo de vale e uma variedade vegetal para serem apreciadas.

Verificou-se que cada loteamento ou conjunto habitacional é lançado para um determinado segmento social e com isso, o processo de valorização está ligado ao padrão de construção, a imposição desta construção a partir de mecanismos legais e, com o passar do tempo, uma possível valorização passam a estar ligados a ocupação a partir de residências de alto poder, próximos a equipamentos públicos e ao centro da cidade.

Mas para se evidenciar o processo de valorização a partir da implantação do Parque Zezão na cidade de Cambé, buscou-se coletar os preços do m² dos lotes antes da implantação do Parque Zezão e de seus valores após a sua implantação. Observe na tabela 8 os preços do m² de lotes e residências no entorno do espaço público do Parque Zezão em Cambé – PR.

Pode-se observar a partir dos dados coletados que ocorreu um processo de valorização em todos os bairros que ficam no entorno do Parque Zezão após a sua implantação. É nítida a diferença de preço dos lotes que se encontram próximos ao parque que apresenta uma melhor infraestrutura, não tão distante da área central, que pertence a uma zona residencial 4.

Com isso, os principais incorporadores consideram que infelizmente não há mais áreas vazias no entorno e tão próximas ao Parque Zezão, pois certamente, estas seriam muito mais valorizadas.

Tabela 8: Preço do m² dos bairros no entorno do espaço público do Parque Zezão – Cambé – PR, 2013

Bairros	Data de implantação do Conj. Hab. e Loteamento	Preço do m ² lote no ano da implantação dos Conj. Hab., terrenos e loteamento	Preço do m ² após a implantação do Parque Zezão 2013
Parque Residencial Guilherme Pagnan	1978	496,50	1,458.00
Parque Residencial Osvaldo Sella	1970	648,00	1,503.00
Jardim Vila Rica	1975	315,00	799,00
Jardim Eldorado	1989	430,00	900,00
Jardim Universo	1977	298,00	570,00
Jardim Queiroz	1975	198,00	475,00
Jardim Das Mansões	1975	226,00	460,00
Jardim Planalto Verde	1979	200,00	379,00
Jardim Itália	1977	75,00	220,00
Residencial Espanha	1978	82,00	208,00
Residencial Taruma	1978	69,00	205,00

Fonte: Trabalho de Campo e coleta, Casagrande Imobiliária e Imobiliária Condor.

Org: Bortolo (2013).

Ao analisar o processo de valorização do entorno do Lago San Fernando em Rolândia, tal questão deve ser compreendida a partir de perspectivas históricas da ocupação deste entorno. Já apresentou-se que o espaço público do Lago San Fernando foi criado a partir de políticas de melhoramento em uma antiga olaria da cidade. Tal espaço teve uma parte doada e outra comprada pela Prefeitura Municipal e a mesma contratou uma empresa para a criação de uma barragem que originou o Lago San Fernando.

Discutiu-se tal processo de valorização a partir de elementos e perspectivas históricas, justificando-se a partir de sua ocupação, realizada pela implantação de conjuntos habitacionais voltados para uma população de baixo poder aquisitivo: Padre Angelo Matilce, Jardim Geminadas, conjunto habitacional San Fernando I e II. Todos implantados pela Cohapar em parceria com a Prefeitura Municipal no início da década de 1990, lembrando que o Lago San Fernando tem suas obras iniciadas em 1988 e concluídas em 1991.

As principais imobiliárias que atuam nesta cidade, alegam que para poderem investir nesta porção da cidade, o poder público local deveria melhorar as áreas do Lago San

Fernando, a segurança, criar novos atrativos. Não há como lançar empreendimentos vendendo o Lago San Fernando como atrativo se ao redor estão bairros de baixo poder aquisitivo. Atualmente, não existem áreas livres, ou seja, vazios urbanos no entorno do Lago San Fernando para lançamentos de outros loteamentos.

Mas encontrou-se uma empresa que está comercializando lotes em áreas próximas ao Lago San Fernando, a Planalto Engenharia e Urbanização LTDA, de Maringá, representada pela Imobiliária Fortaleza, que atua em Rolândia. Estas estão oferecendo lotes no Jardim Ouro Verde e Jardim Independência. Tais loteamentos ficam cerca de 850 metros do Lago San Fernando em direção leste, sentido centro da cidade. Tal empresa vende estes loteamentos como uma região nobre da cidade de Rolândia.

O loteador afirmou que esta área fica próxima ao centro da cidade, possibilitando uma vista do *skyline* dos prédios de Londrina, infraestrutura pronta para construção, financiamento facilitado, etc. O mesmo afirmou que desta área do loteamento, em sentido ao centro da cidade, são as áreas que se encontram mais valorizadas nesta região, pois, do Lago San Fernando em direção oeste, sentido Arapongas - PR, não existem áreas valorizadas devido a concentração de conjuntos habitacionais, loteamentos populares, construções simples e áreas muito afastadas do centro de Rolândia.

Observem na figura 39 os loteamentos que estão sendo comercializados próximos ao Lago San Fernando em Rolândia – PR.



Figura 39: Loteamentos comercializados próximos ao Lago San Fernando em Rolândia – PR
Autor: Bortolo (2013).

Pode-se evidenciar que neste caso, o Lago San Fernando não chama a atenção e nem é muito utilizado como *marketing* para a comercialização destes empreendimentos. Em um momento anterior já apresentou-se a posição da Secretaria de Planejamento,

Obras e Urbanismo da cidade, que o Lago San Fernando e seu entorno seja pouco provável que altere suas características no padrão de residência e seus moradores.

As incorporadoras e empresas que comercializam novos loteamentos nesta área e próximas ao lago, buscam frisar a proximidade com o centro, infraestruturas presentes para a construção, área com nobre vista da área central e da cidade de Londrina, e não mencionam o espaço público do Lago San Fernando, devido seu entorno conter vários conjuntos habitacionais.

A partir da coleta de informações nas principais imobiliárias e incorporadoras que atuam na cidade de Rolândia, pode-se ter uma noção dos preços do m² do solo urbano no entorno do Lago San Fernando antes e após a sua implantação. É notável que os preços são muito inferiores se comparado às demais localidades da cidade e dos outros espaços públicos, lembrando que tal área se encontra afastada do centro e foi utilizado para a implantação de conjuntos habitacionais.

Observe na tabela 9 os dados dos preços do m² dos principais bairros que estão no entorno do Lago San Fernando em Rolândia.

Tabela 9: Preço do m² dos bairros no entorno do espaço público do Lago San Fernando – Rolândia – PR, 2013

Bairros	Data de implantação do Conj. Hab. e Loteamento	Preço do m ² lote no ano da implantação dos Conj. Hab. e loteamento	Preço do m ² após a implantação do Lago San Fernando – 2013
Jardim Geminadas	1990	70,00	115,00
Jardim Padre Angelo Matilce	1994	67,00	110,00
Conjunto habitacional San Fernando I	1990	65,00	112,00
Conjunto habitacional San Fernando II	1991	64,00	127,00
Jardim Primavera ⁶⁷	2000	61,00	149,00

Fonte: Trabalho de Campo, Imobiliária Fortaleza S/A.

Org: Bortolo (2013).

Pode-se verificar que houve uma valorização nos lotes do entorno do Lago San Fernando, valorização esta até significativa, pois tiveram áreas que duplicaram seu preço, mas se comparado com as demais áreas da cidade, tal porção ainda é muito

⁶⁷ A maior variação e diferença no valor do metro quadrado, existe por tal bairro ser mais recente que os demais, se encontrar um pouco mais afastado do lago, este no sentido centro e também, na época da implantação do Lago tal área ainda não tinha infraestrutura alguma, etc

desvalorizada, podendo considerar esta valorização como decorrência natural do processo de melhorias de infraestrutura e expansão urbana da cidade de Rolândia.

Já no caso de compreender o processo de valorização do entorno do Lago da Zona Norte em Londrina, este deve ser articulado a um mercado imobiliário extremamente dinâmico e com inúmeros agentes produtores privados, incorporadoras, imobiliárias, construtoras, etc.

O espaço público do Lago da Zona Norte foi criado a partir do represamento do Fundo de Vale do Córrego Cabrinha no início dos anos 2000. Todo o seu entorno já estava ocupado pelos conjuntos habitacionais Milton Gavetti, Jardim Paraíso, Pacaembu I e Pacaembu II, Vila Roma e ao norte do lago ocorreu a implantação de uma área industrial e mais ao norte está a Avenida Saul Elkind.

O Lago da Zona Norte ao ser implantado já tinha seu entorno ocupado, conjuntos habitacionais, loteamentos populares, não havendo nenhum tipo de construção ou empreendimento voltado para um segmento de maior poder aquisitivo.

De sua inauguração até recentemente, este lago passou certo abandono por parte do poder público municipal. Observando as condições e melhorias neste espaço público atualmente, pode-se evidenciar número maior de infraestruturas e equipamentos de lazer e esporte para o uso da população desta região.

Foram implantados no ano de 2010 um campo de futebol, um circuito de caminhada e um parque infantil. Já no ano de 2012 a Prefeitura Municipal instalou academia ao ar livre com equipamentos para atividades e exercícios físicos, além da prática da pesca que ocorre constantemente nas áreas do Lago da Zona Norte.

A partir da década de 1970 a Zona Norte de Londrina teve um processo de forte ocupação com a implantação de muitos conjuntos habitacionais⁶⁸. Com o passar dos anos a expansão imobiliária faz com que tal porção da cidade ganhe novos mercados e maiores investimentos no setor imobiliário desta região.

Além do desenvolvimento da Avenida Saul Elkind com atividades comerciais e prestadoras de serviços, subcentro da cidade de Londrina, nesta parte da Zona Norte, tem-se 2 *shoppings centers*, o Planet Shopping e Londrina Norte Shopping.

O Lago da Zona Norte se encontra entre o Londrina Norte Shopping e a Avenida Saul Elkind. Pode-se refletir que a partir deste desenvolvimento e a implantação dos *shoppings*, a variedade de serviços oferecidos na extensão da Avenida Saul Elkind, faz

⁶⁸ Ver o processo de ocupação da Zona Norte em Londrina nos estudos de Beidack (2009).

com que tais áreas comecem a ser melhor observadas pelo mercado imobiliário. Se até um tempo atrás morar na Zona Norte era sinônimo de área distante do centro, próximo a um lago que nem sempre está bem cuidado, tinha-se relativo baixo preço dos imóveis.

Entretanto, não é o que vem ocorrendo na atualidade. Ter um imóvel hoje na zona norte é sinônimo de investimento. Construtoras da cidade de Londrina como a Artenge, Yticon Construtora e Incorporadora, MRV Construtora e inúmeras imobiliárias e corretoras de imóveis se instalam na extensão da Avenida Saul Elkind, totalizando 13 imobiliárias. Ou seja, o mercado imobiliário desta região da cidade se encontra muito dinâmico e crescente.

Observe na tabela 10 o preço do metro quadrado dos loteamentos e conjuntos habitacionais que estão no entorno do Lago da Zona Norte.

Tabela 10: Preço do m² de lotes no entorno do espaço público do Lago da Zona Norte – Londrina – PR, 2013

Bairros	Data de implantação do Conj. Hab. e Loteamento	Preço do m ² lote no ano da implantação dos Conj. Hab. e loteamento	Preço do m ² após a implantação do Lago da Zona Norte - 2013
Milton Gavetti	1974	75	191
Jar. Paraíso	1974	71,5	139
Pacaembu I	1975	65	127,3
Pacaembu II	1976	68	145
Jardim Roma	1979	60	122

Fonte: Levantamento de Campo: Cruciol Empreendimentos Imobiliários, Fávaro Corretor de Imóveis, Imobiliária Ferreira e Assunção⁶⁹.

Org: Bortolo (2013).

Pode-se verificar a partir da tabela, que os lotes, os conjuntos habitacionais e os loteamentos, tiveram uma valorização. As amenidades socialmente criadas e os investimentos em *shopping center*, loteamentos voltados população de médio poder econômico, dentre outros, valorizam as áreas dos bairros que estão próximos a elas, mas há um nítido processo de valorização presente nestas áreas a partir das diversas perspectivas do mercado imobiliário atual.

Outro espaço público que apresentou expressiva valorização nos preços de seus lotes, casas, apartamentos em seu entorno, foi o Lago Igapó na porção sudoeste de Londrina. Este, após vários anos de abandono pelo poder público, desinteresse do mercado imobiliário, passou por um processo de valorização após a expansão da malha urbana, chegada de infraestruturas, políticas públicas, ligação e vias de acesso após a implantação do Catuaí Shopping Center no início dos anos de 1990, expansão e

⁶⁹ Realizamos a visita nas 13 imobiliárias presentes na Avenida Saul Elkind, coletamos os dados, mas priorizamos os dados das maiores e mais antigas imobiliárias que atuam na área.

implantação de condomínios horizontais para moradores com maior poder aquisitivo, dentre outras benfeitorias.

Atualmente o entorno do Lago Igapó que se divide em 4 partes apresenta valorização significativa em todas as suas áreas. A área da Gleba Palhano apresenta-se com um dos metros quadrados mais elevados de Londrina – PR. Na porção sudoeste da cidade tem-se a expansão de estabelecimentos comerciais, loteamentos e implantação de grandes empreendimentos imobiliários executados pelas principais construtoras e incorporadoras imobiliárias que atuam em Londrina, mediante condomínios horizontais, edifícios residenciais e comerciais atendendo consumidores de médio a alto poder aquisitivo.

Observe na tabela 11 os preços do metro quadrado dos principais bairros no entorno do espaço público do Lago Igapó em Londrina.

Tabela 11: Preço do m² dos bairros no entorno do espaço público do Lago Igapó – Londrina – PR, 2013

Bairros	Data de implantação do Conj. Hab. e Loteamento	Preço ⁷⁰ do m ² lote no ano da implantação dos Conj. Hab. e loteamento	Preço do m ² após a implantação do Lago Igapó – 2013
Parque Guanabara	1947	80,00	680,00
Jardim Claudia	1963	115,00	715,00
Jardim Bela Suíça	1974	174,00	843,00
Vale do Sol	1988	110,00	590,00
Gleba Palhano ⁷¹	2000	400,00	1750,00

Fonte: Trabalho de Campo, Raul Fugêncio Negócios Imobiliários⁷².

Org: Bortolo (2013).

Escolheu-se seis dos principais loteamentos para que pudesse observar o processo de alteração no preço dos lotes. Ao comparar o preço do terreno no ano de implantação dos loteamentos com o preço após a implantação do Lago Igapó e nos dias atuais, é visível a valorização destas áreas.

Todo esse processo de valorização das áreas do entorno do Lago Igapó é compreendida mediante maciço investimento das incorporadoras e construtoras

⁷⁰ Valores encontrados na Folha de Londrina e IPPUL, convertidos na cotação atual do mercado imobiliário.

⁷¹ Utilizamos o nome Gleba Palhano na qual tem-se inúmeros empreendimentos verticais residenciais e comerciais que foram implantados a partir dos anos 2000.

⁷² Preços discutidos pelo mercado imobiliário de Londrina em uma das mais importantes imobiliárias da cidade.

imobiliárias que atuam juntamente com o poder público local o efetivo processo de verticalização que ocorre na Gleba Palhano, próximo as áreas do Lago Igapó.

Estes empreendimentos são comercializados e vendidos com o discurso de se morar bem; próximo ao cartão postal da cidade de Londrina; pode ser um ótimo investimento; melhor qualidade de vida ao morar próximo ao Lago Igapó; áreas que apresentam ótimas condições para a realização de práticas esportivas e lazer; acessibilidade às demais áreas da cidade devido a implantação de grandes avenidas como a Avenida Higienópolis, Avenida Madre Leônia Milito e a Avenida Airton Sena que interligam a porção sudoeste a várias outras localidades da cidade.

Discutiu-se estes processos de valorização considerando individualmente cada área, pois, existem diferentes elementos a serem levados em conta ao discutir a valorização de um imóvel, de um lote, de novos empreendimentos. Pensar no preço do metro quadrado e sua valorização no entorno do Lago Igapó onde se encontra um dos metros quadrados mais caros da cidade de Londrina é diferente do entorno do Lago da Zona Norte, como também para o entorno do Lago San Fernando em Rolândia, etc.

Assim, após analisar tais processos, pode-se compreender as mais variadas dinâmicas de apropriação e ocupação dos entornos dos distintos espaços públicos da aglomeração urbana de Londrina. Estes, apresentando elementos variados, cidades diferentes, distintos mercados imobiliários e consumidores, devendo assim, tomar com muita acuidade a relação entre estes agentes produtores do espaço urbano contemporâneo e sua ação dinâmica no ato desta produção.

A relação existente entre os espaços públicos de lazer criados e os mais variados processos de valorização discutidos são elementos que se modificam e se transformam a partir da realidade econômica, política, populacional e social de cada cidade estudada. Também deve ser colocado o interesse que o poder público local apresenta em construir e cuidar dos espaços públicos nos diferentes bairros das cidades em estudo. Assim, a dinâmica urbana transforma-se nestas áreas, criando atrativos, valorizando e alterando o entorno de espaços públicos a partir da viabilização de empreendimentos imobiliários criados para determinado mercado consumidor.

Mas, na dinâmica da produção do espaço urbano, nem sempre a implantação de um espaço público torna-se elemento para valorização do seu entorno. Isto relaciona-se nos espaços estudados, ao grupo social que está localizado em seu entorno, seja ele por opção ou por imposição do poder público local no ato de localizar conjuntos habitacionais,

ao interesse do mercado imobiliário e de empresários da cidade, dentre outros. Assim, verificou-se que tal valorização depende obrigatoriamente da relação mútua entre poder público local, capital e o mercado imobiliário de cada cidade estudada na aglomeração urbana de Londrina.

4. O PODER PÚBLICO MUNICIPAL: A PRODUÇÃO E MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Neste capítulo realizar-se-á discussões sobre o papel do poder público local na produção dos espaços públicos, relacionando como a iniciativa privada através de incorporadores, construtoras, supermercados, outros tipos de comércio e serviços, etc., que atuam na realização efetiva da produção e manutenção dos espaços públicos nas cidades de Jataizinho, Ibiporã, Londrina, Cambé e Rolândia.

Levantou-se ainda as operações urbanas consorciadas, convênios celebrados entre prefeituras e iniciativa privada, transferências de papéis do poder público em cada cidade para melhoramento, manutenção, requalificação de praças, parques, lagos e o centro poliesportivo. Discutiu se tais operações e cooperações existem ou não e como são desempenhadas.

4.1 Os espaços públicos e o poder público municipal: elementos para compreensão de seus papéis e a legislação

O espaço público de lazer vem desempenhando relevante papel no cotidiano da população das mais variadas cidades, por se constituir em espaço aberto, livre e acessível a todos. Igualmente ressalta-se sua condição física de ser local das mais variadas formas de encontros, realização de atividades e distintas relações socioespaciais que ocorrem no cotidiano destes espaços. Essas áreas de usos múltiplos e coletivo são de domínio e responsabilidade prioritariamente do Estado.

Nessa perspectiva, os espaços públicos devem ser considerados bens públicos de grande relevância social, por cumprirem não apenas uma função estética no conjunto das cidades, mas, por possibilitarem diferentes formas de lazer, manifestações sociais, dentre outras variadas ações.

Borja (1998) elucida que muitos espaços públicos são criados a partir do uso intenso da comunidade, transformando determinada área em lugar de encontros e da manifestação dos seus usuários. O autor é enfático ao afirmar que “[...] em todos os casos o que define a natureza do espaço público é seu uso e não o estatuto jurídico” (BORJA, 1998, p. 28).

Como observa Gomes (2002), esses espaços públicos urbanos são parte da cidade, estabelecendo formas de vida urbana, pois atestam a diferença e a possibilidade do encontro com o diverso.

Ao longo da história das cidades, o espaço público sofreu alterações conceituais, adquirindo significados diferentes para atender os anseios de cada época. Existe uma relação muito próxima entre espaço público e cidadania, dado o fato de que, sendo a cidadania “[...] o conjunto de direitos adquiridos, o espaço público se remete diretamente a esse tema, como sendo igualmente uma conquista” (GOMES, 2002, p. 118).

Tais conquistas são reivindicadas pela população, seja pela exigência na construção e ampliação destes junto ao poder público local ou pela busca por melhorias, mas, tais elementos acabam por se caracterizar por conquistas alcançadas pela população perante o poder público em suas diferentes instâncias.

Apesar da definição conceitual de espaço público ser considerada diversa e por muitas vezes imprecisa, ela apresenta como princípio básico, dois elementos gerais: área de uso comum e posse coletiva; e, ao poder público compete a função de gerenciar e fiscalizar as áreas definidas como de uso comum.

A partir do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001, p. 75) verifica-se que “[...] é elemento de atribuição do poder público municipal, o direito de construção para a criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes”. O poder público local orienta de acordo com a legislação federal e municipal através dos princípios de ordenamento da cidade embasados pelo Plano Diretor, através do Código de Obras, a Lei do Parcelamento, Loteamento e Zoneamento para que os loteadores, incorporadores imobiliários e demais agentes deste segmento, cumpram a doação de 35% das terras parceladas e posteriormente a serem loteados de acordo com a lei federal 6.766/79.

De acordo com o Estatuto da Cidade,

Tal elemento se deve a separação e reserva de áreas que corresponderão aos usos como: ruas e parcelas destas áreas que ficarão sem usos e serão destinadas a prefeitura municipal, sendo tais áreas definidas como áreas públicas comuns, implantados posteriormente nestes espaços de acordo com o interesse e necessidade da população em conjunto com a prefeitura municipal, as ruas, logradouros, espaços públicos, equipamentos urbanos, dentre outros (BRASIL, 2001, p.77).

Com isso, o parcelamento do solo urbano visa a ocupação de uma gleba, mediante sua divisão ou redivisão em lotes destinados principalmente ao uso residencial.

Assim, sobre o parcelamento Souza (2003) aponta que:

[...] a subdivisão de glebas, situada em zonas determinadas do território municipal urbano, em lotes destinados à edificação, considerando que o parcelamento do solo urbano é instrumento posto à mão do poder público municipal para melhor dispor acerca do espaço urbano, através de divisão em partes destinadas ao exercício das funções urbanísticas segundo lei Lei n.º 6.766/79 (SOUZA, 2003, p. 187).

Tal questão é fundamental para o poder público municipal, já que pode ter áreas de reserva institucional, ou seja, as prefeituras municipais podem destinar estas áreas institucionais para o uso público. De acordo com as necessidades ou diretrizes do Plano Diretor o município pode usar essas áreas para implantar equipamentos coletivos como creche, escolas, unidades básicas de saúde e/ou espaços públicos como praças, parques, bosques, centro poliesportivos dentre outros.

Desta forma, a partir da verificação da necessidade de equipamentos públicos urbanos tanto pela prefeitura municipal, como também pela população, tem-se a escolha da área, qual equipamento público será implantado e com isso, é fundamental analisar em que medida o poder público tem atuado na criação e gestão dos mesmos.

É papel do poder público local criar, gerir e manter espaços públicos de lazer nas cidades sejam praças, parques, lagos e centros poliesportivos, pois se tratam de espaços de uso público e coletivo, sob o cuidado da prefeitura municipal. Integrando-se ainda aos demais espaços de responsabilidade do poder público na cidade e se articulam com os mesmos, já que desempenham inúmeras funções.

Espaços públicos criados pelo poder público local são oferecidos como elementos que fazem parte de políticas urbanas e do planejamento municipal, sendo estes encontrados nas mais variadas áreas das cidades. Para tanto, necessário ter uma área institucional reservada e a prefeitura municipal observar a necessidade em determinados bairros para cria-los.

Buscou-se compreender e discutir o papel do poder público na criação e gestão dos espaços públicos. Tal processo de produção e reprodução destes espaços, se realiza na articulação de três níveis afirma Borja (1998):

[...] o político que se revela na gestão política do espaço, sendo este representado pelo poder público local; o econômico que produz o espaço como condição e produto da acumulação, as transformações que ocorrem e modificam o espaço; e o social, que nos coloca diante das contradições

geradas na prática socioespacial como plano da reprodução da vida. A articulação desses níveis se efetiva pela mediação do Estado, que organiza as relações sociais (e de produção) por meio da reprodução do espaço (BORJA, 1998, p. 26).

Um dos papéis do poder público aparece como instituição capaz de criar mecanismos que permitam resolver contradições à realização da acumulação e da produção do espaço urbano. Em seu contínuo processo de reprodução, o capital se depara com contradições que emergem da produção do espaço, associada aos obstáculos criados pela existência da propriedade privada do solo urbano. Na medida em que aparece como barreira à concretização da reprodução ampliada, nesse caso, só o Estado pode, com suas estratégias, agir no sentido de eliminar ou atenuar as barreiras à reprodução do capital.

O Estado também intervém ainda neste processo liberando inúmeras áreas necessárias ao crescimento da cidade, criação e implantação de novos equipamentos públicos. Assim, o choque produzido por estratégias diferenciadas no espaço entre o Estado e demais produtores do mesmo é atenuado em função de um acordo momentâneo e localizado entre dois segmentos diferenciados e com interesses divergentes do ponto de vista social.

Borja (1998) discute que

O Estado intervém no sentido de eliminar as barreiras à reprodução do capital, mas não elimina as contradições do processo de produção espacial: homogênea como imposição de sua ação e fragmentada pelas estratégias imobiliárias (BORJA, 1998, p.29).

Deste modo, o papel e a ação do Estado no planejamento e atuação na produção dos espaços públicos da cidade, deve ser encarado em diversos momentos e situações. O Estado intervém de inúmeras maneiras, mas, sobretudo seguindo alguns principais vetores:

O Estado e a Força de trabalho- Ele participa na reprodução de força de trabalho seguindo dois eixos principais: primeiro deles, dá-se no sentido de capacitar a força de trabalho, e com isso, reduzindo a participação do capitalista empregador. No segundo, visa promover uma série de condições necessárias à reprodução da força de trabalho e com isto diminuindo os custos de reprodução da mesma. São valores de uso nos quais o Estado vincula sua participação principalmente nas áreas de saúde, transporte,

habitação e segurança social, que autores como Lojkin e Castells colocam como bens coletivos.

O Estado Regulador- O Estado regulador pode tomar várias formas. Pode ser visto como regulador da força de trabalho, na medida em que institui um conjunto de normas que dizem respeito ao controle ou a reprodução da força de trabalho. Podem ser visualizados nas leis trabalhistas, no controle e instituição do piso salarial, na criação de fundos públicos, ou, até mesmo como regulador da ordem social

O Estado Planejador- servindo de atributo no estágio do capitalismo monopolista, atribuindo o Estado a propriedade de planejar a economia e o espaço através de um conjunto de normas ou mesmo de plenos gerais de desenvolvimento proporcionados para todo o espaço nacional (RAZENTE, 1984. p. 31).

Neste sentido, o Estado se apresenta como gestor, regulador e planejador nos diferentes momentos de sua atuação produção do espaço. A gestão pública pode ser entendida como a situação em que o mesmo assume seu papel de gestor e articulador de políticas públicas por meio de instâncias político-administrativas. Estas podem ser evidenciadas através da implantação e manutenção dos espaços públicos da cidade.

Na produção do espaço urbano e na criação dos espaços públicos, pode-se compreender e discutir sua instalação a partir de inúmeras necessidades que tal espaço exige e necessita sendo planejados pela prefeitura municipal e suas secretarias específicas. A definição para os locais de implantação dos espaços públicos de lazer são resultados de trabalho conjunto das várias secretarias de administração pública, com outros órgãos municipais, considerando as demandas frequentes dos cidadãos. Demandas estas que aparecem no Orçamento Participativo e indicações feitas no Planejamento Participativo para o Plano Diretor de cada município (opdigital.ppr.gov.br/orcamento-participativo, 2012).

Para entender melhor o papel do poder público local na criação e manutenção dos espaços públicos necessário verificar a atuação de cada instância e seus diferentes papéis, funções e leis no que concerne tal ação. De acordo com o Plano Diretor de cada município, este deve ser elaborado e aplicado de forma participativa na gestão pública municipal (BRASIL, 2001).

A partir do início da década de 1990 alguns governos passaram a implantar o orçamento municipal de forma participativa, ou seja, buscavam a participação da população em relação às necessidades do mesmo. Tal processo acabava por alterar leis orçamentárias, proporcionando maior investimento em áreas que necessitavam de maiores investimentos.

Deste modo, ao buscar criar um espaço público, o mesmo pode ser colocado em pauta de duas maneiras: primeiro o poder público municipal pode propor e inserir tal ação no Plano Plurianual, que consiste nas diretrizes, objetivos e metas para quatro anos. Tal plano também deve constar os investimentos e as despesas que o governo irá gastar em seu período de administração pública. Assim, este plano deve ser a materialização formal das principais propostas e programas do governo vigente e a partir deste plano será criada a Lei de Diretrizes Orçamentárias e as Leis Orçamentárias Anuais (BRASIL, 2001, p.97).

Já a segunda maneira, de acordo com o Estatuto da Cidade (2001) é a partir do planejamento participativo, onde reivindicações de criação e/ou melhorias em espaços públicos são colocados em pauta e se constatada a necessidade de tais ações, os mesmos serão levados à discussão em assembleias na câmara municipal, cuja proposta deverá se aprovada e inserida no Plano Plurianual do município.

Quando se trata de abordar os locais para sua implantação e instalação, estes também são escolhidos de acordo com os que apresentam um potencial de construção, áreas institucionais reservadas, maior fluxo de pessoas e de atividades coletivas. Deve-se considerar ainda que, os espaços públicos criados a partir das reivindicações da sociedade, o serão de acordo com a necessidade, interesses políticos e econômicos, bem como possibilidade econômica municipal.

Os espaços públicos de lazer são de todos e para isso é necessário que esses locais sejam cada vez mais dotados de equipamentos, infraestruturas, segurança para os seus frequentadores.

O papel do poder público local é de fundamental importância no que tange a construção e implantação de espaços públicos nas cidades. É a partir de sua atuação e gestão que pode-se compreender a presença e contínuo processo de manutenção dos mesmos.

No processo administrativo municipal, as prefeituras nomeiam secretarias municipais ou outros órgãos públicos que terão a incumbência de elaborar e executar projetos de ordem urbanística, bem como a manutenção de espaços públicos urbanos.

Deste modo, observa-se que várias secretarias municipais acabam se tornando responsáveis pela criação, gestão e manutenção de espaços públicos, compostas por inúmeros profissionais, como engenheiros, geógrafos, historiadores, arquitetos e urbanistas. Isso foi verificado nas prefeituras municipais das cidades e espaços públicos estudados, pois, em sua maior parte, os cuidados dos espaços públicos estavam

distribuídos pelas várias secretarias como a do Meio Ambiente, do Planejamento e Obras, Esporte, Lazer e Cultura etc.; e estas, compostas por distintos profissionais das diversas áreas do conhecimento técnico.

Pode-se tratar esta questão de criação e implantação de espaços públicos com um novo formato institucional, legitimado pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), integrante do processo de implementação da gestão descentralizada e participativa, nas esferas municipal, estadual e federal bem como a promulgação do Estatuto da Cidade em 2001 (BRASIL, 2001).

O (Art. 204) presente na Constituição Federal assegura, dentre os seus princípios e diretrizes “[...] a participação da população por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis” (BRASIL, 2001, p79), institui, no âmbito das políticas públicas, a participação social como eixo fundamental na gestão e no controle das ações do governo. Após tal artigo ter sido promulgado, o grande desafio passou a ser a regulamentação dos preceitos constitucionais a fim de se efetivar a participação popular (SOUZA, 2003). Iniciou-se desde então, uma intensa mobilização e articulação dos diversos segmentos sociais, no sentido de se estabelecerem os mecanismos jurídicos legais necessários à gestão descentralizada das políticas públicas e obter a participação efetiva do cidadão junto ao poder público local.

Nesse sentido, o nível institucional permitiu criar os conselhos gestores como um novo processo de articulação entre governo e sociedade, exigindo-se dos cidadãos uma atuação efetiva, por meio de participações diretas e constantes no âmbito da gestão pública. Esse modelo de gestão absorve em sua estrutura, vários segmentos da sociedade, passa a se constituir o novo *locus* de articulação política na defesa pela democratização da gestão das políticas públicas, através dos quais, segmentos sociais diversos interagem no processo de deliberação, gestão e controle social das políticas públicas, nas diversas áreas sociais.

Não pode-se deixar de compreender a origem dos recursos para a realização de tais obras e melhorias nos espaços públicos, ou seja, o orçamento municipal. O mesmo é formado a partir de receitas e despesas que provém da arrecadação de tributos e gastos realizados com obras e investimentos no município.

Em relação às receitas, estas são divididas em receitas correntes e de capital. Sobre as receitas correntes, estas são obtidas a partir da cobrança de tributos a população, como o pagamento de impostos e taxas; já as receitas de capital derivam de

operações de crédito que são empréstimos e financiamentos, alienação de bens como venda de móveis e máquinas.

Ainda em relação ao orçamento municipal, a receita está dividida em ordinárias e extraordinárias. A receita pública ordinária se trata da arrecadação a partir da tributação do município, ou seja, Imposto Predial Territorial Urbano, Imposto sobre Serviços, algumas taxas como recursos a partir das transferências como o Fundo de Participação Municipal vindo da instância federal, o Imposto sobre circulação e serviços e Imposto sobre veículos automotores ambos provindos do Estado. Já a receita pública extraordinária se trata de operações de créditos como empréstimos e financiamentos realizados pelo município.

No que concerne às despesas realizadas pelo município, estas se dão de acordo com a Constituição do Brasil “[...] que a câmara municipal é quem aprova como e quanto à prefeitura deverá gastar” (BRASIL, 1988). É tido que os vereadores devem propor e fazer emendas que se aprovadas pelo orçamento participativo municipal deverão compor o Plano Plurianual para assim, o prefeito apresentar à câmara uma proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o mandato em vigência. Tal proposta define como a prefeitura pretende estabelecer o equilíbrio entre receitas (o que arrecadará) e despesas (o que irá gastar), suas prioridades, quais serão os critérios para cortar despesas do orçamento, como serão controlados os pagamentos e como serão avaliados os programas financiados com o dinheiro público.

Neste caso, o prefeito ainda deve apresentar à câmara municipal a proposta de Lei Orçamentária Anual. Esta deverá detalhar os projetos que pretendem implementar e os recursos que espera gastar em cada projeto, além de sua previsão de arrecadação e de despesas no ano seguinte, tudo de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Deste modo, as despesas, assim como a receita, se divide em duas formas, as despesas correntes e as despesas de capital. A primeira são as despesas que são realizadas de forma permanente que garantem o funcionamento dos serviços públicos; já as despesas de capital contribuem para aumentar o patrimônio público, como por exemplo, o planejamento e a execução de obras, aquisição de material permanente ao município, investimentos, inversões financeiras e as transferências de capital.

Deste modo, verifica-se que o Orçamento Municipal articulado com a arrecadação anual, seja ela ordinária ou extraordinária, ambas, de acordo com a necessidade de cada município, a falta de recursos específicos que deveriam ser destinados para execução das obras e seus melhoramentos, acabam por utilizar em diferentes momentos parcelas desta

arrecadação para a criação, implantação e manutenção de seus equipamentos e espaços públicos.

Assim, a partir dos levantamentos e observações realizadas nos diferentes espaços públicos, constatou-se a existência de uma gama de fatores envolvidos como: definição do tipo de espaço público a ser criado; o arranjo físico e espacial; a articulação entre os vários instrumentos de legislação pública; urbanística e técnica juntamente com as opiniões da sociedade civil.

O espaço público é fortalecido, servindo de local para distintas atividades, funções e intervenções, sendo estas: arruamentos abertos, áreas de livre acesso e circulação, ponto de encontro, diversidade de usuários, apresentando também uma diversidade de manifestações populares.

Deste modo, os processos que geraram e geram a criação e manutenção dos espaços públicos nas cidades, torna-se indispensável à aproximação de vários elementos sociais urbanos com os inúmeros interesses políticos, econômicos, sociais e culturais de cada cidade. Não se pode deixar de elucidar sobre as operações urbanas consorciadas⁷³ que nada mais são que

[...] um conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo poder público municipal realizando as cooperações, transferências e convênios entre o setor público, com a participação das construtoras, incorporadoras, investidores privados, com o intuito de alcançar em certa área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental dos espaços urbanos (BRASIL, 2001, p.30).

Tais operações são importantes já que, não se tratam apenas de transferir responsabilidades das implantações de bens e serviços públicos à iniciativa privada, mas, se trata da busca de cooperação e ajuda de outras instâncias que atuam na produção da cidade.

Portanto, ao buscar compreender o espaço público como elemento integrante da constituição de cada cidade, deve-se relacioná-lo à cooperação nas distintas formas de produção, seus mais variados interesses e funções que os mesmos desempenham nas cidades. Junto a isso, deve-se compreender sobre o orçamento municipal e, principalmente sobre a gestão pública municipal, sendo elementos que ajudam a entender

⁷³ Trabalharemos de forma mais específica sobre a manutenção e requalificação dos espaços públicos no âmbito das operações urbanas consorciadas nos próximos itens deste capítulo.

sobre o planejamento, as políticas de criação, manutenção dos diversos espaços públicos e quais são as reais conjunturas e situações encontradas nestes espaços na atualidade.

Com isso, abarcou-se o papel do poder público local no que consiste a implantação e criação de espaços públicos como dinâmica plural e condensadora de elementos que permitam envolver os anseios e desejos de uma sociedade complexa que apresenta uma infinidade de relações socioespaciais. Estes espaços devem ser gestados pelo poder público local que atua na execução das mais distintas formas de produzir, cuidar e reproduzir os espaços urbanos na contemporaneidade da sociedade capitalista.

4.2 Políticas de manutenção e requalificação dos espaços públicos

A questão das políticas de manutenção e requalificação dos espaços públicos, compreende alguns dos vários elementos relacionados à modernização dos mesmos, que devem ser realizadas levando em consideração mudanças e permanências dos usuários, alteração no entorno, bem como a ação de agentes produtores da cidade.

Além das mais variadas melhorias na infraestrutura em geral dos espaços públicos, encontrou-se de modo especial, os projetos de modernização, manutenção e requalificações.

Tais intervenções podem ser caracterizadas muitas vezes como melhoramentos e embelezamento urbano (PRADO, 2002), criados a partir da requalificação de espaços públicos.

Sobre os processos de requalificação dos espaços públicos de lazer, tais projetos já são, há um bom tempo, objetos de interesse e de atuação por parte de muitas administrações públicas. O tema da requalificação dos espaços públicos passa por várias áreas do conhecimento como a arquitetura, urbanismo que, condicionada pelas exigências da mídia, da tecnologia, de inúmeras transformações econômicas, políticas, sociais e culturais, denotam certa espetaculosidade em relação a projetos de melhoramento dos espaços públicos.

De acordo com Borja (1998) a requalificação de espaços urbanos deve ser compreendida, portanto “[...] no intuito de viabilizar economicamente os espaços urbanos a partir de melhorias e benefícios para que o mesmo não sofra uma rápida perda de valorização e degradação” (BORJA, 1998, p. 79). Ou seja, propor ações, projetos de

melhorias e executá-los em determinados espaços, para que os mesmos possam sofrer alterações nas suas melhorias urbanísticas e assim, serem melhores utilizados pelos diferentes agentes produtores do espaço urbano capitalista.

Conceber um programa de requalificação urbana para uma cidade seja ela um grande centro urbano ou uma pequena cidade requer, antes de tudo, um conhecimento da diversidade dos lugares: as várias partes urbanas, às vezes densas, outras mais rarefeitas, aquelas centrais e outras periféricas, não podendo permitir um imaginário singular, um programa unitário de manutenção e de melhorias.

É possível que se pense em regras e critérios básicos, mas, também, é necessário levantar os lugares que requerem intervenções particularmente, interpretá-los. Um programa sério de intervenções urbanas, realizado pelos governos municipais para a requalificação dos espaços públicos, não pode deixar de contar com a cooperação das várias áreas do conhecimento profissional. Seria indispensável compor um quadro com critérios e soluções exemplares, preparar um álbum de exemplos, apurar as qualidades dos projetos, das atuações, etc.

Os projetos de requalificação de espaços públicos, devem estar associados à modernização das áreas urbanas e sua melhoria para a qualidade de vida e do desenvolvimento econômico. A requalificação urbana, segundo o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), prevê melhorias na qualidade dos espaços públicos e do meio ambiente; o estímulo das atividades de comércio e serviço; a preservação e a reabilitação do patrimônio arquitetônico.

O poder público local ao criar e manter tais espaços públicos ameniza a dinâmica dos barulhos, dos fluxos de automóveis e acabam por modificar o percurso cotidiano dos moradores da cidade, dos bairros, propiciando de imediato, as mais variadas formas de uso e apropriação do espaço público.

Evidenciou-se anteriormente que os espaços públicos tiveram maior visibilidade na sociedade industrial gradativamente, ao se conectarem às expectativas ou demandas trabalhistas quanto à redução de jornada de trabalho. Passaram a ser uma opção para atender anseios e desejos que se relacionavam ao tempo livre do trabalhador, permitindo desta forma, sua popularização em suas diferentes formas de uso.

No entanto, não se pode deixar de salientar que nas últimas décadas no contexto brasileiro este potencial de abrangência quanto à apropriação dos espaços públicos vem também sendo fortemente articulado à difusão do medo, associado à violência urbana. Se

inicialmente era vinculado às grandes cidades, na atualidade as generalizações e os fatos de violência também se expandem em cidades de porte médio e pequenas cidades.

Com isso, observa-se o surgimento e a proliferação de diversos ambientes com equipamentos fechados e controlados por aparato de segurança, portanto, seletos e excludentes, ocasionando certas mudanças nas relações sociais e nos cuidados que os espaços públicos necessitam.

Desta forma, Caldeira (2000) referindo-se às décadas de 1980 e 1990, e a algumas cidades como São Paulo, Los Angeles, Buenos Aires, dentre outras, afirma que “[...] diferentes grupos sociais, especialmente das classes mais altas, têm usado o medo da violência e do crime para justificar tanto novas tecnologias de exclusão social quanto sua retirada dos usuários em espaços abertos existentes nos bairros tradicionais dessas cidades” (CALDEIRA, 2000, p.9). Conclui que a generalização das “[...] atuais transformações espaciais e das formas de exclusão e encerramento a elas inerentes, permite associá-las à parte de uma fórmula que elites em todo o mundo vêm adotando para reconfigurar a segregação espacial de suas cidades” (CALDEIRA, 2000, p.9).

A partir da realidade brasileira e tratando de modo específico dos espaços públicos, observa-se que ocorre a presença de um modelo de segregação que separa grupos sociais que acabam por transformar o espaço público. Criam de certa forma, um espaço que contradiz diretamente aos ideais de heterogeneidade, acessibilidade e igualdade que, ajudaram a criar o espaço público da atualidade.

Assim, ao mesmo tempo em que os espaços públicos permanecem ambientes desejados e reivindicados ao poder público, cabe reconhecer que convivem com as questões, de certo modo reprimindo-o ou neutralizando-o, uma série de situações controversas relacionadas ao medo, segurança e suas políticas de criação e manutenção. Quando verificados a expansão de equipamentos de uso público controlados pelo capital privado e cercados como parques temáticos, espaços coletivos de compras que não substituem a função dos espaços públicos, mas que concorrem devido a evidencia de possível maior segurança aos seus usuários, e, causando assim, a necessidade do poder público pensar em novas políticas públicas de manutenção e segurança mais rígidas e presentes nos espaços públicos contemporâneos.

Tem-se que reconhecer a importância da manutenção destes espaços públicos na atualidade, entre outros aspectos que também contribuem diretamente de maneira favorável às reais e mais variadas formas de apropriação e distintos usos dos espaços

públicos. Podendo comprometer a qualidade dos mesmos e, portanto, ter a preocupação em cuidar e manter estes espaços públicos propondo diferentes formas de planejamento e gestão sobre estes espaços na atualidade.

Deste modo, é necessário levantar algumas das variadas alternativas e formas implantadas para a manutenção dos espaços públicos pela administração municipal. Neste contexto, Souza (2002) aponta que

No campo acadêmico, planejamento e gestão, estão relacionados a importância da noção de desenvolvimento sócio-espacial em contraponto à idéia limitada de desenvolvimento econômico, desenvolvimento urbano ou de desenvolvimento social. Para o autor, desenvolvimento é entendido como uma 'mudança social positiva', cujo conteúdo é tido como não devendo ser definido 'a priori', à revelia dos desejos e expectativas dos grupos sociais concretos, com seus valores culturais próprios e suas particularidades histórico-geográficas (SOUZA, 2002, p. 60-61).

O desenvolvimento é associado à mudança e "mudança para melhor". Para Souza (2002, p.61) o desenvolvimento socioespacial corresponde a "[...] uma melhoria da qualidade de vida e um aumento da justiça social". O autor atribui especial importância ao espaço, como referencial simbólico e condicionador das atividades humanas, indicando que "[...] a mudança social positiva, no caso, precisa contemplar não apenas as relações sociais, mas, igualmente, a espacialidade".

Desta forma, o autor busca relacionar a importância do espaço público na cidade, representado pelas diversas ações e atividades realizadas no mesmo na atualidade e suas ações que propagam a melhoria, não apenas de parcelas da cidade, mas também, da qualidade de vida da população que dele utilizam.

Contudo, destaca-se a apropriação do espaço público como importante fator relacionado à cidadania. É neste sentido, que os mesmos contribuem para a qualificação dos demais espaços da cidade, no planejamento e na ação voltados ao desenvolvimento socioespacial, considerando-se, sobretudo, os aspectos urbanísticos e as formas de uso.

Na relação entre requalificação, manutenção de espaços públicos e o papel desempenhado pelas prefeituras municipais, deve-se entender que a eficiência destes projetos, estão relacionados a um princípio da administração pública voltada à coordenação do uso de inúmeros recursos, face aos principais objetivos e resultados das políticas de melhoramentos de áreas públicas.

Os municípios são importantes propulsores da economia, visto que lhes cabe

promover o desenvolvimento local e o fomento econômico, e, para isso, devem ter o princípio da eficiente administração como um de seus propósitos, já que captam parte de suas receitas oriundos da arrecadação municipal como do Imposto Predial Territorial Urbano, Imposto sobre serviços e demais tributações, levando assim, a responsabilidade em gerir gastos e recursos provindos da população, sendo estes propostos nas Leis de Diretrizes Orçamentárias municipais e no Plano Diretor de cada município.

Para atender ao papel que cabe ao município no que se refere aos projetos de requalificação e manutenção dos espaços públicos, deve-se compreender a organização das receitas municipais e suas principais despesas. O poder público local deve trabalhar em conjunto com a opinião da população realizando uma gestão participativa, como também, por meio da formação de secretarias e criação de convênios entre as equipes dentro da administração local, com recursos provindos do Governo Federal, Estadual e Municipal.

Nessa linha, caberia pensar em arranjos formalizados de diferentes maneiras entre as secretarias e suas atuações e projetos, as receitas obtidas pelo poder público local no município e as despesas que os mesmos realizarão. A formação de arranjos institucionais cooperativos envolvendo a União, o Estado e Municípios resultando em alternativas formais para atender ao que pede e espera a população (opdigital.ppr.gov.br/orcamento-participativo, 2012).

São modelos de atuação para alcançar a responsabilidade com o bem público, garantir e servir a comunidade, atendendo desta forma, às necessidades e contribuindo para melhorar a qualidade de vida, em todos os sentidos e instâncias – saúde, cultura, lazer, trabalho, educação, assistência social, transportes, etc. Pois de acordo com o princípio federativo, a Constituição assegura a autonomia dos Estados, sem a qual não pode existir Federação.

Sobre os gastos municipais realizados em espaços públicos, deve-se retomar as leis do orçamento municipal, suas receitas e as despesas, cuja arrecadação está relacionada de forma direta e indireta ao município, sejam pelos tributos ou pelos repasses federais e estaduais.

Os estados possuem o que se chama de autonomia constitucional, isto é, o poder de se dar uma Constituição, de se autoorganizar. A autonomia dos estados, hoje, pouco difere da autonomia municipal, inclusive porque os municípios também possuem

competência para se auto-organizar por lei elaborada pela Câmara, sem depender de sanção do Poder Executivo (art. 29) (BRASIL, 1988, p. 85).

O município, no exercício de sua autonomia, pode firmar convênios e instituir consórcios para execução de matérias de sua competência em conjunto com outros entes da Federação ou entes privados, utilizando-se normas de

[...] Parceria da prefeitura com empresas da Lei de Consórcios (Lei nº 11.107/05) e do Decreto nº 6.170/07, que trata dos convênios com a União, regulamentado pela Portaria Interministerial nº 127/08 (<http://www.ibam.org.br>, 2009, p.153).

Outro marco básico da autonomia municipal em relação à execução e manutenção de políticas para criação de espaços públicos consiste na competência constitucionalmente deferida para legislar sobre assuntos de interesse local. O interesse local deve ser compreendido como aquele que seja predominantemente municipal, ou seja, criar e manter seus espaços públicos em ordem.

Assim, tudo o que interessar de modo predominante ao município, em relação ao estado e à União, deve ser tratado como assunto de interesse local e, conseqüentemente, de competência legislativa municipal. Cabe ainda ao município adequar a legislação federal e estadual, no que for pertinente, especialmente em relação a algumas matérias listadas no art. 24 da Constituição:

Proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico; Responsabilidade por danos ao meio ambiente e a bens e direitos de valor artístico, estético, turístico e paisagístico; Educação, cultura, ensino e desporto; Proteção e defesa da saúde (BRASIL, 1988, p. 90).

Neste caso, os espaços públicos estão inseridos nos aspectos culturais, turísticos e paisagísticos do produzir e consumir a cidade. Aos municípios competem prover tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse e ao bem-estar da população, cabendo-lhe, entre outras, as seguintes atribuições:

VII - planejar o uso e a ocupação do solo em seu território, especialmente em sua zona urbana;

VIII - estabelecer normas de construção, de loteamento, de arruamento e de zoneamento urbano, bem como as limitações urbanísticas convenientes à ordenação do seu território, respeitadas a legislação federal e estadual

pertinentes, especialmente a Lei nº 10.257, de 10/07/01, conhecida como Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001, p. 59).

Quanto ao parcelamento do solo urbano, este deve ser objeto de regulamentação municipal, evitando-se que, pelo desejo de lucros fáceis, sejam promovidos parcelamentos, loteamentos e vendas de terrenos à população sem antes serem dotados dos requisitos mínimos indispensáveis à habitação, ou sem reservar áreas institucionais necessárias às praças, jardins, escolas, creches e demais edifícios públicos.

A Constituição de 1988 trouxe grandes mudanças sobre o presente assunto, sobretudo no que diz respeito à política urbana municipal, que tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes na criação e na manutenção dos espaços públicos de lazer e esporte, pensando na saúde e melhor qualidade de vida da sociedade (BRASIL, 1988).

Por fim, não se pode deixar de lembrar que o poder público municipal possui em suas mãos um instrumento muito eficaz para a execução de sua política de desenvolvimento, através do Plano Diretor e a legislação que o complementa, conforme ordena o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001, p. 82).

Ao verificar a importância do Plano Diretor, suas diretrizes, o Estatuto da cidade e seus ordenamentos, conseguiu-se melhor compreender de onde vem, para onde deve ou deveria ir tais recursos para criação, manutenção e requalificação dos espaços públicos nas cidades, deste modo, tais instrumentos são de extrema valia para as reflexões.

Alguns dos recursos advêm de agências governamentais mediante empréstimos aos municípios, como a Caixa Econômica Federal, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e o Banco do Brasil, fontes estas, importantes de financiamento, notadamente para os programas da área social e de infraestrutura urbana (IBAM, 2009, p. 170). Porém, em diálogo com alguns secretários municipais, os mesmos disseram que, no que tange a produção e manutenção dos espaços públicos de lazer e esporte como as praças, parques, lagos artificiais e centros poliesportivos em sua maioria só recorrem a estes empréstimos quando se trata de um projeto de grande magnitude. Afirmam que não tendo recursos próprios e não recebendo da União, as prefeituras tem a necessidade de financiar tais projetos de melhorias.

Tal forma de obtenção de recurso acaba por comprometer parte do orçamento municipal e muitas vezes levando ao endividando. O Estatuto da Cidade (2001) apresenta

também amplo conjunto de instrumentos jurídicos, urbanísticos e tributários que, respondendo às estratégias a serem definidas no Plano Diretor, podem ser usados para induzir o desenvolvimento urbano em determinadas áreas, como “[...] ocupar vazios urbanos, aumentar ou manter a densidade de ocupação, preservar áreas de interesse ambiental, cultural, facilitar a mudança ou a diversidade dos usos de alguns setores das cidades, como também estimular a criação e manutenção de espaços públicos (BRASIL, 2001, p. 48).

Outras formas de obtenção de recursos para o município, provém de repasse pela União, do Fundo de Participação dos Municípios, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços pelo estado, dentre outros. Tais recursos são utilizados para inúmeros fins de acordo com as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor, Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual.

O que se verificou a partir de levantamentos de dados em algumas cidades é que, a União transfere os recursos e os municípios definem quanto e como irão utilizar os mesmos. Desta forma, grande parte dos municípios precisa da arrecadação de impostos locais para gerir certos projetos e obras de melhoramentos urbanos em seus espaços públicos. Diante de dificuldades orçamentárias, algumas cidades acabam por deixar seus espaços públicos com pouco cuidado.

Não existe um repasse de recursos exclusivo e específico para os espaços públicos. Existe uma falta de preocupação da União em relação à divisão e distribuição de recursos para os espaços públicos, sobrecarregando as prefeituras que muitas vezes tem sua arrecadação comprometida com outros itens e setores urbanos, não conseguindo atender todos de forma qualitativa, priorizando os setores da educação, saúde, habitação e outras infraestruturas.

Quando se trata da proporção dos recursos municipais a serem destinados para manutenção de espaços públicos, estes não diferem em termos do tamanho da população. De acordo com o Instituto brasileiro de apoio aos municípios:

[...] Será papel do município separar e utilizar 3 a 5% do recurso recebido total para a manutenção de bens e equipamentos públicos como na manutenção, propor melhorias e requalificação dos espaços públicos municipais (IBAM, 2009, p. 189).

Quando observa-se as cidades maiores, pode-se encontrar número maior de espaços públicos, sendo proporcional a sua dimensão físico-territorial. Desta forma, em cidades maiores tende a ocorrer maior presença das operações consorciadas entre o poder público e empresas privadas, sendo estas possibilidades entreabertas para que uma prefeitura possa dividir os custos de implantação e manutenção dos espaços públicos, já que os recursos acabam por ser escassos ou limitados para tais ações⁷⁴ em alguns momentos da gestão pública municipal (BRASIL, 2001, p. 89).

Ainda sobre a obtenção dos recursos para as políticas de criação e manutenção dos espaços públicos, a partir de entrevistas e diálogos informais com os secretários de Planejamento e Obras de alguns municípios⁷⁵, afirmaram que para as políticas de melhoramento serem executadas pelas distintas secretarias municipais, estas dependem muitas vezes da realização destes convênios; para algumas obras serem executadas ou mantidas e bem cuidadas, o município acaba por assumir sozinho os custos desta obra, mas lembrando que estes gastos já devem estar descritos e previstos no orçamento anual.

Muitas vezes o abandono, o descaso, a falta de projetos e políticas que propõem o melhoramento destes espaços, não pode ser justificada pela desatenção das prefeituras municipais, mas tais questões estão atreladas a falta de investimentos e recursos para estas melhorias junto a instâncias superiores, seja o estado ou a União.

4.3 O poder público local nos espaços públicos de cidades da aglomeração urbana de Londrina e possíveis intermediações entre o público e o privado

Neste momento discutiu-se as relações existentes entre as prefeituras municipais das cidades da aglomeração urbana de Londrina, com possíveis empresas privadas sobre a realização de convênios, suas transferências e parcerias na manutenção dos espaços públicos de lazer em tela.

Ao realizar o levantamento de informações e dados nos trabalhos de campo nos espaços públicos destas cidades nas secretarias municipais que são responsáveis pela

⁷⁴ Tais informações foram obtidas a partir de levantamento em materiais do Instituto Brasileiro de Apoio aos Municípios (IBAM) e também em entrevistas com os secretários municipais de cidades da Aglomeração Urbana de Londrina que, relatam estes problemas em relação à obtenção de recursos para aplicação nas políticas de criação e requalificação dos espaços públicos dessas cidades.

⁷⁵ Realizamos tais conversas com os secretários de Planejamento e Obras, Meio Ambiente, Esporte e Lazer das cidades de Londrina, Cambé, Ibiporã, Jataizinho e Rolândia.

manutenção dos espaços públicos, encontrou-se alguns elementos e ações sobre este processo.

Em Jataizinho, a totalidade de espaços públicos é mantida pela prefeitura municipal. Todos os projetos e ações de obras de requalificação e melhoramento nas praças são realizados pelo poder público local, segundo informações obtidas na Secretária de Planejamento e Obras da Prefeitura Municipal de Jataizinho.

Com isso, as Secretarias como a de Esporte e Lazer, Saúde, Meio Ambiente são responsáveis pela manutenção e cuidados dos espaços públicos, na medida em que às mesmas são atribuídas tarefas para propor novos projetos, ideias e usos para estes espaços públicos.

Sobre a origem dos recursos para execução de obras e projetos, a Prefeitura Municipal obtém grande parcela através de recursos próprios. Em outras palavras, a manutenção é realizada a partir dos recursos recebidos via Imposto Predial Territorial Urbano e Imposto sobre serviços, dentre outros. Isso significa que em sua Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA, faz se previsão de gastos com manutenção, melhorias e requalificação de espaços públicos. Claro que esta deve ou deveria estar em consonância com a participação da sociedade civil.

Verifica-se que não existe um recurso específico que venha destinado a execução destas obras de criação, melhorias e requalificação dos espaços públicos municipais em Jataizinho, fazendo com que o município especifique e determine perante seu orçamento e aprovação determinadas quantias, sendo estas muitas vezes limitadas a tais ações.

No caso específico da Praça Zezé Quirino no Conjunto Habitacional Antônio José Vieira em Jataizinho a população que reside neste conjunto, principalmente quem está no entorno da praça sempre está cuidando da mesma, buscando melhorias com a prefeitura municipal, pois tais moradores consideram a praça como um elemento importante para o bairro, seus usos, etc.

Na cidade de Ibiporã a dinâmica na manutenção dos espaços públicos, não ocorre de forma muito distinta da cidade de Jataizinho. Em levantamentos realizados na Secretaria de Meio Ambiente e de Planejamento e Obras do município, a mesma informou que dependem totalmente da arrecadação e do Orçamento Municipal para criar, manter e cuidar dos espaços públicos da cidade.

O secretário de Planejamento e Obras do município explicou que, quando um recurso chega ao município, o mesmo pode ser destinado para uso específico em obras de

melhorias de espaços públicos, como também o município pode destinar de 3 a 5% do recurso recebido em obras de melhorias de espaços públicos.

Quanto as políticas de melhoramento dos espaços públicos de Ibiporã, a Prefeitura Municipal depende de projetos e estudos desenvolvidos pelas diversas secretarias, mediante participação popular, necessidade de melhorias solicitadas por entes privados, etc. Para a execução destas obras, muitas vezes o município acaba assumindo sozinho os custos, mas tudo deve estar previsto no orçamento anual conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Em Ibiporã também não ocorre a presença de empresas privadas ou Ong's que cuidam ou adotam os espaços públicos. A totalidade de praças, parques e o Centro Poliesportivo são cuidados e mantidos pela prefeitura municipal.

Os espaços públicos da cidade de Cambé também são todos administrados e cuidados pela prefeitura municipal em conjunto com Secretarias responsáveis pela manutenção e obras. Nesta cidade, o Secretário de Planejamento e Obras afirmou que, grande parte dos projetos e políticas de melhorias que são criadas para os espaços públicos, provém da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA) e principais ações para as demais Secretarias que também realizam obras e ações de melhorias nos espaços públicos da cidade.

O Secretário afirmou que não há parcerias nem convênios entre empresas privadas para execução dos projetos de melhorias ou requalificações dos espaços públicos, nem participação financeira para os cuidados destes.

No caso da cidade de Rolândia, o Secretário de Planejamento e Obras e membros de sua equipe, disseram que, políticas, projetos e obras surgem da necessidade dos espaços públicos, das reivindicações da população, tudo semelhante ao que ocorre nas cidades descritas anteriormente.

Observa-se que os espaços públicos de cidades menores como Jataizinho, Ibiporã, Rolândia e até Cambé que se encontra em uma dimensão e dinâmica um pouco maior em relação as outras citadas até aqui, tem seus espaços públicos dependentes integralmente do poder público local e seu orçamento.

Não encontrou-se em nenhuma destas, o setor privado envolvido na manutenção e cuidados com espaços públicos. Tampouco observou-se a presença de Ong's que fazem trabalhos voluntários na busca da melhor manutenção dos espaços públicos.

Ao analisar relações de parcerias e convênios para a manutenção dos espaços públicos na cidade de Londrina, pode-se evidenciar que tais ações já foram existentes para alguns espaços públicos que tiveram a atuação do poder público local mais a ação de empresas privadas para a manutenção e cuidados dos mesmos.

Na atualidade, os espaços públicos da cidade de Londrina estão sob responsabilidade de várias secretarias e órgãos: Instituto de Planejamento e Políticas Urbanas de Londrina (IPPUL) que elabora os projetos e as pesquisas sobre as necessidades e melhorias dos espaços públicos; a Companhia Municipal de Transito e Urbanização – CMTU, que executa os projetos criados pelas demais secretarias e pelo IPPUL; a Secretaria de Esporte e Lazer que busca cuidar dos espaços públicos que apresentam equipamentos esportivos como quadras, pistas de caminhada, etc.; Secretaria de Planejamento e Obras da cidade que elaboram projetos de criação e melhorias de espaços públicos. Para obter as informações necessárias, buscou-se dados e informações na Prefeitura Municipal, IPPUL e CMTU de Londrina.

Em entrevista com engenheiros, geógrafos, arquitetos que integram tais Secretarias e seus respectivos secretários, os mesmos apresentaram as distintas formas que o município vem atuando para a criação e manutenção dos espaços públicos.

No que tange as políticas de requalificação para os espaços públicos, estas são formuladas em conjunto entre as Secretarias responsáveis e pesquisas realizadas com a comunidade, para identificar as necessidades de cada bairro e de cada espaço público.

Sobre os recursos que o município utiliza para manter e cuidar dos espaços públicos, este advém de recursos próprios, de recursos oriundos da transferência do estado e da União. Também utilizam o Fundo de Urbanização de Londrina (FUL) que é repassado pelo governo Federal para melhorias na cidade que é repassado a CMTU, que reserva uma parcela para as principais obras de requalificações.

Londrina apresenta maior arrecadação, mas também tem número muito maior de espaços públicos e de projetos de melhorias. Mas um elemento distinto em relação as demais cidades, é que Londrina apresenta um setor imobiliário que em certos momentos de sua recente história se interessou e ainda se interessa, pela manutenção de alguns espaços públicos. Isto porque interesses mercadológicos influenciaram parte de relações entre a Prefeitura Municipal de Londrina e órgãos como o IPPUL e a CMTU para o cuidado de algumas praças, canteiros centrais, dentre outras áreas de uso público.

Em entrevista junto a CMTU e ao IPPUL, os Secretários que coordenam os projetos e políticas sobre os espaços públicos, afirmaram que ações de cooperação e convênios em Londrina, ocorriam de forma legal perante solicitação ao IPPUL e CMTU, com a possibilidade de implantação de uma placa de propaganda da empresa que cuidava do espaço.

Deste modo, o principal objetivo que levava as empresas a cuidarem de espaços públicos, estava na propaganda e divulgação de seus empreendimentos imobiliários em espaços públicos que tivessem grande visibilidade.

A cidade de Londrina já apresentou políticas de operações consorciadas e convênios com empresas privadas em outros momentos. Em visita realizada nos órgãos responsáveis pela manutenção dos espaços públicos, verificou-se que em 2013/2014 não havia nenhum espaço público sendo cuidado por empresas privadas e tampouco projetos em andamento para tal fim.

Exemplo de convênios celebrados entre a prefeitura e empresas privadas em Londrina, ocorreu em maio de 1990. O poder público municipal criou um projeto chamado “Quem Ama Cuida”. Tal projeto foi bastante conhecido em muitas outras cidades como em São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, sendo também denominado “Adote Uma Praça”.

Este tipo de projeto na cidade já havia ocorrido em meados dos anos 1980. Foi criado pelo IPPUL em parceria com a CMTU para celebrar programas de parcerias e convênios entre o poder público e a iniciativa privada. O “Quem ama Cuida” era destinado a empresas que tinham o interesse de cuidar de canteiros centrais, segundo o Secretário responsável pelos espaços públicos de Londrina. Já o “Adote uma Praça” foi um programa mais recente que permitia qualquer entidade civil assumir a responsabilidade de urbanizar e manter áreas verdes públicas do município. O assunto estava regulamentado através da Lei Complementar 618, de 10 de junho de 2009, que revogou a Lei Complementar nº 136, de 22 de julho de 1986 (BRASIL, 1988, p.167).

Ao adotante cabia manter as áreas adotadas limpas e em perfeitas condições de uso para a comunidade, como praças, parques e bosques. As parcerias auxiliavam na concretização do senso de responsabilidade ambiental, a partir do compromisso com a manutenção dos espaços públicos da cidade, auxiliando o poder público nos cuidados dos mesmos.

Qualquer empresa (indústria, comércio, prestador de serviços), escola, associação de bairro ou ONG podia adotar uma praça, um parque ou rotatórias da cidade. No final da

década de 1990 quando a Prefeitura Municipal de Londrina chamava a atenção para os espaços do entorno do Lago Igapó criou-se a campanha “Adote o Igapó”. Deste modo, parcerias foram feitas entre a Prefeitura Municipal de Londrina e empresas privadas, Igrejas, outras instituições. Alguns dos espaços do entorno do Lago Igapó em Londrina acabaram sendo cuidados pelas construtoras que utilizavam da vista do lago como propagandas para vender seus empreendimentos.

Em relação ao “Adote uma Praça”, os parceiros ou adotantes como eram denominados pelo poder público municipal, podiam escolher entre mais de duas mil localidades na cidade de Londrina que precisavam de manutenção. Eram praças, canteiros e rotatórias nas quais as empresas firmavam um contrato que implicava em cuidar deste local. Ficando assim a cargo da empresa cuidar da jardinagem, pintura e outras benfeitorias e em troca eles podem colocar pequenas placas com a publicidade da empresa.

Segundo o IPPUL juntamente com a CMTU, os tamanhos dessas placas de publicidade eram pré-determinados pela prefeitura. Apesar do projeto ser interessante para a cidade, pois buscava economizar recursos e redirecioná-los, já que os mesmos são insuficientes para atender a demanda de saúde, educação, lazer, esporte, etc., a ideia e os benefícios tanto para a população, quanto para a prefeitura e para as empresas que podiam fazer publicidade em áreas públicas, a iniciativa não foi total sucesso. Isto porque existe uma grande quantidade de espaços públicos na cidade que tem pequena visibilidade, não atraindo as parcerias.

A CMTU informou que tais projetos foram se perdendo; que no início do ano de 2010 todos foram arquivados pois já não se tinha nenhum espaço público adotado e nenhum convênio em andamento.

Tanto a CMTU como o IPPUL demonstraram saber da importância e magnitude destes projetos para o poder público local, mas afirmaram que até o momento não apresentaram nenhum outro projeto ou encaminhamento semelhante. Afirmaram não saber como apresentar tais projetos novamente à iniciativa privada, à população, para poder executar os mesmos com sucesso.

Não deve-se deixar de comentar sobre a iniciativa da Rede Paranaense de Comunicação (RPCTV) afiliada da Rede Globo que, a cada semestre desde o ano de 2012, realiza em vários espaços públicos da cidade a edição do “RPCTV na Praça” chegando alcançar um público de mais de 7 mil pessoas nas tardes que realiza tal

atividade. A mesma é composta por shows, entretenimento, brinquedos, diversão e alguns itens alimentícios tudo gratuito para a população.

Tal iniciativa surgiu para trazer mais vida nos espaços públicos da periferia afirma a Secretária de Comunicação Externa da RPCTV de Londrina. Observe na figura 40 algumas das edições do RPCTV na Praça.



Figura 40: Edições do RPCTV nas Praças em Londrina – PR
Autor: Bortolo (2012/2013)

Deste modo, ao compreender a dinâmica da produção, manutenção e requalificação dos espaços públicos das cidades estudadas verifica-se a existência de relações complexas no que tange os espaços públicos e seus mantenedores. O poder público local e as relações entre propor projetos, manter os mesmos e suas melhorias quase sempre encontra constantes impasses, seja pela falta de recursos, das inúmeras necessidades que a população exige dos mesmos, insucesso das ações e convênios entre prefeituras municipais e empresas privadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho traçado neste estudo foi de analisar diferentes formas de usos e apropriações estabelecidas na dinâmica de produção do espaço público de lazer, especificamente em cidades da aglomeração urbana de Londrina. O que isso significou? Quais foram os desdobramentos do estudo? Qual seria o balanço deste caminhar? Considera-se que analisar diferentes formas de apropriação dos espaços públicos de lazer em cidades de tamanhos distintos, com dinâmicas econômicas variadas, foi de extrema relevância pela singularidade apresentada em seus cotidianos como também por seus usuários e as diferentes apreensões por nós observadas.

Assim, passou-se a analisar nesta tese que não se pode apenas julgar a produção dos espaços públicos de lazer na atualidade pelas simples descrições e aparências, mas sim, pelas suas formas cotidianas de apropriação e seus usos, entre os diferentes, atribuindo sentidos e qualificando os espaços da cidade em conjunção aos espaços públicos de lazer.

Com isso, tais análises se transformaram cada uma em um capítulo, desdobrando as questões políticas, econômicas e sociais da realidade encontrada em cidades da aglomeração urbana de Londrina juntamente com seus espaços públicos de lazer e seus usuários.

Nesta caminhada, abordou-se as distintas formas conceituais trabalhadas por alguns teóricos possibilitando compreender algumas das transformações e evoluções sofridas no âmbito conceitual do termo público - privado no decorrer do tempo até relacionar com a ideia do espaço público transferindo tais terminologias sem perderem ou trocarem o sentido de cada termo.

No que concerne a cidade de Londrina e sua aglomeração urbana, esta composta por Jataizinho, Ibiporã, Cambé, Rolândia e a cidade de Londrina, a mesma trouxe elementos que demonstram a dinâmica transformadora dos espaços públicos de lazer da contemporaneidade, seus usos e apropriações em distintos momentos e formas no decorrer do caminhar das análises. Usos estes, que retratam a importância dos espaços públicos, os novos usos e usuários, sua intensidade nos diferentes espaços e, em distintas cidades, a partir de novas funções que os mesmos desempenham na sociedade atual.

Tais transformações podem ser observadas a partir da dinâmica verificada nos distintos usos nos espaços públicos de lazer em cidades que compõem a aglomeração

urbana de Londrina. Elementos e formas de produzir e utilizar destes espaços que se misturam com ações e atos do passado, novos arranjos e práticas socioespaciais como a presença e o convívio dos diferentes, em diferentes espaços públicos de lazer, as diversas ações, sejam as práticas esportivas, o simples caminho de passagem, o espaço do trabalho, os usos em diferentes horários, características que até então poderia se encontrar apenas em cidades menores continuam a ser encontradas nas cidades maiores, como o espaço do encontro, do descanso, do fazer novos amigos, etc.

Verificou-se também que, estes distintos usos ocorriam de acordo com a presença de certos equipamentos para as mais variadas práticas esportivas e de lazer, verificando a importância e elemento fundamental do papel do Poder Público em relação a manutenção destes espaços públicos, como também a população que frequentava tais espaços públicos que buscavam sempre os espaços mais próximos de suas residências, ocasionando assim, o encontro também entre os iguais de classes econômicas de cada bairro e o entorno dos espaços públicos, sejam estes espaços frequentados por pessoas de alto poder aquisitivo em áreas com melhor infraestrutura e localidades mais centrais, como também, a população de classes menores economicamente em espaços públicos da periferia e de bairros mais carentes.

Deste modo, seja em sua produção e/ou nas diferentes formas de uso, os espaços públicos de lazer devem ser tidos como elementos de caráter transformador, em distintos períodos, sua produção, seus usos, seus entornos e principalmente no conjunto da produção da cidade em que se insere. A frequência nestes espaços públicos acabou-se por estar atrelada a algumas práticas cotidianas de certas classes econômicas em relação ao bairro em que determinado espaço público de lazer se encontra.

Não se pode esquecer que estes espaços públicos de lazer, devem ser considerados como elemento chave na cidade, pois representam locais de sociabilidade, propícios ao encontro e ao convívio. Mas ao longo do tempo, estes foram assumindo outros significados, distintas funções, passaram a representar outras referências para as cidades, sejam estes espaços praças, parques, lagos artificiais e centros poliesportivos.

Tais mudanças puderam ser evidenciadas na atualidade a partir da dinamicidade apresentada pelos seus usuários e as mais variadas formas de usos e suas funções. O que antes tal espaço era concebido como espaço da visibilidade, do encontro, das reuniões; hoje pode-se verificar com o advento das novas tecnologias, da busca incessante por uma melhor qualidade de vida, novos hábitos urbanos como a prática

esportiva presente em quase todos os parques, praças, nos centros poliesportivos, a procura pela segurança, os espaços públicos de lazer como locais de simples passagem, enfim, tudo isso, somado a “frenética” correria do cotidiano das cidades, sejam estas grandes ou pequenas com seus distintos modos de vida, fizeram com que novos hábitos e práticas surgissem e ganhassem espaço juntamente aos antigos usos e funções encontrados nos mesmos. A concorrência com novos atrativos urbanos como os parques temáticos privados, os *shoppings centers* que oferecem lazer, entretenimento com certo *status* de lugar seguro, que apresentam uma variedade completa de atividades e serviços que a sociedade busca na atualidade, etc.

Assim, o objetivo das análises com o caminhar da tese, levou-se a reflexão da produção dos espaços públicos de lazer nas suas singularidades e no seu conjunto. Espaços estes, em cidades que desempenham distintos papéis na aglomeração urbana e no cotidiano dos seus habitantes.

Observou-se nas cidades maiores como Londrina, Rolândia e Cambé práticas semelhantes às encontradas em cidades de menor porte como em Jataizinho e Ibiporã. Práticas estas como o esporte, o lazer, o descanso, como também para fazer novas amizades, encontrar os amigos, ações que até então sempre foram imaginadas em espaços públicos de cidades pequenas. Verificou-se que os espaços públicos das cidades menores em tela propiciam os mais variados tipos de uso para os cidadãos, sua valorização no seu entorno ocorre de acordo com as necessidades e interesses do mercado imobiliário de cada cidade.

Constatando também que a vitalidade dos espaços públicos de lazer estudados independe da apropriação do seu entorno, seja esta apropriação pequena ou extensiva. Os espaços públicos acabam por ser utilizados em distintos momentos, pelas mais variadas pessoas, sejam moradores do entorno, de bairros próximos e até de áreas mais distantes, tudo isso, dependendo dos equipamentos, infraestrutura e os cuidados oferecidos nestes espaços públicos em tela.

Nos espaços públicos das cidades de maior porte como Londrina, Cambé e Rolândia conseguiu-se verificar que os usuários frequentam os espaços públicos, mas em determinados períodos ou até momentos da história recente destes espaços há uma relação conjunta entre as atividades realizadas nos espaços públicos e diferentes atividades também realizadas em novos equipamentos e espaços coletivos, ocasionando desta forma, em certos momentos uma redução no número de usuários, suas funções e

até por vezes certo esquecimento dos espaços públicos de lazer pelo poder público devido a inúmeros elementos, como pouco uso, falta de recursos, dentre outros motivos.

Evidencia-se desta forma que, em cada cidade pode-se encontrar diferentes formações socioespaciais vividas no cotidiano da produção do espaço da aglomeração urbana de Londrina, possuindo novas estruturas, sejam estas (social, política, econômica e cultural) que acabam por modificar inúmeras características do espaço público e suas diferentes formas de se encontrar no espaço, suas formas de uso e principalmente, as suas funções que acabam por desempenhar novas relações no/do espaço-tempo-sociedade.

Deste modo, a tese de que os espaços públicos de lazer continuam a ser elementos fundamentais à constituição da cidade e da vida nas mesmas é comprovada quando realizou-se as discussões e observações em campo. Ao encontrar os diferentes usos e funções desempenhadas em cada um dos espaços públicos de lazer analisados nesta tese, percebeu-se que tais espaços são fundamentais para a ocorrência da sociabilidade, o encontro dos diferentes e também dos iguais nos distintos espaços públicos, espaços estes que devem ser considerados como locais atrativos para o lazer, o descanso, a prática esportiva, o trabalho, espaços fluidos e que ajudam na mobilidade e circulação das pessoas nas cidades atuais.

Com isso, verificou-se que mesmo com certo descuido, abandono, pouco uso, tais espaços públicos devem ser compreendidos como essenciais para o conjunto do produzir e viver a/na cidade contemporânea, pois os espaços públicos de lazer devem ser considerados como redes fluidas de articulação entre o concreto que é a cidade e suas relações sociais encontradas no viver as cidades e seus espaços. Com isso, encontrou-se a partir da união e relação entre a teoria e a realidade verificada em cada espaço, novos elementos do produzir e consumir o espaço público a partir da compreensão de sua evolução e as diversas transformações por ele sofridas, tanto em relação às questões teóricas quanto da função, do papel dos diferentes usos evidenciados nos espaços públicos contemporâneos estudados nesta tese.

Um ponto importante a ser discutido e destacado neste estudo foi a realização de uma análise multiescalar, já que o estudo foi realizado para espaços públicos de cidades de diferentes tamanhos em uma mesma aglomeração urbana.

Compreendendo assim, que os espaços públicos são e estão constantemente sofrendo mudanças e transformações cíclicas nas diferentes escalas de sua produção

devendo ser elemento primordial para análise e reflexão da situação atual do mesmo. Não importa o tamanho da cidade, a localização da mesma e seus espaços públicos de lazer; todas estão sofrendo com a modernização tecnológica, as novas formas e hábitos urbanos como as práticas esportivas nos espaços públicos, maiores cuidados em relação à saúde e a qualidade de vida, dentre outros elementos evidenciados nos últimos anos.

Com isso, encontrou-se a multiplicidade de formas e as mais variadas funções que os espaços públicos estão sendo produzidos e consumidos. Na atualidade, tais espaços podem ser espaços do convívio, do lazer, do encontro, do simples caminho de passagem, do pouco uso e do abandono. O que se observa é um ciclo de produção que ora se encontra ativo, vivo, dinâmico e ora pode estar no ostracismo, no abandono, com falta de atenção por órgãos que os mantêm, administram, etc.

Tais espaços públicos de lazer devem ser tidos como espaços mutantes e camaleônicos como já apresentado no decorrer das análises, pois de acordo com os interesses políticos, econômicos e sociais, seus usos, manutenção e formas de produção serão periodicamente alterados. Estejam eles em áreas de baixo poder aquisitivo, como também em áreas de alto poder aquisitivo em cidades no momento atual, ocorrendo assim, ações dinâmicas no ato de produzir e consumir os espaços públicos de lazer da contemporaneidade, estando estes atrelados aos principais agentes produtores e aos mais variados interesses existentes.

Nos espaços públicos centrais e de bairros que apresentavam residências de alto poder aquisitivo, verificou-se o uso intenso por jovens, adultos e crianças que praticavam atividades físicas, estes espaços se apresentavam com equipamentos, áreas bem cuidadas, segurança, eventos culturais que a prefeitura municipal ou empresas privadas realizavam nos mesmos. Já ao analisar os espaços públicos de bairros de baixo poder aquisitivo pode-se observar a redução dos cuidados em relação a esses espaços, a falta de equipamentos para práticas esportivas, a manutenção dos mesmos ocorria com uma menor intensidade, o uso por vezes acontecia de forma limitada devido à precariedade ou falta de segurança de alguns espaços públicos.

Com isso, pode-se verificar que em diferentes cidades e seus tamanhos, os problemas sofridos por alguns espaços se repetem em outros quando a questão se trata da localização dos mesmos, a relação dos bairros, os moradores, o interesse tanto do poder público como de incorporadores imobiliários que estão extremamente atrelados ao desenvolvimento e a melhor manutenção dos espaços públicos devido a interesses

específicos na produção das cidades. Desta forma, o sucesso ou o insucesso de certos espaços públicos de lazer, seus usos, os usuários, as atividades realizadas nos mesmos são por vezes delimitadas e limitadas por estas ações ou a falta delas e pelo jogo de interesses sociais e econômicos do mercado imobiliário.

Soma-se outras questões dos diferentes usos e funções desempenhados nos espaços públicos de lazer da contemporaneidade e sua vitalidade a concorrência com os inúmeros tipos de equipamentos urbanos de lazer, de entretenimento e de descanso, atrelados também ainda a “insegurança” que certos espaços demonstram em determinados locais na cidade.

Portanto, o percurso de discutir os diferentes e inúmeros usos, bem como aqueles entreabertos à outras possibilidades nestes espaços públicos se torna um elemento de suma importância na atualidade já que estes usos acabam por dinamizar o ato de produzir e manter os espaços públicos em destaque na cidade atual. Usos para crianças nos finais de semana, para os adultos diariamente para caminhada, jogos nas quadras existentes nestes espaços, os idosos que frequentam as academias ao ar livre presentes em quase todos os espaços públicos estudados, os shows e eventos realizados nestes espaços públicos, dentre inúmeros outros usos.

Realizando uma análise socioespacial, pode-se observar que o espaço público de lazer encerra diferentes concepções e acepções, usos e funções no contexto da cidade atual. De acordo com os dados obtidos no caminhar do presente estudo, observa-se que a relevância dos dados empíricos ora encontrados revelam muito mais do que a simples ideia e noção que a população e algumas pessoas tem sobre a produção dos espaços públicos de lazer, seus usos e sua relevância no conjunto das cidades. Trata-se na verdade, da efetiva produção do espaço, sendo este o espaço público de lazer e suas diferentes formas e funções específicas, tanto complexas, quanto aquelas que encerram a própria cidade enquanto um espaço produto de relações sociais que se estabelecem por meio do processo de produção diferenciada do espaço.

O espaço público de lazer contemporâneo é expressão de um espaço em redefinição constante. Não menos importante é ressaltar a diversidade, ou seja, o espaço público enquanto expressão de um processo de produção nas diferentes escalas e em diferentes cidades, das suas contradições, conflitos e reflexos.

Por isso, o espaço público de lazer deve ser compreendido como o lugar do possível, da intervenção, do ato político, da reivindicação, da festa, do lúdico e do

improviso, pois verifica-se que a função da visibilidade, do encontro ainda está presente como uma de suas características fundamentais nas cidades analisadas. Os espaços públicos de lazer devem se manter dinâmicos em relação a sua produção, seus usos, seus usuários já que se trata de um resultado da transformação a partir da mudança de gerações, de pessoas e mais ainda de formas e necessidades que a sociedade busca ao passar dos anos.

Assim, é necessário compreender que os espaços públicos de lazer, também devem ser tidos como distintas dimensões do espaço urbano cotidiano. O que se observa é que os espaços públicos de lazer devem ser encarados como lugares sociais, em que há multiplicidade de significados e estes, são produzidos cotidianamente em distintos lugares, por diferentes pessoas, ações e interesses.

Nesse sentido, o caminhar futuro dos espaços públicos de lazer remete a discutir o processo dinâmico de produzir e consumir o espaço urbano de forma múltipla, multiescalar e principalmente, o compreendendo como elemento que se transforma de acordo com o período, com a sociedade em que o mesmo se insere, com os diferentes interesses em jogo.

Entende-se como um espaço em redefinição, por meio de distintas práticas socioespaciais do cotidiano, fazendo destes espaços, ambientes da diferença e do conflito, mas que também propiciam as mais variadas possibilidades e interações no/do espaço urbano.

Tal estudo, mais que conclusões, quer deixar reflexões futuras e páginas abertas para que as mesmas possam ser escritas, analisadas e novos desafios. Não se pode deixar de comentar a necessidade de se continuar os estudos sobre os espaços públicos no âmbito da ciência geográfica, analisando a cidade, o espaço público, seus diferentes usuários e frequentadores, sua complexidade, diferentes fenômenos, agentes, interesses que surgem no produzir a cidade e o urbano.

Deve-se também continuar avançando nas análises multiescalares ao se trabalhar o espaço público de lazer, pensando como estão sendo produzidos e apropriados espaços públicos de lazer das cidades brasileiras. Desmistificar a ideia de que os espaços públicos na atualidade são tidos como espaços do abandono, da violência, sua perda de importância, quando os mesmos estão se mostrando dinâmicos e ricos no espaço urbano das cidades sejam nacionais como internacionais. Devendo apenas continuar a insistir a

escrever as páginas em branco que ainda estão por vir sobre a importância que o mesmo exerce e vem exercendo no cotidiano das cidades.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuella Marianna. O Parque do Ibirapuera: 1890 a 1954. **Arquitextos**, São Paulo, ano 5, n. 051.01, set. 2004. Disponível em: <<http://vitruvius.es/revistas/read/arquitextos/05.051/553>>. Acesso em: 9 jan. 2012.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- ASCHER, François. **Métapolis ou l'avenir des villes**. Paris: O. Jacob, 1995.
- BARCELLOS, Vicente Quintella. **Os parques como espaços livres públicos de lazer: o caso de Brasília**. 1999. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia urbana**. Tradução de Raquel Soeiro de Brito. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- BEIDACK, Andréa Rodrigues dos Santos. **Análise da produção do espaço urbano de Londrina: de cincão a zona norte: 1970 - 2007**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Departamento de Geociências, Universidade Estadual de Londrina, Londrina.
- BORJA, Jordi. Espaço público, condição da cidade democrática. A criação de um lugar de intercâmbio. **Arquitextos**, São Paulo, ano 6, n. 072.03, maio 2006. Disponível em: <<http://vitruvius.es/revistas/read/arquitextos/06.072/353>>. Acesso em: 15 fev. 2012.
- _____. Ciudadanía y espacio público. Ambiente y Desarrollo, Vol. XIV – Nº 3, p. 13-22, set. 1998.
- BORTOLO, Carlos Alexandre de. **Produção e apropriação de espaço livre público: o Lago Igapó - Londrina - PR**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Departamento de Geociências, Universidade Estadual de Londrina, Londrina.
- BRASIL. **Lei Complementar nº 14, de 08 de junho de 1973**. Estabelece as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Brasília, 1973a.
- _____. **Lei Complementar nº 20, de 01 de julho de 1974**. Dispõe sobre a criação de Estados e Territórios, inclusive sobre a criação da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Brasília, 1973b.
- _____. **Lei Federal nº 6766/79 de 19 de dezembro de 1979**. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm>. Acesso em: 9 jan. 2013.
- _____. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Estatuto da Cidade e Legislação Correlata. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2002.

CALDEIRA, Teresa. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: EDUSP, 2000.

_____. **Medo da cidade**: Pobreza e más condições de vida não são causas claras da violência urbana. Disponível em: <<http://p.php.uol.com.br/tropico/html/textos/330,1.shl>>. Acesso em: 30 abr. 2012.

CALDEIRA, Teresa. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34 / EDUSP, 2000.

CALDEIRA, Junia Marques. **A Praça Brasileira**: trajetória de espaço urbano – origem e modernidade. Campinas, SP, 2007. Tese (Doutorado em História – UNICAMP) Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Uma leitura sobre a cidade. **Revista Cidades**, Presidente Prudente: v. 1, n. 1, p. 11-30, 1994.

_____. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Espaço-tempo na metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **O Espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur, 2007.

CANDOTTI, Eliane Aparecida. **Memórias da cidade**: Londrina 1930/1960. 1997. 202 f. Monografia (Especialização em História) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

CASARIL, Carlos Cassemiro. **Meio século de verticalização urbana em Londrina – PR e sua distribuição espacial**: 1950 – 2000. 2008. 266 f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

CASTELNOU, Antonio. **Arquitetura art Déco em Londrina**. Londrina: A. Castelnou, 2002.

CERTEAU, Michael de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

CHABOT, Georges. **Les villes**. Paris: A. Colin, 1963.

COULANGES, Fustel. **A cidade antiga**: estudos sobre o culto, o direito, as instituições da Grécia e de Roma. Trad. José Camargo Leite e Eduardo Fonseca. São Paulo: HEMUS, 1975.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de et al. (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2002.

COSTA NETO, P. L. O. **Estatística**. São Paulo: Edgard Blücher, 1977. 264 p.

CUNHA, Fábio. **A metrópole de papel**: a representação “Londrina metrópole” na institucionalização da região metropolitana de Londrina. 2005. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

DEMATTEIS, Giuseppe. Suburbanización y periurbanización: ciudades anglosajonas y ciudades latinas. In: MONCLÚS, Francisco Javier (Ed.). **La ciudad dispersa**. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània, 1998. p. 17-34.

FISHERMAN, Robert. Space, time and sprawl. **Architectural Design**, Londres, v. 64, n. 108, p. 45 – 47, mar./abr. 1994.

FIRKOWSKI, Olga L. C. F. Urbanização e cidades: os vários desafios à investigação geográfica. In: MENDONÇA, F., LOWEN-SAHR, C. e SILVA, M. (Org.) **Espaço e tempo**. Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: ADEMADAN, 2011, p. 387-405.

FRESCA, Tânia Maria. Mudanças recentes na expansão físico-territorial de Londrina. **Geografia**, Londrina, v. 11, n. 2, p. 242 – 264, jul./dez. 2002.

_____. A área central de Londrina: uma análise geográfica. **Geografia**, Londrina, v. 16, n. 2, jul. /dez. 2007.

_____. Uma discussão sobre o conceito de metrópole. **Revista da ANPEGE**, São Paulo, v. 7, n. 8, p. 31-52, 2012.

_____. Deslocamentos Pendulares na Região Metropolitana de Londrina - PR: uma aproximação. **Revista GEOUERJ**, Rio de Janeiro, v.1, n.23, p. 1-25, 2012.

FREEMAN, Thomas Walter. **The conurbations of Great Britain**. Manchester: University Press, 1959.

GEDDES, Peter. **Cities in evolution**. Londres: Williams and Norgate, 1915.

GEORGE, P. **Geografia urbana**. São Paulo: DIFEL, 1983.

GERARDI, Lucia Helena de Oliveira; SILVA, Barbara-Christine M. Nentwig. **Quantificação em geografia**. São Paulo: Difel, 1981.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GONÇALVES, J. B. **Amostragem**: conceitos básicos. 2009. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAACsAA/amostragem>>. Acesso em: 20 maio 2014.

GURZA LAVALLE, Adrián. As dimensões constitutivas do espaço público: uma abordagem pré-teórica para lidar com a teoria. **Espaço & Debates**, São Paulo, v. 25, n. 46, p. 33 – 44, 2005.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. **Historia y crítica de La opinión pública!** La transformación estructural de la vida pública. México: G. Gili, 1994.

HAESBAERT, Rogério. Território, cultura e desterritorialização. In: CORRÊA, Roberto Lobato; MELLO, João Baptista Ferreira. Explosões e estilhaços de centralidades no Rio de Janeiro. **Revista Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 23-43, 2001.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

IBIPORÃ. Prefeitura Municipal. Disponível em:
<<http://www.ibipora.pr.gov.br/conteudo/mostrar/id/228/titulo/Hist%C3%B3ria>>. Acesso em: 11 jan. 2013.

JACOBS, Jane. **The death and life of great American cities**. London: Pimlico, 1992.

JATAIZINHO. Prefeitura Municipal. Disponível em:
<<http://www.jataizinho.pr.gov.br/index.html>>. Acesso em: 11 jan. 2013.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública:** a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petropolis: Vozes, 2000.

KLIASS, Rosa Grená. **Parques urbanos de São Paulo e sua evolução na cidade**. São Paulo: Pini, 1993.

LEFEBVRE, Henry. **De lo rural a lo urbano**. 3. ed. Barcelona: Península, 1969. [1975].

_____. **Espacio y política:** el derecho a la ciudad. 2. ed. Barcelona: Península, 1976.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991. [1994]

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999. p.178.

_____. **La production de l'espace**. 4e éd. Paris : Anthropos, 2000. [1969].

LEVIN, J. **Estatística aplicada a ciências humanas**. 2. Ed. São Paulo: Harbra, 1987.

LINARDI, Maria Cecília Nogueira. **Pioneirismo e modernidade:** a urbanização de Londrina – PR. 1995. 250 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

LOUISY, Michel. **Légendes et chants de gestes canaques**. Présentation. Gérard Oberlé. 1988.

MACEDO, Silvio Soares. **Parques urbanos no Brasil**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MITCHELL, Don. **The right to the city:** social justice and the fight for public space. New York: Guilford Press, 2003.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

PEREZ, Edmund. Percepción del espacio público. **Revista Bitacora Urbano Territorial**, Bogotá, v. 1, n. 8, p. 27-31, ene./ dic., 2004.

PRADO, M. M. **A modernidade e o seu retrato: imagens e representações das transformações da paisagem urbana de Vitória (ES) 1890-1950**. 2002. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

PRANDINI, Neide. Aspectos da geografia urbana de Londrina. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFOS, 1954, São Paulo. **Anais...** São Paulo: AGB, 1954. v. 6, t. 1, p. 61-80.

PUPPI, Ildelfonso C. **Estruturação sanitária das cidades**. Curitiba: EDUFPA, 1981.

RANGEL, Ignácio. **Obras reunidas 1914-1994**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. 2 v.

RAZENTE, N. **A ocupação urbana de Londrina**. (Mestrado) Desenvolvimento urbano, UFPE, 1984.

REIS, Nestor Goulart. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas do tecido urbano**. São Paulo: Via das Artes, 2006.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lucio. Plano diretor e gestão democrática da cidade. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lucio (Org.). **Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do estatuto da cidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 103-118.

ROBBA, Fabio; MACEDO, Silvio. S. **Praças brasileiras**. São Paulo: EDUSP, 2002.

ROLÂNDIA. Prefeitura Municipal. **História de Rolândia**. 2009. Disponível em: <http://www.rolandia.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=199&Itemid=75>. Acesso em: 11 jan. 2013.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCALISE, Walnyce. Parques urbanos: evolução, projeto, funções e usos. **Revista Assentamentos Humanos**, Marília, v. 4, n. 1, p. 17-24, 2002. Disponível em: <<http://aprender.unb.br/mod/resource/view.php?id=26770>>. Acesso em: 29 maio 2012.

SENNETT, Richard. **The fall of public man**. New York: Vintage Books, 1978.

_____. **The conscience of the eye: the design and social life of cities**. New York: W. W. Northon, 1990.

SERPA, Angelo. Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica. **GEOUSP: Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 15, p. 21-37, 2004.

_____. Gestão Territorial do Sistema de parques públicos em Salvador, Bahia: contradições e paradoxos. **RA´E GA: O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, v. 12, p. 7-19, 2006.

_____. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, Andresa Lourenço. **Loteamentos residenciais exclusivos de Londrina**: outras fronteiras imaginárias e invisíveis. Londrina. 2007. 203 f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Departamento de Geociências, Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

SILVA, Francine Borges; FERREIRA, Willian Rodrigues. Os parques urbanos de Uberlândia: estudo de caso no Parque Municipal Victório Siqueirolli. In: SIMPÓSIO REGIONAL DE GEOGRAFIA: Perspectivas Para o Cerrado no Século XXI, 2., 2003, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: IG – UFU, 2003. p. 1-10.

SILVA, William Ribeiro. **Descentralização e redefinição da centralidade em e de Londrina**. 2002. 190 f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SILVA, J. G. C. **Ciência e método científico**. Pelotas: Instituto de Física e Matemática, Universidade Federal de Pelotas, 2004. 34p. (Boletim Técnico n.8)

SITTE, Camillo. **A Construção de cidades segundo princípios artísticos**. São Paulo: Ática, 1992.

SOBARZO, Oscar. **Os espaços da sociabilidade segmentada**: a produção do espaço público em Presidente Prudente. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

_____. A produção do espaço público: da dominação à apropriação. **GEOUSP: Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 19, p. 93 – 111, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

_____. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

TEIXEIRA, Manuel C. (Ed.) **A praça na cidade portuguesa**. Lisboa: Livros Horizontes, 2001.

TEIXEIRA, Manuel C. **A praça nas morfologias urbanas brasileiras**. Lisboa: Livros Horizontes, 2006.

ULTRAMARI, Clóvis; MOURA, Rosa. **Metrópole**: grande Curitiba: teoria e prática. Curitiba: IPARDES, 1994.

Acesso em 10/04/2015 www.ibopeinteligencia.com.br/site/home

acesso em 27/02/2014 <http://www.sbau.org.br/site/home/>

Acesso em 27/03/2014 (opdigital.ppr.gov.br/orcamento-participativo, 2012).

Manual do prefeito / Coordenação técnica Marcos Flávio R. Gonçalves. – 13.ed. revista, aum. e atual. Rio de Janeiro: IBAM, 2009.